

SIB/UFES



007533



A cultura e o livro em progresso social

Distribuidores exclusivos:
LIVRARIA EDITORAS REUNIDAS

LIVRARIA LER

Rio de Janeiro: Rua México, 31-A
São Paulo: Praça da República, 71

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

T. H. Marshall

CIDADANIA,
CLASSE SOCIAL E
STATUS

323.3
M369c

UFES
7533



CIDADANIA, CLASSE SOCIAL E STATUS

97100200! 5

Grande parte deste livro consta de artigos a respeito de igualdade social, educação, riqueza, pobreza, conflito de classes e bem-estar social, assuntos que o Professor MARSHALL aborda sob vários ângulos, desde o da teoria sociológica de classe e *status*, através das modificações na estratificação e política sociais, até o da importância dos dispositivos a serviço da assistência ou previdência social.

O Autor está perfeitamente capacitado para desempenhar tal tarefa porque alia à sua erudição sociológica um sólido conhecimento de história econômica e social, tendo, além disso, grande interesse pela filosofia política e o bem-estar humano. Ele tem sido elogiado principalmente pela clareza e precisão de seu estilo e por jamais procurar resolver as suas dificuldades literárias recorrendo a pensamentos dúbios ou linguagem obscura.

Por tudo isso, esta série de ensaios se destina a formar um dos livros mais importantes, úteis e emocionantes publicados a respeito do assunto nos últimos anos e será de grande proveito para os sociólogos, assistentes sociais e todos aqueles que desejam saber para onde marcha a grande sociedade humana.

T. H. MARSHALL, professor emérito de Sociologia da Universidade de Londres, ingressou no corpo docente da Escola de Economia de Londres em 1925 e aí lecionou durante trinta anos. Foi diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, consultor educacional do Alto Comissariado britânico na Alemanha e ocupou vários outros cargos relacionados com a sua especialidade.

CIDADANIA, CLASSE
SOCIAL E STATUS

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

T. H. MARSHALL

Professor Emérito de Sociologia da Universidade de Londres

CIDADANIA, CLASSE
SOCIAL E STATUS

Introdução de
PROF. PHILLIP C. SCHMITTER

Tradução de
METON PORTO GADELHA

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

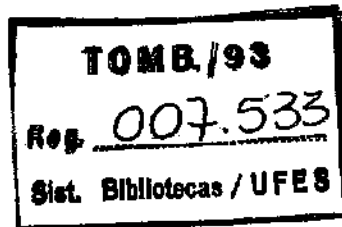
Os ensaios aqui reunidos foram retirados do volume intitulado **IV**
Sociology at the Crossroads and other essays publicado em 1963
por Heinemann Educational Books Ltd., de Londres.

Copyright © 1963 by T. H. Marshall

Capa de
ÉRICO



323.3
M369e



1967

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por
ZAHAR EDITORES
Rua México 31 - Rio de Janeiro
que se reservam a propriedade desta tradução

Impresso no Brasil

INDICE

INTRODUÇÃO, PHILIP C. SCHMITTER	7
PARTE I - A SOCIOLOGIA HOJE E AMANHÃ	
CAPÍTULO I - A SOCIOLOGIA NA ENCRUZILHADA	15
CAPÍTULO II - SOCIOLOGIA - O CAMINHO ADIANTE ..	36
PARTE II - CLASSE SOCIAL	
X CAPÍTULO III - CIDADANIA E CLASSE SOCIAL	57
<i>O Desenvolvimento da Cidadania até o Fim</i> <i>do Século XIX</i>	63
<i>O Impacto Inicial da Cidadania sobre as Classes</i> <i>Sociais</i>	75
<i>Os Direitos Sociais no Século XX</i>	87
<i>Conclusões</i>	107
CAPÍTULO IV - MUDANÇAS NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XX	115
CAPÍTULO V - A NATUREZA DO CONFLITO DE CLASSE	136
CAPÍTULO VI - A NATUREZA E OS DETERMINANTES DO STATUS SOCIAL	146
CAPÍTULO VII - UMA NOTA SOBRE STATUS	172
PARTE III - BEM-ESTAR SOCIAL	
CAPÍTULO VIII - O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL - UM ESTUDO COMPARATIVO	183
CAPÍTULO IX - A SOCIEDADE AFLUENTE EM PERSPEC- TIVA	202

INTRODUÇÃO

Uma editora não precisa de nenhuma justificativa especial para publicar uma tradução dos ensaios de T. H. Marshall, Catedrático durante trinta anos na Universidade de Londres, chefe do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, presidente da Associação Internacional de Sociologia, o Professor Marshall é um dos sociólogos contemporâneos de maior projeção não só na Grã-Bretanha, mas no mundo inteiro. Além de sua vida acadêmica, possui uma ampla experiência na administração pública de seu país, no *Foreign Office* e no Governo britânico de ocupação da Alemanha. A sua "imaginação sociológica" reflete plenamente essa interpenetração de interesses acadêmicos e práticos. Na sua obra, a superestrutura teórica e conceptual nunca excede os limites impostos pela experiência concreta e pelo famoso "bom senso" dos ingleses.

Marshall é um sociólogo da tradição de Tocqueville, Marx, Engels, Pareto, Michels e Weber, ou seja, é um sociólogo que focaliza, primordialmente, os processos de mudança social e as suas conseqüências, especialmente em relação a instituições e valores políticos. Situa esses processos no seu contexto histórico e conceptualiza-os em termos comparativos. A interação entre inovações tecnológicas e mudanças na estrutura social, o impacto destas últimas sobre as normas e valores sociais, o *feed-back* (efeito de retorno) que os novos valores produzem sobre as instituições existentes — estes são os principais focos de análise nesta coleção de ensaios e conferências do Professor Marshall, como nas obras dos outros sociólogos dessa tradição. Todos eles discutem, fundamentalmente, um tema central: os efeitos do desenvolvimento — da diferenciação estrutural e especialização funcional das atividades humanas — sobre os valores e as instituições da sociedade. Todos os sociólogos dessa tradição concordam em que existe um conflito inerente a esse processo entre os seus efeitos igualitários e desigualitários, entre o seu impacto em termos de uma crescente polariza-

ção no controle e na distribuição de recursos e o seu impacto em termos de uma progressiva uniformização de privilégios sociais e direitos políticos. Este modelo da sociedade industrial que postula em seu seio uma tensão interna bipolar foi recentemente batizado por Ralf Dahrendorf de "the coercion theory of society" ("a teoria da sociedade baseada na coerção").¹

As interpretações diferem consideravelmente no que diz respeito ao "resultado" dessa tensão básica. Tocqueville predisse o suave triunfo do "desejo de igualdade" através do Estado onipotente e onibeneficente. Marx predisse o triunfo cataclísmico dos alienados através de uma crescente polarização de interesses materiais. Talvez a interpretação que dá T. H. Marshall (e, mais recentemente, Ralf Dahrendorf e Seymour Martin Lipset, entre outros), de que nenhuma das tendências em oposição fatalmente triunfará, resolvendo de uma vez por todas a contradição fundamental, e de que a persistência dessa tensão fornece à sociedade industrial o seu dinamismo tão particular, seja a mais produtiva hipótese básica. Pelo menos esta é a nossa opinião.²

Como assinala Seymour Martin Lipset na sua introdução à edição norte-americana deste livro,³ quando apareceram os ensaios de Marshall (principalmente entre 1938 e 1953), eles pareceram um tanto "old-fashioned" ("fora de moda"). Esta tradição da Sociologia histórica e comparativa, que focaliza processos dentro de sociedades globais e utiliza o conflito como um de seus conceitos básicos, parecia "superada" pela "nova ciência" da Sociologia. Essa nova Sociologia, de procedência principalmente norte-americana, utilizava teorias sistemáticas em um alto nível de abstração ou focalizava a comprovação de hipóteses de pequeno alcance com base em técnicas quantitativas. Os seus principais conceitos eram (e ainda são) interação, interdependência, equilíbrio, manutenção, variáveis-padrão

¹ Ralf Dahrendorf, *Class and Class Conflict in an Industrial Society*, (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1959), pp. 157-205, *passim*. O modelo que predomina na Sociologia norte-americana éle chama "the integration theory of society".

² Para uma tentativa de definir a política em função desta dualidade, ver nosso "Reflexões sobre o Conceito da Política", *Revista de Direito Público e Ciência Política*, setembro de 1965. O autor brasileiro que utiliza mais claramente esta hipótese inicial é Celso Furtado. Ver o seu *Dialética do Desenvolvimento* (Rio: Fundo de Cultura, 1964), especialmente os capítulos V e VI.

³ *Class, Citizenship and Social Development* (Nova York: Anchor Books, 1965), pp. vi et seq.

e integração. Embora esta nova tradição continue muito ativa e inventiva, a situação já não é a mesma.

Irônicamente, o *old-fashioned* passou a ser *new-fangled* (a estar na moda). A velha guarda de autores "pré-científicos" veio a inspirar a vanguarda da Sociologia contemporânea: os estudiosos da "Sociologia do Desenvolvimento". Ao lado de um verdadeiro renascimento de interesse pelas obras dos clássicos do século XIX, um número crescente de sociólogos trata de incorporar os novos avanços conceptuais e metodológicos a essa "antiquada" perspectiva histórica e comparativa.⁴ Na base dessa nova subdisciplina da "Sociologia do Desenvolvimento" está a suposição de que muitos dos processos e problemas das "velhas nações" se repetem ou vão-se repetir nas "nações novas". A reestruturação dos estratos sociais, a implantação de novos valores sociais, a adoção de novos padrões de comportamento, a formulação de novas identificações políticas, a incorporação de novos grupos sociais ao sistema político, o estabelecimento de um novo tipo de legitimidade política — são alguns desses processos e problemas.

Nessa discussão sobre as consequências sociais e políticas do desenvolvimento, a contribuição do Professor Marshall merece uma consideração especial, não simplesmente por ter sido um dos pioneiros no campo, mas também por ser um dos que abordam o assunto com maior objetividade, com menor *parti pris*.

Não obstante as amplas razões acima citadas, há motivos mais específicos para a publicação de uma edição brasileira do seu *Sociology at the Crossroads*. Parece-me que os principais temas desta coleção são especialmente oportunos para o público brasileiro, tanto o leigo quanto o acadêmico, na presente conjuntura do país.

Os primeiros ensaios tratam da Sociologia como disciplina, sendo o segundo uma espécie de continuação do primeiro.⁵ Num momento em que a Sociologia brasileira procura um estatuto profissional definitivo, em que ela se afasta, de um lado,

⁴ Nomes que vêm imediatamente são, nos EUA: Seymour Martin Lipset, Reinhard Bendix, Lewis Coser, William Kornhauser e C. Wright Mills; na Grã-Bretanha: T. B. Bottomore, George Lichtheim, Eric Hobsbawm; na França: Raymond Aron, Michel Crozier, François Bourricaud, Alain Touraine; na Alemanha: Theo Pirker, Ralf Dahrendorf; na Polónia: S. Ossowski; no Brasil: Gláucio Soares, Florestan Fernandes, F. H. Cardoso, F. Welfort e O. Ianni.

⁵ O primeiro capítulo é a aula inaugural que o autor deu na London School of Economics and Political Science em 1946. O segundo é a sua conferência comemorando a fundação da cadeira de Sociologia na Universidade de Cambridge em 1960.

do diletantismo literário e do amadorismo teórico e, de outro lado, do dogmatismo ideológico, ela precisa de uma reflexão sistemática sobre as suas bases teóricas e os seus rumos estratégicos. Temos em várias obras de Florestan Fernandes, Luís A. Costa Pinto e Guerreiro Ramos o começo dêsse debate. Os ensaios de Marshall oferecem uma valiosa contribuição, sobretudo no que diz respeito a uma estratégia que tem sido muito frutífera na Sociologia norte-americana e europeia — a chamada abordagem por “teorias de médio alcance” ou, na expressão mais literária de Marshall, “*sociological steppingstones in the middle distance*”.

O capítulo III é um clássico da Sociologia.⁶ Nêle o autor desenvolve o seu conceito de “cidadania”, e traça a interação entre a crescente igualdade política e a crescente desigualdade econômica, e mostra como, através da política social, o primeiro processo logrou modificar o segundo. Creio que ninguém nos acusará de deformação partidária quando afirmamos que o Brasil está em plena crise de cidadania. Quem participará na formulação de decisões de autoridade? Como participará? São questões de grande atualidade. O Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda não afirmou, mesmo formalmente, o direito político básico: o de toda a população participar igualmente das eleições. Em termos da participação efetiva, e não simplesmente formal, do cidadão nos seus partidos e nas suas associações representativas, o problema fica por resolver. O Brasil ainda não escolheu entre a participação “espontânea” do pluralismo democrático e a participação “mobilizada” do revolucionarismo nacionalista. Embora seja pouco provável que o Brasil siga o padrão da Grã-Bretanha que serviu de modelo para Marshall, a sua discussão da tensão entre participação política e o desenvolvimento de uma sociedade de classes desigualitária é de grande relevância. Nos capítulos IV, V, VI, VII, o Professor Marshall aborda a definição de alguns dos conceitos e processos mais significativos da “*coercion theory of society*”: estratificação social, conflito de classes, *status*.⁷

Os últimos capítulos desta coleção, dedicados à análise comparativa do *Welfare State* e da *Affluent Society*, talvez pareçam pouco apropriados para o público brasileiro, senão como

⁶ Apareceu originalmente em *Citizenship and Social Class* (Londres: Cambridge University Press, 1950).

⁷ O capítulo IV foi publicado originalmente nas *Transactions of the Third World Congress of Sociology*, 1956, vol. III. O capítulo V apareceu em *Citizenship and Social Class*, *op. cit.* O capítulo VI foi retirado do *Yearbook of Education*, 1953; o capítulo VII do *Ghurye Felicitation Volume*, Bombay, Índia, 1954.

previsão muito antecipada do possível futuro da sociedade.⁸ Não obstante, num momento em que o Brasil parece hesitar entre um esforço “liberalizante”, que rechaçaria as conquistas da política social dos últimos trinta anos como sendo “paternalistas” e “prematuras”, e uma continuação dessa mesma política de medidas doadas aos estratos sociais antes de se mobilizarem em termos de uma consciência comum, vale a pena meditar sobre as diferentes experiências dos países já industrializados.

Para finalizar, eu chamaria a atenção do leitor em potencial desta coleção de ensaios para o fato de que o Professor Marshall, dentro da melhor tradição acadêmica inglesa, é um autor que se preocupa com a comunicabilidade de suas idéias. Numa época em que os sociólogos, através de sua crescente especialização e quantificação, tendem a construir uma linguagem esotérica e a limitar a sua audiência a um pequeno “*in-group*” de colegas acadêmicos, Marshall se destaca como um dos poucos que podem exprimir idéias complexas e sutis num estilo acessível ao público em geral.

Por ser original na sua concepção, por ser apropriado à realidade nacional e por ser representativo de uma grande tradição sociológica, êste livro de T. H. Marshall merece plenamente a sua inclusão dentro da crescente bibliografia brasileira de Ciências Sociais.

PHILLIP C. SCHMITTER

⁸ O capítulo VII apareceu pela primeira vez em *The European Journal of Sociology*, Vol. II, n.º 2, 1961. O XI é uma conferência ainda não publicada.

PART E I

A SOCIOLOGIA HOJE E AMANHÃ

CAPÍTULO I

A SOCIOLOGIA NA ENCRUZILHADA

Quando relembro aquêles dias de outubro do ano passado quando nos reunimos neste prédio,¹ e tive de abrir passagem, através de uma multidão exaltada, para o vestibulo, e galgar as escadas quase de um pulo só para achar meu gabinete, meus colegas ou algo para comer, duas imagens retornam à minha mente. A primeira se refere a um cartaz, colocado no corredor do terceiro andar, contendo, em letras enormes, as palavras sinistras "A QUESTÃO SOCIOLOGICA". Ao cruzar com êle de rojão, como um cavalo assustado, senti algo, inexplicável, que me dizia que o referido cartaz era um mau presságio do rumo dos acontecimentos futuros. A segunda se relaciona com o triste estado em que se encontrava meu colega, Professor Ginsberg, quase que literalmente submerso por ondas contínuas de estudantes que invadiam seu gabinete e lá se amontoavam. Êsses fenômenos exercem alguma influência sobre o assunto do qual falarei esta tarde. Fornecem o contexto no qual devemos situar as duas questões a serem examinadas: Onde se encontra a Sociologia em nossos dias?, e Por que caminho deveria enveredar no futuro? Ou, em outras palavras, por que esta multidão nos faz exigências? De que estão à procura, e o que lhe poderemos oferecer para satisfazer seu desejo?

Mas não devemos tirar conclusões muito precipitadas. Um grupo de pessoas que caminha ao longo de uma estrada pode estar sendo levado por atração ou repulsão. Há uma diferença tremenda entre uma multidão que se dirige a um jogo de futebol e um batalhão de refugiados. Não é impossível que êsses estudantes estejam fugindo de alguma coisa ao invés de estarem correndo, ansiosamente e com uma visão clara do obje-

¹ Esta aula inaugural foi pronunciada na *London School of Economics* em 21 de fevereiro de 1946.

tivo a ser alcançado, em direção a alguma coisa. Podem ter chegado à Sociologia por um processo de eliminação. Talvez tenham achado que a Economia fôsse muito abstrata e a Geografia por demais concreta, a História muito ampla e a Estatística assaz estreita, o Direito muito sêco e a Ciência Política muito temperada para seu paladar. A Sociologia poderia, talvez, oferecer um clima mais ameno e uma dieta mais apetitosa. Ao menos, valia a pena tentar.

Mas, mesmo que esta fôsse a explicação, serviria de indício de uma mudança significativa na mente do público. Pois serei o primeiro a admitir que a Sociologia não tem gozado de alta reputação na Inglaterra e que, mesmo em nossos dias, ainda é encarada com uma certa suspeita. Quando me sentei nesta sala, há apenas duas semanas, e ouvi as palavras "sociólogo" e "sociológico" murmuradas entre a audiência, pensei que houvesse percebido um leve traço daquela inflexão de voz que torna o uso de outros epítetos depreciativos supérfluo. Estou de pleno acôrdo com o Professor Ashton quando êste condena o mau trabalho realizado pelos sociólogos no passado com base no fundamento que tal trabalho foi a-histórico. Mas lançaria, imediatamente, um protesto se alguém expressasse sua desaprovção pelo mau trabalho realizado pelos historiadores e economistas tachando-o de sociológico. Não estou acusando o Professor Ashton disso, mas houve um tempo em que tal emprego de palavras não era inconcebível. A reputação da Sociologia foi afetada em parte, creio eu, pelo tipo de companhia que foi obrigada a manter. Havia entre seus devotos muitos daqueles indivíduos extremamente sinceros que se aproximavam com o coração todo aberto e o cérebro meio fechado, inspirados igualmente por uma profunda fé na bondade fundamental das coisas e uma firme determinação de torná-las muito melhores. Não estou sugerindo que a maioria de seus amigos fôssem dêsse tipo, mas tal tipo era suficientemente conspicuo ao ponto de se prestar a uma caricatura inamistosa e, possivelmente, de influenciar os expoentes da matéria. Muitas vêzes, os sociólogos são acusados de serem confusos, mas não há nada que contribua mais para um pensamento confuso do que a consciência de que alguém se dirige a um rebanho de carneiros. Mas os tempos mudaram.

A prova dessa mudança não se encontra sòmente no número de matrículas da *London School of Economics*. Êsse influxo de estudantes não é uma migração sem rumo; é um sintoma de um movimento mais amplo. Se penetrarmos nesses grupos de homens e mulheres que, em nossos dias, estão explorando, muitas vêzes com um objetivo prático imediato em vista,

os problemas que afligem a sociedade contemporânea, ou naqueles cuja principal preocupação é a ação ao invés da pesquisa pura, defrontar-nos-emos, repetidas vêzes, com o fato de que a Sociologia não é sòmente desejável, mas essencial ao trabalho dos referidos grupos. O chamado aí está; o problema se resume em *se* e *como* pode ser respondido. Poderá a Sociologia, de fato, oferecer uma contribuição especial, um corpo de conhecimento, uma perspectiva, uma disciplina e um método, ou é ela sòmente uma colcha de retalhos de outros campos das Ciências Sociais? Podemos alimentar essa multidão faminta com nossos próprios recursos ou teremos de importar alimentos de territórios ocupados por outras Ciências Sociais — um pouco de Teoria Econômica, umas pitadas de Estatística, alguma coisa de Direito, um mínimo de Psicologia e umas poucas fatias da nutritiva História, tudo isto misturado para fazer um prato delicioso? É esta a posição? Bem, se esta fôsse a posição, a Sociologia poderia, muito bem, estar na encruzilhada ocupando o túmulo de um suicida. Mas estou convencido de que esta não é a posição.

É verdade, não há dúvida (se me fôr permitido alterar minha metáfora), que tôdas as Ciências Sociais extraem seus dados da mesma mina. Diferem na seleção e no uso que fazem do material que recolhem. Mas não se retiram furtivamente da fonte com o material arrecadado escondido sob seu manto para trabalhar em isolamento até que o produto final esteja pronto para ser lançado no mercado. Há um intercâmbio constante. Quando se efetua a montagem final, várias peças são produzidas a partir da matéria-prima pela própria ciência; algumas são recebidas como produtos semi-acabados e outras como os produtos finais de outras Ciências. Pode acontecer que a Sociologia faça uso mais extensivo dos artigos semi-acabados e manufaturados do que outros ramos das Ciências Sociais, mas isto não quer dizer que não tenha objetivo, ou nenhuma disciplina, nenhum princípio integrador próprio, nem que ela constrói à custa de modelos e métodos emprestados ou, ainda pior, absolutamente sem nenhum método. A Sociologia, acredito, não é um pirata, mas um sócio numa tarefa comum que não pode ser realizada sem sua ajuda. É o reconhecimento dessa verdade que tem causado o rápido despertar do interesse pela Sociologia na Inglaterra nos últimos anos, e em outros países, há algum tempo.

Tem sido afirmado freqüentemente que a tarefa característica da Sociologia é a síntese. Tem sido dito também que a síntese é urgentemente necessária no estágio atual de nosso conhecimento da sociedade. Nenhuma dessas proposições su-

bentende que a análise seja desnecessária ou ultrapassada. Uma ciência que, por si própria, não se ocupasse da análise, ressentir-se-ia de disciplina e método ao lidar com sua matéria-prima e, incidentalmente, seria inadequada como veículo de educação, na qual o treino analítico deve desempenhar um papel importante. É uma época que rejeitasse a análise por causa da ânsia de ver os objetos como um todo estaria, logo, em desacôrdo com a marcha dos acontecimentos. Os dois processos são, na verdade, inseparáveis e as opiniões que citei referem-se a um equilíbrio na ênfase, por um lado com relação a uma seqüência de tempo e por outro com relação a uma divisão do trabalho.

Já é por demais sabido que as técnicas analíticas se desenvolveram rapidamente no século XIX. Parece claro que, em nossos dias, estamos tentando restabelecer o equilíbrio. Estou um pouco cansado daqueles que atacam os economistas clássicos e seus sucessores por causa da preocupação deles com abstrações fascinantes tais como o homem econômico e a concorrência perfeita, e julgam um instrumento metodológico como se este se arrogasse em interpretação última da realidade. Mas é preciso admitir que mesmo os melhores métodos estão sujeitos a abuso, especialmente nas mãos de praticantes semiqua-
lificados.

Difícilmente um físico aplicaria conclusões tiradas da observação do comportamento de corpos num vácuo a condições do mundo exterior sem levar em consideração a resistência do ar, mas erros quase tão banais como este podem ser cometidos por aventureiros, por demais ansiosos, nas Ciências Sociais. A passagem da teoria pura para a realidade nas Ciências Sociais tende a ser feita em dois estágios, e é possível que o primeiro processo seja completado e o segundo omitido. Difícilmente um economista tirará conclusões práticas de teorias da concorrência perfeita sem adicionar premissas importantes e sem levar em consideração as imperfeições existentes no sistema econômico que está investigando. O perigo consiste em que ele toma em consideração somente os fatos e forças que levam o rótulo "econômico" de maneira bastante destacada, indicando que lhe dizem respeito. Mas a indivisibilidade da vida social é tal que classificações desse tipo não podem ser feitas de maneira segura; e uma grande parte do conhecimento necessário para aplicar-se a teoria econômica à realidade não é de natureza econômica — é social, política, legal e psicológica. E, enquanto os fatos econômicos relevantes podem ser analisados à luz da teoria econômica, os outros fatos sociais não são senão matéria morta a não ser que sejam manipulados em

têrmos de um corpo de teoria que não é econômica, mas, em grande parte, sociológica. Um especialista das Ciências Sociais não pode tratar especialistas vizinhos como o artesão trata o aprendiz que lhe estende a mão para dar-lhe os materiais e peças à medida que são necessárias para a consecução da tarefa. Devem trabalhar conjuntamente, como que numa sociedade, ou, se isto não fôr sempre possível, ao menos em seqüência. Como o Professor Hicks disse certa vez:

O economista, ao se retirar com o problema, não deseja, em última análise, guardá-lo só para si. Procura, sempre, referi-lo a algum dado, isto é, a algo que seja extra-econômico... sempre quer entregar o problema a algum sociólogo ou outro — se há um sociólogo esperando por ele. Muitas vezes, não há.²

Isso é melhor do que nada, embora não seja aquilo que eu chamaria de um convite entusiasta para colaborar e traz um ferrão na causa — "Muitas vezes, não há". Isto, receio, é verdade.

Outro setor no qual a análise fez rápido progresso foi no da Psicologia, e a própria palavra "análise" faz parte do título de uma das mais vigorosas escolas de pensamento desta ciência. Mas a experiência, para a qual o serviço de seleção e reabilitação das forças armadas na última grande guerra desempenhou um papel importante, tem feito com que muitos de seus praticantes sintam a necessidade da síntese. Se se deseja revestir de carne o osso aquela estranha procissão de figuras fantasmagóricas que vagam pelas páginas da literatura psicanalítica — o Ego, o Superego e o Id: Édipo, Narciso e Polícrates — tem-se de fazer com que penetrem o tecido vivo não só do homem individual no consultório, mas também do homem social na cidade e no povoado, no clube e na fábrica. Ao mesmo tempo, a Psicologia Industrial tem, cada vez mais, desviado sua atenção dos estudos de movimento e de mensuração de fadiga para os elementos humanos na cooperação industrial.

A tarefa da síntese nos foi impingida pelos acontecimentos de várias maneiras. No último quarto de século, o mundo tem assistido a um choque violento de civilizações contemporâneas movendo-se simultaneamente em direções diferentes. O contraste não se faz entre o velho e o novo, o estático e o dinâmico, mas entre o que parecia ser espécies distintas da socie-

² J. R. Hicks, *The Social Sciences: Their Relations in Theory and in Teaching*, 1936, p. 135.

dade humana, cada qual com seu próprio princípio vital. Muitos dos que tentaram apreender o significado desse fenômeno e avaliar suas conseqüências se tornaram sociólogos a despeito da própria vontade. O fascismo e o comunismo não podem ser explicados em termos de política ou Economia somente, e entre aqueles que concentraram sua atenção sobre um único aspecto, alguns chegaram à conclusão de que tais fenômenos eram diametralmente opostos, e outros, de que eram basicamente os mesmos. O desacôrdo se deveu, em grande parte, não há dúvida, a preconceitos políticos, mas só pode ser resolvido pela síntese; julgamentos radicais são decorrências, é natural, de exames parciais ou preconcebidos. A sociedade totalitária — isto ao menos é óbvio — deve ser estudada "totalmente".

Uma pressão semelhante está sendo exercida pelas modificações dentro de nossa própria sociedade. Torna-se visível onde quer que haja planejamento, pois, conquanto limitado e especializado um plano possa parecer no papel, só pode traduzir-se em ação através de seu impacto sobre indivíduos, grupos e comunidades nos quais as forças complexas da vida social se encontram e integram. E assim descobrimos que aqueles que se preparam para o dia em que a reconstrução das cidades e da zona rural possa iniciar-se na Inglaterra estão falando sobre "unidades de vizinhança" e "espírito de comunidade" e recorrendo à Sociologia para ajudá-los a descobrir as realidades que se escondem por trás desses conceitos. Nem é acidental o fato de que as medidas de previdência social estejam, hoje em dia, sendo integradas num esquema global único que leva em consideração a unidade, não só da vida individual, mas da família. Mas quero ressaltar que, quando aponto esta conexão entre a Sociologia e o planejamento, não desejo insinuar que o sociólogo seja, por definição, um socialista. Estou apenas chamando a atenção para o fato inegável e indisputável de que o planejamento ocorre em escala cada vez maior e que desperta um crescente interesse e procura por pesquisas sociológicas.

E há outras atividades de natureza similar que não vêm à mente tão prontamente como exemplos de planejamento. Na Medicina, por exemplo, tem-se verificado nos últimos anos a queixa comum segundo a qual a especialização levou ao tratamento da moléstia ao invés do paciente e que isto deve ser corrigido pela remontagem, por assim dizer, do homem individual em seu contexto social. Ao mesmo tempo, essa tendência levou-nos da terapia individual, através da saúde pública, para a Medicina Social. A Criminologia, também, tem

agido contra a análise puramente legal do crime e a abordagem filosófica da punição em favor de um estudo mais aprofundado das causas sociais do crime e dos efeitos da pena sobre o criminoso e a sociedade. Ou consideraremos o que vem ocorrendo no campo da educação. Era costume achar-se a classe de crianças tratada como uma massa indiferenciada, com uma única voz e mente, cantando suas lições em uníssono. No outro extremo, era encontrado o ponto de vista segundo o qual cada criança deveria ser considerada como uma personalidade única da qual o professor devia tirar e desenvolver os dons aí plantados pela natureza — e quanto mais a criança se desenvolvesse por si mesma, tanto melhor. A escolha parecia limitar-se entre um monte de pedras e uma bateria de tubos de ensaios. Mas, hoje, se vê a classe como um grupo vivo com uma força educativa própria e se reconhece que o desenvolvimento da criança, que se deve tornar um ser social, tem de ocorrer dentro do campo de ação e reação que tal grupo cria. A natureza dessas relações intragrupais se constitui num dos principais objetos do estudo sociológico. Há, também, o problema de integrar a vida na escola com a vida fora dela. Se uma dicotomia acentuada existir, a criança deve trocar de papéis com a habilidade de um ator profissional à medida que deixa o lar para a sala de aula e a recreação e volta ao lar. Essa análise da criança — se me permitem usar a frase — está cedendo lugar a uma síntese que já afetou a atitude das crianças para com suas escolas. Finalmente, resta o maior problema de todos, o ajustamento da educação para atender às necessidades da vida numa sociedade em mudança. Não é, por conseguinte, de surpreender que um eminente sociólogo fosse nomeado para a cátedra de Educação na Universidade de Londres.

A história se repete se atentarmos para o problema da pobreza. Nas pequenas comunidades antigas, o pobre era uma pessoa conhecida de seus vizinhos e podia ser julgado por eles à luz de suas desventuras e más ações. À medida que a sociedade crescia em tamanho e complexidade, os pobres, como crianças escolares, eram tratados como uma massa indiferenciada. Então sobreveio a análise, dividindo essa massa em categorias de acôrdo com as causas e conseqüências da pobreza. Este foi um grande passo adiante, mas a análise, inevitavelmente, permaneceu na abstração. Um processo ulterior de reintegração se tornou necessário em dois níveis. Primeiro, as causas identificadas pelo seu impacto imediato sobre a pobreza tinham de ser traçadas através de suas causas antecedentes e suas inter-relações com outras forças sociais. Este trabalho

está sendo levado a efeito, mas ainda há muito o que fazer. Basta tomar-se dois exemplos simples: o desemprego é uma causa importante da miséria, mas será que sabemos, tanto quanto poderíamos, algo sobre os obstáculos à mobilidade social e geográfica que podem separar a oferta de trabalho de sua procura? A velhice é uma causa de pobreza, mas quando se inicia? Propõe-se animar as pessoas para alongar sua vida de trabalho, mas duvido que se haja apanhado todos os dados disponíveis necessários para demonstrar o que tal medida realmente envolve. E, em segundo lugar, a reintegração é necessária no nível do indivíduo ou da família, através do estudo de cada caso particular, ou tipo de caso, para ver-se onde as categorias se confundem e que outras circunstâncias exteriores devem ser consideradas. E, finalmente, verificamos que alguns dos fatos caem em grupos de espécie diferente onde se fundem num único todo com outros elementos que não apareciam em nossos cálculos originais. Passamos do estudo de tipos de desemprego para o estudo de áreas onde se encontra o fenômeno da depressão, comunidades dominadas pelo desemprego, mas não compostas inteiramente de desempregados. Ou, tendo descoberto a categoria de pobreza causada por famílias grandes, que aumenta a proporção de crianças pobres, seguimos adiante para examinar o efeito da miséria extrema de algumas crianças na vida comunitária da escola e para estudar o problema num novo contexto grupal. Seria fácil multiplicar exemplos; não mencionei, por exemplo, aquêle que talvez seja o mais óbvio — a passagem da demografia estatística para a demografia sociológica, das taxas de natalidade para os fatores sociais e econômicos que afetam a idade do casamento e o tamanho das famílias. Mas creio que disse o suficiente para mostrar como a pressão dos acontecimentos nos leva, cada vez mais, em direção à pesquisa cujo principal objetivo é alcançar a síntese sob várias formas e em vários níveis, é reintegrar, por assim dizer, grupos e indivíduos que tenham sido divididos pelas abstrações da análise precedente. Ocupei-me por algum tempo deste tema porque achei que êle me permitiu, da maneira mais prática possível, dar uma idéia do tipo de assunto ao qual a Sociologia deveria emprestar sua atenção, a direção geral do caminho que deveria seguir da encruzilhada em que se encontra no momento. E espero que tenha tornado claro que êsse rearranjo de categorias em grupos sociais, êsse movimento da abstração para a realidade, é somente o primeiro passo. Os grupos têm, então, de ser estudados, e isto acarreta uma análise detalhada de um tipo diferente quanto aos princípios e

com a ajuda de conceitos e teorias adequados ao assunto em tela. A oscilação entre os dois métodos não deve cessar jamais.

Mas, o leitor pode muito bem arguir, são êstes, na verdade, os problemas com os quais a Sociologia se tem ocupado? Não tem a paixão pela síntese arrastado-a não para mais próximo da realidade, mas para muito mais longe dela, levando-a para as nuvens de vastas especulações gerais? É verdade, como demonstra o Professor Ginsberg, que uma das raízes da Sociologia "é a Filosofia da História, a qual, nos tempos modernos, se tem constituído numa tentativa grandiosa de interpretar o curso total da história humana como parte de uma visão filosófica mais ampla do mundo".³ Podem-se procurar leis universais do desenvolvimento histórico, princípios gerais de Psicologia Social ou o sentido e valor fundamental da vida em sociedade. Afirmar-se que os valentes ataques a êsses grandes problemas representam perda de tempo seria uma impertinência; mas dizer-se que a pesquisa e especulação nesses altos níveis não deveriam constituir-se na principal preocupação dos sociólogos em geral não é nada mais do que um fato sabido. Poucos possuem o conhecimento ou a energia para levar adiante tais estudos ao ponto no qual qualquer coisa que se aproxime de resultados válidos possa ser obtida — e artimanhas só podem levar à confusão e ao erro. Poucos possuem a objetividade necessária para julgar as provas que juntam sem a ajuda de premissas e crenças formuladas antes do início da pesquisa.

O Professor Toynbee afirma, e o tem demonstrado, que o historiador pode vencer a "tremenda opressão das instituições dominantes do contexto social transitório no qual o pensador vive";⁴ mas o filósofo talvez seja ainda mais espicado de uma maneira penosa. Pois é algo muito difícil exigir-se de um homem imbuído de altos propósitos e percepção aguda do mundo em sua volta que reveja a história com uma mente aberta, tateando em busca de uma crença. Torna-se difícil descartar-se de influências dêste tipo. Ninguém pode deixar de notar o contraste entre o otimismo discreto do quadro do progresso social pintado por Hobhouse e as dúvidas lancinantes de muitos que hoje estão pesquisando as feridas de uma civilização decadente. "Se as experiências dos últimos dez anos", escreve Lewis Mumford, "têm feito com que o volume final apresente cores mais sombrias do que as do primeiro, elas não alteraram o objetivo original... Êsses livros foram escritos

³ M. Ginsberg, *Sociology*, p. 25.

⁴ A. J. Toynbee, *A Study of History*, Vol. I, p. 16.

durante uma época de rápida desintegração social".⁵ E o Dr. Moreno conclui seu livro, *Who Shall Survive?*, com as seguintes palavras: "O problema, portanto, consiste não somente na sobrevivência da atual forma da sociedade humana, mas no destino do homem. Como todas as raças sofrem, quanto a isso, de uma insuficiência comum, irão viver ou perecer juntas".⁶

É surpreendente, também, o número de ângulos sob os quais estes problemas vastos e significativos podem ser encarados. Comte apresenta sua lei filosófica dos três estágios, Mumford oferece um quadro altamente subjetivo do desfilar da história humana e, em particular, do pensamento humano, enquanto Le Play procurava as bases da civilização moderna em estudos minuciosos de famílias camponesas, e Moreno inicia sua procura por uma resposta à sua interrogação cósmica colocando um grupo de crianças recém-nascidas no chão em um berçário, observando os movimentos das mesmas em direção umas às outras e anotando num gráfico. Mas as generalizações amplas e a interpretação dos fenômenos sociais concretos se situam muito longe umas das outras. Não importa por que extremo se comece, a jornada é longa e árdua, e os viajantes são, de maneira irritante, tentados, em sua impaciência em chegar, a saltar, num ponto ou outro, sobre espaço interposto, aterrissando do outro lado estonteados e enfeitados, tendo perdido grande parte de sua bagagem durante o voo. Necessitam de pontos de apoio intermediários, e isto se constitui num dos grandes méritos da obra de Hobhouse, que tentou criar tais pontos de apoio pela análise e classificação das instituições sociais. Mas este é um assunto ao qual retornarei adiante. No momento, desejo somente assinalar que um caminho que sai da encruzilhada leva às leis universais e aos valores últimos. Poderíamos chamá-lo de caminho para as estrelas e, embora poucos possam segui-lo de maneira proveitosa, nunca deveria estar fechado. Mesmo o fracasso de uma mente poderosa na sua tentativa de alcançar o impossível pode ser mais proveitoso do que os sucessos de mentes mais modestas ao realizar coisas que estão ao alcance de todos.

É há outra tentação que pode induzir os sociólogos a permanecerem, por muito tempo, no terreno da abstração. É o jôgo fascinante da elaboração de conceitos. É verdade que sem conceitos não pode haver pesquisas, mas somente uma coleta de dados vaga e desorientada. Por outro lado, é também verdade que, se os conceitos são mal escolhidos, definidos de

⁵ L. Mumford, *The Condition of Man*, Prefácio.

⁶ J. L. Moreno, *Who Shall Survive?*, p. 366.

maneira inadequada, inconsistentes uns com os outros, ou usados com sentidos diferentes por diferentes pesquisadores, a pesquisa não será proveitosa. Assim, ainda há muito a fazer no sentido de padronização e esclarecimento dos conceitos, mas isso devia visar à simplificação e não à elaboração. Isto não significa que a Sociologia possa estar contente com o emprêgo da linguagem ordinária do falar diário. Os sociólogos são, algumas vezes, acusados de escrever longos livros que simplesmente expressam idéias comuns numa linguagem exótica, e não posso jurar que isto nunca acontece. É inquietante, por exemplo, achar o ato de fechar uma porta descrito como "um comportamento atitudinal não-simbólico extrovertido".⁷ Mas se devem levar em conta as dificuldades peculiares de uma ciência que lida com os objetos familiares da experiência diária que carregam consigo um amontoado de ambigüidades e premissas inconscientes enraizadas na linguagem do homem da rua. As palavras não se prestam mais ao uso científico e somos levados a procurar algo melhor. Como Whitehead diz sobre a Filosofia: "A existência de tais perplexidades originárias do óbvio do linguajar constitui a razão pela qual o tópico existe. Assim, a verdadeira finalidade da Filosofia é penetrar a clareza aparente da linguagem comum".⁸ A Sociologia depara com dilema semelhante.

Mas a elaboração em demasia de conceitos pode conduzir a um beco sem saída. Como o Professor Burgess diz: "Muitos dos precursores e mesmo alguns dos cientistas sociais contemporâneos parecem considerar uma análise conceptual da sociedade como se fôsse um substituto da pesquisa. A sobrevivência dessa tradição do filósofo social tem retardado o desenvolvimento da pesquisa sociológica".⁹ Esta é uma afirmação um tanto violenta, mas há mais do que um pouco de verdade nela, e não são os filósofos os únicos a abusar desses exercícios estéreis. Um conceito é uma abstração, e o sociólogo deseja ser prático. Parece mais fácil aproximar o conceito da realidade através da adição de qualificação e premissas relevantes para as condições do mundo real do que testar sua utilidade através de uma pesquisa empírica genuína; e é mais fácil usar-se fatos para ilustração do que para demonstração. E para o professor esse método oferece a atração de capacitá-lo a gozar do sentimento de poder adquirido ao amarrar o cérebro do estudante em nós e desamarrá-lo novamente — o qual pode

⁷ Citado em G. A. Lundberg, *Social Research*, p. 213.

⁸ A. N. Whitehead, *Adventure of Ideas*, p. 285.

⁹ *American Journal of Sociology*, maio de 1945, p. 475.

ser um processo salutar, contanto que não se esqueça de como efetuar a segunda parte do truque. Os conceitos são feitos para aplicação, não para exibição. Havia uma persuasão coercitiva no famoso grito, "Dê-nos os instrumentos e acabaremos a tarefa". Alguém pode ser perdoado por responder menos ansiosamente a um intelectual, seja ele um sociólogo ou outra coisa qualquer, que diz: "Dê-me uma tarefa e passarei o resto da vida polindo os instrumentos".

Mas devo retornar à encruzilhada. Já falei sobre um dos caminhos que vai dar lá, o qual chamei de caminho para as estrélas. Há outro, que poderia ser chamado caminho para as profundezas. Conduz ao dispêndio de uma energia enorme na coleta de uma multidão de fatos, algumas vezes com um sentido inadequado da finalidade para a qual estão sendo coletados. É mais popular nos Estados Unidos do que na Inglaterra, e George Lundberg diz o seguinte a seu respeito:

As acentuadas tendências empíricas na moderna Sociologia têm acarretado o problema da negligência da teoria. Houve uma certa dose de razão por esta preocupação, durante a era recente, caracterizada por pesquisas caras e extensivas sem apoio de hipóteses ou teorias, e ainda há motivo para voltar-se ao assunto.¹⁰

Há várias razões para o surto incontrolado dessas atividades. Uma é o grande número de sociólogos nos Estados Unidos que procuram algo para fazer. Calculou-se que, em 1940-1944, havia 441 institutos com departamentos de Sociologia oferecendo 5 260 cursos sobre o assunto (não incluindo Antropologia e Serviço Social), dos quais somente 9% eram cursos sobre Teoria, Sociologia Geral etc.¹¹ O resto, presume-se, se ocupava de tópicos específicos. Como se pode imaginar, esses cursos devem ser alimentados com dados, e os estudantes devem ter exercícios para fazer. Outra razão é a ambição de trazer as Ciências Sociais para mais perto das Ciências Experimentais através do uso mais acentuado de métodos quantitativos. Entretanto, uma coisa é dizer que se deve mensurar sempre que os dados relevantes possam ser mensurados, ao passo que algo bem diferente é afirmar que tudo o que é mensurável deve sê-lo — e este é um estado mental no qual é fácil de cair-se. Uma terceira razão se encontra na excitação ocasionada pela sensação de que a Sociologia possui métodos próprios — o *survey*, o questionário, a pesquisa de opinião — pelos quais

¹⁰ *American Journal of Sociology*, maio de 1945, p. 503.

¹¹ *ibid.*, pp. 535 e 545.

pode coletar dados que escapam à rede das outras ciências. Uma vez mais, é bom que estes métodos sejam aplicados quando são de utilidade, mas não faz sentido imaginar-se que fatos específicos sejam mais importantes do que os gerais porque exigem instrumentos mais precisos para apreendê-los. A Sociologia pode achar um melhor santo padroeiro do que São Autlicus, aquêle "partidário de insignificâncias", e alguns de nós podem ainda preferir passar o tempo com coisas corriqueiras e óbvias tais como o direito, a justiça, autoridade e cidadania a juntar-se à alegre caçada pelas leis que determinam se os homens se inclinam para a esquerda ou para a direita do balcão quando, embriagados, e que condições sociais determinam o índice de rapidez pela qual esvaziam seus copos.

E há, ainda, uma quarta, e talvez mais significativa, razão. Origina-se do fato, já mencionado anteriormente, de os sociólogos estarem sendo chamados a intervir no preparo de planos de ação. Acredito firmemente que devam responder ao chamado, mas devem ter cuidado para não substituir os serviços prestados. Os fatos são essenciais a qualquer plano social, mas os planejadores estão sujeitos à pressa ou a já saberem, ou pensarem que sabem, aquilo que procuram. A indução científica é um processo vagaroso e difícil e é muito mais fácil e mais rápido organizar dados através do casamento dos mesmos com princípios de política ou cânones administrativos adotados *a priori*. Podem-se obter resultados por tais métodos, mas isto não é Sociologia.

Sugeri acima que o sociólogo geral ou teórico pode tornar-se um escravo de seus conceitos. Do mesmo modo, o sociólogo extremamente empírico pode tornar-se um escravo de seus métodos. Pode parecer herética a afirmação de que alguém pode ser um exagerado perfeccionista sobre métodos — mas, mesmo assim, farei tal afirmação. Por perfeccionista não se deve entender aquêle que considera o mau uso de métodos como o pior crime do código acadêmico; estou de pleno acôrdo com isso. Deve-se entender aquêle que lança um olhar de desaprovação aos que, tendo encontrado dentro do contexto do nosso atual corpo de conhecimento um assunto que exige urgentemente pesquisa, se lançam à pesquisa sem serem capazes de garantir de antemão que os métodos atualmente à disposição deles são adequados para conduzi-los a uma solução final de seus problemas. Os métodos, como os conceitos, só podem ser aperfeiçoados pelo uso, e devem ser constantemente revistos à luz da experiência. Esta tem sido uuma regra de várias gerações de pesquisadores, e serviços importantes são prestados por aquêles que viajam, mas não alcançam a destinação

final. Sem estes experimentos, nenhuma ciência se teria desenvolvido — nem se poderia ensinar uma criança a andar. A crítica destrutiva de um aventureiro honesto é o veneno de uma ciência jovem, mas ele deve ser honesto, isto é, deve fazer uso dos mais rigorosos métodos disponíveis e aplicá-los com critério.

Quando o perfeccionista é um devoto dos métodos quantitativos empregados nas Ciências Experimentais, ele é, muitas vezes, capaz de desprezar a análise qualitativa que tenta descobrir o significado através da observação de perto do processo social em ação. Possui, também, uma tendência de exagerar o valor do material quantitativo e imaginar que a simples acumulação de quadros estatísticos pode ser fonte de conhecimento sociológico. Está certo quando se recusa a tentar, através de manipulação estatística, fazer com que os números realizem o que não podem, mas está sujeito a atribuir ao conhecimento de dados quantitativos um valor absoluto que não possui. Sem dúvida, tais fatos constituem uma contribuição valiosa para o estudo da sociedade. Revelam a magnitude e proporções de nossos problemas, salvam-nos de erros crassos e nos ajudam a formular hipóteses úteis. Mas os fatos em si não são Sociologia. Se me permitem citar, para esclarecer este ponto, as contribuições importantes a esses assuntos feitas por Sir Alexander Carr-Saunders, eu diria que, embora os sociólogos achem *The Social Structure of England and Wales* um trabalho inestimável, estendem uma saudação mais calorosa a *The Professions*, com sua descrição qualitativa de um grupo social influente. Ou tomemos o exemplo da pobreza, uma instituição que permeia a estrutura de nossa vida social. Pode-se deprender do que foi dito acima que o sociólogo não se contentará com um estudo analítico do direito de propriedade. Ele deseja mais do que isso. O psicólogo pode oferecer-lhe uma tese sobre o instinto aquisitivo, ou sobre o medo anal e obsessões por propriedade. Então, um estatístico apresenta números mostrando a distribuição da propriedade. O quadro se torna mais claro e social, mas não é uma síntese; nem mesmo contém o material para efetuar-se uma síntese. Para isso o sociólogo deve explorar o papel desempenhado pela propriedade na vida do indivíduo e sua família, na formação de grupos e na distribuição do poder econômico e político. E uma maneira de ganhar uma compreensão da qualidade dessas funções pode ser conduzir alguns daqueles estudos microscópicos que o Professor Ashton recomendou à atenção dos historiadores.

Mas, se o purista pode pensar que a missão está encerrada quando os dados foram coletados, o entusiasta prossegue

adiante atabalhoadamente. Coleta dados aos montes e atira-os na máquina, esperando que a resposta para seu problema surja quando gira a manivela. Tem ânsia de entregar seu problema a algum estatístico — se houver um estatístico a sua espera. Mas, felizmente, estatísticos, como psicólogos, têm, cada vez mais, adquirido consciência de suas responsabilidades como cientistas sociais e, quando este é o caso, o sociólogo não pode ter maior aliado do que o estatístico. Infelizmente, não tenho tido muito tempo para ocupar-me detalhadamente dos volumes sobre Yankee City escritos, após cinco anos de pesquisa intensiva, por Lloyd Warner e Paul Lunt, mas minhas primeiras impressões não foram tão animadoras quanto seria de esperar. Iniciam a obra falando da dicotomia na Ciência Social entre aqueles que tratam o indivíduo como o fato último e aqueles que tratam o comportamento humano como um fenômeno de grupo. Isto me parece um pouco ultrapassado, e lembra o velho truque de criar um espantalho para derrubá-lo praticado por aqueles que não estão muito seguros de suas próprias posições. E prosseguem: "O projeto de Yankee City, de maneira geral, foi inspirado pela crença numa coleta científica de dados, não como um fim em si mesmo, mas com a finalidade de uma generalização científica posterior num esforço para entender a natureza deles".¹² Não gosto da expressão "de maneira geral", e a palavra "posterior" parece indicar uma certa indiferença quanto ao tipo de generalização para a qual os fatos podem ser usados. É esse temor não é desfeito à medida que se continua a leitura. A base conceptual da pesquisa parece ser vaga e insípida, e os resultados, até o momento, pobres. O tema central é a estratificação social, mas não fui capaz de descobrir exatamente como os autores determinaram os limites das seis classes que identificaram, alocando cada membro da população numa classe e, em nenhum caso, em mais de uma. Mas alguns dos métodos usados são interessantes.

No segundo volume, Warner e Lunt desenvolvem uma técnica de análise posicional.¹³ Trata-se, grosso modo, do seguinte: a relação entre quaisquer duas pessoas é influenciada pela posição social de cada uma; a atitude pode ser de superioridade, igualdade ou inferioridade. A posição de qualquer indivíduo num grupo depende do número de classes representadas e de seu próprio lugar na escala social. Isto revela a complexidade de suas relações de classe no referido grupo. Dadas seis classes e assumindo que todas as combinações sejam iden-

¹² *The Social Life of a Modern Community*, pp. 11, 12.

¹³ *The Status System of a Modern Community*.

tificadas, torna-se fácil chegar-se ao número total de posições possíveis por uma dedução lógica a partir de uma premissa e duas proposições. Mas, na verdade, não se identificam tôdas as combinações possíveis, e a variedade de combinações difere em diversos tipos de grupo ou instituição. E, assim, passamos da dedução lógica ao estudo empírico de Yankee City. As instituições, ou estruturas sociais, são divididas em sete categorias — família, turma, Igreja, associação etc. — e, quando todos os fatos conhecidos são ajustados a êste arcabouço conceptual, 89 posições distintas são identificadas. Uma análise mais detalhada fornece alguns dados interessantes. Mostra que formas de intercâmbios entre classes são mais características de cada instituição e com que tipos de relações interclasses os membros das diferentes classes se defrontam em suas várias atividades. Os fatos nem sempre correspondem ao que se poderia esperar, e o método prova seu valor ao trazê-los à luz. Mas não é uma colheita muito rica. E duvido muito que o método justifique as 86 páginas de dados estatísticos nos quais os resultados são resumidos no final do volume. Não estou certo do que qualquer investigador futuro possa fazer dêles.

Se criticô o trabalho, não é tanto pelo que fêz, o que é de real valor, mas pelo que deixou de fazer. Percebe-se que o imenso trabalho despendido deveria ter capacitado os autores a chegarem mais perto do âmago da matéria. O assunto dêles é "A Vida Social de uma Comunidade Moderna", e isto é algo que não pode ser expresso completamente por algarismos e diagramas. O tópico específico é o papel das classes sociais, o qual é, antes de mais nada, uma questão ligada à qualidade dos relacionamentos. E é evidente que coletaram uma enorme quantidade de material que poderia trazer alguma luz ao problema, mas pouco uso sistemático fizeram dos referidos dados, e parecem não ter consciência de que a elaborada determinação e contagem de posição não é um substituto de um estudo qualitativo. Poderiam ter melhorado consideravelmente o valor de seu trabalho se tivessem adotado os métodos simples de estudo das instituições que prevalecem na Inglaterra, e poderiam ter aumentado ainda mais o valor do mesmo aplicando os métodos da Psicologia Social.

Ao fazer estas afirmações não estou atacando os métodos estatísticos de investigação social. Como eu já disse, o estatístico é um dos mais poderosos aliados que o sociólogo pode ter. Sua ajuda é necessária para extrair material quantitativo relevante de um conjunto complexo de dados, como no caso da distribuição da propriedade que mencionei acima. O sociólogo necessita do estatístico para aperfeiçoar as técnicas de amos-

tragem, sem as quais as pesquisas sociais de grande porte não são possíveis. Deve utilizar-se de seu aparato técnico para calcular correlações entre fenômenos inter-relacionados e também na construção de escalas e instrumentos de mensuração sem os quais correlações de certos tipos de fenômenos não podem ser feitas. E isto me leva a um dos temas mais controversos no método sociológico — a mensuração de atitudes e qualidades mentais e o uso de escalas sociométricas.

A crença de que êstes são métodos "modernos" que se desviam bruscamente dos caminhos da ortodoxia é, suponho, baseada numa falsa concepção pela qual alguns de seus partidários são talvez, em parte, responsáveis. Na verdade, o próprio termo "mensuração de atitudes" é enganoso, pois o que se mede não é um estado de espírito, mas sua manifestação em certas formas específicas de comportamento. Ninguém objetaria ao cálculo de um índice de casamento com base no argumento de que o amor é uma paixão que desafia um instrumento de mensuração. Ninguém condenaria os estudos de taxas de criminalidade porque não medem propensões para o crime. A pesquisa de mercado está sempre medindo atitudes e preferências expressas por hábitos de compra, e alguns índices igualmente objetivos podem ser encontrados em comportamentos que exprimem preconceito de raça e consciência de classe. Mas, enquanto o vendedor está interessado apenas numa forma de comportamento — comprar — o sociólogo que estuda o preconceito de cor se interessa por tôdas as formas de comportamento que exprimem a atitude, e algumas delas são por demais sutis para serem observadas e classificadas. Além disso, aquelas que podem ser classificadas e registradas devem ser pesadas a fim de produzir um único índice, e é neste ponto que surgem as maiores dificuldades. Quando uma expressão verbal é usada como índice de uma atitude ou preferência, há outra complicação. Não só as palavras e frases comportam diferentes pesos para pessoas diferentes, mas o testemunho pode ser consciente ou inconscientemente falsificado, como sabem todos aqueles que já tentaram elaborar um questionário. Mas a experiência e a experimentação têm fornecido várias técnicas para reduzir êsses obstáculos, e acredito que, dentro de certos limites, êsses métodos podem ser usados para aumentar nosso conhecimento do comportamento humano. Não são perfeitos e nunca serão quantitativamente exatos. Podem, em alguns casos, não medir absolutamente nada no verdadeiro sentido da expressão, mas apenas avaliar, arranjar em ordem de magnitude. Mas isso é muito melhor do que nada. Talvez não nos

apresentem a verdade integral, mas nos levem para mais próximos dela. A importância desse avanço só poderá ser descoberta pela tentativa.

Receio que divaguei por um campo muito amplo e que deixei a Sociologia na encruzilhada onde a achei. Que caminho deverá ela seguir? Não recomendo o caminho das estrêlas; os sociólogos não deviam despender tôdas as suas energias na procura de generalizações amplas, leis universais e uma compreensão total da sociedade humana como tal. Talvez cheguem lá mais tarde se souberem esperar. Nem recomendo o caminho arenoso das profundezas do turbilhão dos fatos, que enchem os olhos e ouvidos até que nada possa ser visto ou ouvido claramente. Mas acredito que haja um meio-térmo que se localiza em chão firme. Conduz a uma região cujas características não são nem gargantuanas nem liliputianas, onde a Sociologia pode escolher unidades de estudo de um escopo manejável — não a sociedade, progresso, moral e civilização, mas estruturas sociais específicas nas quais as funções e processos básicos têm significados determinados. O conhecimento que temos adquirido dos tópicos mais amplos deveriam ser aplicados para iluminar nossas pesquisas mais modestas ao invés de como um ponto focal no qual deveríamos concentrar continuamente nossa atenção. Penso, também, que o campo mais frutífero, embora não seja o único, de trabalho será encontrado na sociedade mais ou menos contemporânea. Uma vez mais, a visão mais ampla é esclarecedora. Mas arrisco sugerir que, no estágio atual de nosso conhecimento, seu principal valor reside na educação e não na pesquisa. O contraste de culturas completamente diferentes ajuda o estudante a livrar a mente de premissas e preconceitos implícitos em seu julgamento de fenômenos sociais familiares e faz com que êle, estudante, duvide de coisas as quais está inclinado a aceitar sem discussão. Sugere, também, tópicos para investigação por um verdadeiro método comparativo e hipóteses experimentais com as quais atacar tais tópicos.

A procura daquilo que chamei de "pontos de apoio intermediários" tem sido o objeto de muitos daqueles que abraçaram a investigação sociológica. Durkheim enfrentou o dilema de descobrir um meio-térmo entre uma filosofia vaga e abstrata e monografias puramente descritivas, e encontrou-o no conceito de tipos sociais ou espécies.¹⁴ Hobhouse agrupou seus estudos

¹⁴ E. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique*, p. 95.

empíricos ao redor da estrutura e funções das instituições sociais. Max Weber aperfeiçoou o seu "tipo ideal" pelo qual uniões de qualquer tamanho poderiam ser escolhidas e normas estabelecidas em relação às quais as variações encontradas no mundo da realidade podiam ser medidas. O Professor Mannheim advoga a aplicação de "princípios médios" os quais êle define como "forças universais num contexto concreto da maneira que se tenham integrado em função de vários fatores em funcionamento num dado espaço e num dado tempo".¹⁵

Penso que a tarefa mais urgente da Sociologia, em nossos dias, é o estudo desses fenômenos limitados dentro do "contexto concreto" da civilização contemporânea. Os novos métodos sobre os quais falei, alguns já tendo provado sua validade e utilidade e outros ainda em experiência, nos oferecem os meios para fazer isso de uma maneira não permitida a nossos predecessores. Ao escolher tópicos, é natural que sejamos influenciados pela natureza dos problemas práticos que se nos defrontam. Há vantagens reais em relacionar a pesquisa com temas correntes. Em primeiro lugar, é estimulante e possui uma finalidade determinada e não está tão sujeita a levar-nos a investigações aleatórias. Em segundo lugar, pode haver um número maior de facilidades do que para outros casos. Muitos dos dados atualmente necessários só podem ser coletados por autoridades públicas, e quando as necessidades de momento os forçam à ação os cientistas sociais são os que colhem os frutos. Ao mesmo tempo, estudos em cooperação ou de cientistas sociais podem aumentar de muito o valor das pesquisas oficiais. Há, naturalmente, uma tendência das autoridades públicas para dirigir a atenção para onde haja algo de errado e para deixar de realizar estudos sobre fenômenos normais sem o que não se podem tirar conclusões gerais válidas. Os sociólogos norte-americanos têm sido acusados de seguir essa pista falsa. Elton Mayo afirma que "enquanto a atenção for dedicada somente àquelas áreas nas quais os contrôles sociais se desintegraram, não se aprenderá nada sobre a natureza e o desenvolvimento dos contrôles sociais em si mesmos". Assim, as pesquisas sobre desorganização social "têm de ser contrabalançadas com o desenvolvimento de pesquisas sobre outras situações sociais que não as patológicas".¹⁶ Não penso

¹⁵ K. Mannheim, *Man in Society*, p. 178 (N. do E.: Traduzido para o português e publicado sob o título *O Homem e a Sociedade* por Zahar Editores, Rio, 1962.)

¹⁶ *The Human Problem of an Industrial Civilization*, p. 141.

que os interesses dos cientistas sociais na Inglaterra se tenham limitado neste sentido. Poder-se-ia esperar, por exemplo, encontrar uma concentração de interesses sobre as falhas do sistema social inglês quando o objetivo do estudo e ensinamento é treinar estudantes para carreiras dedicadas a ajudar aqueles que se encontram em dificuldades. Mas não vejo nenhum sinal disto no departamento que herdei de Mr. Lloyd.¹⁷ Sua rara combinação de um amplo conhecimento prático com um pensamento original e estimulante tornou-o capaz de dirigir o Departamento de Ciência Social de maneira brilhante através de um período crítico de rápida expansão, e os nomes de seus predecessores — Tawney, Urwick e Hobhouse — são a garantia de uma estreita perspectiva utilitária ao estudo das Ciências Sociais seria inadmissível. O interesse que se desenvolveu no departamento não é patológico, mas genuinamente sociológico.

Agora, deixem-me acrescentar uma palavra final. A necessidade de cooperação nas Ciências Sociais é geralmente reconhecida, e por ninguém mais do que o sociólogo. A Sociologia na Inglaterra deve muito a homens cuja fidelidade oficial pertenceu a outras matérias. Em meu caso pessoal, os primeiros passos em busca de uma visão sociológica das coisas surgiu do estudo da estrutura da sociedade medieval — nos trabalhos de Seebohm, Vinogradoff e, especialmente, Maitland. Posteriormente, fui profundamente influenciado por cientistas políticos, por encontros e conversas com Lowes Dickinson e pela conversação e trabalhos escritos de Graham Wallas e nosso atual *Chairman*, Sir Ernest Barker. E ninguém que ensine Sociologia nesta escola será capaz de esquecer seu débito para com o Professor Tawney. Essas visitas bem-vindas de Ciências vizinhas me fazem lembrar uma estória contida no livro *Social History of the American Family* de Calhoun sobre os dias da faustosa hospitalidade do Velho Sul. Conta-se que um cavaleiro e sua esposa que tinham sido convidados para jantar com alguns amigos “descobriram que, durante a refeição, um barco tinha sido enviado a Darien, distante 15 milhas, para apanhar a bagagem deles, e que tão contentes ficaram o anfitrião e a anfitriã, bem como os convidados, uns com os outros, que a permanência foi prolongada até que o casal visitante teve duas crianças”.¹⁸ Isto é o que eu chamaria uma jornada proveitosa que bem poderia ter paralelos no campo intelectual. Assim,

¹⁷ C. M. Lloyd foi Diretor do Departamento de Ciências Sociais da *London School of Economics* até 1944.

¹⁸ A. W. Calhoun, *op. cit.*, Vol. II, p. 336.

espero que, à medida que a Sociologia estuda o mapa na encruzilhada, não imite aqueles apaixonados amantes do campo cujo desejo é achar um caminho que leve a um lugar deserto, onde, provavelmente, nenhum outro ser humano se aventurará. A estrada a ser escolhida pela Sociologia deve ter um tráfego intenso, e oferecer a companhia e o intercâmbio com outros do mesmo espírito.

CAPÍTULO II

SOCIOLOGIA — O CAMINHO ADIANTE

Quando a Escola de Economia e Política me convidou para proferir esta conferência¹ sobre Sociologia, aceitei prontamente, como se obrigado pelo dever, mas com algum receio. As boas vindas dadas, até o momento, à inclusão dessa nova matéria no currículo dessa universidade têm sido por demais calorosas. Mas sei muito bem que uma alta nas ações pode anteceder uma queda na cotação das mesmas, e que períodos de lua-de-mel não duram sempre. Sejam os francos sobre isto — a Sociologia em Cambridge está à prova. Possui muitos amigos, bons amigos, que nela acreditam. Pode ter, também, muitos inimigos que estão certos de que eles, pelo menos, nunca acreditarão nela. E há certamente alguns que são da opinião de que, como a praga da Duquesa de Malfi, a Sociologia “tem um longo caminho a seguir” antes de alcançar as estrélas, isto é, antes que possa atingir uma igualdade completa com as disciplinas já estabelecidas do firmamento acadêmico. Dêse modo, o convite para esta conferência continha um desafio para trazer a Sociologia ante vocês e dizer-lhes: “Eis aqui; êste é o animal que vocês acabam de comprar. Dêem uma boa olhada nêle”. Em tais circunstâncias, o artista deve andar delicadamente. Um passo em falso pode ter conseqüências funestas. Tenho de ser cuidadoso para não fazer o papel ao reverso de Marco Antônio, e, tendo vindo para honrar César, acabar enterrando-o. Apesar disso, agradeço o convite e o desafio e sou grato por ambos.

Houve uma sugestão no sentido de que esta conferência fôsse uma espécie de aula quase-inaugural. Não, é lógico, para iniciar-me, pois sou apenas um velho vadio que retornou à cena de suas delinqüências juvenis, mas para inaugurar a Sociologia como uma cadeira dos exames de Cambridge. Mas seja

¹ Pronunciada em Cambridge a 25 de novembro de 1960.

o que fôr, não posso deixar de lançar um olhar àquela época quando me iniciei em outro local, há aproximadamente 15 anos. Minha aula, naquela ocasião, foi intitulada “A Sociologia na Encruzilhada” (ver capítulo anterior). Surpreende-me, hoje, o fato de aquela determinada galinha ter retornado ao lar para empoleirar-se com uma vingança em mente, pois, obviamente, vocês podem desafiar-me a retornar àquela encruzilhada para dizer-lhes o que encontro lá neste momento. Será que a pobre criatura ainda se encontra lá, trêmula, como os viajantes do livro ilustrado de Randolph Caldecott frustrados pelo cartaz cujos quatro braços continham as palavras *Flapley*, *Flepley*, *Flipley*, e *Flopoley*? Ou terá ela escolhido um caminho e seguido o mesmo, confiante no acêrto de sua escolha? E, se assim o fôr, é êste o caminho que lhe recomendei há quinze anos ou trata-se de um completamente diferente? E a que destinação êste a leva? Não me posso queixar de tais perguntas porque, nessas circunstâncias, são razoáveis. Mas, ao mesmo tempo, são enganosas, pois não se devia exigir da metáfora da encruzilhada mais do que servir como pretexto para debate. Nenhuma disciplina científica digna do nome avança por um único caminho, e em nenhuma rota seguida pela inquietamente humana se encontra apenas uma encruzilhada. Há um constante entrelaçamento de caminho e uma procura perpétua de rotas à medida que as fronteiras do conhecimento progredem. Mas, após estas ressalvas, farei o que estiver ao meu alcance para responder àquelas perguntas.

Entretanto, antes de retornarmos à encruzilhada, munidos de lunetas e de um estôjo de pronto socorro para descobrir o que se tem passado, seria desejável que decidíssemos sobre o que estamos a falar ou, se preferirem, de quem estamos à procura. Sinto-me preparado para oferecer uma definição de Sociologia desde que me permitam seguir um dos meus preceitos favoritos, isto é, aquêle segundo o qual, quando definindo uma classe de objetos ou um conceito, sempre procura atingir o alvo em cheio. Não me preocupo com as zonas fronteiriças. As regiões fronteiriças de qualquer classe ou conceito estão sempre ocupadas por uma multidão de caprichos e excentricidades que não pertencem a nenhuma categoria relevante de fenômenos, mas que oferecem oportunidades fascinantes para debates infrutíferos e intermináveis. Entre os piores dêstes se encontram as discussões sobre classe social na qual alguém diz: “Conheci um homem cujo pai era um trabalhador das minas de carvão que ganhou uma bolsa de estudo para cursar a universidade e se tornou um consultor técnico. Mandou o filho para Harrow e Oxford, mas o filho decidiu ser um pequeno fazendeiro e se

casou com a garçonete do bar local. Qual será a classe social dos filhos deste casal?" Jamais se saberá de que trata a Sociologia espezinhando os sociólogos dessa maneira. Uma definição deve focalizar no centro, no típico ou na média e, então, estender-se para as extremidades para ver até onde pode ir e que modificações são necessárias.

O problema central da Sociologia, então, é o estudo analítico e explanatório dos sistemas sociais. O termo "sistemas sociais" deve ser interpretado como que abrangendo tanto grandes sistemas, tais como as sociedades para as quais, conquanto estranho, não temos nomes específicos, mas nos referimos a nações ou Estados, quanto aos sistemas menores e mais especializados que existem no seio dessas sociedades ou cruzam suas fronteiras. Deve, também, incluir aquelas abstrações destinadas a representar tipos diferentes de sistema social como o feudalismo, capitalismo ou comunismo. Estou consciente da temeridade de minha ação, ao empregar a palavra "sistema", palavra esta que sempre traz questões à baila, e ao conceder-lhe o lugar central de minha definição. Há aqueles que duvidam da propriedade de admitir que sequer haja qualquer sistema em relações humanas. Para mim, ao contrário, parece óbvio que se a sociedade não fôsse sistemática não poderia haver Ciência Social. E iria ao ponto de afirmar que se os elementos fundamentais que compõem os sistemas sociais não fôsem essencialmente os mesmos em todas as sociedades (embora combinados de modo diferente) e se as maneiras possíveis de usar esses elementos fundamentais não fôsem limitadas em número, as chamadas Ciências Sociais estariam vazias de toda e qualquer teoria geral. E a Sociologia, que depende mais do que qualquer outra ciência de estudos comparativos, seria a mais abalada por esse vácuo.

Um sistema social, segundo meu entendimento, é um conjunto de atividades recíprocas e inter-relacionadas tendo as seguintes características: as atividades são repetitivas e previsíveis num grau necessário, primeiro, para permitir o comportamento pacífico, ordeiro e que vise a um fim dos membros da sociedade e, segundo, para fazer com que o padrão de ação continue a existir, isto é, para preservar sua identidade mesmo que sua aparência se altere gradativamente. Numa forma ideal, um sistema dessa natureza, ou a "estrutura", como alguns diriam, que é sua conceptualização, poderia ser representado como um modelo que operasse fora da dimensão de tempo histórico ou cronológico, como o motor de um carro que funciona sem considerar o movimento dos ponteiros do relógio de

2 às 2,30 horas.² Acredito que esse conceito de sistema possa ser aplicado ao estudo da sociedade, mas com muita cautela.

Mas ao fazer esta assertiva não suponho que todas as partes do sistema estejam numa relação de dependência direta umas das outras, de modo que uma mudança em qualquer das partes deva acarretar mudanças em todo o resto, ou que tudo que existe numa sociedade esteja integrado no sistema. O núcleo central consiste em constituições e instituições criadas pelo homem, em regras escritas e costumes não-escritos conhecidos por todos, mas a soma total desses elementos não equivale ao sistema social como um todo. Há algo mais do que isto. Há uniformidades e regularidades do comportamento social que não são prescritas por regras, e há motivações, atitudes, aspirações e juízos de valor que possuem significado com relação ao sistema e existem no mesmo. Correm por seus interstícios assim como o sangue flui pelas veias, mantendo a vida e fazendo-o trabalhar. A Sociologia não está interessada apenas nos aspectos perfeitamente institucionalizados da estrutura social, mas penetra-os e mesmo atravessa-os para um mundo que também é intimamente estudado pelo psicólogo social.

Mas isto não é o fim, porque podemos perceber, em toda sociedade, fenômenos que pouco têm a ver com o sistema social, como nós o entendemos, ou que parecem ser estranhos ou mesmo antagônicos a ele. A fim de incluí-los todos no quadro geral, sugiro que, *grosso modo*, podemos dividir os fenômenos sociais nas três classes seguintes: "não-sistema", "pró-sistema" e "anti-sistema", as quais são descritas a seguir. Inicialmente, a categoria "não-sistema". Esta inclui todos aqueles fatos, que ocorrem numa sociedade sem que sejam, de nenhum modo, relevantes para o sistema como tal. Há áreas de livre escolha cujos resultados não auxiliam nem prejudicam a operação do sistema, de modo que a expressão "não-sistema" parece um bom meio de descrevê-las. Em segundo lugar, há zonas de escolha relativamente livre nas quais as atividades não são rigorosamente repetitivas, mas, não obstante, têm seu lugar dentro do sistema e, na verdade, auxiliam a fazer com que o mesmo funcione. É para abranger estes casos que Raymond Firth introduziu o conceito de "organização social" em contraste com "estrutura social" a qual, segundo Firth, denota o simples esqueleto do sistema.³ Essas são as variações e adições "pró-sistema". Finalmente, temos de apresentar o elemento de con-

² Ver, por exemplo, Claude Lévi-Strauss, "Social Structure", em *Anthropology Today*, organ. por A. L. Kroeber, 1953.

³ R. Firth, *Elements of Social Organization*, pp. 35-40.

flito potencialmente "anti-sistema" o qual os sociólogos, de maneira um tanto inexpressiva, chamam de "comportamento atípico", que pode variar desde uma excentricidade inofensiva ao homicídio. Digo "potencialmente" porque muitas das formas de conflito e de desvio das normas não são incompatíveis com a operação contínua do sistema, e algumas formas de conflito são, em verdade, uma parte essencial do mesmo. Por exemplo, há disputas que se constituem, ao mesmo tempo, num modo de cooperação entre rivais. Um exemplo óbvio é um jogo de ténis no qual se encontra prazer pela disputa em si mesma e no qual um jogador necessita do outro para poder jogar, mas não obstante tenta vencê-lo. Um exemplo mais importante é a barganha, um tipo de conflito no qual é do interesse comum das partes alcançar uma decisão aceitável para ambas as partes. E, em algumas culturas, o processo de barganha é tão agradável quanto um jogo de ténis, ou ainda mais. Então, há tipos de conflito dos quais dificilmente se poderá dizer que as partes estejam cooperando uma com a outra, mas estão ambas contribuindo para o funcionamento do sistema cuja autoridade ambas reconhecem. Um caso fronteiro é a batalha entre o promotor e o defensor num julgamento. A imediateza da finalidade comum, ou seja, a obtenção da verdade, e a precisão e a estreita observância das regras do jogo da parte de ambos são tais que quase se poderia dizer que os ilustres cavalheiros estão cooperando mesmo no calor da disputa. Mas a luta entre partidos políticos numa eleição e a concorrência entre rivais na indústria ou comércio contêm uma dose menor de elemento cooperativo. Não obstante, os partidos políticos e os concorrentes comerciais, ao travarem uma luta entre si, estão prestando um serviço essencial ao funcionamento, de um lado, da democracia parlamentar e, do outro, da livre empresa.

Chegamos, então, à área na qual o conflito "anti-sistema" pode surgir. A barganha, como se mostrou, possui um caráter cooperativo, e isto se aplica tanto à barganha individual quanto à coletiva. Mas nesta última, como sabemos, o conflito pode crescer em proporção até que as negociações, como dizemos, "se desintegram" e surge a greve. Esta é uma forma de conflito puro que acarreta uma tensão no sistema social e é considerado doloroso. É um complemento necessário ao processo de barganha. Mas tem havido greves com resquícios de forte rancor porque certas partes tiveram a impressão de que a conexão com o mecanismo de barganha tinha quase desaparecido. Isto se deveu, talvez, ao fato de alguns grevistas acreditarem que estivessem exigindo somente seus direitos e ninguém deveria ter de barganhar por seus direitos. Chega-se, então, a

um ponto no qual a disputa não se dá mais em torno de termos e condições sob as quais o sistema deveria operar, mas em torno da própria legitimidade do sistema em si ou de alguma parte essencial do mesmo. Neste ponto, surge o conflito "anti-sistema" e pode ser traçado, muitas vezes em forma não tão ativas, mas, algumas vezes, em forma mais violentas, correndo como um fio através da história das relações de classe.

Desculpem-me por dedicar tanto tempo a esse problema das relações entre a ordem sistemática e o conflito social, mas se trata de um tópico crucial para meu tema. Há muitos anos, escrevi um artigo sobre o referido tópico que foi transcrito no livro *Citizenship and Social Class* e um estudo muito mais atualizado, num contexto bastante diferente, será encontrado num artigo de David Lockwood no *The British Journal of Sociology* (1956). Assim, não é provável que o tópico seja negligenciado no ensino de Sociologia em Cambridge no futuro próximo.

Finalmente, devo acrescentar somente um detalhe antes de resumir minha definição de Sociologia. Refere-se à mudança social. Apesar do fato de reconhecer a existência de sistemas sociais, a mudança social, até certo ponto, ocorre de maneira contínua. Em parte, é devida a mecanismos que integram o próprio sistema, como as assembléias legislativas, que têm o poder e mesmo o dever de introduzir mudança sistemática. Algumas vezes, é oriunda de elementos não-sistemáticos, isto é, os desvios das normas e os conflitos sobre os quais falei há pouco. E, neste ponto, defrontamos com a mais incômoda das distinções que se tem de fazer neste ramo da Ciência Social porque, obviamente, ela existe e, apesar disso, torna-se quase impossível precisá-la com exatidão: é a distinção entre a evolução e a revolução, entre a mudança que ocorre pacificamente e sem abalar o sistema ou destruir sua identidade e a mudança que o ataca e rapidamente o transforma em algo diferente.

Resumindo: a Sociologia se ocupa do estudo dos sistemas sociais e, se a existência de sistemas sociais não pudesse ser postulada, a Sociologia não poderia existir. Os sistemas compreendem um conjunto de atividades inter-relacionadas que são, em alto grau, previsíveis, repetitivas e cooperativas, quer diretamente como entre indivíduo e indivíduo, quer indiretamente pela contribuição ao funcionamento do sistema comum. Mas há muito numa sociedade que não é sistemático; há atividades importantes que não são exatamente previsíveis; há formas de conflito incorporadas no sistema em si; e há outras formas que atacam o sistema e podem até destruí-lo. Finalmente, os sistemas estão quase que continuamente em mu-

dança; algumas das mudanças podem ser consideradas como crescimento do sistema ou evolução, mas há, também, a mudança que faz violência ao sistema e é a revolução. A tarefa da Sociologia consiste em explorar o intercâmbio desses elementos e em achar a pista para suas relações. E a Sociologia toma a si esta tarefa através do estudo tanto das instituições sociais quanto do comportamento individual. Não há nada de novo em nenhum dos tópicos de interesse que mencionei. A principal finalidade de Comte foi descrever o crescimento ou desenvolvimento em termos de estágios. Max Weber deu grande ênfase à estrutura e sua representação em "tipos ideais". A enorme variedade de formas de conflito fascinou Simmel, Durkheim, impressionado pelo fenômeno do consenso, e ansioso por achar uma definição aceitável do normal — as fundações gêmeas da estrutura — reconheceu que a *anomie*, ou deslocação social, poderia existir e deixar sua marca no comportamento individual sem ocasionar uma completa desintegração do sistema social. E eis uma passagem importante de uma obra de Herbert Spencer: "Para expandir, bem como tornar mais clara, essa concepção da Ciência Social, deixem-me formular uma questão que pertence à sua esfera. Qual é a relação, numa sociedade, entre estrutura e crescimento? Até que ponto é a estrutura necessária ao crescimento? Depois de que ponto retarda o crescimento? Em que ponto impede o crescimento?"⁴ Eis, então, os elementos principais a serem escolhidos e arranjados no estudo dos sistemas sociais: o consenso, o normal e a *anomie*; a cooperação e o conflito; a estrutura e o crescimento. A tarefa é suficientemente ambiciosa para satisfazer as aspirações de qualquer um.

Gastei um tempo enorme dizendo-lhes quem estamos procurando, mas, agora, finalmente posso levá-los de volta à encruzilhada para vermos o que aconteceu com a Sociologia. A escolha com a qual a Sociologia se defrontava, há quinze anos, me parecia mais uma questão de meios do que de fins. Como acabei de dizer, todos os elementos que entram numa descrição da tarefa da Sociologia hoje já estavam representados na literatura daquele tempo. O problema que exigia uma resposta era: quanto de tudo isso pode a Sociologia tomar a si, e ao seguir seu caminho que rumo ou rumos mais provavelmente a levarão a um progresso decisivo? E este foi o problema que ocupou a minha atenção naquela aula inaugural.

Quando examinei as várias estradas nas quais os sociólogos poderiam, então, ser vistos arrastando-se, pulando de cá para

⁴ H. Spencer, *The Study of Sociology* (1883), p. 63.

lá ou se misturando com a multidão de acordo com a natureza de cada um, aponteí duas que me pareciam ser as mais tentadoras e, ao mesmo tempo, as mais perigosas. A primeira era a que, segundo se esperava, conduziria diretamente a um sistema globalizante de conhecimento sociológico ou, no mínimo, a uma explicação completa do desenvolvimento social. Batizei-a, não muito bem, de o caminho para as estrélas. Tinha em mente as tentativas dos grandes fundadores da Sociologia, de Augusto Comte e Herbert Spencer, e também de Hobhouse, e elogiei suas nobres tentativas de alcançar o impossível e expressei minha esperança de que outros, de tempos em tempos, pudessem ser igualmente ambiciosos, contanto que fôssem igualmente bem dotados. Mas ponderei que tentativas deste tipo exigem qualidades individuais raras de intelecto e trabalho e não podem ser incorporadas nos processos rotineiros das escolas de pós-graduação. A história da sociedade humana, desde a sua criação até os nossos dias, não é um bom tópico para uma tese de doutorado. Surgindo como uma ramificação desse caminho, mas atravessando em grande parte a mesma região (e, também, em direção às estrélas), achei outra estrada pela qual caminhavam aqueles cujo objetivo era elaborar um aparato total de conceitos para estabelecer um sistema total de teoria geral. Não me parecem estar fazendo progresso rápido e pensei que essa estrada os conduziria um tanto perigosamente para longe da civilização (no sentido do mundo real). Aqui, uma vez mais, se pode aprender muito com fracassos gloriosos, mas a possibilidade de obter-se um lucro substancial de excursões desse tipo é menor, pois aqueles que escolheram essa estrada são, quase que inevitavelmente, levados a substituírem a verificação de proposições, com o auxílio de pesquisa empírica genuína, pela elaboração de conceitos com a ajuda de exemplos fatuais cuidadosamente selecionados. E isto é duma moléstia insidiosa que pode facilmente desenvolver-se numa forma de paralisia gradativa que difere de seu semelhante físico em que as vítimas se tornam cada vez mais, ao invés de menos, ocupadas à medida que a doença progride.

Pareceu-me que os viajantes desses dois caminhos estavam em perigo de se tornarem aéreos sem terem consciência disso, e que se deveriam fazer esforços para que eles retornassem à realidade.

No outro extremo, notei a crescente paixão pelo uso de técnicas de questionário e entrevista e aparato estatístico para consecução de projetos, alguns deles por demais caros e vagos, outros diminutos e preocupados com minúcias de interesse insignificante, dos quais uma grande parte não parecia ter ne-

nhum objetivo ou pequena esperança de produzir resultados de valor mais duradouro do que umas poucas páginas impressas numa publicação científica e, possivelmente, um doutorado para o autor. Denominei isto, um tanto acertadamente, o caminho para as profundezas — “o caminho arenoso das profundezas do turbilhão dos fatos que enchem os olhos e ouvidos até que nada possa ser visto ou ouvido claramente” (estou citando a mim mesmo). Há quinze anos havia uma considerável angústia devido ao medo de que a Sociologia se afogasse numa enchente de estudos desse tipo. A angústia tem diminuído, mas não desapareceu inteiramente em nossos dias.

Tendo examinado essas duas estradas atraentes, porém inseguras e falsas, sugeri que o que a Sociologia necessitava era algo firme em que pisar, algum lugar entre esses dois extremos — estrêlas e profundezas — e chamei de “pontos de apoio intermediários”. Referia-me a estudos das mais importantes instituições sociais, encontradas em várias formas em tôdas as sociedades; e dos processos e relações sociais universais que se manifestam ao redor e dentro dessas instituições, como cooperação, liderança, comunicação e o resto. E citei, como exemplo conhecido da minha audiência da *London School of Economics*, a maneira pela qual a grande obra de Hobhouse sobre o desenvolvimento social e a evolução da moral foi baseada na comparação científica e cuidadosa de instituições e processos deste tipo.

Reverendo esses fatos, não vejo razão para alterar o ponto de vista então emitido. É verdade que alguém — não me lembro quem — refutou-me recentemente em algum artigo por ter oferecido tal conselho pusilânime. Mas não há nada de pusilânime num convite para seguir um meio-térmo quando, como neste caso, o meio-térmo não representa um compromisso débil que não aproveita o melhor de ambos os mundos. Bem ao contrário. Significa a escolha de tarefas às quais se pode dedicar o maior dos esforços com a esperança de obter-se o melhor dos retornos. E, mais do que isto, somente um avanço seguro pela “estrada do meio-térmo” pode oferecer a base da qual excursões proveitosas podem ser feitas em outras direções. Deveria ser óbvio, penso eu, que estudos cuidadosos e realmente em profundidade de áreas de sistemas sociais selecionados são os melhores pontos de apoio nos quais se pode avançar em direção a uma compreensão maior de sistemas sociais *in toto* e em geral. Darei um exemplo apanhado das tendências atuais da pesquisa sociológica. O interesse dos sociólogos em desenvolvimento social não tem diminuído e há aqueles que, de tempo em tempo, revêem e reformulam as visões gerais e globa-

lizantes dos primeiros mestres. Mas a linha seguida pela pesquisa contemporânea é um tanto diferente. Ao invés de telescópios sondando os horizontes da história humana encontramos microscópios, ou no mínimo lentes de aumento, aplicados ao estudo detalhado dos chamados países subdesenvolvidos — ou “em desenvolvimento” — seus sistemas sociais, sua evolução e seus problemas. Nestes estudos se lança mão, para fins de comparação, de nosso conhecimento histórico da fase equivalente de desenvolvimento daqueles que são agora as civilizações “avançadas”. O interesse por esta área de pesquisa já é suficientemente forte para levar a Associação Sociológica Internacional a escolher a “Sociologia do Desenvolvimento” — a ser tratada da maneira que descrevi — como o tema principal do Quinto Congresso Mundial de Sociologia a ser realizado em Washington, D. C., em 1962.

A fraqueza mais notável de muitos dos métodos de amostragem e estudos quantitativos de comportamento e atitudes se encontra na ausência do apoio de qualquer corpo de teoria ou base de conhecimento testado. Parecem estar em contato íntimo com a realidade, mas, na verdade, estão no ar, sem nenhuma corda para amarrá-los ao significado das coisas. É provável que o fracasso de tais estudos empíricos seja, menos vezes, devido a técnicas de pesquisa do que à falta de uma base firme de conhecimento e teoria e à conseqüente falta de finalidade criativa. Como C. A. Moser afirma: “Deve ser ressaltado que a coleta de dados e fatos não é um substituto do pensamento e trabalho de gabinete e que a facilidade comparativa com que as técnicas podem ser assimiladas é a maior razão pela qual suas limitações bem como seu potencial deveriam ser entendidos”.⁶ Suas possibilidades são maiores e suas limitações mínimas quando são aplicadas como instrumentos por aqueles que adotam um meio-térmo.

Se me perguntassem onde procurar bons exemplos típicos de trabalhos recentes desses viajantes da “estrada do meio-térmo”, minha resposta imediata seria: nos estudos de estratificação social e mobilidade; na investigação cuidadosa e cumulativa das formas e do funcionamento da burocracia, tanto privada quanto pública; na Sociologia Industrial e seus vários ramos; na análise (em colaboração com os cientistas políticos e os psicólogos) do comportamento eleitoral e filiação política; e na pesquisa da comunicação — e deveria recomendar que se prestasse atenção aos atuais desenvolvimentos na Sociologia da Religião e do Direito. Esta não é uma resposta muito ade-

⁶ C. A. Moser, *Survey Methods in Social Investigation*, p. 3.

quada, mas, certamente, não há tempo para fazer-se um apanhado da literatura sociológica recente nem eu teria tempo de fazer tal pesquisa depois de quatro anos como um funcionário público cheio de afazeres.

Fiz o mais que pude para identificar a Sociologia para vocês e indicar que caminho, ao que me parece, ela está seguindo. Assim, o próximo problema, sem dúvida, se refere a transporte; quais, em outras palavras, são os recursos de que a Sociologia pode dispor, na forma de métodos e técnicas, e de dados que podem ser reunidos com a ajuda dos mesmos? Se puder persuadi-los a considerar que estes podem ser respeitáveis, acho que terei cumprido minha missão.

O material usado pelos sociólogos pode, *grosso modo*, ser classificado em duas categorias, documentário e "vivo". Por material documentário se entende aquê usado pelos historiadores, o único material que lhes resta além de objetos físicos remanescentes do passado. Por material "vivo" se compreende a informação coletada diretamente e com uma finalidade específica por meio de entrevistas, questionários e estudos de casos ou por observação direta dos acontecimentos. Refere-se somente ao presente e ao passado recente na medida em que o quadro do passado está fielmente refletido na memória das pessoas que ainda vivem. Um dos principais problemas estratégicos da Sociologia consiste em como combinar o emprêgo dessas duas categorias de material de modo a produzir algo maior do que a soma dos produtos das duas fontes tomadas separadamente.

Ninguém pode ser criticado por fazer uso de fontes documentais contanto que faça bom uso delas, e, quanto a esse ponto, admito que a reputação da Sociologia não está inteiramente livre de manchas. Mas qual a reputação que estará? Não estou preocupado aqui com os erros cometidos por praticantes incompetentes, mas apenas com quaisquer características especiais que podem distinguir o emprêgo feito dessa categoria de material pelos sociólogos como tais. Por exemplo, os sociólogos devem inevitavelmente depender extensivamente de autoridades secundárias sem recorrer às fontes originais. Fazem isto, em parte, porque a vida é muito curta para fazer-se algo mais quando se emprega o método comparativo e necessitam de dados reunidos de um amplo campo histórico; e, em parte, porque fontes originais são algo difícil de usar-se, especialmente se se estende a categoria a ponto de abranger documentos que, embora não "originais" no sentido rigoroso da palavra, são contemporâneos aos eventos que se estudam. Nada é mais susceptível de engano do que o depoimento de uma

testemunha ocular nem mais sujeito a distorções do que diários e correspondência cujos autores se deliciam em escrevê-los. E mesmo o testemunho de tesoureiros nem sempre é digno de ser aceito como representando a verdade absoluta e final. É função dos historiadores filtrar essa coleção variada de autoridades dúbias e dar a outras os resultados de sua cuidadosa avaliação profissional. E certamente não reprovarão o sociólogo por confiar no que os historiadores escrevem. Mas, naturalmente, o uso de fontes secundárias exige habilidade e compreensão que não podem ser adquiridas sem algum treino e uma experiência razoável. Este é um dos pontos positivos da tradição sociológica européia e no qual os norte-americanos estão, sem dúvida, fazendo progressos.

Em segundo lugar, os sociólogos lançam mão de fontes documentais para estudar o presente e o passado recente. Aventuram-se nas revoltas águas da história contemporânea. Os historiadores costumavam dizer, e talvez o façam ainda, que os fatos históricos, como o vinho, precisam de tempo para amadurecer. Não resta dúvida de que deve haver um certo lapso de tempo para que a documentação do período se torne acessível. Será, também, verdade que algum tempo deve passar para que se possam ver os fatos em perspectiva? Ou quer isto simplesmente dizer que, se se deseja avaliá-los em termos de seqüência histórica e de cadeia de causa e efeito, é melhor esperar até que se possa perceber claramente quais foram suas conseqüências e seus efeitos reais? O historiador é feliz nesse aspecto. Uma Ciência Social, segundo se afirma, deve ser avaliada pela sua habilidade em prever; mas é função do historiador conhecer após o fato ocorrido, e isto constitui um tipo de conhecimento muito valioso e satisfatório.

Mas o sociólogo não pode esperar para ver como os fatos se desenvolvem porque, como eu disse, necessita de dados históricos, quer passados quer contemporâneos, para combinar com dados "vivos" que podem referir-se apenas ao presente e ao passado imediato. Sendo assim, terá de fazer o possível sem o auxílio daquele tipo de perspectiva. Esta não é uma desvantagem muito séria para o sociólogo porque ele se ocupa menos do que o historiador com a seqüência de eventos no contexto singular de um determinado tempo e espaço e mais com o conhecimento generalizado dos processos sociais dos quais estes eventos são um exemplo. Num grau considerável, o sociólogo pode substituir a perspectiva temporal ou vertical do historiador pela comparação ou perspectiva horizontal.

E que podemos dizer dos dados "vivos" empregados pelo sociólogo? Podemos admitir a respeitabilidade dos mesmos?

Não discutirei as técnicas de amostragem e análise estatística em parte porque não sou competente para fazê-lo e, por outro lado, porque, embora se tenham cometido erros graves nestes setores de técnicas de pesquisa, os especialistas estão constantemente lutando pelo aperfeiçoamento de seus instrumentos, e ninguém duvida seriamente do valor e validade das referidas técnicas. Assim, deixando de lado esses tópicos técnicos para os especialistas, limitar-me-ei ao estudo de dois aspectos de caráter mais geral.

Eis o primeiro: o material coligido pelo método direto, tal como o questionário, entrevista e estudo de casos, se situa numa posição na escala de originalidade de fonte logo abaixo de documentos genuinamente originais e operacionais, como leis, decretos, portarias e correspondência oficial. Mas deveria ser colocado logo acima das memórias e escritos contemporâneos com os fatos descritos, mas que se ressentem desse caráter operacional imediato, como os diários e cartas que mencionei há pouco. Pois esses são depoimentos não-controlados e, geralmente, não-sistemáticos, sujeitos a toda espécie de distorção subjetiva enquanto o sociólogo cria, por assim dizer, suas próprias fontes originais pela aplicação cuidadosa de instrumentos destinados a este fim, principalmente o de arrancar exatamente o tipo de informação de que ele necessita livre, tanto quanto os processos científicos os podem livrar, dos efeitos de preconceitos, esquecimento e distorção. Naturalmente, esses instrumentos ainda não são perfeitos e, algumas vezes, se faz mau uso deles, mas a experiência aumenta, cada vez mais, nossa compreensão da arte de combinar uma série de questões usando métodos de abordagem diferentes de modo a criar uma "bateria" (como os psicólogos a chamam) muito mais efetiva e válida do que qualquer número de textos de regulamentos isolados. Nunca será demais exprimir minha crença de que esses métodos de investigação tenham aberto para os cientistas sociais e historiadores sociais fontes de informação de valor inestimável e de um tipo que nunca possuíram antes, e que seria loucura pura e simples recusar-se a fazer máximo uso delas com base no argumento segundo o qual devem ser manipulados com cuidado e discriminação e que, mesmo então, não são infalíveis. O investigador honesto não deve deter-se pelo medo de cometer erros. O remédio para esses erros é um maior, e não menor, número de pesquisas, de modo que os erros dos pioneiros possam ser corrigidos pelos seus sucessores no campo.

O segundo aspecto a ser por mim examinado pode ser apresentado por uma referência a uma resenha literária recente na qual fui bastante rude ao comentar uma frase num livro

escrito por Barbara Wootton, segundo a qual "seja lá quem tenha a palavra inicial, a última está sempre com o estatístico". Afirmei, então, que esta era uma doutrina muito perigosa por duas razões. Em primeiro lugar, importa e muito quem tem a palavra inicial; nada, em verdade, é mais importante para o bom êxito do empreendimento do que a definição inicial de sua natureza e finalidade. A afirmação, creio, é verdadeira, mas o comentário, devo admitir, não foi razoável. A expressão "seja lá quem tenha" não é equivalente a "não importa quem tenha". Peço desculpas pelo engano. Minha segunda observação consistia em que "não é tanto a última, mas a penúltima, palavra que pertence ao estatístico, exceto quando seu veredicto é claramente negativo ou se relaciona a uma proposição sobre a existência, ao invés da significância, de uma relação quantitativa".⁶ E este comentário, suponho, é tão razoável quanto verdadeiro. A interpretação sociológica deve ir além da correlação estatística que simplesmente indica uma possibilidade digna de investigação mais detalhada por outros meios. Quando digo "possibilidade", refiro-me, é lógico, não à existência de uma relação, a qual pode ser estabelecida estatisticamente como um fato, mas à sua explicação em termos de causação ou processos inter-relacionados. Para isso, o sociólogo deve valer-se de seu conhecimento de como os indivíduos e grupos de indivíduos se comportam e de como os sistemas sociais funcionam. "Uma teoria social plenamente desenvolvida", diz Sir Alexander Carr-Saunders, "é uma assertiva do que ocorre quando disposições humanas típicas encontram situações típicas".⁷ Verdade sem sombra de dúvida, e esta é a razão pela qual o homem que formula ou que usa a teoria social deve ter um conhecimento profundo tanto de disposições quanto de situações. Mas quando Carr-Saunders afirma, na página anterior do mesmo ensaio, que "é, na verdade, pela analogia com nossas próprias mentes que tornamos as ações de outros inteligíveis para nós mesmos", penso que ele faz com que esse processo de explicação ou compreensão dos fenômenos sociais pareça mais individual, irresponsável e limitado do que realmente é.

Uma expressão muito usada neste contexto é "insight". Mas, frequentemente, refere-se a um processo de comunicação ao invés de descoberta. O chamado "insight" é uma inspiração feliz sobre a maneira de tornar um aspecto inteligível a alguém mais através da relação dele com o que já havia em mente.

⁶ "Sociology and Social Pathology", em *The British Journal of Sociology*, março de 1960, p. 85.

⁷ A. Carr-Saunders, *Natural Science and Social Science*, p. 9.

É uma espécie de tradução numa língua conhecida do interlocutor e é, portanto, governada pelas potencialidades limitadas do indivíduo. Mas, se o "insight" se refere àquele poder de compreender que o cientista social possui e o cientista natural, não, principalmente o poder derivado do fato de que ele é parte e pedaço do mundo que estuda e pode olhar os objetos d'ele de dentro, então, trata-se de uma questão muito menos puramente pessoal. Não é verdade que somente podemos compreender emoções, motivos e situações que já experimentamos. Se isto fosse verdade, não só as Ciências Sociais se reduziriam a uma fração de sua estatura atual, mas os jovens romancistas estariam proibidos de apresentar personagens velhos em seus romances e os homens seriam incapazes de escrever estórias sobre mulheres. O "insight" sociológico não surge imediatamente maduro de seu cérebro puro e espontâneo. Destila-se da experiência e reflexão acumuladas de homens de todos os tempos e lugares como registradas em seus estudos das sociedades humanas e expressas em suas ações. Deve ser o resultado de treino e disciplina e do cultivo cuidadoso do bom senso. É uma habilidade adquirida, capaz de ser desenvolvida numa especialização profissional semelhante àquela encontrada em outras disciplinas acadêmicas.

Assim, a despeito da enorme ênfase sobre o papel do "insight" e da compreensão na Sociologia — e seria difícil exagerar sua importância — esta não deveria levar à conclusão de que a Sociologia não pode ser científica. Pode, mas deve ser científica de maneira adequada a si mesma, e não por imitação de modelos falsos. A Ciência, suponho, é conhecimento obtido pela coleta e análise de informação através do uso escrupuloso de processos suficientemente sistemáticos para capacitar o trabalho feito por um homem a ser repetido por outro, e seus resultados a serem combinados ou comparados de modo que, dessa maneira, o corpo de conhecimento possa crescer. Acredito que a Sociologia possa ser científica nesse sentido, embora a explicação sociológica consista em última análise na aplicação, ao problema em exame, do conhecimento coletivo da disciplina através da avaliação de estudiosas individuais. É muito melhor reconhecer a natureza verdadeira do método sociológico do que cair vítima do chamado "cientificismo", "essa adoração de Moloque, sacrificando a vida a um ídolo da ciência", como Donald MacRae o chamou, para o qual a mensuração é tudo, e tudo o que mensurável é digno de ser mensurado.⁸

⁸ "Between Science and the Arts", em *The Twentieth Century*, maio de 1960, p. 473.

Isso me conduz às observações finais que desejo fazer, as quais se relacionam mais diretamente com a posição da Sociologia num currículo universitário. Espero que o que eu disse tenha deixado claro que a Sociologia não é um assunto fácil ou uma opção cômoda. O que a torna difícil é sua relativa falta de aparato. Possui instrumentos para a coleta de dados, bastante elaborados e eficientes. Tem, também, um importante instrumental de conceitos para uso na classificação sistemática de seus dados. A produção desses instrumentos é, na verdade, um dos serviços mais valiosos prestados pela Sociologia às Ciências Sociais para o desempenho do que ela tem de depender em boa parte de seus próprios recursos. Mas não está muito bem equipada com aqueles outros tipos de auxílio mecânico que aguçam a visão do olho humano, alargam o raio de ação da percepção além dos limites dos sentidos humanos, ou fornecem esquemas de análise pelos quais problemas complicados são reduzidos a simples fórmulas. É verdade que os sociólogos estão, cada vez mais, fazendo uso efetivo das técnicas de análise multivariacional para deslindar e identificar os fios de interdependência e causalção múltipla em situações complexas. Mas há um limite ao grau de complexidade com que esses métodos podem defrontar-se, e os resultados devem sempre abster-se da explicação final desejada. No manejo de seus principais problemas, relacionados com sistemas sociais considerados como um todo, a Sociologia não pode exprimir as questões vitais em fórmulas algébricas quando lidam com um enorme problema como o padrão de desenvolvimento econômico. Tais instrumentos técnicos não teriam sido de nenhuma valia a Max Weber em seu estudo das relações entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Há muitas variáveis em jogo, e o sociólogo deve atravessar o labirinto sem esse tipo de ajuda.

Mesmo quando o sociólogo desce ao nível microsociológico e tenta isolar determinadas facetas do comportamento individual em pequenos grupos, pode não ir mais longe. George Homans, inspirado por Pareto, tem tentado submeter essa espécie de problema a expressão em proposições de um caráter quase-equacional, mas os resultados não são animadores.⁹ Não, o sociólogo deve não apenas aprender a aplicar os instrumentos, deve aprender a desenvolvê-los na ponta dos dedos, e isto leva tempo, como qualquer violinista sabe muito bem.

Esta é a razão pela qual é tão importante não permitir que a Sociologia seja invadida por indivíduos que confundem

⁹ G. Homans, *The Human Group*, passim.

preconceitos e previsões elementares com o conhecimento adquirido a duras penas e a sensibilidade do estudioso genuíno. Tais indivíduos não deveriam tentar escrever sobre Sociologia, mas, de qualquer maneira, deixemos que se aproximem e leiam muito sobre Sociologia. Estou certo de que a Sociologia tem muito o que oferecer como um ingrediente numa educação geral, especialmente na educação geral dos cientistas sociais. E estou também convencido de que sua contribuição para um curso universitário pode começar desde o início; pode ser rapidamente apreciada e prontamente absorvida em sua forma elementar por qualquer um que esteja genuinamente interessado e esteja preparado para trabalhar e disciplinar sua mente e suas emoções.

Mas quando nos voltamos dos primeiros anos do curso universitário para o estágio final do mesmo, a posição se torna mais difícil. Uma matéria realmente boa deveria capacitar o estudante a sentir que tudo o que aprende marca um passo acima para um nível mais alto de competência a partir do qual, e somente a partir do qual, pode dar o próximo passo. Estou certo de que a Sociologia pode satisfazer esta exigência. Em segundo lugar, deveria ensiná-lo como assimilar um novo processo mental e como manipular um corpo de teoria e uma bateria de técnicas; deveria não somente aumentar o conteúdo de sua mente, mas melhorar seu instrumental operacional. Neste ponto, a Sociologia é um pouco menos satisfatória do que algumas outras Ciências porque não está tão bem equipada com um aparato exato e auto-suficiente. É, portanto, mais difícil ver-se e medir-se o progresso feito nesta direção. Em terceiro lugar, a matéria perfeita deveria conduzir a uma situação final de conhecimento geral no sentido de que aqueles que não desejem ir adiante e tornar-se especialistas possam partir com um sentimento de que algo foi alcançado e de que adquiriram algo que podem levar com eles e usar para o resto da vida com um grau razoável de certeza. Na Sociologia, não é fácil alcançar-se este ponto em três anos; há um risco de que a carga intelectual não esteja empacotada de modo seguro e pronta para partir quando chega a ocasião.

Há, penso eu, duas maneiras de vencer esta dificuldade. Uma é evitar como uma praga toda tentativa de ser enciclopédico e incluir no roteiro de estudos no mínimo um assunto de extensão e complexidade rigorosamente limitados, cujo estudo deveria oferecer um quadro nítido de como a Sociologia opera e o que pode fazer. O outro é casar a Sociologia, por algum tempo por vir, com outra disciplina, tal como a Economia, que está melhor equipada com instrumentos de precisão

e pode obter resultados mais rápidos. Mas é quando se passa ao estágio pós-graduado que a Sociologia surge como uma disciplina independente, autoconfiante, mas cooperativa. Aqui, a pequena elite pode ser treinada para produzir os praticantes do futuro e quando digo "treinada" tenho em mente um treinamento verdadeiramente sistemático, e não apenas a supervisão de uma tese. Mas, neste ponto, devo fazer uma parada brusca, pois percebo que estou em perigo de transformar uma conferência pública em reunião da congregação.

PARTE II

CLASSE SOCIAL

CAPÍTULO III

CIDADANIA E CLASSE SOCIAL

O convite para pronunciar estas conferências¹ me foi agradável tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional. Mas, enquanto minha resposta pessoal consistiu num reconhecimento sincero e modesto de uma honra que não tinha o direito de esperar, minha reação profissional não foi absolutamente modesta. Parecia-me que a Sociologia tinha todo o direito de reclamar sua participação nessa comemoração anual de Alfred Marshall e considerei um fato auspicioso o convite feito por uma Universidade que, embora não incluía a Sociologia em seus cursos, deveria estar preparada para recebê-la como uma visitante. Pode ser, e isto é um pensamento inquietante, que a Sociologia esteja sendo julgada pela minha pessoa. Se assim o fôr, estou certo de poder depender de um julgamento escrupuloso e justo da parte desta audiência e de que qualquer mérito porventura encontrado nestas conferências será atribuído ao valor acadêmico da matéria enquanto qualquer coisa que lhes pareça lugar-comum ou fora de propósito será considerado um produto de minhas características peculiares a não serem achadas em nenhum de meus colegas.

Não defenderei a relevância da matéria para a ocasião alegando que Marshall foi um sociólogo. Pois, uma vez que êle abandonara seus primeiros amôres pela Metafísica, Ética e Psicologia, dedicou sua vida ao desenvolvimento da Economia como ciência independente e ao aperfeiçoamento de seus métodos próprios de investigação e análise. Marshall deliberadamente escolheu um caminho acentuadamente diferente daquele seguido por Adam Smith e John Stuart Mill, e o espírito que regeu esta escolha é indicado pela aula inaugural que êle pro-

¹ *The Marshall Lectures*, Cambridge, 1949. (Conferências dedicadas a Alfred Marshall.)

nunciou em Cambridge em 1885. Falando sobre a crença de Comte numa Ciência Social unificada, ele disse: "Não há dúvida de que, se tal ciência existisse, a Economia encontraria, de bom grado, abrigo sob suas asas. Mas ela não existe; nem mostra indícios de sua aparição. Não faz sentido esperar por ela; devemos fazer o que podemos com nossos recursos atuais".² Ele, portanto, defendeu a autonomia e a superioridade do método econômico, superioridade esta devida principalmente ao emprego da moeda como instrumento de medida a qual "se constitui de tal maneira na melhor medida de motivos que nenhuma outra poderia competir com ela".³

Marshall foi, como sabemos, um idealista; tão idealista que Keynes certa vez afirmou que Marshall "estava muito ansioso para fazer o bem".⁴ Atribuir-lhe, por esta razão, o epíteto de sociólogo seria a última coisa a fazer. É verdade que alguns sociólogos têm sofrido de semelhante benevolência, muitas vezes em detrimento de seu desempenho intelectual, mas não me agrada distinguir o economista do sociólogo afirmando que um deveria ser guiado pela razão enquanto o outro ser levado pelo coração. Pois todo sociólogo honesto, como todo economista sincero, sabe que a escolha de fins ou ideais jaz fora do campo da Ciência Social e dentro do campo da Filosofia Social. Mas o idealismo de Marshall fez com que este apaixonadamente colocasse a Ciência da Economia a serviço de políticas ao empregá-la — como uma ciência pode ser empregada de maneira legítima — para desvendar a natureza e o conteúdo dos problemas com os quais a política tem de lidar e para avaliar a eficácia relativa de alternativas para a realização de determinados objetivos. E Marshall tinha consciência de que, mesmo no caso daqueles que seriam naturalmente considerados problemas econômicos, a Ciência da Economia, por si só, não era capaz de prestar estes dois serviços. Pois eles implicavam a consideração de forças sociais que estão imunes ao ataque da fita métrica do economista. Foi, talvez, por este motivo, que Marshall, em certo sentido, sentiu-se, um tanto sem razão, desapontado com seus feitos e chegou ao ponto de expressar seu arrependimento por ter escolhido a Economia à Psicologia, uma Ciência que lhe poderia ter aproximado mais do pulso e da vida da sociedade e lhe dado uma compreensão mais profunda das aspirações humanas.

² *Memorials of Alfred Marshall*, edição de A. C. Pigou, p. 164.

³ *ibid.*, p. 158.

⁴ *ibid.*, p. 37.

Seria fácil citar muitas passagens nas quais Marshall foi levado a falar desses fatores evasivos de cuja importância ele se convencera firmemente, mas prefiro limitar minha atenção a um ensaio cujo tema muito se aproxima daquele que escolhi para essas conferências. Trata-se de um ensaio que Marshall leu no Cambridge Reform Club, em 1873, sobre *The Future of the Working Classes*; ensaio este transcrito no volume comemorativo editado pelo Professor Pigou. Há algumas diferenças entre os textos das duas edições as quais, acredito, devem ser atribuídas a correções feitas por Marshall após o aparecimento da versão original em folheto.⁵ Quem me lembrou esse ensaio foi um colega, o Professor Phelps Brown, que fez uso dele na sua aula inaugural em novembro passado.⁶ É igualmente muito adequado à minha finalidade de hoje porque nele Marshall, ao examinar uma faceta do problema da igualdade social sob o ângulo do custo econômico, chegou até a fronteira além da qual se encontra o território da Sociologia, atravessou-a e empreendeu uma breve excursão pelo outro lado. Sua ação poderia ser interpretada como um desafio à Sociologia para enviar um emissário para encontrá-lo na fronteira e juntar-se-lhe na tarefa de transformar uma terra-de-ninguém num terreno comum. Sou bastante presunçoso para responder ao desafio decidindo viajar, como historiador e sociólogo, em direção a um ponto na fronteira econômica daquele mesmo tema geral, o problema da igualdade social.

No seu ensaio de Cambridge, Marshall lançou a questão de "se há base válida para a opinião segundo a qual o progresso das classes trabalhadoras tem limites que não podem ser ultrapassados". "O problema", disse ele, "não é se, em última análise, todos os homens serão iguais — certamente que não o serão — mas se o progresso não pode prosseguir firmemente, mesmo que vagarosamente, até que, devido à ocupação ao menos, todo homem será um cavalheiro. Afirmo que pode e que isto acontecerá".⁷ Sua fé se baseava na crença de que o traço característico das classes operárias era o trabalho pesado e excessivo, e que o volume de tal trabalho poderia ser consideravelmente reduzido. Analisando a situação, Marshall encontrou provas de que os artesãos qualificados, cujo trabalho não era enfadonho e alienador, já tendiam para a condição que

⁵ Impressão privada de Thomas Tofts. As páginas citadas se referem a esta edição.

⁶ Publicado sob o título "Prospects of Labour", em *Economica*, fevereiro de 1949.

⁷ *op. cit.*, pp. 3 e 4.

ele previra como última de todas. Eles estão aprendendo, disse Marshall, a dar mais valor à educação e ao lazer do que a um mero aumento de salários e conforto material. Estão “seguramente desenvolvendo uma independência e um respeito mútuo por eles mesmos e, portanto, um respeito cortês pelos outros; estão, cada vez mais, aceitando os deveres públicos e privados de um cidadão; mais e mais aumentando seu domínio da verdade de que são homens e não máquinas produtoras. Estão cada vez mais, tornando-se cavalheiros”.⁸ Quando o avanço técnico houver reduzido o trabalho pesado a um mínimo, e esse mínimo for dividido em pequenas parcelas entre todos, então “se considerarmos as classes trabalhadoras como homens que tenham trabalho excessivo a fazer, as classes trabalhadoras terão sido abolidas”.⁹

Marshall tinha consciência de que ele poderia ser acusado de adotar as idéias dos socialistas cujos trabalhos, como ele mesmo nos disse, ele estudara, durante este período de sua vida, com grandes esperanças e um desapontamento maior. Pois, disse ele: “O quadro a ser traçado será semelhante, em alguns aspectos, àqueles que os socialistas nos têm mostrado; aquele nobre conjunto de entusiastas ingênuos que atribuíram a todos os homens uma capacidade ilimitada para aquelas virtudes que encontraram em si mesmas”.¹⁰ Sua réplica era que era seu sistema diferia fundamentalmente do socialismo, pois preservaria os elementos essenciais de um mercado livre. Afir-mava, entretanto, que o Estado teria de fazer algum uso de sua força de coerção, caso seus ideais devessem ser realizados. Deve obrigar as crianças a frequentarem a escola porque o ignorante não pode apreciar e, portanto, escolher livremente as boas coisas que diferenciam a vida de cavalheiros daquela das classes operárias. “Está obrigado a compeli-los e ajudá-los a tomar o primeiro passo adiante; e está obrigado a ajudá-los, se desejarem, a dar muitos passos à frente”.¹¹ Notem que somente o primeiro passo é obrigatório. A livre escolha preside os demais tão logo a capacidade de escolher seja criada.

⁸ *The Future of the Working Classes*, p. 6.

⁹ *ibid.*, p. 16.

¹⁰ *ibid.*, p. 9. A versão revista desta passagem oferece uma diferença significativa. Diz assim: “O quadro a ser traçado será semelhante, em muitos aspectos, àqueles que alguns socialistas nos têm mostrado, socialistas estes que atribuíram a todos os homens...” A condenação é menos arrasadora e Marshall já não mais se refere a Socialistas, *en masse* e com “S” maiúsculo, no pretérito. *Memorials*, p. 109.

¹¹ *ibid.*, p. 15.

O ensaio de Marshall foi construído com base numa hipótese sociológica e num cálculo econômico. O cálculo oferecia a resposta a seu problema inicial ao mostrar que se poderia esperar que os recursos mundiais e a produtividade seriam suficientes para fornecer as bases materiais necessárias para capacitar cada homem a tornar-se um cavalheiro. Em outras palavras, poder-se-ia arcar com o custo de oferecer educação universal e eliminar o trabalho excessivo e pesado. Não havia nenhum limite intransponível ao progresso das classes operárias — ao menos neste lado do ponto que Marshall descreveu como o objetivo. Ao calcular esses dados, Marshall empregou as técnicas comuns do economista, embora as tivesse aplicado a um problema que envolvia um alto grau de especulação.

A hipótese sociológica não jaz tão claramente na superfície. Um pouco de escavação se torna necessária para descobrir sua forma. A essência da mesma se encontra nas passagens acima citadas, mas Marshall nos dá uma pista adicional ao sugerir que, quando dizemos que um homem pertence às classes trabalhadoras, “pensamos no efeito que seu trabalho produz sobre ele ao invés do efeito que ele produz em seu trabalho”.¹² Certamente, isto não é um tipo de definição que esperaríamos de um economista e, na verdade, dificilmente seria justo tratá-la como uma definição ou submetê-la a um exame pensado e crítico. O objetivo da frase era apelar para a imaginação e apontar para a direção geral dentro da qual o pensamento de Marshall se movia. E aquela direção se afastava de uma avaliação quantitativa dos padrões de vida em termos de bens consumidos e serviços recebidos em termos de uma avaliação qualitativa da vida como um todo em termos dos elementos essenciais na civilização ou cultura. Marshall aceitava como certo e adequado um raio amplo de desigualdade quantitativa ou econômica, mas condenava a diferenciação ou desigualdade qualitativa entre o homem que era “por ocupação, ao menos, um cavalheiro” e o indivíduo que não o fosse. Podemos, penso eu, sem violentar o pensamento de Marshall, substituir a palavra “cavalheiro” pela expressão “civilizado”. Pois está claro que estava tomando como o padrão de vida civilizada as condições consideradas por sua geração como apropriadas a um cavalheiro. Podemos ir mais adiante e dizer que a reivindicação de todos para gozar dessas condições é uma exigência para ser admitido numa participação na herança social, o que, por sua vez, significa uma reivindicação para serem

¹² *ibid.*, p. 5.

admitidos como membros completos da sociedade, isto é, como cidadãos.

Tal é a hipótese sociológica latente no ensaio de Marshall. Postula que há uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade — ou, como eu diria, de cidadania — o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade. Em outras palavras, a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida. Marshall não identificou a vida de um cavalheiro com o status de cidadania. Se assim o fizesse, estaria expressando seu ideal em termos de direitos legais aos quais todos os homens têm direito. Com isto, por sua vez, o Estado assumiria a responsabilidade de conceder aqueles direitos, o que levaria a atos de interferência por parte do Estado, interferência esta deplorável aos olhos de Marshall. Quando ele mencionava cidadania como algo que artesãos qualificados aprendem a apreciar no curso de sua transformação em cavalheiros, ele se referia somente às obrigações e não aos direitos da cidadania. Ele a concebeu como um modo de viver que brotasse de dentro de cada indivíduo e não como algo imposto a ele de fora. Ele reconheceu somente um direito incontestável, o direito das crianças serem educadas, e neste único caso ele aprovou o uso de poderes coercivos pelo Estado para atingir seu objetivo. Ele dificilmente poderia ir além sem colocar em perigo seu próprio critério de distinção entre seu sistema e o socialismo sob qualquer forma — a preservação da liberdade do mercado competitivo.

Não obstante, sua hipótese sociológica permanece tão próxima do âmago de nosso problema atual quanto há três quartos de século — na verdade, mais próxima ainda. A igualdade humana básica da participação, por ele sugerida, na minha opinião tem sido enriquecida com nova substância e investida de um conjunto formidável de direitos. Desenvolveu-se muito além do que Marshall previra ou teria desejado. Tem sido, sem dúvida, identificada com o status de cidadania. E já era tempo de examinarmos sua hipótese e revermos suas perguntas para vermos se as respostas ainda são as mesmas. É ainda verdade que a igualdade básica, quando enriquecida em substância e concretizada nos direitos formais da cidadania, é consistente com as desigualdades das classes sociais? Sugerirei que nossa sociedade de hoje admite que os dois ainda são compatíveis, tanto assim que a cidadania em si mesma se tem tomado, sob certos aspectos, no arcabouço da desigualdade social legitimizada. É ainda verdade que a igualdade básica

pode ser criada e preservada sem invadir a liberdade do mercado competitivo? Obviamente, isto não é verdade. Nosso sistema de hoje é francamente um sistema socialista, não do tipo cujos autores estão, como Marshall, ansiosos para diferenciá-lo do socialismo. Mas é igualmente óbvio que o mercado ainda funciona dentro de certos limites. É isto uma característica inevitável da cidadania moderna — inevitável e irreversível? Finalmente, eu gostaria de colocar a pergunta inicial de Marshall sob nova forma. Ele inquiriu se havia limites além dos quais o progresso das classes operárias não poderia ir, e ele pensava em limites impostos pela produtividade e pelos recursos naturais. Perguntarei se parece haver limites além dos quais a tendência moderna em prol da igualdade social não pode chegar ou provavelmente não ultrapassará, e estarei pensando não em custo econômico (deixo esta questão vital para os economistas), mas nos limites inerentes aos princípios que inspiram essa tendência. Mas a tendência moderna em direção da igualdade social é, acredito, a mais recente fase de uma evolução da cidadania que vem ocorrendo continuamente nestes últimos 250 anos. Minha tarefa inicial, portanto, deve ser a de preparar o terreno para um ataque aos problemas de hoje através da escavação do subsolo da história passada.

O Desenvolvimento da Cidadania até o Fim do Século XIX

Estarei fazendo o papel de um sociólogo típico se começar dizendo que pretendo dividir o conceito de cidadania em três partes. Mas a análise é, neste caso, ditada mais pela história do que pela lógica. Chamarei estas três partes, ou elementos, de civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual — liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. (Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo.) As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo,

na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acôrdo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com êle são o sistema educacional e os serviços sociais.¹³

Nos velhos tempos, êsses três direitos estavam fundidos num só. Os direitos se confundiam porque as instituições estavam amalgamadas. Como Maitland disse: "Quanto mais vemos nossa história, tanto mais impossível se torna traçarmos uma linha de demarcação rigorosa entre as várias funções do Estado — a mesma instituição é uma assembléia legislativa, um conselho governamental e um tribunal de justiça... Em tôda parte, à medida que passamos do antigo para o moderno, vemos o que a Filosofia da moda chama de diferenciação".¹⁴ Maitland se refere nesta passagem à fusão das instituições e direitos políticos e civis. Mas os direitos sociais do indivíduo igualmente faziam parte do mesmo amálgama e eram originários do status que também determinava que espécie de justiça êle podia esperar e onde podia obtê-la, e a maneira pela qual podia participar da administração dos negócios da comunidade à qual pertencia. Mas êsse status não era de cidadania no moderno sentido da expressão. Na sociedade feudal, o status era a marca distintiva de classe e a medida de desigualdade. Não havia nenhum código uniforme de direitos e deveres com os quais todos os homens — nobres e plebeus, livres e servos — eram investidos em virtude da sua participação na sociedade. Não havia, nesse sentido, nenhum princípio sôbre a igualdade dos cidadãos para contrastar com o princípio da desigualdade de classes. Nas cidades medievais, por outro lado, exemplos de uma cidadania genuína e igual podem ser encontrados. Mas seus direitos e deveres específicos eram estritamente locais, enquanto a cidadania cuja história tento reconstituir é, por definição, nacional.

Sua evolução envolveu um processo duplo, de fusão e de separação. A fusão foi geográfica e a separação, funcional. O primeiro passo importante data do século XII quando a justiça real foi estabelecida com força efetiva para definir e defender os direitos civis do indivíduo — tais como o eram então — com base não em costumes locais, mas no direito consuetudinário do país. Como instituições, os tribunais eram nacionais,

¹³ Segundo esta terminologia, aquilo que os economistas, algumas vözes, denominam de "renda derivada dos direitos civis" seria chamado "renda derivada dos direitos sociais". Cf. H. Dalton, *Some Aspects of the Inequality of Incomes in Modern Communities*, parte 3, capítulos 3 e 4.

¹⁴ F. Maitland, *Constitutional History of England*, p. 105.

mas especializados. Seguia-se o parlamento, concentrando em si os poderes políticos do Governo nacional e descartando-se de todos menos um pequeno residuo das funções judiciais que inicialmente pertenciam à *Cúria Regis*, aquela "espécie de protoplasma constitucional do qual, com o correr do tempo, surgirão os vários conselhos da coroa, as câmaras do Parlamento e os tribunais de justiça".¹⁵ Finalmente, os direitos sociais que se tinham enraizado na participação na comunidade da vila, na cidade e nas guildas, foram gradativamente dissolvidos pela mudança econômica até que nada restou senão a *Poor Law*,¹⁶ uma vez mais uma instituição especializada que adquiriu uma base nacional, embora continuasse a ser administrada localmente.

(Duas conseqüências importantes se seguiram. Primeiro, quando as instituições, das quais os três elementos da cidadania dependiam, se desligaram, tornou-se possível para cada um seguir seu caminho próprio, viajando numa velocidade própria sob a direção de seus próprios princípios peculiares. Antes de decorrido muito tempo, estavam distantes um do outro, e somente no século atual, na verdade, eu poderia dizer apenas nos últimos meses, é que os três corredores se aproximaram um dos outros.

Em segundo lugar, as instituições que eram de caráter nacional e especializado não poderiam pertencer tão intimamente à vida dos grupos sociais que elas serviam como aquelas que eram locais ou de um caráter geral. A distância do Parlamento era devida ao tamanho de sua assembléia; a distância dos tribunais era devida aos tecnicismos do direito e de seu processo que fêz com que o cidadão ordinário tivesse de lançar mão de especialistas para orientá-lo quanto à natureza de seus direitos e para auxiliá-lo a obtê-los. Tem-se frisado repetidamente que, na Idade Média, a participação nos negócios públicos era mais um dever do que um direito. Os homens deviam séquito e serviço ao tribunal apropriado à sua classe e redondeza. O tribunal pertencia a êles, e êles ao tribunal, tendo êles acesso a êle porque êste precisava dêles e porque êles tinham conhecimento do que ali se passava. Mas o resultado do processo duplo de fusão e separação era que o mecanismo que dava acesso às instituições das quais dependiam os direitos de cidadania tinha de ser montado novamente. No caso dos direitos políticos, a questão se cifrava ao direito de voto e à habilitação para candidatar-se ao Parlamento. No caso dos direitos civis, a matéria dependia da jurisdição dos vários tribunais, dos privilégios da profissão de advogado e, acima de tudo,

¹⁵ A. F. Pollard, *Evolution of Parliament*, p. 25.

da responsabilidade de arcar com as custas do litígio. No caso dos direitos sociais, o centro do palco é ocupado pela *Law of Settlement and Removal* e as várias formas do teste de meios. Todo esse aparato se combinava para decidir não simplesmente que direitos eram reconhecidos em princípio, mas também até que ponto os direitos reconhecidos em princípio podiam ser usufruídos na prática.

Quando os três elementos da cidadania se distanciaram uns dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente — os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. Estes períodos, é evidente, devem ser tratados com uma elasticidade razoável, e há algum entrelaçamento, especialmente entre os dois últimos.

Para fazer-se com que o século XVIII abranja o período formativo dos direitos civis, deve-se estendê-lo ao passado para incluir o *Habeas Corpus*, o *Toleration Act*, e a abolição da censura da imprensa; e deve-se estendê-lo ao futuro para incluir a Emancipação Católica, a revogação dos *Combination Acts* e o bem sucedido final da batalha pela liberdade de imprensa associada com os nomes de Cobbett e Richard Carlile. Podia, então, ser descrito mais exatamente, embora de maneira menos breve, como o período compreendido entre a Revolução e o primeiro *Reform Act*. Ao final daquele período, quando os direitos políticos fizeram sua primeira tentativa infantil de vir à tona em 1832, os direitos civis já eram uma conquista do homem e tinham, em seus elementos essenciais, a mesma aparência que têm hoje.¹⁶ “A tarefa específica da fase inicial da época hanoveriana”, escreve Trevelyan, “foi o estabelecimento do reino do direito; e aquele direito, com todos os seus grandes erros, constituía, no mínimo, um direito de liberdade. Sobre aquela fundação sólida, construíram-se todas as reformas subsequentes.¹⁷ Este feito do século XVIII, interrompido pela Revolução Francesa, e completado após a mesma, foi em grande parte o trabalho dos tribunais, tanto em sua labuta diária quanto numa série de processos famosos em alguns dos quais lutavam contra o Parlamento em defesa dos direitos individuais. O ator mais celebrado nesse drama foi, suponho, John Wilkes e, embora possamos deplorar a ausência daquelas nobres e santas

¹⁶ A exceção mais importante é o direito de greve, mas as condições que tornaram esse direito vital para o trabalhador e aceitável perante a opinião política ainda não tinham surgido de modo efetivo.

¹⁷ G. M. Trevelyan, *English Social History*, p. 351.

qualidades que gostaríamos de achar em nossos heróis nacionais, não podemos reclamar se a causa da liberdade é, algumas vezes, patrocinada por um libertino.

No setor econômico, o direito civil básico é o direito a trabalhar, isto é, o de seguir a ocupação de seu gosto no lugar de escolha, sujeito apenas à legítima exigência do treinamento técnico preliminar. Este direito tinha sido negado pela lei e pelo costume; de um lado, pela *Elizabethan Statute of Artificers*, a qual destinava certas ocupações a certas classes sociais e, do outro, por regulamentos locais, que reservavam emprego numa cidade aos habitantes da cidade, e pelo uso do aprendizado como um instrumento de exclusão ao invés de recrutamento. O reconhecimento do direito acarretava a aceitação formal de uma mudança de atitude fundamental. A velha premissa de que monopólios locais e grupais eram do interesse público porque “o comércio e o tráfego não podem ser mantidos ou aumentados sem ordem ou Governo”¹⁸ foi substituída pela nova suposição segundo a qual as restrições eram uma ofensa à liberdade do súdito e uma ameaça à prosperidade da nação. Como no caso de outros direitos civis, os tribunais de justiça desempenharam um papel decisivo em promover e registrar o avanço do novo princípio. O Direito Consuetudinário era suficientemente elástico e permitia aos juizes aplicá-lo de uma maneira que, quase imperceptivelmente, levava em consideração as mudanças gradativas em circunstâncias e opinião e, eventualmente, instalaram a heresia do passado como a ortodoxia do presente. O Direito Consuetudinário é em grande parte uma questão de bom senso, como testemunha a sentença passada pelo Juiz Holt no caso do Prefeito de Winton *versus Wilks* (1705): “Toda pessoa tem a liberdade de viver em Winchester; como pode então ser impedida de usar os meios legais para lá viver? Tal costume é prejudicial aos implicados e ao público”.¹⁹ O costume se constituiu num dos grandes obstáculos à mudança. Mas, quando o costume antigo no sentido técnico estava nitidamente em desacordo com o costume contemporâneo no sentido do modo de vida geralmente aceito, as defesas daquele começaram a ceder rapidamente ante os ataques do Direito Consuetudinário que tinha, desde 1614, exprimido sua repugnância a “todos os monopólios que proibem quem quer que seja de trabalhar em qualquer ocupação legal”.²⁰

¹⁸ *City of London Case*, 1610. Cf. E. F. Heckscher, *Mercantilism*, Vol. I, pp. 269-325, onde a história completa é narrada com inúmeros detalhes.

¹⁹ *King's Bench Report* (Holt), p. 1002.

²⁰ Heckscher, *op. cit.*, Vol. I, p. 283.

O outro obstáculo era a lei escrita, e os juízes deram alguns golpes engenhosos mesmo contra este oponente temível. Em 1756, Lorde Mansfield descreveu o *Elizabethan Statute of Artificers* como uma lei penal que restringia o direito natural e contrária ao Direito Consuetudinário do reino. Ele acrescentou que "a política sobre a qual se baseou esta lei se tem tomado, como a experiência o indica, duvidosa".²¹

Pelo início do século XIX esse princípio da liberdade econômica individual foi aceito como axiomático. É bastante conhecida a passagem citada pelos Webbs do relatório do *Select Committee* de 1811, segundo a qual:

nenhuma interferência do Legislativo na liberdade de comércio, ou na completa liberdade de cada indivíduo dispor de seu tempo e de seu trabalho na maneira e nos termos que julgue melhor atender a seus interesses, pode ocorrer sem violar princípios gerais da maior importância para a prosperidade e felicidade da comunidade.²²

A revogação das leis elisabetianas se deu prontamente como o reconhecimento tardio de uma revolução que já havia ocorrido.

A história dos direitos civis em seu período de formação é caracterizada pela adição gradativa de novos direitos a um *status* já existente e que pertencia a todos os membros adultos da comunidade — ou talvez se devesse dizer a todos os homens, pois o *status* das mulheres ou, pelo menos, das mulheres casadas era, em certos aspectos importantes, peculiar. Esse caráter democrático ou universal do *status* se originou naturalmente do fato de que era essencialmente o *status* de liberdade e, na Inglaterra do século XVII, todos os homens eram livres. O *status* servil, ou servitude por sangue, tinha-se prolongado como um anacronismo patente nos dias de Elisabete, mas desapareceu logo depois. Essa mudança do trabalho servil para o livre foi descrita pelo Professor Tawney como "um marco fundamental no desenvolvimento tanto da sociedade econômica quanto política" e como "o triunfo final do Direito Consuetudinário em regiões das quais tinha sido excluído havia quatro séculos. Daí em diante o lavrador inglês "é um membro de uma sociedade na qual há, nominalmente pelo menos, uma

²¹ *ibid.*, p. 316.

²² Sidney e Beatrice Webb, *History of Trade Unionism* (1920), p. 60.

lei para todos os homens".²³ A liberdade que seus predecessores haviam conquistado pelo exodo para as cidades livres passou a ser sua por direito. Nas cidades, os termos "liberdade" e "cidadania" eram semelhantes. Quando a liberdade se tornou universal, a cidadania se transformou de uma instituição local numa nacional.

A história dos direitos políticos difere tanto no tempo como no caráter. O período de formação começou, como afirmei, no início do século XIX, quando os direitos civis ligados ao *status* de liberdade já haviam conquistado substância suficiente para justificar que se fale de um *status* geral de cidadania. E, quando começou, consistiu não na criação de novos direitos para enriquecer o *status* já gozado por todos, mas na doação de velhos direitos a novos setores da população. No século XVIII, os direitos políticos eram deficientes não em conteúdo, mas na distribuição — deficientes, isto é, pelos padrões da cidadania democrática. A Lei de 1832 pouco fez, num sentido puramente quantitativo, para remediar esta situação. Depois de aprovada, os eleitores ainda somavam menos de um quinto da população masculina adulta. O direito de voto era ainda um monopólio de grupos, mas tinha dado o primeiro passo para tornar-se um monopólio de um tipo aceitável para as idéias do capitalismo do século XIX — um monopólio que se poderia, com algum grau de credibilidade, descrever como aberto e não fechado. Um monopólio de grupo fechado é aquele no qual ninguém pode penetrar por seus próprios esforços; a admissão depende da vontade dos membros do grupo. A descrição se aplica a uma parcela considerável do voto distrital antes de 1832; e não se encontra muito longe da verdade dos fatos quando aplicada ao direito de voto apoiado no direito de usufruto da terra. Os usufrutos nem sempre são concedidos de mão beijada mesmo que se disponha de meios para comprá-los, especialmente numa época em que as famílias consideram suas propriedades imóveis como o fundamento tanto social quanto econômico de sua existência. Portanto, a Lei de 1832, pela abolição dos distritos desprovidos de recursos e pela ampliação do direito de voto aos arrendatários e locatários de base econômica suficiente, rompeu o monopólio ao reconhecer as reivindicações políticas daqueles que podiam oferecer a evidência de sucesso na luta econômica.

Está claro que, se sustentarmos que, no século XIX, a cidadania na forma de direitos civis era universal, os direitos

²³ R. H. Tawney, *Agrarian Problem in the Sixteenth Century* (1916), pp. 43-44.

políticos não estavam incluídos nos direitos da cidadania. Constituíam o privilégio de uma classe econômica limitada cujos limites foram ampliados por cada Lei de Reforma sucessiva. Pode-se, não obstante, argumentar que a cidadania, nesse período, não era vazia de significado político. Não conferia um direito, mas reconhecia uma capacidade. Nenhum cidadão não era respeitador da lei era impedido, devido ao *status* pessoal, de votar. Era livre para receber remuneração, adquirir propriedade ou alugar uma casa e para gozar quaisquer direitos políticos que estivessem associados a esses feitos econômicos. Seus direitos civis o capacitavam a fazer isso, e a reforma eleitoral aumentou, cada vez mais, sua capacidade para praticar tais atos.

Foi, como veremos, próprio da sociedade capitalista do século XIX tratar os direitos políticos como um produto secundário dos direitos civis. Foi igualmente próprio do século XX abandonar essa posição e associar os direitos políticos direta e independentemente à cidadania como tal. Essa mudança vital de princípio entrou em vigor quando a Lei de 1918, pela adoção do sufrágio universal, transferiu a base dos direitos políticos do substrato econômico para o *status* pessoal. Digo "universal" deliberadamente para dar ênfase ao grande significado dessa reforma independentemente da segunda, e não menos importante, reforma levada a efeito ao mesmo tempo — principalmente o direito de voto da mulher. Mas a Lei de 1918 não estabeleceu, por completo, a igualdade política de todos, em termos de direitos de cidadania. Subsistiram alguns remanescentes de uma desigualdade com base em diferenças de substrato econômico até que, apenas no ano passado, o voto plural (que já tinha sido reduzido ao voto duplo) foi finalmente abolido.

Quando situei cada um dos períodos formativos dos três elementos da cidadania num determinado século — os direitos civis no XVIII, os políticos no XIX e os sociais no XX — afirmei que houve um considerável entrelaçamento entre os dois últimos. Proponho limitar o que tenho a dizer sobre os direitos sociais a esse entrelaçamento a fim de que possa completar minha revisão histórica até o fim do século XIX e tirar minhas conclusões desse período antes de voltar minha atenção para a segunda parte de meu tema, um estudo de nossas experiências atuais e de seus antecedentes imediatos. Nesse segundo ato do drama, os direitos sociais desempenharão o papel principal.

A participação nas comunidades locais e associações funcionais constitui a fonte original dos direitos sociais. Esta fonte foi complementada e progressivamente substituída por uma

Poor Law (Lei dos Pobres) e um sistema de regulamentação de salários que foram concebidos num plano nacional e administrados localmente. Este último — o sistema de regulamentação de salários — entrou rapidamente em decadência no século XVIII, não apenas porque a mudança industrial o tornou impossível do ponto de vista administrativo, mas também porque era incompatível com a nova concepção de direitos civis na esfera econômica, com sua ênfase no direito de trabalhar onde e em que fosse do agrado do indivíduo e sob um contrato livremente estipulado. A regulamentação de salários infringia esse princípio individualista do contrato de trabalho livre.

A *Poor Law* se encontrava numa posição um tanto ambígua. A legislação elisabetiana tinha feito dela algo mais do que um meio para aliviar a pobreza e suprimir a vadiagem, e seus objetivos construtivos sugeriam uma interpretação do bem-estar social que lembrava os mais primitivos, porém mais genuínos, direitos sociais de que ela tinha, em grande parte, tomado o lugar. A *Poor Law* elisabetiana era, afinal-de-contas, um item num amplo programa de planejamento econômico cujo objetivo geral não era criar uma nova ordem social, e sim preservar a existente com um mínimo de mudança essencial. A medida que o padrão da velha ordem foi dissolvido pelo ímpeto de uma economia competitiva e o plano se desintegrou, a *Poor Law* ficou numa posição privilegiada como sobrevivente única da qual, gradativamente, se originou a idéia dos direitos sociais. Mas, no fim do século XVIII, houve uma luta final entre a velha e a nova ordem, entre a sociedade planejada (ou padronizada) e a economia competitiva. E, nessa batalha, a cidadania se dividiu contra si mesma; os direitos sociais se ahiaram à velha e os civis à nova.

Em seu livro *Origins of our Time*, Karl Polanyi atribui ao sistema *Speenhamland* de assistência aos pobres uma importância que alguns leitores podem achar surpreendente. Para Polanyi, parece marcar e simbolizar o fim de uma época. Por seu intermédio, a velha ordem reuniu suas forças que se esvaíam e lançou um ataque ao território inimigo. Dessa maneira, pelo menos, é como eu descreveria sua significância na história da cidadania. O sistema *Speenhamland* oferecia, com efeito, um salário mínimo e salário-família garantidos, combinados com o direito ao trabalho ou sustento. Estes, mesmo pelos padrões modernos, constituem um conjunto substancial de direitos sociais, indo muito além do que se poderia considerar como terreno próprio da *Poor Law*. E os criadores do projeto tinham plena consciência de que se invocava a *Poor Law* para realizar aquilo que a regulamentação de salários já não mais podia

Liberdade para
votar e
trabalhar
19

Mc
19

conseguir. Pois a *Poor Law* se constituía nos últimos vestígios de um sistema que tentara ajustar a renda real às necessidades sociais e ao *status* do cidadão e não apenas ao valor de mercado de seu trabalho. Mas essa tentativa de injetar um elemento de previdência social na própria estrutura do sistema salarial através da instrumentalidade da *Poor Law* estava condenada ao fracasso não somente por causa de suas conseqüências práticas desastrosas, mas também porque era extremamente ofensiva ao espírito predominante da época.

Neste breve episódio de nossa história, vemos a *Poor Law* como a defensora agressiva dos direitos sociais da cidadania. Na fase seguinte, encontramos a agressora rechaçada para muito abaixo de sua posição original. Pela Lei de 1834 a *Poor Law* renunciou a todas suas reivindicações de invadir o terreno do sistema salarial ou de interferir nas forças do mercado livre. Oferecia assistência somente àqueles que, devido à idade e à doença, eram incapazes de continuar a luta e àqueles outros fracos que desistiam da luta admitiam a derrota e clamavam por misericórdia. O movimento experimental em prol do conceito de previdência social mudou de direção. Porém, mais do que isso, os direitos sociais mínimos que restaram foram desligados do *status* da cidadania. A *Poor Law* tratava as reivindicações dos pobres não como uma parte integrante de seus direitos de cidadão, mas como uma alternativa deles — como reivindicações que poderiam ser atendidas somente se deixassem inteiramente de ser cidadãos. Pois os indigentes abriam mão, na prática, do direito civil da liberdade pessoal devido ao internamento na casa de trabalho, e eram obrigados por lei a abrir mão de quaisquer direitos políticos que possuísem. Essa incapacidade permaneceu em existência até 1913, e, talvez não se tenha dado o devido valor à sua abolição definitiva. O estigma associado à assistência aos pobres exprimia os sentimentos profundos de um povo que entendia que aqueles que aceitavam assistência deviam cruzar a estrada que separava a comunidade de cidadãos da companhia dos indigentes.

A *Poor Law* não constitui um exemplo isolado desse divórcio entre os direitos sociais e o *status* de cidadania. Os primeiros *Factory Acts** mostram a mesma tendência. Embora, de fato, tenham levado a uma melhoria das condições de trabalho e a uma redução das horas de trabalho em benefício de todos aqueles empregados nas indústrias por elas regidas, negaram-se, meticulosamente, a dar essa proteção diretamente ao

* Leis que regulamentavam as atividades fabris (N. do T.).

homem adulto — o cidadão *par excellence*. E assim o fizeram por respeito a seu *status* como cidadão com base na alegação de que medidas protetivas coercivas afrontavam o direito civil de efetuar um contrato de trabalho livre. A proteção se limitava às mulheres e crianças, e os defensores dos direitos das mulheres logo perceberam o insulto implícito. As mulheres eram protegidas porque não eram cidadãs. Se desejassem gozar da cidadania com todos os seus direitos, tinham de desistir da proteção. Pelo fim do século XIX, tais argumentos se tinham tornado obsoletos, e o código industrial se tornou um dos pilares do edifício de direitos sociais.

A história da educação apresenta semelhanças superficiais com aquelas da legislação industrial. Em ambos os casos, o século XIX foi, em sua maior parte, um período em que se lançaram as fundações dos direitos sociais, mas o princípio dos direitos sociais como uma parte integrante do *status* de cidadania ou foi expressamente negado ou não admitido definitivamente. Mas há diferenças significantes. A educação, como Marshall reconheceu quando a apontou como um objeto apropriado de ação por parte do Estado, é um serviço de um tipo único. É fácil afirmar-se que o reconhecimento do direito das crianças à educação não afeta o *status* da cidadania mais do que o reconhecimento do direito das crianças à proteção contra o excesso de trabalho e maquinaria perigosa, simplesmente porque as crianças, por definição, não podem ser cidadãos. Mas tal afirmativa é enganosa. A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. E, nesse ponto, não há nenhum conflito com os direitos civis do modo pelo qual são interpretados numa época de individualismos. Pois os direitos civis se destinam a ser utilizados por pessoas inteligentes e de bom senso que aprenderam a ler e escrever. A educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil.

Mas, no final do século XIX, a educação primária não era apenas gratuita, mas obrigatória. Esse desvio notável do *laissez-faire* podia, é lógico, ser justificado com base no argumento de

devido ao fato de que a proteção se limitava às mulheres e crianças, e os defensores dos direitos das mulheres logo perceberam o insulto implícito.

Deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado.

que a livre escolha é um direito exclusivo das mentes maduras, que as crianças estão naturalmente sujeitas à disciplina, e que não se pode confiar que os pais farão aquilo que melhor atenda aos interesses dos filhos. Mas o princípio vai muito além disso. Há, neste caso, um direito individual combinado a um dever público de exercer o direito. Será que o dever público se impõe simplesmente em benefício do indivíduo — porque as crianças não podem avaliar seus interesses de modo inequívoco e porque os pais podem ser incapazes de esclarecer-lhes? Custa-me acreditar que esta seja uma explicação adequada. Tornou-se cada vez mais notório, com o passar do século XIX, que a democracia política necessitava de um eleitorado educado e de que a produção científica se ressentia de técnicos e trabalhadores qualificados. O dever de auto-aperfeiçoamento e de autocivilização é, portanto, um dever social e não somente individual porque o bom funcionamento de uma sociedade depende da educação de seus membros. E uma comunidade que exige o cumprimento dessa obrigação começou a ter consciência de que sua cultura é uma unidade orgânica e sua civilização uma herança nacional. Depreende-se disto que o desenvolvimento da educação primária pública durante o século XIX constituiu o primeiro passo decisivo em prol do restabelecimento dos direitos sociais da cidadania no século XX.

Quando Marshall apresentou seu ensaio perante o *Cambridge Reform Club*, o Estado estava-se preparando para arcar com a responsabilidade que lhe foi atribuída pelo próprio Marshall quando afirmou que o Estado "era obrigado a compeli-las (as crianças) e a ajudá-las a dar o primeiro passo adiante". Mas isso não seria suficiente para tornar realidade seu ideal de fazer um cavalheiro de cada indivíduo nem era aquela absolutamente a intenção. E, até então, havia poucos indícios de qualquer desejo "de ajudá-las, se o quiserem, a dar muitos passos adiante". A idéia pairava no ar, mas não constituía um ponto cardeal da política. No início da década de 1890, a L.C.C., através de sua *Technical Education Board*, instituiu um sistema de bolsas de estudo que foi, obviamente, considerado notável por Beatrice Webb. Pois ela escreveu o seguinte a respeito do mesmo:

Em seu aspecto popular tal sistema se constituiu numa escada educacional de dimensões sem precedente. Foi, sem dúvida, entre as escadas educacionais a mais gigantesca em extensão, a mais elaborada na sua organização de 'admissões' e promoções, e a mais diversificada nos tipos de excelência selecionada e nos tipos

de treinamento oferecido que já existiu em qualquer parte do mundo.²⁴

O tom entusiástico dessas palavras nos permite perceber quanto aprimoramos nossos padrões desde aqueles tempos.

O Impacto Inicial da Cidadania sobre as Classes Sociais

Até o momento, meu objetivo se resumiu em traçar, de modo resumido, o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra até o fim do século XIX. Com esta finalidade, dividi a cidadania em três elementos: civil, político e social. Tentei demonstrar que os direitos civis surgiram em primeiro lugar e se estabeleceram de modo um tanto semelhante à forma moderna que assumiram antes da entrada em vigor da primeira Lei de Reforma, em 1832. Os direitos políticos se seguiram aos civis, e a ampliação deles foi uma das principais características do século XIX, embora o princípio da cidadania política universal não tenha sido reconhecido senão em 1918. Os direitos sociais, por outro lado, quase que desapareceram no século XVIII e princípio do XIX. O ressurgimento destes começou com o desenvolvimento da educação primária pública, mas não foi senão no século XX que eles atingiram um plano de igualdade com os outros dois elementos da cidadania.

Eu nada disse, até o momento, sobre classe social, e devo explicar aqui que classe social ocupa uma posição secundária em meu tema. Não pretendo empenhar-me na longa e difícil tarefa de examinar sua natureza e analisar seus componentes. O tempo não me permitiria fazer justiça a um assunto de tal importância. Meu objetivo primordial é a cidadania, e meu interesse especial consiste em seu impacto sobre a desigualdade social. Abordarei a natureza da classe social somente na medida em que seja necessário à realização desse interesse especial. Minha narrativa estacionou no fim do século XIX porque acredito que o impacto da cidadania sobre a desigualdade social após aquela data foi fundamentalmente diferente daquele que tinha sido anteriormente. Com toda a probabilidade, não se levantará dúvida quanto a esta afirmação. É a natureza específica dessa diferença que vale a pena ser examinada. Antes de prosseguir, portanto, tentarei tirar algumas conclusões gerais a respeito do impacto da cidadania sobre a desigualdade social do primeiro dos dois períodos.

²⁴ *Our Partnership*, p. 79.

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o status. A classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade. E esta também, como a cidadania, por estar baseada num conjunto de ideais, crenças e valores. E, portanto, compreensível que se espere que o impacto da cidadania sobre a classe social tomasse a forma de um conflito entre princípios opostos. Se estou certo ao afirmar que a cidadania tem sido uma instituição em desenvolvimento na Inglaterra pelo menos desde a segunda metade do século XVII, então é claro que seu crescimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo, que é o sistema não de igualdade, mas de desigualdade. Eis algo que necessita de explicação. Como é possível que estes dois princípios opostos possam crescer e florescer, lado a lado, no mesmo solo? O que fez com que eles se reconcilassem e se tornassem, ao menos por algum tempo, aliados ao invés de antagonistas? A questão é pertinente, pois não há dúvida de que, no século XX, a cidadania e o sistema de classe capitalista estão em guerra.

E neste ponto que se torna necessária uma investigação mais detalhada sobre classe social. Não posso tentar examinar todas as suas inúmeras e variadas formas, mas há uma distinção ampla entre dois tipos de classe que é particularmente relevante para a minha argumentação. No primeiro destes, a classe se assenta numa hierarquia de status e expressa a diferença entre uma classe e outra em termos de direitos legais e costumes estabelecidos que possuem o caráter coercivo essencial da lei. Em sua forma extrema, tal sistema divide uma sociedade numa série de espécies humanas distintas, hereditárias — patricios, plebeus, servos, escravos e assim por diante. A classe é, por assim dizer, uma instituição em seu próprio direito, e a estrutura total tem a qualidade de um plano no sentido de que se lhe atribuem um significado e uma finalidade e é aceito como uma ordem natural. A civilização, em cada nível, é uma expressão desse significado e

dessa ordem natural, e as diferenças entre os níveis sociais não equivalem a diferenças de padrão de vida, porque não há nenhum padrão comum pelo qual aquelas podem ser medidas. Nem há direitos — ao menos de alguma significância — compartilhados por todos. O impacto da cidadania sobre tal sistema estava condenado a ser profundamente perturbador e mesmo destrutivo. Os direitos dos quais o status geral da cidadania estava imbuído foram extraídos do sistema hierárquico de status da classe social, privando-o de sua substância essencial. A igualdade implícita no conceito de cidadania, embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe que era, em princípio, uma desigualdade total. Uma justiça nacional e uma lei igual para todos devem, inevitavelmente, enfraquecer e, eventualmente, destruir a justiça de classe, e a liberdade pessoal, como um direito natural universal, deve eliminar a servidão. Não há necessidade de nenhum argumento sutil para demonstrar que a cidadania é incompatível com o feudalismo medieval.

A classe social do segundo tipo não é tanto uma instituição em seu próprio direito como um produto derivado de outras instituições. Embora possamos, ainda, referir-nos a "status social", estamos estendendo o sentido do termo além de seu significado rigorosamente técnico. Não se estabelecem nem se definem as diferenças de classe pelas leis e costumes da sociedade (no sentido medieval da expressão), mas elas emergem da combinação de uma variedade de fatores relacionados com as instituições da propriedade e educação e a estrutura da economia nacional. As culturas de classe se reduzem a um mínimo de modo que se torna possível, embora, como se admite, não inteiramente satisfatório, medir os diferentes níveis de bem-estar econômico por referência a um padrão de vida comum. As classes trabalhadoras, ao invés de herdarem uma cultura distinta conquanto simples, são agraciadas com uma imitação barata de uma civilização que se tornou nacional.

É verdade que a classe ainda funciona. Considera-se a desigualdade social como necessária e proposital. Oferece o incentivo ao esforço e determina a distribuição de poder. Mas não há nenhum padrão geral de desigualdade no qual se associe um valor adequado, *a priori*, a cada nível social. A desigualdade, portanto, embora necessária, pode tornar-se excessiva. Como Patrick Colquhoun disse, numa passagem muito

²⁵ Ver a admirável descrição oferecida por R. H. Tawney em *Equality*, pp. 121-122.

citada: "Sem uma grande proporção de pobres não poderia haver ricos, já que os ricos são o produto do trabalho, ao passo que o trabalho pode resultar somente de um estado de pobreza... A pobreza, portanto, é um ingrediente indispensável e por demais necessário da sociedade, sem o qual nações e comunidades não poderiam existir num estado de civilização".²⁶ Mas Colquhoun, embora aceitasse a pobreza, deplo- rava a "indigência" ou, como deveríamos dizer, os destituídos. Por "pobreza", Colquhoun entendia a situação de um indi- víduo que, devido à falta de quaisquer reservas econômicas, é obrigado a trabalhar, e a trabalhar muito, a fim de viver. Por "indigência", éle entendia a situação de uma família que se ressentia do mínimo necessário para uma vida decente. O sistema de desigualdade que permitiu que a primeira existisse como uma força atuante produziu, inevitavelmente, uma certa dose da segunda. Colquhoun e outros humanitaristas lamentaram esta situação e procuraram meios de aliviar o sofrimento que ela causava. Mas não duvidaram da justiça do sistema de desigualdade como um todo. Podia-se alegar, em defesa de sua justiça, que, embora a pobreza pudesse ser ne- cessária, não era necessário que nenhuma família determinada permanecesse pobre ou quase tão pobre quanto era. Quanto mais se encara a riqueza como prova conclusiva de mérito, mais se inclina a considerar a pobreza como prova de fra- casso — mas a punição pelo fracasso pode parecer maior do que a prevista para a ofensa. Em tais circunstâncias, é na- tural que os traços mais desagradáveis da desigualdade fôssem tratados, de modo um tanto irresponsável, como um incômodo, como a fumaça negra que escapasse, sem fiscalização, das chaminés de nossa fábrica. E assim com o tempo, à medida que a consciência social desperta, a diminuição na influência das classes, como a diminuição da fumaça, se torna um obje- tivo desejável a ser perseguido na medida em que seja com- patível com a eficiência continuada da máquina social.

Mas a diminuição na influência das classes nessa forma não constituiu um ataque ao sistema de classes. Ao contrário, almejava, muitas vezes um tanto conscientemente, a tornar o sistema de classes menos vulnerável ao ataque através da eliminação de suas conseqüências menos defensáveis. Aumentou o nível do piso no porão do edifício social e, talvez, o tornou mais higiênico do que antes. Mas continuou sendo um porão, e os andares mais elevados do prédio não foram afeta-

²⁶ A Treatise on Indigence (1806), pp. 7-8.

~~dos. E os benefícios recebidos pelos infelizes não se origi- naram de um enriquecimento do status da cidadania.~~

Não obstante, a verdade é que a cidadania, mesmo em suas formas iniciais, constituiu um princípio de igualdade, e que, durante aquele período, era uma instituição em desen- volvimento. Começando do ponto no qual todos os homens eram livres, em teoria, capazes de gozar de direitos, a cida- dania se desenvolveu pelo enriquecimento do conjunto de di- reitos de que eram capazes de gozar. Mas esses direitos não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade ca- pitalista; eram, ao contrário, necessários para a manutenção da- aquela determinada forma de desigualdade. A explicação re- side no fato de que o núcleo da cidadania, nesta fase, se compunha de direitos civis. E os direitos civis eram indispen- sáveis a uma economia de mercado competitivo. Davam a cada homem, como parte de seu status individual, o poder de parti- cipar, como uma unidade independente, na concorrência eco- nômica, e tornaram possível negar-lhes a proteção social com base na suposição de que o homem estava capacitado a pro- teger a si mesmo. A famosa declaração de Maine de que "o movimento das sociedades progressistas tem, até o momento, sido um movimento de Status para Contrato"²⁷ exprime uma verdade profunda que havia sido elaborada, como uma termi- nologia variada, por muitos sociólogos, mas que requer quali- ficação. Pois tanto status quanto contrato estão presentes em tôdas as sociedades com exceção das mais primitivas. Maine, éle mesmo, admitiu isto quando, mais adiante da mesma obra, escreveu que as comunidades feudais iniciais, ao contrário de seus predecessores arcaicos, "não eram nem coesas por simples sentimento nem recrutadas por uma ficção. O elo que as unia era o Contrato".²⁸ Mas o elemento contratual no feudalismo coexistiu com um sistema de classes baseado em status, e à medida que o contrato se transformava em costume, contribuiu para perpetuar o status de classe. O costume reteve a forma de empreendimentos mútuos, mas não a realidade de um acôrdo livre. O contrato moderno não nasceu do contrato feudal; assinala um nôvo desenvolvimento a cujo progresso o feudalismo foi um obstáculo que teve de ser afastado. Pois o contrato moderno é essencialmente um acôrdo entre homens que são livres e iguais em status, embora não necessariamente em poder. O status não foi eliminado do sistema social. O status diferencial, associado com classe, função e família, foi

²⁷ H. S. Maine, Ancient Law (1878), p. 170.

²⁸ *ibid.*, p. 365.

substituído pelo único *status* uniforme de cidadania que ofereceu o fundamento da igualdade sobre a qual a estrutura da desigualdade foi edificada.

Na época em que Maine escreveu, esse *status* era, sem dúvida, um auxílio, e não uma ameaça, ao capitalismo e à economia de livre mercado, porque este *status* era dominado pelos direitos civis que conferem a capacidade legal de lutar pelos objetos que o indivíduo gostaria de possuir, mas não garantem a posse de nenhum deles. Um direito de propriedade não é um direito de possuir propriedade, mas um direito de adquiri-la, caso possível, e de protegê-la, se se puder obtê-la. Mas, caso se lance mão desses argumentos para explicar a um pobre que seus direitos de propriedade são os mesmos daqueles de um milionário, provavelmente o indigente no acusará de estar sofismando. Da mesma maneira, o direito à liberdade de palavra possui pouca substância se, devido a falta de educação, não se tem nada a dizer que vale a pena ser dito, e nenhum meio de se fazer ouvir se há algo a dizer. Mas essas desigualdades gritantes não são devidas a falhas nos direitos civis, mas à falta de direitos sociais, e os direitos sociais, nos meados do século XIX, não tinham expressão. A *Poor Law* se constituiu num auxílio, e não numa ameaça, ao capitalismo, porque eximiu a indústria de toda responsabilidade que não fizesse parte do contrato de trabalho, ao passo que aumentou a competição no mercado de trabalho. A educação primária foi, também, uma ajuda porque aumentou o valor do trabalhador sem educá-lo acima de sua condição de subsistência.

Mas seria absurdo afirmar que os direitos civis em vigor nos séculos XVIII e XIX estavam livres de falhas ou que fossem tão equitativos na prática quanto o professavam ser em princípio. A igualdade perante a lei não existia. O direito lá estava, mas o remédio jurídico estava, muitas vezes, fora do alcance do indivíduo. As barreiras entre os direitos e remédios eram de duas espécies; a primeira se originava nos preconceitos de classes e parcialidade; a segunda, nos efeitos automáticos da distribuição desigual de renda que operava através do sistema de preços. Os preconceitos de classe que, indubitavelmente, caracterizavam a distribuição da justiça no século XVIII, não podem ser abolidos por leis, mas somente pela educação social e a edificação de uma tradição de imparcialidade. Este é um processo difícil e moroso que pressupõe uma mudança no modo de pensar nos escalões superiores da sociedade. Mas é um processo que ocorreu, penso eu que se possa afirmar, com justiça, de maneira satisfatória, no sentido de que a tradição de imparcialidade no que toca às classes



sociais está profundamente arraigada na justiça civil inglesa. E é interessante que isto haja ocorrido sem nenhuma mudança fundamental na estrutura de classe da profissão de advogado. Não temos dados precisos sobre este tópico, mas duvido que o quadro geral se tenha alterado desde que o Professor Ginsberg verificou que a proporção dos admitidos nas Faculdades de Direito cujos pais eram trabalhadores assalariados tinha aumentado de 0,4% em 1904-1908 para 1,8% em 1923-1927 e que, neste último período, aproximadamente 72% eram filhos de homens das profissões liberais, comerciantes de alto nível e nobres.²⁹ O declínio do preconceito de classe como uma barreira ao gozo efetivo dos direitos é, portanto, devido menos à diluição do monopólio de classe na carreira jurídica do que à difusão, em todas as classes, de um sentido mais humano e realista de igualdade social.

É interessante comparar-se este quadro com o correspondente desenvolvimento no campo dos direitos políticos. Neste caso, também, o preconceito de classe, expresso através da intimidação das classes inferiores pelas superiores, impediu o livre exercício do direito de voto por parte daqueles que o haviam adquirido recentemente. Neste caso, havia um remédio prático disponível — o voto secreto. Mas isto não era suficiente. A educação social, bem como uma mudança no modo de pensar, eram necessárias. E, mesmo quando esses eleitores se sentiram livres de influências indevidas, algum tempo se passou até que desaparecesse a idéia, predominante entre as classes trabalhadoras como em outras, de que os representantes do povo e, ainda mais, os membros do Governo deveriam ser recrutados das *élites* que nasceram e foram educadas para a liderança. O monopólio de classe na política, ao contrário do monopólio de classe na carreira jurídica, foi abolido indubitavelmente. Assim, nesses dois setores, o mesmo objetivo foi alcançado por caminhos um tanto diferentes.

A remoção do segundo obstáculo, os efeitos da distribuição desigual da renda, foi, tecnicamente, um fator simples no caso dos direitos políticos, pois nada, ou muito pouco, custa votar. No entanto, pode-se empregar o poder econômico para influenciar uma eleição, e se adotou uma série de medidas para reduzir esta influência. As mais primitivas, que datam do século XVII, visavam o suborno e corrupção, porém as mais recentes, especialmente a partir de 1883, tinham o objetivo amplo de limitar os gastos com eleições em geral a fim de que candidatos de recursos desiguais pudessem competir em

²⁹ M. Ginsberg, *Studies in Sociology*, p. 171.

Barreiras no sistema jurídico

Difusão da educação social

igualdade de condições. A necessidade de tais medidas diminuiu em muito, visto que os candidatos das classes trabalhadoras podem obter apoio financeiro dos partidos e outros fundos. Restrições que evitam extravagâncias competitivas são, portanto, provavelmente bem recebidas por todos. Restava abrir a Câmara dos Comuns a homens de todas as classes sem levar em consideração suas posses através, primeiro, da abolição de exigências de caráter econômico para os membros daquela casa e, depois, pelo estabelecimento de remuneração de seus membros em 1911.

Tem-se verificado ser muito mais difícil alcançar-se resultados similares no campo dos direitos civis porque a ação processual, ao contrário do voto, é muito cara. As custas do processo não são altas, mas os honorários de advogado e as taxas cobradas pelo escrivão podem representar quantias significativas. Uma vez que uma ação legal toma a forma de um litígio, cada parte acha que suas possibilidades de ganhá-la aumentarão se se utiliza dos serviços de melhores defensores do que aqueles empregados pela outra parte. Há, é lógico, alguma dose de verdade nisso, mas não tanta quanto se acredita popularmente. Mas o efeito no litígio, como em eleições, é introduzir um elemento de extravagância competitiva que torna difícil estimar, com antecipação, os custos de uma ação. Além disso, nosso sistema, segundo o qual a parte derrotada terá de arcar com as custas, aumenta o risco e a incerteza. Um indivíduo de recursos limitados sabedor de que, no caso de perder a ação, terá de pagar as custas de seu oponente bem como as suas, pode, facilmente, ser levado a aceitar um acórdão não-satisfatório, principalmente se seu oponente é suficientemente rico para não se preocupar com esses aspectos. E mesmo no caso de ter ganho de causa, aquilo que recebe, deduzidos os impostos, será, em geral, inferior a seu gasto real. Assim sendo, se foi induzido a levar seu caso adiante com gastos consideráveis, isto poderá representar uma vitória de Pirro.

O que, então, se tem feito para remover essas barreiras ao exercício efetivo e em termos iguais dos direitos civis? Apenas uma coisa de real substância — o estabelecimento, em 1846, dos Tribunais dos Condados para proporcionar justiça barata às massas populares. Essa inovação importante exerceu uma influência profunda e benéfica no sistema judiciário inglês e muito contribuiu para desenvolver um senso adequado da importância da ação movida pelo homem do povo — a qual é, muitas vezes, uma ação muito importante a seus olhos. Mas as custas dessas ações impetradas perante os Tribunais dos Condados não são desprezíveis e a jurisdição destes é limitada.

O segundo passo significativo que se deu foi o desenvolvimento da justiça gratuita, segundo a qual uma fração dos membros mais pobres da comunidade podiam mover uma ação *in forma pauperis*, praticamente livre de qualquer despesa, sendo assistida pelos serviços voluntários e gratuitos prestados por advogados. Mas, como o limite de renda era extremamente baixo (2 libras por semana desde 1919) e este procedimento não era aplicado aos Tribunais dos Condados, produziu um efeito diminuto com exceção das causas matrimoniais. O serviço suplementar de assistência judiciária gratuita foi, até há pouco tempo, prestado por organizações voluntárias sem receber nenhuma subvenção. Mas não se tem subestimado o problema nem se tem negado a realidade das falhas no sistema inglês. Atraiu uma atenção cada vez maior nos últimos cem anos. Tem-se lançado mão do mecanismo da Comissão e do Comitê Reais, e disso resultaram algumas modificações processuais. Dois Comitês estão a voltas com este problema, mas seria sumamente impróprio fazer-se qualquer referência a suas deliberações.³⁰ Um terceiro, que iniciou seus trabalhos mais cedo, publicou um relatório sobre o qual se baseou o *Legal Aid and Advice Bill** apresentado ao Parlamento há, apenas, três meses.³¹ Esta é uma medida eficaz, superando em muito qualquer coisa tentada anteriormente no sentido de prestar assistência aos litigantes sem recursos, e terei algo mais a dizer sobre esta medida adiante.

Os acontecimentos que narrei resumidamente tornam claro o desenvolvimento, no final do século XIX, de um interesse crescente pela igualdade como um princípio de justiça social e uma consciência do fato de que o reconhecimento formal de uma capacidade igual no que diz respeito a direitos não era suficiente. Teoricamente, mesmo a remoção completa de todas as barreiras que separavam os direitos civis de seus remédios jurídicos não teria interferido nos princípios ou estrutura de classes do regime capitalista. Teria, com efeito, criado uma situação que muitos daqueles que apoiavam uma economia de livre empresa admitiram, de modo falso, já estar em existência. Mas, na prática, o estado de espírito que inspirou as tentativas de remover essas barreiras se originou de uma

³⁰ A Comissão Austin Jones para o estudo de Processo Municipal e a Comissão Evershed para o estudo de Processo e Prática do Supremo Tribunal. O relatório da primeira e um relatório provisório da segunda já foram publicados desde então.

* Projeto de Lei que dispõe sobre Assistência Judiciária (N. do T.).

³¹ A Comissão Rushcliffe para o estudo de Assistência Judiciária na Inglaterra e País de Gales.

concepção de igualdade que ultrapassava esses limites estreitos, a concepção de igual valor social não apenas de direitos naturais iguais. Assim, embora a cidadania, mesmo no final do século XIX, pouco tivesse feito para reduzir a desigualdade social, ajudara a guiar o progresso para o caminho que conduzia diretamente às políticas igualitárias do século XX.

Teve, também, um efeito de integração ou, pelo menos, foi um ingrediente importante num processo de integração. Numa passagem que citei, há pouco, Maine se referiu às sociedades pré-feudais como unidas por um sentimento e recrutadas por uma ficção. Ele se referia ao parentesco ou ao mito de uma descendência comum. A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos. Percebe-se isto claramente no século XVIII, o qual assistiu ao nascimento não apenas dos direitos civis modernos, mas também da consciência nacional de nossos dias. Os instrumentos corriqueiros da democracia moderna foram aperfeiçoados pelas classes altas e, então, transmitidos, passo a passo, às mais baixas: ao jornalismo político para a *intelligentsia* seguiram-se os jornais para todos os que sabiam ler, comícios, campanhas de propaganda e associações em defesa de causas públicas. As medidas repressivas e a tributação foram incapazes de frear o movimento. E com este adveio um nacionalismo patriótico, expressão da unidade existente por baixo daquelas explosões controversas. Quão profundo ou difundido foi este nacionalismo é difícil dizer-se, mas não pode haver dúvida quanto ao vigor de sua manifestação externa. Empregam-se, ainda, aquelas canções tipicamente do século XVIII - "God Save the King" e "Rule Britannia", mas se omitem as passagens que ofenderiam nossas sensibilidades mais recentes e mais modestas. Essa xenofobia e a "agitação popular e parlamentar" a qual Temperley verificou ser o "principal fator a causar a guerra" da época de Jenkins³² se constituíram em fenômenos novos nos quais se pode reconhecer o primeiro córrego acanhado que se desenvolveu na ampla corrente do esforço de guerra nacional do século XX.

Essa crescente consciência nacional, essa opinião pública em ebulição e esses rasgos iniciais de um sentimento de par-

³² C. G. Robertson, *England under the Hanoverians*, p. 491.

ticipação na comunidade e herança comum não exerceram nenhuma influência material na estrutura de classes e na desigualdade social pela simples razão de que, mesmo no final do século XIX, a massa da classe operária não exercia um poder político efetivo. Naquela ocasião o direito de voto estava bastante difundido, mas aqueles que o tinham adquirido recentemente não haviam ainda aprendido a fazer uso do mesmo. Os direitos políticos da cidadania, ao contrário dos direitos civis, estavam repletos de ameaça potencial ao sistema capitalista, embora aqueles que estavam estendendo, de modo cauteloso, tais direitos às classes menos favorecidas provavelmente não tivessem plena consciência da magnitude de tal ameaça. Não seria razoável esperar que fossem capazes de prever as mudanças significativas que poderiam ser acarretadas pelo uso pacífico do poder político, sem uma revolução violenta e sangrenta. A Sociedade Planificada e o Estado do Bem-Estar ainda não haviam surgido no horizonte nem chegado ao alcance da visão do político prático. As fundações da economia de mercado e do sistema contratual pareciam suficientemente sólidas para resistir a qualquer possível abalo. Na verdade, havia alguns motivos para se esperar que as classes trabalhadoras, à medida que se aprimorassem, aceitassem os princípios básicos do sistema e estivessem satisfeitas de dependerem, para sua proteção e progresso, dos direitos civis da cidadania que não encerravam nenhuma ameaça óbvia ao capitalismo competitivo. Tal ponto de vista foi estimulado pelo fato de que um dos principais triunfos do poder político nos meados do século XIX residiu no reconhecimento do direito de dissídio coletivo. Isto significava que se procurava o progresso social por meio de fortalecimento dos direitos civis e não pelo estabelecimento de direitos sociais; através do uso do contrato no mercado livre e não pela adoção de um salário mínimo e previdência social.

Mas essa interpretação subestima o significado dessa ampliação dos direitos civis na esfera econômica. Pois os direitos civis eram, em sua origem, acentuadamente individuais, e esta é a razão pela qual se harmonizaram com o período individualista do capitalismo. Pelo artifício da personalidade jurídica, grupos se tornaram capazes de agir legalmente como indivíduos: Esse desenvolvimento importante não passou despercebido, e a responsabilidade limitada foi denunciada abertamente como uma violação da responsabilidade individual. Mas a posição dos sindicatos era ainda mais anômala, pois não procuraram obter nem obtiveram a personalidade jurídica. Podem, portanto, exercer direitos civis vitais coletivamente em

nome de seus membros sem a responsabilidade coletiva formal, ao passo que a responsabilidade individual dos trabalhadores com relação ao contrato não é, na maioria das vezes, exequível. Esses direitos civis se tornaram, para os trabalhadores, um instrumento para elevar seu status econômico e social, isto é, para firmar a reivindicação segundo a qual eles, como cidadãos, estavam habilitados a certos direitos sociais. Mas o método normal de assegurar direitos sociais é o exercício do poder político, pois os direitos sociais pressupõem um direito absoluto a um determinado padrão de civilização que depende apenas do cumprimento das obrigações gerais da cidadania. O conteúdo dos mesmos não depende do valor econômico da reivindicação individual. Há, portanto, uma diferença significativa entre um dissídio coletivo genuíno por meio do qual as forças econômicas num mercado livre tentam alcançar o equilíbrio e o uso de direitos civis coletivos para assegurar reivindicações básicas por elementos de justiça social. Dêsse modo, a aceitação do direito de barganha não se constituiu simplesmente numa extensão natural dos direitos civis; representou a transferência de um processo importante da esfera política para a civil da cidadania. Mas "transferência" talvez seja um termo enganador, pois na ocasião em que isto ocorreu os trabalhadores não possuíam o direito de voto nem tinham ainda aprendido a fazer uso do mesmo. Desde então, alcançaram-no e tiraram o máximo proveito do referido direito. O sindicalismo, portanto, criou um sistema secundário de cidadania industrial paralelo e complementar ao sistema de cidadania política.

É interessante comparar-se esse desenvolvimento com a história da representação parlamentar. Nos Paramentos dos primeiros tempos, afirma Pollard, "a representação não era de maneira alguma encarada como um meio de expressão do direito individual ou de defesa desse mesmo direito. Eram comunidades, não indivíduos, que se faziam representar".³³ E, ao examinar a situação na véspera da Lei de Reforma de 1918, acrescentou Pollard: "O Parlamento, ao invés de representar comunidades ou famílias, tende cada vez mais a representar nada a não ser indivíduos".³⁴ Um sistema de sufrágio universal trata o voto como a voz do indivíduo. Os partidos políticos organizam essas vozes para a ação em conjunto, mas o fazem nacionalmente e não com base em função, localidade ou interesses. No caso dos direitos civis, o movimento tem

³³ R. W. Pollard, *The Evolution of Parliament*, p. 155.

³⁴ *Ibid.*, p. 165.

ocorrido numa direção inversa, não da representação de comunidades para aquela dos indivíduos, mas a partir da representação dos indivíduos para aquela das comunidades. E Pollard sustenta outro ponto de vista. Segundo ele, o sistema parlamentar dos primeiros tempos foi caracterizado pelo fato de seus representantes serem aqueles que dispunham de tempo, recursos e tendência para semelhante tarefa. A eleição por uma maioria de votos e a responsabilidade estrita perante os eleitores não eram elementos essenciais. Os distritos eleitorais não instruíam seus membros, e promessas eleitorais não eram conhecidas. Os membros "eram eleitos com o fim de obrigarem a seus constituintes, e não de serem obrigados perante os mesmos".³⁵ Não seria tão absurdo sugerir-se que alguns desses traços reaparecem nos sindicatos modernos, embora, é evidente, apresentando muitas diferenças significativas. Uma delas é a de que líderes sindicais não abraçam um cargo espinhoso sem remuneração, mas seguem uma carreira remunerada. Essa observação não traz em si nenhuma ofensa e, na verdade, não ficaria muito bem para um professor universitário criticar uma instituição pública com base no fato de seus afazeres serem dirigidos, em grande parte, por seus empregados assalariados.

Tudo o que mencionei até o momento teve como finalidade servir de introdução à tarefa principal. Não tentei apresentar-lhes fatos novos selecionados por pesquisa rigorosa. O limite de minha ambição se restringe a reagrupar fatos familiares num padrão que possa apresentá-los aos leitores sob uma nova perspectiva. Achei necessário fazê-lo a fim de preparar o terreno para o estudo mais difícil, especulativo e controverso da cena contemporânea na qual o papel preponderante é desempenhado pelos direitos sociais da cidadania. É para o impacto deles sobre a classe social que devo, agora, voltar minha atenção.

Os Direitos Sociais no Século XX

O período com o qual me ocupei até o momento se caracterizou pelo fato de o desenvolvimento da cidadania, conquanto substancial e marcante, ter exercido pouca influência direta sobre a desigualdade social. Os direitos civis deram poderes legais cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de classe e falta de oportunidade econômica. Os direitos políticos deram poder potencial cujo exercício exigia experiência, organização e uma mudança de idéias quanto às funções pró-

³⁵ *Ibid.*, p. 152.

prias de Governo. Foi necessário bastante tempo para que estes se desenvolvessem. Os direitos sociais compreendiam um mínimo e não faziam parte do conceito de cidadania. A finalidade comum das tentativas voluntárias e legais era diminuir o ônus da pobreza sem alterar o padrão de desigualdade do qual a pobreza era, obviamente, a consequência mais desagradável.

Iniciou-se um novo período no final do século XIX, convenientemente assinalado pela pesquisa de Booth sobre a Vida e o Trabalho do Povo em Londres e pela Comissão Real sobre os Pobres em Idade Avançada. Assistiu ao primeiro grande avanço no campo dos direitos sociais, e isto acarretou mudanças significativas no princípio igualitário como expresso na cidadania. Mas havia outras forças operando também. Um aumento de rendas nominais desigualmente distribuído pelas classes sociais modificou a distância econômica que separava essas classes entre si, diminuindo a distância entre trabalhadores especializados e não-especializados e entre trabalhadores especializados e trabalhadores não-manuais, ao passo que o aumento contínuo das pequenas poupanças obscureceu as distinções de classe entre o capitalista e o proletário sem bens. Em segundo lugar, um sistema de impostos diretos, cada vez mais progressivo, comprimiu toda a escala de rendas líquidas. Finalmente, a produção em massa para o mercado interno e o crescente interesse da indústria pelas necessidades e gostos da massa capacitaram os menos favorecidos a gozar de uma civilização material que diferia de modo menos acentuado em qualidade daquela dos abastados do que em qualquer outra época. Os componentes de uma vida civilizada e culta, originariamente o monopólio de poucos, foram, aos poucos, postos ao alcance de muitos. A diminuição da desigualdade fortaleceu a luta por sua abolição, pelo menos com relação aos elementos essenciais do bem-estar social.

Essas aspirações se tornaram realidade, ao menos em parte, pela incorporação dos direitos sociais ao status da cidadania e pela consequente criação de um direito universal a uma renda real que não é proporcional ao valor de mercado do reivindicador. (O objetivo dos direitos sociais constitui ainda a redução das diferenças de classe, mas adquiriu um novo sentido. Não é mais a mera tentativa de eliminar o ônus evidente que representa a pobreza nos níveis mais baixos da sociedade. Assumiu o aspecto de ação modificando o padrão total da desigualdade social. Já não se contenta mais em elevar o nível do piso do edifício social, deixando a superestrutura como se encontrava antes. Começou a remodelar o edifício

inteiro e poderia até acabar transformando um arranha-céu num bangalô. E, portanto, importante considerar-se se tal objetivo final se encontra implícito na natureza desse desenvolvimento ou se, como assinaléi acima, há limites naturais à tendência contemporânea para uma maior igualdade social e econômica. A fim de responder a esta pergunta, devo fazer um apanhado dos serviços sociais do século XX e analisá-los.

Afirmei, anteriormente, que as tentativas de remover as barreiras entre os direitos civis e seus remédios jurídicos deram prova de uma nova atitude para com o problema da igualdade. Posso, portanto, iniciar meu apanhado de modo conveniente pela análise do exemplo mais recente de tal tentativa, o *Legal Aid and Advice Bill*, que oferece um serviço social destinado a fortalecer o direito civil do cidadão de decidir seus litígios num tribunal de justiça. Coloca-nos, também, frente a frente com uma das principais questões de nosso problema — a possibilidade de combinar num sistema os dois princípios da justiça social e do preço de mercado. O Estado não está preparado para tornar a administração da justiça grátis para todos. Uma razão disso — embora, é lógico, não seja a única — é que as custas desempenham a função útil de prevenir disputas frívolas e estimular a aceitação de acordos e decisões razoáveis. Se todas as ações que tivessem início atingissem a fase final do julgamento, o mecanismo da justiça se desintegraria. Outrossim, a quantia apropriada para se gastar num processo judicial depende grandemente do que ele vale para ambas as partes, e quanto a isso, argumenta-se, só elas mesmas podem decidir. É muito diferente do que acontece num caso de saúde, onde a gravidade da doença e a natureza do tratamento exigido podem ser objetivamente avaliados com muito pouca relação com respeito à importância que o paciente lhe dá. Não obstante, embora haja necessidade de pagamento, este não assume uma forma que prive o litigante do seu direito à justiça ou o coloca em desvantagem perante o seu oponente.

Os principais dispositivos do projeto são os seguintes: o serviço será limitado a uma classe econômica — aqueles cuja renda e capital disponíveis não excedam 420 libras e 500 libras, respectivamente.³⁶ “Disponível” quer dizer o saldo após as deduções consideráveis de dependentes, alugueis, propriedade de casas residenciais etc. O máximo com que o litigante de-

³⁶ Quando o capital disponível excede a 500 libras, pode-se ainda obter assistência judiciária, sujeita à decisão do comitê local, se a renda disponível não ultrapassar a 420 libras.

veria contribuir para os custos em que incorresse está limitado à metade do excesso de sua renda disponível acima de 150 libras mais o excesso de seu capital disponível acima de 75 libras. Sua responsabilidade pelas custas da outra parte, em caso de perder a ação, está sujeita inteiramente à discricão do tribunal. Terá a assistência profissional de um advogado escolhido entre um grupo de voluntários, e estes serão remunerados por seus serviços no Tribunal Superior, sendo que seus honorários serão de 15% inferiores àqueles do mercado livre e dos Tribunais dos Condados de acôrdo com escalas uniformes ainda não estabelecidas.

O plano, como se verá, lança mão dos princípios do limite de renda e o teste dos meios, que acabam de ser abandonados nos outros serviços sociais de maior importância. E o teste dos meios será aplicado, ou a contribuição máxima determinada, pelo *National Assistance Board*²⁶ cujos diretores, além de prestar os benefícios prescritos nos regulamentos, "terão" poderes gerais totais para capacitá-los a deduzir da renda quaisquer quantias que normalmente não levam em conta ao lidar com um pedido de assistência de acôrdo com o *National Assistance Act* de 1948.²⁷ Será de interesse ver se essa relação com a antiga *Poor Law* tirará o atrativo *Legal Aid* para muitos daqueles que têm o direito de se valer dela, que incluirá indivíduos com rendas brutas de até 600 ou 700 libras por ano. Mas, com exceção dos agentes empregados para fazer cumprir a razão para a introdução de um teste dos meios é clara. O preço a ser pago pelo serviço do tribunal e da assistência judiciária desempenha um papel importante ao testar a urgência da demanda. Deve, portanto, ser mantido. Mas o impacto do preço sobre a demanda deve ser tornado menos desigual pelo ajustamento do custo com a renda da qual sairão os meios para enfrentar o custo. O método de ajustamento relembra a operação de um impôsto progressivo. Se considerarmos apenas a renda e ignorarmos o capital, veremos que um indivíduo com uma renda líquida de 200 libras teria de contribuir com 22 libras, ou 11% daquela renda, e um indivíduo com uma renda líquida de 420 libras teria sua contribuição máxima fixada em 132 libras, ou mais de 31% daquela renda.

Um sistema desse tipo pode funcionar bastante bem (admitindo-se que a escala de ajustamento seja satisfatória) desde que o preço de mercado do serviço seja razoável com

²⁶ Junta de Assistência Nacional (N. do T.).

²⁷ Cmd. 7563: *Summary of the Proposed New Service*, p. 7, §17.

relação à menor renda que não tenha direito à assistência. Então, a escala de preços pode diminuir gradativamente a partir desse ponto de referência até que desapareça no ponto em que a renda seja muito reduzida para poder pagar algo. Nenhum vazio estranho surgirá no ápice entre os que recebem assistência e aqueles que não a recebem. O método é empregado na concessão de bolsas de estudo governamentais para universidades. O custo com que se tem de arcar nesse caso é o total padronizado para o sustento mais as taxas de matrícula. As deduções são feitas a partir da renda bruta dos pais em bases semelhantes àquelas propostas para o *Legal Aid*, exceto que o impôsto de renda não é deduzido. A renda restante é conhecida como a "renda progressiva". Aplica-se, então, esse dado a um tabela que mostra a contribuição a ser feita pelos pais em cada ponto da escala. As rendas até 600 libras nada pagam e o teto, além do qual os pais têm de arcar com os custos totais, sem subvenção, é de 1.500 libras. Um Partido Trabalhista recomendou, recentemente, que o teto fôsse elevado "para, no mínimo, 2.000 libras" (antes da dedução dos impostos),²⁸ o que é um critério de pobreza bastante generoso para um serviço social. É razoável admitir-se que, naquele nível de renda, a família pode fazer frente, sem passar privações indevidas, ao custo de mercado de uma educação universitária.

O *Legal Aid Scheme*²⁹ funcionará, com toda a probabilidade, da mesma maneira para os processos dos Tribunais dos Condados nos quais os custos são moderados. Aquêles com rendas no cume da escala normalmente não receberão nenhum subsídio para suas custas, mesmo no caso de perderem a ação. A contribuição que podem ser chamados a fazer de seus próprios recursos serão, em geral, suficientes para cobrir as custas. Estarão, assim, na mesma posição daqueles bem à margem do plano e nenhum vazio estranho aparecerá. Os litigantes incluídos no plano receberão, entretanto, assistência jurídica de caráter profissional a um preço controlado e reduzido, e isto é um privilégio inestimável. Mas, num processo que atingisse instância superior, a contribuição máxima do indivíduo no ápice da escala estaria longe de ser suficiente para cobrir suas próprias custas caso perdesse a causa. Sua responsabilidade, de acôrdo com o plano, poderia, portanto, ser muitas vezes inferior àquela de um indivíduo, excluído por pequena

²⁸ Ministério da Educação: *Report of the Working Party on University Award*, 1948, §60. A descrição geral do sistema atual se baseia na mesma fonte.

²⁹ Plano de Assistência Judiciária (N. do T.).

margem do plano, que sustentou e perdeu uma ação idêntica. Em tais casos, a diferença pode ser bem acentuada e isto é particularmente grave num litígio que assume a forma de uma disputa. A disputa pode ocorrer entre um litigante assistido e um não-assistido, e estes se estarão defrontando sob condições diferentes. Um deles será protegido pelo princípio da justiça social, enquanto o outro será abandonado à mercê do mecanismo econômico e das obrigações comuns impostas por contrato e pelos regulamentos do tribunal. Uma medida que visa à redução das barreiras de classe pode, em alguns casos, criar uma forma de privilégios de classe. Se isto ocorrerá, ou não, depende, em grande parte, do conteúdo dos regulamentos que ainda não foram baixados e da maneira pela qual o tribunal faz uso de seu poder de arbítrio ao atribuir as custas aos litigantes assistidos que perdem suas causas.

Essa dificuldade específica poderia ser eliminada se se tornasse o sistema universal, ou quase isso, pela elevação da escala de contribuições máximas a níveis de rendas bem mais altos. Em outras palavras, o teste dos meios poderia ser conservado, mas o limite de renda abandonado. Mas isso equivaleria a incluir todos, ou praticamente todos, os advogados no plano e a submetê-los a preços tabelados para seus serviços. Significaria quase a nacionalização da profissão, no que toca à processualística, ou, pelo menos, assim provavelmente apareceria aos olhos dos advogados, cuja profissão se inspira num forte sentimento de individualismo. É o desaparecimento do exercício particular da profissão privaria os Agentes Fiscais de um padrão pelo qual estabelecer o preço a ser tabelado.

Escolhi este exemplo para demonstrar algumas das dificuldades que surgem quando alguém tenta combinar os princípios da igualdade social com o sistema de preço. O ajustamento de preço progressivo a rendas desiguais é um método de se fazer isto. Era largamente usado por médicos e hospitais até que o *National Health Service* o tornou desnecessário. Liberta a renda real, sob certos aspectos, de sua dependência da renda nominal. Se o princípio fôsse aplicado de modo universal, as diferenças de renda nominal perderiam seu significado. Poder-se-ia alcançar o mesmo resultado pela igualação de todas as rendas brutas ou pela redução das rendas brutas desiguais a rendas líquidas iguais pela tributação. Ambos os processos têm funcionado até certo ponto. Ambos se chocam com a necessidade de se preservar rendas desiguais como uma fonte de incentivo econômico. Mas, quando se combinam diferentes métodos de fazer coisas bastante semelhantes, talvez seja possível levar o processo muito adiante sem

avariar a máquina econômica, porque suas diversas consequências não se adicionam facilmente, e o efeito total pode passar despercebido na confusão geral. E devemos ter em mente que as rendas nominais brutas fornecem o índice através do qual, tradicionalmente, avaliamos o sucesso econômico e social e o prestígio. Mesmo se perdessem todo o sentido em termos de renda real, poderiam ainda atuar, como ordens e condecorações, como estímulos para a produtividade e símbolos de sucesso.

Mas devo retornar a meu apanhado dos serviços sociais. O princípio mais comum em uso não é, evidentemente, o preço progressivo (do qual acabei de falar), mas o mínimo garantido. O Estado garante um mínimo de certos bens e serviços essenciais (tais como assistência médica, moradia, educação, ou uma renda nominal mínima (ou salário mínimo) a ser gasto em bens e serviços essenciais — como no caso da lei que dispõe sobre a aposentadoria por velhice, benefícios de seguro e salários-família. Qualquer pessoa capaz de ultrapassar o mínimo garantido por suas qualidades próprias está livre para fazê-lo. Tal sistema se assemelha, em sua aparência, a uma versão mais generosa da supressão de classes em sua forma original. Eleva o nível inferior, mas não limita automaticamente a superestrutura. Mas seus efeitos merecem uma análise mais detalhada.

O grau de igualação alcançado depende de quatro fatores — se o benefício é oferecido a todos ou a uma classe limitada; se assume a forma de pagamento em dinheiro ou prestação de serviço; se o mínimo é alto ou baixo; e como se levanta dinheiro para pagar o benefício. Os benefícios em dinheiro sujeitos ao teste dos meios e limites de renda teve um efeito igualante simples e óbvio. O objetivo consistia em assegurar que todos os cidadãos deveriam atingir, pelo menos, o mínimo prescrito, ou por seus próprios recursos ou com a assistência, se não pudessem fazê-lo por meios próprios. O benefício era concedido somente aqueles que realmente necessitassem dele e, assim, as desigualdades no nível inferior da escala foram reduzidas a zero. O sistema operou em sua forma mais simples e genuína nos casos da *Poor Law* (Lei dos Pobres) e *Old Age Pensions* (Aposentadorias por Velhice). Mas a igualação econômica poderia ser acompanhada de discriminação de classe de natureza psicológica. O estigma atribuído à *Poor Law* fez de "pobreza" um termo pejorativo definindo uma classe. O "Aposentado por Velhice" pode ter tido um pouco do mesmo sabor, mas sem a mácula da vergonha.

O efeito geral do seguro social, quando limitado a um grupo de renda, foi semelhante. Diferiu no sentido de que

não houve nenhum teste dos meios. A contribuição criou um direito ao benefício. Mas, falando de modo geral, a renda do grupo se elevou pelo excesso de benefícios em relação ao gasto total do grupo em contribuições e impostos adicionais, e a diferença de renda entre este grupo e aqueles acima deste foi, desse modo, reduzida. É difícil estimar-se a consequência precisa por causa da grande amplitude de rendas no grupo e da incidência variável dos riscos cobertos. Quando o plano foi estendido a todos, essa diferença voltou a existir, embora, uma vez mais, tenhamos de levar em consideração os efeitos combinados da taxaço uniforme regressiva e, em parte, da tributação progressiva que contribuiu para o financiamento do plano. Nada me induzirá a iniciar uma discussão deste problema. Mas um plano total é menos especificamente eliminador de classes num sentido puramente econômico do que um plano limitado, e o seguro social o é do mesmo modo mais do que um serviço de teste dos meios. Benefícios a taxas fixas e uniformes não reduzem as diferenças entre rendas diferentes. O efeito igualante deles depende do fato de que façam uma maior adição percentual às rendas limitadas do que às mais elevadas. E, mesmo que o conceito de utilidade marginal decrescente (se é que se pode ainda mencioná-lo) possa rigorosamente ser aplicado apenas à renda crescente de um indivíduo não sujeito a mudança, isto continua a ser um assunto de certa importância. Quando um serviço gratuito, como no caso da assistência médica, é ampliado de um grupo de renda restrito para a população total, o efeito direto é, em parte, umentar a desigualdade das rendas disponíveis, mais uma vez sujeitas à alteração em virtude da incidência de tributos. Pois os membros das classes médias, que costumavam pagar seus médicos, se defrontam com esta parte de sua renda disponível para ser gasta com outros bens e serviços.

Patinei cautelosamente sobre essa fina camada de gelo a fim de ressaltar um ponto. A ampliação dos serviços sociais não é primordialmente um meio de igualar as rendas. Em alguns casos pode fazê-lo, em outros não. A questão não é de muita importância; pertence a um setor diferente da política social. O que interessa é que haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis: — entre o sadio e o doente, o empregado e o desempregado, o velho e o ativo, o solteiro e o pai de uma família grande. A igualação não se refere tanto a classes quanto a indivíduos componentes de uma população que é considerada, para esta finalidade, como se fosse uma

classe. A igualdade de status é mais importante do que a igualdade de renda.

Mesmo quando os benefícios são pagos em espécie, essa fusão de classes é expressa externamente na forma de uma nova experiência comum. Todos aprendem o que significa ter um cartão de seguro que deve ser carimbado regularmente (por alguém) ou recolher ajudas de custos para crianças ou aposentadorias numa agência de correio. Mas quando o benefício assume a forma de um serviço, o elemento qualitativo penetra o benefício mesmo e não apenas o processo pelo qual é obtido. A ampliação de tais serviços pode, portanto, exercer um efeito profundo sobre os aspectos qualitativos da diferenciação social. As antigas escolas públicas primárias, embora abertas a todos, eram utilizadas por uma classe social para a qual não havia nenhuma outra espécie de educação disponível. Seus membros eram criados segregados das classes superiores e sob influências que deixavam sua marca nas crianças sujeitas a elas. "Ex-aluno de escola pública" tornou-se um rótulo que um indivíduo poderia carregar por toda a vida e assinalava uma distinção que era de caráter real e não apenas convencional. Pois um sistema educacional dividido, ao promover tanto a similaridade intraclasses, deu ênfase e precisão a um critério de distância social. Como o Professor Tawney afirmou, traduzindo o ponto de vista dos educadores em sua prosa inimitável: "A intrusão das vulgaridades do sistema de classes na organização educacional é uma irrelevância tão maléfica em efeito quanto odiosa em concepção."³⁰ O serviço limitado era criador de classes ao mesmo tempo que era neutralizador de classes. Atualmente, a segregação ainda ocorre, mas a educação subsequente, à disposição de todos, faz com que um reajustamento seja possível. Terei de examinar, dentro em pouco, se a classe influencia, de modo diverso, esse reajustamento.

Do mesmo modo, o serviço de assistência médica em seu início acrescentou o termo "paciente cobiado" a nosso vocabulário de classe social, e muitos membros da classe média estão, no momento, aprendendo exatamente o que o termo significa. Mas a difusão do serviço reduziu a importância social da distinção. A experiência comum oferecida por um serviço médico geral abrange a todos, com exceção de uma pequena minoria no ápice, e se espalha através de barreiras de classe importantes nos escalões médios da hierarquia. Ao mesmo

³⁰ R. H. Tawney, *Secondary Education for All*, p. 64.

tempo, o mínimo garantido foi elevado a nível tão elevado que o termo "mínimo" se torna um equívoco. A intenção, pelo menos, é fazê-lo aproximar-se tanto quanto possível de um máximo razoável que os bens extras que os ricos ainda são capazes de comprar não serão mais do que luxos e ornamentos. O serviço oferecido, não o serviço que se compra, se torna a norma do bem-estar social. Há quem pense que, em tais circunstâncias, o setor independente não pode sobreviver por muito tempo. Caso desapareça, o arranha-céu ter-se-á convertido num bangalô. Se o sistema atual persistir e atingir seus ideais, o resultado poderá ser descrito como um bangalô dominado por uma torre insignificante do ponto de vista arquitetônico.

direito

Benefícios na forma de um serviço possuem essa outra característica: os direitos do cidadão não podem ser definidos de modo preciso. O elemento qualitativo pesa muita na balança. Um mínimo de direitos legalmente reconhecidos pode ser concedido, mas o que interessa ao cidadão é a superestrutura das expectativas legítimas. Pode ser razoavelmente fácil fazer com que toda criança, até certa idade, passe um certo número de horas na escola. É muito mais difícil satisfazer as expectativas de que a educação deveria estar a cargo de professores treinados e ser dada em classes de tamanho moderado. Pode ser possível para cada cidadão que o deseje estar inscrito junto a um médico. É muito mais difícil assegurar que receberá um tratamento adequado. E, assim, verificamos que a legislação, ao invés de ser o fator decisivo que faça com que a política entre em efeito imediato, adquire, cada vez mais, o caráter de uma declaração de política que, segundo se espera, entrará em vigor algum dia. As Faculdades dos Condados e os Centros de Saúde nos vêm à mente imediatamente. O ritmo de progresso depende da magnitude dos recursos nacionais e da distribuição destes entre as reivindicações competitivas. Nem pode o Estado facilmente prever qual será o custo do cumprimento de suas obrigações, pois à medida que o padrão que se espera dos serviços aumenta — como deve acontecer inevitavelmente numa sociedade progressista — as obrigações se tornam cada vez mais pesadas. O alvo está-se movendo para a frente e pode ser que o Estado nunca o atinja. Segue-se que os direitos individuais devem estar subordinados aos planos nacionais.

As expectativas oficialmente reconhecidas como legítimas não são reivindicações que devam ser satisfeitas em cada caso quando apresentadas. Tornam-se, por assim dizer, detalhes de um plano de vida comunitária. A obrigação do Estado é para

com a sociedade como um todo, cujo recurso no caso de não-cumprimento por parte do Estado de suas obrigações reside no Parlamento ou conselhos locais, e não para com os cidadãos individuais cujo recurso reside num tribunal de justiça ou, pelo menos, num tribunal quase-judicial. A manutenção de um equilíbrio razoável entre esses elementos coletivos e individuais dos direitos sociais é uma questão de importância vital para o Estado socialista democrático.

O aspecto que acabei de ressaltar se torna mais evidente no caso da habitação. Aqui, a posse das moradias existentes tem sido protegida por direitos legais eficazes, capazes de serem assegurados num tribunal de justiça. O sistema se tornou complicado porque cresceu pouco a pouco, e não se pode sustentar que os benefícios sejam igualmente distribuídos em função da necessidade real. Mas o direito básico de ter o cidadão uma moradia, seja lá qual fôr, é mínimo. Ele não pode reivindicar mais do que um teto sobre sua cabeça, e sua reivindicação pode ser atendida, como vimos nos últimos anos, por um cômodo num cinema abandonado transformado num centro de recuperação. Não obstante, a obrigação geral do Estado para com a sociedade como uma coletividade no que toca à habitação é das mais sérias que tem de enfrentar. A política governamental concedeu, de modo inequívoco, ao cidadão uma expectativa legítima de um lar adequado para uma família nêle viver, e a promessa não se limita a heróis agora. É verdade que, ao lidar com reivindicações individuais, as autoridades adotam, tanto quanto possível, uma escala prioritária de necessidades. Mas, quando um cortiço está em vias de ser derrubado, quando uma cidade antiga está sendo remodelada ou uma nova cidade planejada, as reivindicações individuais devem estar subordinadas à planificação mais ampla do progresso social. Surge, então, um elemento de oportunidade e, portanto, de desigualdade. Uma família pode mudar-se, antecipando-se à sua vez, para uma residência modelar porque faz parte de uma comunidade que deve receber assistência com mais urgência. Uma segunda terá de aguardar, embora suas condições materiais possam ser piores do que aquelas da primeira. À medida que o trabalho prossegue, embora em muitos lugares desapareçam as desigualdades, em outros se tornam mais acentuadas. Para ilustrar este aspecto, citarei um exemplo. Na cidade de Middlesbrough, parte da população de uma área em desintegração tinha sido removida para uma nova área residencial. Verificou-se que, entre as crianças que viviam nessa área, uma em cada oito daquelas que competiam por vagas nas escolas secundárias era bem

sucedida. No que toca à parte da mesma população originária que havia ficado para trás a proporção era de uma em cada cento e cinquenta e quatro.⁴⁰ O contraste é tão gritante que se hesita em oferecer qualquer explicação precisa para tal fenómeno, mas este permanece como um exemplo notório de desigualdade entre indivíduos, surgido como o resultado provisório da progressiva satisfação dos direitos sociais coletivos. Eventualmente, quando se levasse a cabo o plano de habitação, tais desigualdades deveriam desaparecer.

Há outro aspecto da política habitacional o qual, acredito, implica a interferência de um novo elemento nos direitos de cidadania. Surge quando o plano de habitação, ao qual, como afirmei, os direitos individuais devem ceder lugar, não se limita a um setor da camada inferior da escala social nem a um tipo específico de necessidade, mas abrange os aspectos gerais da vida de uma comunidade inteira. Planejamento urbano equivale a planejamento total neste sentido. Não apenas toma a comunidade como um todo, mas influencia e deve levar em consideração todos os interesses, costumes e atividades sociais. Almeja criar novos ambientes físicos que promoverão ativamente o crescimento de novas sociedades humanas. Deve decidir qual o aspecto de que essas sociedades se revestirão e tentar atender a todas as diversificações maiores que estas devem conter. Os planejadores urbanos apreciam falar de uma "comunidade equilibrada" comó seu objetivo. Isto significa uma sociedade que contenha uma adequada mistura de todas as classes sociais assim como de grupos etários e sexuais, ocupações e assim por diante. Não tencionam construir conjuntos residenciais operários nem de classe média, mas se propõem edificar casas populares e residências para a classe média. O objetivo deles não é uma sociedade sem classes, mas uma sociedade na qual as diferenças de classe sejam legítimas em termos de justiça social e na qual, portanto, as classes colaborem mais intimamente do que no presente para o benefício comum de todos. Quando um encarregado de planejamento decide que há necessidade de um maior elemento de classe média em sua cidade (como muitas vezes acontece) e traça planos para atender suas necessidades e igualar seus padrões, não age, como um construtor especulador, meramente em função de uma demanda comercial. Deve reformular a procura em harmonia com seu plano total e, então, conceder-lhe a sanção de sua autoridade como o órgão responsável e uma comunidade de cidadãos. O indivíduo de classe média pode,

⁴⁰ R. Class, *The Social Background of a Plan*, p. 129.

então, dizer, não que "Virei se pagarem o preço que posso pedir" mas que "Se me desejam como um cidadão, devem dar-me o status que me é devido de direito em função do cidadão que sou". Esse é um exemplo da maneira pela qual a cidadania está em si mesma se tornando o elemento criador da desigualdade social.

O segundo, e mais importante, exemplo se encontra no campo da educação, o qual também ilustra meu ponto de vista inicial sobre o equilíbrio entre os direitos sociais coletivos e individuais. No período inicial da educação pública na Inglaterra, os direitos eram mínimos e iguais. Mas, como já observamos, ao direito veio corresponder uma obrigação, não apenas porque o cidadão tenha uma obrigação para consigo mesmo, assim como um direito, de desenvolver o que se encontra latente dentro de si — um dever que nem a criança nem o pai pode apreciar em toda a sua extensão — mas porque a sociedade reconheceu que ela necessitava de uma população educada. Na verdade, tem-se acusado o século XIX de encarar a educação primária unicamente como um meio de propiciar, aos empregadores capitalistas, trabalhadores mais aptos e a educação superior meramente como um instrumento para aumentar o poder da nação na competição com seus rivais industriais. E o leitor pode ter notado que recentes estudos sobre oportunidades educacionais nos anos que precederam a guerra se têm ocupado em revelar a magnitude do desperdício social tanto quanto em protestar contra a frustração dos direitos humanos naturais.

Na segunda fase da história educacional da Inglaterra, a qual data de 1902, a escada educacional foi oficialmente aceita como uma parte importante, embora diminuta, do sistema. Mas o equilíbrio entre os direitos coletivos e individuais permaneceu quase o mesmo. O Estado decidia quanto podia dispor para aplicar em educação superior e secundária gratuita, e os estudantes competiam pelo limitado número de vagas disponíveis. Não havia crença alguma de que todos aqueles que pudessem auferir benefícios de uma educação mais avançada obteriam tal educação, e não havia nenhum reconhecimento de qualquer direito natural absoluto a ser educado de acordo com a capacidade de cada um. Mas no terceiro período, que começou em 1944, os direitos individuais receberam, de maneira ostensiva, prioridade. A competição por vagas limitadas devia ser substituída pela seleção e distribuição em lugares apropriados, suficientes em número para atender a todos, ao menos no nível secundário. Na Lei de 1944, há uma passagem que afirma que o número de escolas

secundárias não será considerado adequado a não ser que propicie a todos os estudantes oportunidades para educação, oferecendo tal variedade de instrução e treinamento quanto possa ser desejável em vista de suas aptidões, habilidades e idades diferentes". Difícilmente se poderia encontrar afirmação mais forte de respeito pelos direitos individuais. Ainda assim, duvido que isto funcione na prática.

Se fosse possível para o sistema educacional tratar o estudante inteiramente como um fim em si mesmo e encarar a educação como um meio de lhe dar algo cujo valor poderia aproveitar ao máximo, qualquer que fosse sua posição na vida profissional, então talvez fosse possível moldar o plano educacional numa forma determinada pelas necessidades individuais, a despeito de quaisquer outras considerações. Mas, como sabemos, a educação atualmente se encontra intimamente ligada à ocupação e um dos benefícios, pelo menos que o estudante espera dela, é a qualificação para ocupar uma posição num nível apropriado. A não ser que ocorram mudanças significativas, parece provável que o plano educacional será ajustado à procura ocupacional. A proporção entre escolas primárias, técnicas e secundárias não pode ser determinada com precisão sem se fazer referência à proporção entre empregos de níveis correspondentes. E talvez se tenha de procurar um equilíbrio entre os dois sistemas em benefício do próprio estudante. Se um jovem que teve uma educação primária é forçado a ocupar uma posição de desacôrdo com a educação recebida, o mesmo alimentará um rancor ou frustração e achará que foi ludibriado. É de se desejar que tal atitude mude de modo que o jovem, em tais circunstâncias, fique grato pela educação que recebeu e não guarde ressentimento de seu cargo. Mas realizar tal mudança não constitui uma tarefa fácil.

Não vejo sinal algum de afrouxamento dos laços que unem a educação à ocupação. Ao contrário, eles parecem fortalecer-se cada vez mais. Dá-se uma grande e sempre crescente importância a certificados, matrículas, formaturas e diplomas como qualificações para emprego, e a validade destes não desaparece com a passagem dos anos. Um homem de 40 anos pode ser avaliado pelo seu desempenho num exame feito aos 15 anos. A passagem que se adquire, ao se deixar a escola, se destina a uma jornada que dura uma vida inteira. Um homem com uma passagem de terceira classe que, com o correr do tempo, se sente capacitado a reivindicar um lugar na primeira classe não será admitido, mesmo que esteja preparado para pagar a diferença. Isto não faria justiça aos outros. Ele

deve retornar ao princípio e fazer nova reserva, por meio de aprovação no exame prescrito. E é muito duvidoso que o Estado se prontifique a pagar sua viagem de volta. Isto não se aplica, é lógico, a todo o mercado de trabalho, mas é uma descrição razoável de uma parte significativa do mesmo, cuja ampliação está sempre sendo advogada. Li, por exemplo, recentemente, um artigo no qual se urge que se deva exigir de todo pretendente a um cargo administrativo ou de gerência numa empresa comercial que prove sua capacidade "passando no exame vestibular ou outro de natureza semelhante".⁴¹ Esse fenômeno é, em parte, o resultado da sistematização das técnicas em setores ocupacionais cada vez mais profissionais, semiprofissionais e especializados, embora eu deva confessar que algumas das reivindicações das assim chamadas associações profissionais à posse exclusiva de conhecimento e técnica esotéricos me parecem um tanto improcedentes. Mas tal fenômeno é também estimulado pelo refinamento do processo seletivo que faz parte do próprio sistema educacional. Quanto mais arraigada a convicção de que a educação é capaz de peneirar o material humano em seus primeiros anos de vida, tanto maior a mobilidade verificada nesses anos e, conseqüentemente, tanto maior a limitação a partir de então.

O direito do cidadão nesse processo de seleção e mobilidade é o direito à igualdade de oportunidade. Seu objetivo é eliminar o privilégio hereditário. Basicamente, é o direito de todos de mostrar e desenvolver diferenças ou desigualdades; o direito igual de ser reconhecido como desigual. Nos estágios iniciais do estabelecimento de tal sistema, o efeito maior reside, é lógico, na revelação de igualdades latentes — permitir que o jovem desprovido de recursos mostre que é tão capaz quanto o rico. Mas o resultado final é uma estrutura de status desiguais distribuídos, de modo razoável, a habilidades desiguais. O processo é, algumas vezes, associado com idéias de individualismo do tipo *laissez faire*, mas no que toca ao sistema educacional se trata de uma questão não de *laissez faire*, mas de planejamento. O processo pelo qual habilidades são reveladas, a cujas influências estão sujeitas, os testes pelos quais são mensuradas e os direitos concedidos com base nos resultados dos testes são todos planejados. A igualdade de oportunidade é oferecida a todas as crianças quando de seu ingresso nas escolas primárias, mas em idade ainda tenra são usualmente divididas em três grupos — avançado, médio e atrasado. Já a esta altura, a oportunidade começa a ficar de-

⁴¹ J. A. Bowie, em *Industry* (janeiro de 1949), p. 17.

sigual, e as alternativas, limitadas. Quando alcançam os 11 anos de idade são novamente submetidos a testes, provavelmente por uma equipe de professores, examinadores e psicólogos. Nenhum desses é infalível, mas, talvez em alguns casos, três erros podem resultar numa decisão acertada. Segue-se, então, a classificação para distribuição entre três tipos de escola secundária. A oportunidade se torna ainda mais desigual, e as possibilidades de uma educação mais avançada já se restringe a uns poucos felizardos. Alguns destes, após serem testados uma vez mais, prosseguirão em seus estudos. No final das contas, a mistura de sementes variadas originariamente colocada na máquina surge em pacotes inequivocamente rotulados prontos para serem cultivadas nos jardins apropriados.

Revesti, de ceticismo, deliberadamente essa descrição a fim de ressaltar o fato de que, não importa quão genuíno possa ser o desejo das autoridades educacionais em oferecer variedade suficiente para satisfazer todas as necessidades individuais, devem, num serviço de massa desse tipo, proceder por classificações repetidas em grupos, e isso é seguido em cada estágio pela assimilação no interior de cada grupo e diferenciação entre grupos. Esta é precisamente a maneira pela qual as classes sociais se amoldam numa sociedade fluida. As diferenças intraclasse são ignoradas como irrelevantes; as diferenças interclasses recebem significado exagerado. Assim, qualidades que estão, na realidade, alinhadas ao longo de uma escala contínua são utilizadas para a criação de uma hierarquia de grupos, cada qual com seu status e caráter especial. Os principais traços do sistema são inevitáveis e suas vantagens, especialmente a eliminação do privilégio herdado, superam, em muito, suas falhas acidentais. Estas podem ser combatidas e mantidas dentro de certos limites pela concessão de tanta oportunidade quanto possível a reformulações com relação à classificação, tanto no sistema educacional em si como na vida posterior.

A conclusão importante que se segue para minha linha de raciocínio é que, por intermédio da educação em suas relações com a estrutura ocupacional, a cidadania opera como um instrumento de estratificação social. Não há razão alguma para se deplorar isto, mas se deve ter consciência de suas conseqüências. O status adquirido por meio da educação acompanha o indivíduo por toda a vida com o rótulo de legitimidade, porque foi conferido por uma instituição destinada a dar aos cidadãos seus justos direitos. E talvez já havia uma discrepância, séria entre as expectativas daqueles que atingem os níveis intermediários na educação e o status das ocupações

não-manuais que normalmente acabam ocupando em suas vidas profissionais.

Afirmei, anteriormente, que a cidadania e o sistema de classes capitalista têm estado em guerra no século XX. Talvez a frase seja um tanto exagerada, mas não há dúvida de que a cidadania impôs modificações no referido sistema de classes. Mas não teríamos razão para admitir que, embora o status seja um princípio que esteja em conflito com o contrato, o sistema de status estratificado que está penetrando a cidadania seja um elemento estranho no mundo econômico externo. Os direitos sociais, em sua forma moderna, implicam uma invasão do contrato pelo status, na subordinação do preço de mercado à justiça social, na substituição da barganha livre por uma declaração de direitos. Mas serão esses princípios estranhos à prática do mercado de nossos dias ou estarão já arraigados no sistema de contrato em si? Penso que é claro que estão.

Como já assinalai, um dos principais feitos do poder político no século XIX foi abrir o caminho para o desenvolvimento do sindicalismo ao tornar os trabalhadores capazes de se valerem de seus direitos civis coletivamente. Isto constituiu uma anomalia, já que, até então, os direitos políticos é que eram usados para a ação coletiva através do Parlamento e conselhos locais, ao passo que os direitos civis eram extremamente individuais e tinham, portanto, se harmonizado com o individualismo dos primórdios do capitalismo. O sindicalismo criou uma espécie de cidadania industrial secundária que, naturalmente, se imbuu do espírito adequado a uma instituição de cidadania. Os direitos civis coletivos podiam ser usados não apenas para barganha no verdadeiro sentido da palavra, mas para a afirmativa de direitos básicos. A posição era insustentável e podia apenas ser transitória. Os direitos não constituem um objeto próprio de barganha. Ter de barganhar por uma remuneração numa sociedade que aceita a remuneração essencial para viver como um direito social é tão absurdo quanto ter de lutar para votar numa sociedade que inclui o voto entre os direitos políticos. Ainda assim, o início do século XX tentou dar algum sentido a esse absurdo. Admitiu a barganha coletiva como uma operação de mercado normal e pacífica, enquanto reconhecia, em princípio, o direito do cidadão a um padrão mínimo de vida civilizada, que era justamente aquilo pelo que os sindicatos acreditavam, com razão, que estavam lutando para conseguir para seus membros com a arma da barganha.

status educacional

com patibilidade
sub. Caput
de trabalho

ambivalência
resumo

03

Na eclosão das grandes greves no período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, esse murmúrio de uma reivindicação em comum por direitos sociais era audível de modo claro. O Governo foi forçado a intervir. Alegou que assim o fazia para a proteção do público e que não pretendia interferir nas questões em disputa. Em 1912, o Sr. Askwith, o principal negociador, disse ao Sr. Askwith, o Primeiro-Ministro, que a intervenção tinha fracassado e o prestígio do Governo tinha sido abalado. Ao que o Primeiro-Ministro retrucou: "Cada palavra que o senhor pronuncia endossa a opinião que eu tinha formado. É uma degradação do Governo".⁴² A História logo mostraria que tal ponto de vista era um anacronismo completo. O Governo não pode manter-se afastado dos conflitos industriais como se o nível de salários e o padrão de vida dos trabalhadores fossem questões com as quais não precisasse ocupar-se. E a intervenção do Governo nos conflitos industriais tem sido acompanhada, por outro lado, pela intervenção dos sindicatos na máquina governamental. Este é um fenómeno tanto significativo quanto bem-vindo, desde que se tenha consciência de suas implicações. No passado, o sindicalismo tinha de afirmar os direitos sociais através de ataques desfechados de fora do sistema no qual o poder residia. Atualmente, defende-os de seu interior em cooperação com o Governo. Quando se trata de questões vitais, a simples barganha econômica se transforma em algo semelhante a uma discussão conjunta da política a ser adotada.

O que se depreende disso é que decisões alcançadas desse modo devem ser acatadas. Se se invoca a cidadania em defesa dos direitos, as obrigações correspondentes da cidadania não podem ser ignoradas. Estas não exigem que um indivíduo sacrifique sua liberdade individual ou se submeta, sem motivo, a qualquer exigência feita pelo Governo. Mas exigem que seus atos sejam inspirados por um senso real de responsabilidade para com o bem-estar da comunidade. Em geral, os líderes sindicais aceitam essa missão, mas isto não é verdade no que toca a todos os membros dos sindicatos. As tradições firmadas numa época em que os sindicatos lutavam por sua existência e quando as condições de emprego dependiam inteiramente do desfecho de uma barganha desigual tornam essa aceitação muito difícil. As greves não-oficiais são frequentes, e não há dúvida de que um elemento importante nos conflitos industriais é o desacôrdo entre os líderes sindicais e uma certa parte dos membros dos sindicatos. Os deveres

⁴² Lord Askwith, *Industrial Problems and Disputes*, p. 228.

podem originar-se de *status* ou de contrato. Os líderes de greves ilegais são passíveis de rejeitarem ambos. As greves geralmente envolvem a quebra de contrato ou o repúdio de acôrds. Apela-se a algum princípio supostamente mais alto — em realidade, embora possa acontecer de não se afirmar de modo expresso, aos direitos de *status* da cidadania industrial. Há muitos precedentes, em nossos dias, para a subordinação do contrato ao *status*. Talvez o mais comum se encontre no problema de moradia. Os aluguéis são controlados e os direitos dos locatários protegidos após o término do contrato, casas são requisitadas, acôrds feitos livremente são anulados ou modificados pelos tribunais ao aplicarem os princípios de equidade social e do preço justo. A inviolabilidade do contrato cede lugar às exigências da política social, e não estou sugerindo que isto não deva ser assim. Mas se as obrigações do contrato são postas de lado por um apêlo aos direitos de cidadania, então os deveres da cidadania têm de ser aceitos do mesmo modo. Em algumas greves não-oficiais recentes, houve uma tentativa, suponho, de reivindicar os direitos tanto de *status* quanto de contrato, enquanto se repudiavam as obrigações de *status* e de contrato.

Mas minha principal preocupação não é a natureza das greves, mas a concepção corrente do que constitui um salário justo. Penso que não há dúvida de que esta concepção inclui a noção de *status*. Faz parte de toda discussão sobre remuneração e salários profissionais. Quanto *deve* um médico especialista ou um dentista ganhar?, perguntamos. Duas vezes o salário de um professor universitário seria justo ou isso não seria suficiente? E, é evidente, o sistema previsto não é de *status* uniforme, mas estratificado. As reivindicações de *status* se referem a uma estrutura salarial-hierárquica, cada nível representando um direito social, e não apenas um valor de mercado. A barganha coletiva deve envolver, mesmo em suas formas elementares, a classificação de trabalhadores em grupos ou níveis nos quais diferenciações ocupacionais diminutas sejam ignoradas. Como na educação de massa, assim no emprego de massa, as questões de direitos, padrões, oportunidades etc. só podem ser debatidas em termos de um número limitado de categorias e pela interseção de uma corrente contínua de diferenças por uma série de classes cujos nomes possam encontrar fácil acolhida na mente do funcionário ocupado. A medida que a área de negociação se amplia, a assimilação de grupos necessariamente se segue à assimilação de indivíduos até que a estratificação da população total de trabalhadores esteja, tanto quanto possível, padronizada. Só então

os princípios gerais de justiça social podem ser formulados. Deve haver uniformidade em cada nível e diferença entre níveis. Esses princípios dominam a mente daqueles que discutem as reivindicações salariais, embora a racionalização produza outros argumentos, tal como que os lucros são excessivos e que a indústria pode pagar salários mais altos, ou que salários mais elevados são necessários para manter a oferta de trabalho qualificado ou evitar seu declínio.

O Livro Branco das Rendas Pessoais⁴³ lançou alguma luz sobre esses recantos obscuros da mente, mas o resultado final foi tornar o processo de racionalização mais complicado e laborioso. O conflito básico entre os direitos sociais e o valor de mercado não foi resolvido. Um porta-voz dos sindicatos disse: "Uma relação equitativa deve ser estabelecida entre indústria e indústria".⁴⁴ Uma relação equitativa é um conceito social e não econômico. O Conselho Geral do T.U.C. aprovou os princípios do Livro Branco até o ponto em que "reconheçam a necessidade de salvaguardar os diferenciais na estrutura de salários de muitas indústrias importantes e são necessários para manter aqueles padrões de artesanato, treinamento e experiência que contribuem diretamente para a eficiência industrial e produtividade mais elevada".⁴⁵ Neste caso, o valor de mercado e o incentivo econômico encontram um lugar no argumento que se relaciona fundamentalmente com o status. O Livro Branco em si teve uma visão um tanto diferente e, possivelmente, mais verdadeira, dos diferenciais. "Os últimos cem anos assistiram ao desenvolvimento de certas relações tradicionais ou costumeiras entre rendas pessoais — incluindo salários — em ocupações diferentes... Essas não são necessariamente relevantes para as condições modernas". A tradição e o costume são princípios sociais e não econômicos, e são velhos nomes para a estrutura moderna de direitos de status.

O Livro Branco afirmou francamente que os diferenciais baseados nesses conceitos sociais não podiam satisfazer as exigências econômicas correntes. Não ofereciam os incentivos necessários para assegurar a melhor distribuição do trabalho. "Os níveis de renda relativos devem ser tais que incentivem o movimento da mão-de-obra para aquelas indústrias que mais

⁴³ Cmd. 7321, 1948.

⁴⁴ Como foi relatado no *The Times*.

⁴⁵ Recomendações da Comissão Especial sobre a Situação Econômica como aceitas pelo Conselho Geral em sua Reunião Extraordinária de 18 de fevereiro de 1948.

necessitem dela e não devem, como em alguns casos ainda o fazem, atentar numa direção contrária". Notem que se afirma "ainda o fazem". Uma vez mais a concepção moderna de direitos sociais é tratada como resquício do passado obscuro. A medida que prosseguimos, a confusão aumenta. "Cada reivindicação por um aumento de salário deve ser considerada com base em seus méritos do ponto de vista nacional", isto é, em termos de política nacional. Mas essa política não pode ser levada a cabo pelo exercício dos direitos sociais da cidadania através do Governo porque aquilo implicaria "uma invasão do Governo no que tem sido, até o momento, considerado como um campo de livre contrato entre indivíduos e organizações", isto é, uma invasão dos direitos civis do cidadão. Direitos civis equivalem, portanto, a assumir responsabilidade política, e o livre contrato equivale a agir como o instrumento da política nacional. E há, ainda, outro paradoxo. O incentivo que opera num sistema de livre contrato do mercado livre é o incentivo do ganho pessoal. O incentivo que corresponde aos direitos sociais é aquele do dever público. A qual dos dois se lança o apêlo? A resposta é, a ambos. Insiste-se em que o cidadão responda ao chamado do dever dando lugar à motivação do seu próprio interesse. Mas esses paradoxos não são invenções descabidas; são inerentes ao nosso sistema social contemporâneo. E não devem causar-nos uma ansiedade indevida, pois um pouco de bom senso pode, muitas vezes, remover uma montanha de paradoxo no mundo da ação, embora a lógica possa ser incapaz de sobrepujá-la no mundo do pensamento.

Conclusões

Tentei demonstrar como a cidadania e outras forças externas a ela têm alterado o padrão de desigualdade social. Para completar o quadro, devo, agora, empreender um apanhado das influências como um todo sobre a estrutura de classes sociais. Estas têm, indubitavelmente, sido profundas, e pode ser que as desigualdades permitidas, e mesmo moldadas, pela cidadania já constituam distinções de classe no sentido em que este termo era empregado com relação a sociedades passadas. Mas analisar esse problema exigiria outra conferência e esta, provavelmente, consistiria numa mistura de dados estatísticos secos, de significado incerto e julgamentos significativos de validade duvidosa. Pois nossa ignorância da matéria é profunda. E, portanto, talvez oportuno para a reputação da Sociologia que deva limitar-me a umas poucas

observações preliminares numa tentativa de responder às quatro perguntas que fiz no fim de minha introdução ao tópico.

Temos de descobrir os efeitos combinados de três fatores.

Primeiro, a compressão, em ambos os extremos, da escala de distribuição de renda. Segundo, a grande extensão da área de cultura comum e experiência comum. E, terceiro, o enriquecimento do *status* universal da cidadania, combinado com o reconhecimento e a estabilização de certas diferenças de *status* principalmente através dos sistemas relacionados de educação e ocupação. Os dois primeiros tornaram o terceiro possível. As diferenças de *status* podem receber a chancela da legitimidade em termos de cidadania democrática, desde que não sejam muito profundas, mas ocorram numa população unida numa civilização única; e desde que não sejam uma expressão de privilégio hereditário. Isto significa que desigualdades podem ser toleradas numa sociedade fundamentalmente igualitária desde que não sejam dinâmicas, isto é, que não criem incentivos que se originam do descontentamento e do sentimento de que "este tipo de vida não me agrada", ou "estou decidido a fazer tudo para que meu filho não passe pelo que passei". Mas o tipo de desigualdade reivindicada no Livro Branco pode ser justificada somente se for dinâmica e se oferecer um estímulo para mudança e melhoria. Podia vir a ser provado, portanto, que as desigualdades permitidas, e mesmo moldadas, pela cidadania não funcionarão num sentido econômico como forças influenciando a livre distribuição de mão-de-obra. Ou que a estratificação social persiste, mas a ambição social deixa de ser um fenômeno normal e se torna um padrão de comportamento desviante — para usar um pouco do jargão da Sociologia.

Se isto se desenvolver em demasia, poderemos verificar que a única motivação restante com um efeito distributivo consistente — distributivo, isto é, da força de emprego através da hierarquia de níveis econômicos — será a ambição do menino de fazer seus deveres escolares, passar nos exames e ser promovido na escada educacional. E se o objetivo oficial de assegurar "paridade de estima" entre os três tipos de escola secundária fôsse alcançado, poderíamos até perder grande parte daquilo. Tal seria o resultado extremo de estabelecer condições sociais nas quais todo homem estivesse contente com o padrão de vida que esperasse receber da cidadania.

Ao fazer estas afirmações, respondi a duas de minhas quatro perguntas, a primeira e a última. Perguntei se as hipóteses sociológicas latentes no ensaio de Marshall são válidas hoje, principalmente a hipótese de que há uma espécie de igual-

dade humana básica, associada com a participação efetiva na comunidade, que não é inconsistente com uma superestrutura de desigualdade econômica. Perguntei também, se havia qualquer limitação ao movimento atual em prol da igualdade social inerente aos princípios orientadores do movimento. Minha resposta é que a preservação de desigualdades econômicas se tornou mais difícil pelo enriquecimento do *status* da cidadania. Já não há tanto lugar para elas, e há maior probabilidade de que sejam contestadas. Mas, certamente, estamos prosseguindo com base na primeira de que a hipótese é válida. E essa premissa oferece a resposta à segunda pergunta. Nosso objetivo não é uma igualdade absoluta. Há limitações inerentes ao movimento em favor da igualdade. Mas o movimento possui um duplo aspecto. Opera, em parte, através da cidadania e, em parte, através do sistema econômico. Em ambos os casos, o objetivo consiste em remover desigualdades que não podem ser consideradas como legítimas, mas o padrão de legitimidade é diferente. No primeiro, é o padrão de justiça social; neste último, é a justiça social combinada com a necessidade econômica. É possível, portanto, que as desigualdades permitidas pelos dois aspectos do movimento não coincidam. Distinções de classe podem sobreviver que não possuam nenhuma função econômica apropriada, e diferenças econômicas que não correspondam a distinções de classe aceitas.

Minha terceira pergunta se referia ao equilíbrio em mudança entre os direitos e deveres. Os direitos se multiplicaram e são precisos. Cada indivíduo sabe bem aquilo que pode reivindicar. O dever cujo cumprimento é óbvio e necessariamente mais imediato para a realização do direito é o dever de pagar impostos e contribuições de seguro. Visto que estes são compulsórios, nenhum ato de vontade e nenhum sentimento forte de lealdade entram em jogo. A educação e o serviço militar são também compulsórios. Os outros deveres são vagos e estão incluídos na obrigação geral de levar a vida de um bom cidadão, prestando tanto serviço quanto possível para promover o bem-estar da comunidade. Mas a comunidade é tão ampla que a obrigação se torna remota e ideal. De importância fundamental é o dever de trabalhar, mas o efeito do trabalho de um indivíduo sobre o bem-estar da sociedade total é tão infinitamente pequeno que ele dificilmente acreditará que possa causar algum mal pelo não-cumprimento do referido dever.

Quando as relações sociais eram dominadas por contratos, o dever de trabalhar não era reconhecido. Cabia a cada um decidir se devia trabalhar ou não. Se escolhesse viver ociosa-

multitocada

dever
dever

mente na pobreza, estava livre para fazê-lo, contanto que não se tornasse um encargo social. Se fôsse capaz de viver no ócio em conforto, era considerado não como um vadio, mas como um aristocrata — que devia ser invejado e admirado. Quando a economia inglesa atravessava um processo de transformação para um sistema desse tipo, houve uma grande ansiedade quanto à oferta de trabalho necessário. As forças motivacionais das normas e costumes de grupo tinham de ser substituídas pelo incentivo de ganho pessoal, e dúvidas sérias foram manifestadas sobre se se podia depender deste incentivo. Isto explica o ponto de vista de Colquhoun sobre a pobreza e a observação dura de Mandeville segundo a qual os trabalhadores “não possuem outro incentivo para cumprirem suas tarefas senão suas necessidades, e que é de prudência aliviar, mas ingênuo satisfazer, tais necessidades.”⁴⁶ E, no século XVIII, suas necessidades eram muito simples. Eram guiados por hábitos de vida preestabelecidos da classe e não havia nenhuma escala contínua de padrões de consumo crescentes para estimular os trabalhadores a ganharem mais a fim de gastarem mais em bens cobiçados e até há pouco além de seu alcance — como aparelhos de rádio, bicicletas, cinemas ou viagens de férias. O seguinte comentário da parte de um escritor em 1728, que não é senão um exemplo entre muitos no mesmo sentido, pode muito bem ter-se baseado em observação concreta. “As pessoas de baixo padrão de vida”, disse ele, “que trabalham apenas para o pão de cada dia, se o podem obter com apenas três dias de trabalho por semana, muitas delas farão feriados dos outros três, ou fixarão seu próprio valor de trabalho.”⁴⁷ E, se adotassem esta última alternativa, em geral gastariam suas economias em bebidas, o único luxo facilmente disponível. A elevação geral do padrão de vida fez com que esse fenômeno, ou algo semelhante, reaparecesse na sociedade contemporânea, embora os cigarros, atualmente, desempenhem um papel mais importante do que a bebida.

Não é tarefa fácil reviver o sentimento de obrigação pessoal para com o trabalho numa nova forma da qual tal sentimento esteja ligado ao *status* da cidadania. Tal tarefa não se torna mais fácil pelo simples fato de que a obrigação essencial não é ter um emprego e mantê-lo, uma vez que isso é relativamente simples em condições de pleno emprego, mas dedicar-se de coração a um emprego e trabalhar bem. Pois o padrão

⁴⁶ B. Mandeville, *The Fable of the Bees*, 6.ª edição (1732), p. 213.

⁴⁷ E. S. Furniss, *The Position of the Laborer in a System of Nationalism*, p. 125.

pelo qual se mede o trabalho efetivo é imensamente elástico. Um apêlo efetivo às obrigações da cidadania pode ser feito em tempos de emergência, mas o espírito de Dunquerque não se pode constituir numa característica permanente de qualquer civilização. Não obstante, os líderes sindicais têm tentado incutir esse sentimento de obrigação geral nos seus comandados. Numa conferência realizada em 18 de novembro do ano passado, o Sr. Tanner se referiu à “obrigação imperiosa de ambas as partes do processo industrial de contribuírem ao máximo para a reabilitação da economia nacional e recuperação mundial”.⁴⁸ Mas a comunidade nacional é ampla demais e muito remota para adotar esse tipo de lealdade e fazer dela uma força motivacional contínua. Esta é a razão pela qual muitos pensam que a solução do problema reside no desenvolvimento de lealdades mais limitadas para com a comunidade local e especialmente para com o grupo de trabalho. Nesta última forma, a cidadania industrial, estendendo suas obrigações até as unidades básicas da produção, poderia fornecer parte daquele vigor de que a cidadania em geral parece ressentir-se.

Chego, finalmente, à segunda de minhas quatro questões originais que não foi, entretanto, tanto uma pergunta quanto uma afirmação. Assinaei que Marshall estipulou que as medidas destinadas a elevar o nível geral de civilização dos trabalhadores não devem interferir no livre funcionamento do mercado. Se o fizessem, poderiam ser confundidas com socialismo. E afirmei que, obviamente, essa limitação à política tinha, desde então, sido abandonada. As medidas socialistas no sentido de Marshall têm sido aceitas por todos os partidos políticos. Isto me levou à observação de que o conflito entre medidas igualitárias e o mercado livre deve ser examinado no curso de qualquer tentativa de transportar a hipótese sociológica de Marshall para a época moderna.

Analisei este tema vasto sob vários aspectos, e no sumário conclusivo me limitarei a um aspecto do problema. A civilização unificada que torna as desigualdades sociais aceitáveis, e ameaça deixá-las sem função do ponto de vista econômico, é alcançada por um divórcio progressivo entre as rendas real e nominal. Isto está, evidentemente, explícito nos serviços sociais de maior monta, tais como saúde e educação, que oferecem benefícios em espécie sem nenhum pagamento *ad hoc*. Nas bolsas de estudo e assistência judiciária, os preços ajus-

⁴⁸ *The Times*, 19 de novembro de 1948.

Robert Eden
a conexão da burguesia e
o processo civilizatório
No clare?

interferir
minimo
(2)

tados às rendas nominais mantêm a renda real relativamente constante, até onde esta é influenciada por tais necessidades particulares. A regulamentação de aluguéis combinada com a segurança da estabilidade alcança um resultado semelhante por meios diferentes. Assim, em graus variáveis, o fazem o racionamento, os subsídios para gêneros de primeira necessidade e o controle de preços. As vantagens obtidas por uma renda nominal maior não desaparecem, mas são limitadas a uma área restrita do consumo.

Interessante!

Falei, há pouco, da hierarquia convencional da estrutura salarial. Aqui, dá-se importância a diferenças em rendas nominais e se esperam salários mais elevados para auferir-se vantagens reais e substanciais — como, é natural, ainda o fazem a despeito da tendência em prol da igualação das rendas reais. Mas a importância dos diferenciais de salário é, tenho certeza, parcialmente simbólica. Operam como rótulos atribuídos a *status* industriais, não apenas como instrumentos de uma genuína estratificação econômica. E vemos também indícios de que a aceitação desse sistema de desigualdade econômica por parte dos próprios trabalhadores — especialmente aqueles situados na parte inferior da escala — é, algumas vezes, contrabalançada por reivindicações por uma maior igualdade com respeito àquelas formas de gozo real que não são pagas com os salários. Os trabalhadores manuais podem aceitar como certo e próprio que ganhem menos do que alguns níveis de trabalhadores de escritório, mas, ao mesmo tempo, os horistas podem pressionar pelos mesmos benefícios de que gozam os mensalistas porque estes deviam refletir a igualdade fundamental de todos os cidadãos e não as desigualdades de salários ou níveis ocupacionais. Se o gerente pode ter um dia livre para assistir a um jogo de futebol, por que não o trabalhador? O gozo comum é um direito comum.

Estudos recentes das opiniões de adultos e menores verificaram que, quando se coloca a questão em termos gerais, há um interesse decrescente em ganhar muito dinheiro. Isto não é devido, segundo penso, apenas à pesada carga do imposto progressivo, mas a uma crença implícita de que a sociedade devia garantir, e garantirá, todos os elementos essenciais de uma vida segura e decente em todos os níveis, sem consideração da quantia total percebida. Numa população de estudantes secundários examinada pelo *Bristol Institute of Education*, 86% queriam um emprego interessante com salário razoável e apenas 9% desejavam um emprego no qual pudessem fazer muito dinheiro. E o quociente de inteligência média do segundo grupo era 16 pontos mais baixo de que o do pri-

meiro.⁴⁹ Numa pesquisa de opinião realizada pelo *British Institute of Public Opinion*, 23% queriam salários tão elevados quanto possível, e 73% preferiam segurança com salários mais baixos.⁵⁰ Mas num dado momento, e em resposta a uma pergunta particular sobre suas circunstâncias presentes, a maioria das pessoas, seria de se imaginar, confessaria um desejo por mais dinheiro do que recebem na verdade. Outra pesquisa, realizada em novembro de 1947, sugere que mesmo esta expectativa é exagerada. Pois 51% afirmaram que seus ganhos estavam num nível, ou acima deste, adequado para cobrir as despesas com a família, e apenas 45% afirmaram que tais níveis eram inadequados. A atitude está sujeita a variação nos diferentes níveis sociais. E de se esperar que as classes que mais se têm beneficiado dos serviços sociais e nas quais a renda real tem aumentado estejam menos preocupadas com diferenças na renda nominal. Mas deveríamos estar preparados para encontrar outras reações naquele setor das classes médias onde o padrão de rendas nominais é, no momento, acentuatadamente incoerente, enquanto os elementos da vida civilizada tradicionalmente mais procurados estão-se tornando inatingíveis com as rendas nominais existentes — ou por quaisquer outros meios.

O problema geral é aquele ao qual o Professor Robbins se referiu quando lecionou aqui há dois anos. "Estamos seguindo", disse Robbins, "uma política que é autocontraditória e autofrustrante. Estamos facilitando a taxação e procurando, quando possível, introduzir sistemas de pagamentos que fluam com o fluxo de produção. E, ao mesmo tempo, nossa regulamentação de preços e o conseqüente sistema de racionamento são inspirados por princípios de igualdade. O resultado é que obtemos o pior de ambos os mundos".⁵¹ E uma vez mais: "A crença de que, em tempos normais, faz sentido tentar misturar os princípios e dirigir um sistema de renda real igualitário lado a lado com um sistema de renda nominal não-igualitário me parece um tanto *simplista*."⁵² Sim, para o economista talvez, se este tenta julgar a situação de acordo com a lógica de uma economia de mercado. Mas não necessariamente para o sociólogo que tem em mente que o comportamento social não é governado pela lógica, e que uma sociedade humana pode transformar um paradoxo em algo

opinião contrária a essa

⁴⁹ *Research Bulletin*, n.º 11, p. 23.

⁵⁰ Janeiro de 1948.

⁵¹ L. Robbins, *The Economic Problem in Peace and War*, p. 9.

⁵² *ibid.*, p. 16.

que faça sentido — ao menos, por um espaço de tempo bastante longo. A política, com efeito, pode não ser absolutamente *simplista*, mas sutil; uma aplicação moderna do velho provérbio *divide et impera* — jogue um contra o outro para manter a paz. Mas, falando de modo mais sério, a palavra *simplista* sugere que a antinomia é meramente o resultado do pensamento confuso de nossos governantes e que, uma vez que vejam a luz, não há nada que os impeça de alterar sua linha de ação. Acredito, ao contrário, que este conflito de princípios se origina das próprias raízes de nossa ordem social na fase atual do desenvolvimento da cidadania democrática. Inconsistências aparentes são, de fato, uma fonte de estabilidade, alcançada através de um acôrdo que não é ditado pela lógica. Esta fase não existirá indefinidamente. Pode ser que alguns dos conflitos no sistema social inglês se estejam tornando muito acentuados para que o acôrdo realize sua finalidade por muito tempo. Mas, se quisermos auxiliar na resolução dos mesmos, temos de tentar compreender sua natureza mais profunda e ter em mente os efeitos mais profundos e inquietantes que seriam produzidos por qualquer tentativa precipitada de reverter tendências e movimentos presentes e recentes. Foi meu objetivo nestas conferências esclarecer um elemento que julgo de fundamental importância, ou seja, o impacto de uma noção em rápido desenvolvimento, o dos direitos da cidadania sobre a estrutura da desigualdade social.

TOMB./93

Reg. 007.533

Sist. Bibliotecas / UFES

CAPÍTULO IV

MUDANÇAS NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL
NO SÉCULO XX

O tema designado para a subseção que represento¹ consiste no exame das mudanças que têm ocorrido na estratificação social durante o século XX. Grande parte do material submetido o é na forma de ensaios sobre mudanças num determinado país escrito por um sociólogo representante de seu país; um ou dois ensaios de caráter mais geral (e. g., os dos Professores Jessie Bernard, Ossowski e Eisenstadt) complementam o referido material. Deu-se uma ênfase maior às mudanças na estrutura dos sistemas sociais do que ao movimento de indivíduos e grupos dentro dos sistemas; este último tópico pertence à subseção 2. A perspectiva dominante é a histórica, mas seria errado afirmar-se que sua função é oferecer um fundamento histórico para a análise sociológica, tema este da competência do Professor Gurvitch e seus colegas da subseção 3. A estratificação social é um assunto sobre o qual é impossível escrever-se história "corrente"; cada assertiva deve basear-se numa análise cuidadosa da estrutura social e numa definição nítida de conceitos. E, à medida que a descrição se adianta no tempo, o objeto-material muda, e os conceitos têm de ser reexaminados e renovados e, talvez, suplementados, para se ajustarem à nova situação. Esta é uma função dos sociólogos; entretanto, pode-se dizer que meus colegas e eu nós preocupamos primordialmente com o "o quê", o "quando" e o "onde" da mudança social e o Professor Gurvitch e seus

¹ Este ensaio-relatório foi apresentado ao Terceiro Congresso Mundial de Sociologia em 1956. O tema geral do Congresso foi "Mudança Social". Foi dividido em Seções, e as subseções a que nos referimos neste capítulo são as subdivisões da seção sobre "Estrutura de Classes". Ver *Transactions*, Vol. III.

colegas com o "porquê" e o "como". Ademais, devia-se notar que o tema atribuído à minha seção é "estratificação" e não "classe". Tem-se discutido muito a questão se classes estão necessariamente associadas com estratos (ver as sentenças iniciais do ensaio do Professor Ossowski), mas o enunciado de nosso tópico não admite que estejam; significa, apenas, que, em nossa discussão, o ponto central é o fenômeno da estratificação, quaisquer que sejam seus fundamentos.

A escolha de "mudança social" como tema deste Congresso foi bastante feliz e corajosa, uma vez que há algo de verdade na afirmação segundo a qual os sociólogos modernos têm mostrado uma tendência a negligenciar este ramo da Sociologia. Em nenhum campo de estudo esta negligência é mais patente do que naquele de "classe social". Isto não é de todo surpreendente. Se a mudança deve ser compreendida em toda a sua extensão, deveria ser possível examinar-se o começo e o fim do processo com o auxílio dos mesmos instrumentos. Quando os fenômenos estudados são institucionalizados num alto grau e documentados, isto pode ser feito numa extensão considerável; quando não o são, dificilmente se pode fazer isso. É, portanto, mais fácil estudar-se a mudança na estrutura econômica do que na estrutura de classes. Pois muitos dos fatos relevantes para esta última permanecem escondidos nas mentes e nas ações informais não-registradas dos homens, e os refinados métodos modernos aplicados na descoberta e reunião dos mesmos pela observação direta de uma sociedade em ação não podem ser aplicados a sociedades que já desapareceram. Esta concentração no presente é natural, mas não é esta a única razão pela qual estudos recentes têm sido criticados.² Mesmo uma foto instantânea da estratificação social pode aclarar a mudança estrutural se dá atenção às forças dinâmicas em funcionamento no momento do estudo — as tensões e ajustamentos, os descontentamentos expressos e as esperanças das gerações mais velha e mais nova que refletem os processos que transformaram o passado no presente e prevêem aqueles que transformarão o presente no futuro. Mas os autores desses instantâneos muitas vezes eliminam, de modo deliberado, essas forças dinâmicas na tentativa de descobrir a essência do sistema atual, visto, em seu próprio direito, como um sistema. Algumas vezes, seguem adiante e pouco levam em consideração os processos de interação que são parte do sistema como um todo e, menos ainda, aqueles entre

² Ver Kurt Mayer, "The Theory of Social Classes", em *Transactions of the Second World Congress of Sociology*, Vol. II, Parte 6.

este e o mundo exterior. Descrevem com o que o sistema se parece e não como funciona. É a estudos deste tipo que o Professor Mayer se refere em seu ensaio quando fala "da perspectiva essencialmente estática que tem caracterizado os muitos estudos relacionados com a delineação de hierarquias de status em várias comunidades locais há muito dominantes no campo de pesquisa da estratificação nos Estados Unidos".

Não é fácil utilizar material dessa natureza, qualquer que seja sua qualidade intrínseca, para a finalidade que temos em mente. E quando tentamos reunir os pedaços de uma série de estudos "estáticos" particulares a fim de tirar conclusões de ordem comparativa ou desenvolvimental, encontramos outra dificuldade. A terminologia não está padronizada; os autores empregam conceitos diferentes e, algumas vezes, se referem a coisas diferentes quando usam a mesma palavra — ou à mesma coisa quando se utilizam de palavras diferentes. Isso é particularmente confuso para o estudante da mudança, pois nem sempre pode estar certo de que a diferença entre os quadros traçados em duas épocas é devido à mudança no fenômeno descrito no início do período ou a um desvio de interesse da parte dos investigadores para um novo fenômeno que é, ainda, designado pelo nome inicial. O modo pelo qual esses problemas têm confundido o estudo das "classes médias" e da *bourgeoisie* é bastante conhecido de todos.³

Entretanto, talvez seja possível fazer uma virtude da necessidade e transformar em vantagem as falhas aparentes do material — as mudanças de interesse, a multiplicidade e a ambigüidade dos conceitos e os caprichos da terminologia. Esses estudos são empíricos, e devemos admitir que o objetivo dos autores é descrever o que acham. A confusão na literatura, portanto, pode refletir as complexidades do assunto. Se pudermos destrinchar o primeiro, poderemos progredir no sentido da compreensão do segundo. Pode acontecer que as mudanças no foco de atenção reflitam mudanças na estrutura da sociedade e não, apenas, nas "manias" correntes entre os sociólogos — embora não se possa estar certo disso. Essa, ao menos, é uma possível linha de ataque ao assunto e é a que proponho que se adote neste ensaio, principalmente a procura, entre o emaranhado de conceitos e de controvérsias, de indícios da natureza da mudança social. Meu objetivo será, em primeiro lugar, tentar identificar as perguntas cruciais que se devem

³ Ver, por exemplo, Georges Lavau, "Les Classes moyennes", em M. Duverger, *Partis politiques et classes sociales en France*.

fazer sobre cada sociedade moderna. A vantagem desse procedimento aparentemente tímido reside no fato de que se pode, de maneira proveitosa, fazer as mesmas perguntas com respeito a uma grande variedade de tipos de sociedade, enquanto qualquer tentativa de resumir as respostas às perguntas teria de ser muito mais limitada. Mesmo assim, o que tenho a dizer se refere principalmente àquelas que, de um modo vago, são denominadas sociedades "ocidentais", mas será, também, até certo ponto, aplicável às sociedades comunistas estabelecidas e aos mais recentes desenvolvimentos nas sociedades mais "ocidentalizadas" no Oriente. Em outras palavras, se se aceita a classificação familiar dos tipos de estratificação em "casta", "estado" e "classe", minha análise deveria ser válida, com pequenas modificações, para sociedades nas quais as instituições de casta e estado não fazem parte da história da mudança social recente.

A omissão desses dois termos ainda nos deixa com um número considerável deles a serem analisados. As de uso mais geral são "classe", "classe social", "status", "status social" e "prestígio". A estrutura, da qual estes fazem parte, pode ser descrita como "estratificação", "hierarquia" ou "escalonamento". Não se encontra tal bateria de conceitos em estudos de sistemas sociais dominados por casta e estado. Assim, nossa primeira pergunta deve ser se essa multiplicação de termos indica o crescimento de uma multiplicidade de sistemas estratificados em cada sociedade. Numa palestra, há cerca de dois anos, o Professor Milton Gordon se referiu ao crescente "reconhecimento de que os fenômenos de classe social são multidimensionais por natureza. Esse ponto de vista — brevemente aventado por Marx Weber e desenvolvido de maneira mais sistemática por autores recentes — reconhece que, sob a rubrica de estratificação, se pode distinguir uma dimensão econômica, uma dimensão de status social e uma dimensão de poder político e que outras variáveis, tais como o modo de vida cultural, a distância social entre grupos, consciência de classe, mobilidade social e identificação étnica e com classe, fazem parte do quadro total".⁴ Notem que ele disse que tem havido um crescente "reconhecimento" de que os fenômenos "são" multidimensionais. O Professor Gordon não disse que os fenômenos se têm, em verdade, tornado multidimensionais

⁴ Milton M. Gordon, "Social Class and American Intellectuals" em *Bulletin of the American Association of University Professors*, Vol. 40, n.º 44, pp. 519-520.

ou cada vez mais assim. Mas essa é precisamente a pergunta que devemos fazer e a hipótese que devemos examinar.

É, ao mesmo tempo, notável e ligeiramente cômica a necessidade, caso positivada, de empreender-se a mais elaborada das pesquisas para descobrir qual a forma da estratificação nas sociedades modernas. Para gerações passadas, constituía a "ordem social" pela qual suas vidas eram, e deviam ser, governadas e não tinham dúvidas quanto à sua natureza. É admissível supor-se que nossas dificuldades de hoje se originem da transformação gradativa de uma estrutura simples, nítida e institucionalizada para uma estrutura complexa, nebulosa e, em grande parte, informal. Mas o termo "multidimensional" não é suficiente por si próprio para descrever a nova ordem. Seu emprêgo pode, e algumas vezes o faz, obscurecer a distinção entre três fenômenos que apresentam diferenças significativas. O primeiro, ao qual o Professor Gordon se referiu, é a estratificação multidimensional em si mesma, isto é, a coexistência numa sociedade de dois ou mais sistemas de estratificação baseados em princípios ou interesses diversos. No momento, em qualquer sociedade avançada na qual atividades econômicas, políticas, sociais e culturais estão bem desenvolvidas, é quase certo que várias dimensões estarão operando. A questão realmente importante não é se tais dimensões existem — tudo indica que sim — mas se, e até que ponto, seus produtos convergem. Essas dimensões podem ser mais ou menos autônomas em suas ações e a hierarquia de grupos baseada nelas pode coincidir, num grau maior ou menor, em tamanho, forma e participação.

Quando os agrupamentos criados por dimensões diferentes coincidem, o resultado é uma estrutura composta daquilo que o Professor Sorokin chama de grupos "multiligados". Ele define tal grupo como "a totalidade de pessoas em interação unidas por dois ou mais traços "uniligados" (valôres, significados ou normas)".⁵ Tomando estes como unidades, não teríamos vários sistemas diferentes de estratificação, mas um único sistema baseado no efeito conjugado de vários critérios. Os dois conceitos — "multidimensional" e "multiligado" — são relacionados, mas diferentes. Na verdade, podemos dizer que tomamos consciência de que a estratificação é multidimensional quando deixa de produzir estratos que são "multiligados". Estou inclinado a ir mais além e sugerir que a impressão de que a estratificação nas sociedades modernas se tem tornado mais multi-

⁵ P. Sorokin, *Society, Culture and Personality*, p. 236.

dimensional pode ser devida ao fato de que se tem tornado menos "multiligada".

Mas há uma série de condições um tanto ou quanto diferente que pode produzir dois ou mais sistemas de estratificação distintos numa sociedade. E isto acontece quando a sociedade como um todo não é uma verdadeira unidade de estratificação em termos de uma determinada dimensão, mas deve ser dividida em dois ou mais setores ou áreas regionais, cada qual com sua própria estrutura de estratificação. O exemplo mais comum é uma sociedade dividida igualmente em setores agrícola e industrial — ou rural e urbano. A dimensão do *status* social pode ser aplicada a ambos, mas os resultados não podem ser combinados numa única escala; a questão se um fazendeiro está situado acima ou abaixo de um gerente industrial não faz muito sentido. Para essas áreas estanques Paul Hatt propôs o nome de *situs*.⁶

Esta análise sumária de alguns pontos de vista recentes sobre termos e conceitos nos conduz a uma série de questões sobre os efeitos da mudança social. Qual tem sido seu efeito sobre: 1) o número e a natureza das dimensões relevantes para a estratificação; 2) até que ponto essas dimensões se combinam para formar grupos "multiligados"; 3) até que ponto a estratificação própria dos principais setores funcionais e regionais da sociedade se unem para produzir, com relação a uma dimensão ou todas elas, um único sistema para toda a sociedade?

Quanto à primeira questão, podemos começar com a trilogia de Max Weber das dimensões econômica, social e política ou de Classe, *Status* e Partido. Da primeira ele diz que "o fator que cria uma 'classe' é, sem dúvida, o interesse econômico" e que "exagerando um pouco, pode-se assim dizer que as 'classes' estão estratificadas de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; enquanto 'grupos de *status*' estão estratificados em função dos princípios de consumo de bens representados por 'estilos de vida' especiais".⁷ Prefiro chamar sua segunda dimensão de "*status* social" simplesmente, porque o termo "*status*" já possui dois significados úteis e dificilmente arranjará um terceiro. É usado por juristas para denotar participação num grupo com direitos ou deveres distintos, capacidades ou incapacidades, determinados e amparados por lei de Direito Público. É empregado, de maneira

⁶ P. Hatt, "Occupation and Social Stratification", em *American Journal of Sociology*, LV, maio de 1950.

⁷ Citado em H. H. Gerth e C. W. Mills, *From Max Weber*, pp. 183, 193.

mais ampla, por sociólogos e psicólogos sociais, que seguem Linton, para descrever qualquer posição numa estrutura social associada com um determinado papel. Nenhum desses usos implica necessariamente o conceito de estratificação, mas "*status* social" subentende tal conceito. O elemento comparativo, ou de antagonismo, está essencialmente subentendido.⁸ O *status* social, então, é a participação num grupo "multiligado" cujos vários critérios (ou dimensões) são valorados, pesados e combinados de modo a produzir uma única avaliação. Mas cada escala de avaliação pode ser válida somente numa área limitada da sociedade. Quanto à dimensão política, devia notar-se que, nas democracias modernas, não pode haver nenhuma estratificação de indivíduos com base no poder de voto, pois este é distribuído igualmente entre todos. Mas pode haver estratificação de grupos ou partidos políticos em termos de tamanho e poder, e dever haver estratificação nos quadros dos partidos e na estrutura governamental (ou esfera de ação política), expressas numa escala tal como "líderes, funcionários, membros ativos, eleitores", ou na hierarquia burocrática do funcionalismo público, e assim por diante.

Podemos, agora, perguntar se essas três dimensões ainda figuram na atual análise da estratificação, se houve qualquer mudança na importância relativa que se lhes empresta e se quaisquer dimensões novas têm ingressado no quadro. É claro, penso, que a segunda — *status* social — tem feito o possível para tornar-se o único astro no palco em detrimento das outras duas. Ao mesmo tempo, há advertências no sentido de que a primeira, classe, não seja subestimada, pois exerce uma influência maior do que a da segunda nos modos pelos quais os sistemas sociais operam e mudam. Não obstante, é curiosamente enganosa. Se a classe está relacionada com a produção, então a ocupação deve ser o seu principal indicador. Mas achamos que em estudo após estudo, a ocupação é usada somente como um indicador de *status* social. Ou, uma vez mais, se examinarmos os estudos sobre a influência da posição econômica e social (incluindo a posição no sistema de produção) sobre as atitudes e comportamento políticos — um aspecto crucial dos conceitos de classe marxista e weberiano — achamos que a classe não emerge como um grupo social substantivo, mas como nada mais do que um elo na cadeia que liga posição a opinião. Richard Centers, por exemplo, escreve que "Assim como os indivíduos que diferem em posição sócio-econômica diferem em filiação de classe,

⁸ Ver capítulo VII.

assim também os indivíduos que diferem em filiação de classe diferem, por sua vez, em orientação político-econômica".⁹ Mas, quando se examina mais atentamente, parece que não se pode afirmar que essa "filiação de classe" tenha qualquer existência independente e não se pode apontar nenhum grupo social concreto que seja a classe para o qual essa "filiação" se orienta. Para descobrir-se o que é conhecido sobre a dinâmica de classe (no sentido weberiano estrito), tem-se de recorrer às pesquisas no campo das relações industriais, sindicalismo e as bases do poder no mundo econômico. Estes são muitas vezes microscópicos e não são, em geral, concebidos como contribuições ao estudo da estratificação. O mesmo se aplica à terceira dimensão, a política. Quando se pensa em política e estratificação, o foco de interesse é, na maioria das vezes, o efeito da estratificação social sobre a vida política e não o condicionamento da estratificação social pelo fator político. Quando se dirige a atenção para o padrão hierárquico na política — para o aparecimento de oligarquias nos partidos políticos ou no Governo parlamentar, ou para o funcionamento dos grupos de pressão — a relação entre estes e a estratificação social, como norma geral, não constitui o principal interesse.

Podemos, agora, ampliar a primeira das três questões enunciadas acima, introduzindo algum indício de possíveis respostas. Limitando-nos às três dimensões de classe, *status* e partido, podemos perguntar: 1) Tem a classe (no sentido de Marx/Weber) perdido importância como um elemento ou traço da estrutura social? 2) Tem aumentado a importância do *status* social como um elemento da estrutura social? 3) Terá diminuído a relação entre classe e estratificação? Se se desse uma resposta afirmativa à questão 2), tal poderia equivaler a uma afirmação de que a crescente importância do *status* social seria absoluta ou apenas seria relativa às outras dimensões. Os ensaios e trabalhos apresentados contêm muito o que dizer sobre essas questões, mas será melhor, a fim de se economizar espaço, deixar o exame das provas para mais tarde, quando possamos, ao mesmo tempo, explorar a segunda da primeira série de três questões, principalmente até que ponto as várias dimensões se combinam para formar grupos "multiligados". Mas, antes de examinarmos este ponto, devemos perguntar se quaisquer dimensões têm feito notar sua presença no quadro que estudamos.

⁹ R. Centers, *The Psychology of Social Classes*, p. 210.

Entre as variáveis adicionais enunciadas pelo Professor Gordon, apenas uma, filiação étnica, teria condições para figurar como uma dimensão distinta, mas, obviamente, não é um fator novo na sociedade. Outra candidata à consideração e, em muitos aspectos semelhante à primeira e relacionada com a mesma, é a filiação religiosa. Seria de se esperar que, no período em exame, estes seriam fatores de importância decrescente nos sistemas de estratificação devido ao movimento em prol da igualdade dos direitos humanos, liberdade religiosa e o recuo do imperialismo (com, é claro, algumas exceções notáveis) e a assimilação progressiva dos imigrantes nos países com características do "melting-pot". Mas notam-se observações recentes tais como as seguintes: entre os católicos de Elmira "a filiação religiosa (e as diferenças étnicas que representa) parece exercer uma influência mais forte sobre o voto do que qualquer outro fator isolado",¹⁰ e "o fato mais notável sobre as atitudes políticas em Quebec é que a solidariedade étnica tem apagado as divisões de classe na comunidade franco-canadense".¹¹ Isto sugere a possibilidade de que as filiações étnica e religiosa têm, em alguns casos, crescido em importância na vida comunitária não porque isto represente um crescimento absoluto, mas porque a lealdade para com a classe já não condiciona tanto a ação social. Podem não ser, rigorosamente falando, dimensões de estratificação, mas podem, não obstante, contribuir para a confusão e complexidade do sistema de estratificação como um todo ao fornecerem motivações e preocupações alternativas.

Outro fator perturbador que merece nossa atenção é o efeito dos meios de comunicação de massa e publicidade de todos os tipos no estabelecimento de hierarquias de celebridades nos mundos do esporte, rádio, cinema, aventuras e outros mais. Há um tipo de estratificação no caso que, certamente, não está incluído no conceito de classe e não se ajusta facilmente ao padrão de *status* social, especialmente se este tende a basear-se mais e mais em avaliações locais da posição na escala social (ponto a que retornarei mais adiante).¹² O que desejo ressaltar aqui é simplesmente que, se as linhas nítidas de estratificação estão perdendo a cor, isto pode ser devido não apenas ao crescimento de novas dimensões de estra-

¹⁰ R. Berelson *et al.*, *Voting*, p. 65.

¹¹ Dennis H. Wrong, num relatório submetido ao Congresso da Associação Internacional de Ciência Política de 1955.

¹² Sobre este assunto, ver H. H. Hyman, "The Psychology of Status", em *Archives of Psychology*, n.º 269, 1942.

tificação, mas também devido ao aparecimento de mais dimensões de grupos sociais de todos os tipos — possivelmente apenas sua emergência das sombras da tóda-poderosa lealdade de classe da fase meio-capitalista da história social.

Podemos, agora, tratar da segunda das três questões originais e perguntar se as dimensões têm divergido no seu impacto sobre o sistema de estratificação. Fiz referência, por uma ou duas vezes, ao conceito de classe de Marx/Weber, assentando este termo no fato de que ambos descreveram classe como sendo econômica em essência e relacionada com a produção e distribuição de poder no sistema econômico de produção. Mas eles diferem quanto à questão perante nós. Weber concebeu classe como um dos três princípios de organização, sendo que os três poderiam coexistir na mesma sociedade. Para Marx, a classe era o princípio único e dominante. Era econômica em essência, mas “a luta de classe contra classe é uma luta política” da qual emerge uma “classe dominante” e “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes”.¹³ Isto subentende que, assim como um sistema social se estabelece por si próprio, as três dimensões convergirão até que as hierarquias econômicas, políticas e culturais sejam idênticas. Mosca, por um caminho diferente, chegou a conclusão um tanto semelhante que “em todas as sociedades... aparecem duas classes de pessoas — uma classe que domina e uma classe que é dominada”.¹⁴ Finalmente, devemos recordar a profecia de James Burnham segundo a qual os gerentes, tendo conquistado o controle da indústria daqueles que têm a propriedade, afirmariam seu poder sobre a máquina política. Haverá, na história recente, quaisquer sinais dessa tendência para a fusão de duas ou mais das três dimensões de modo a produzir algo semelhante a uma classe dominante?

A resposta, no que diz respeito às sociedades “ocidentais” democrático-capitalistas e/ou socialistas, deve ser pela negativa. O contrário mais se aproxima da verdade. Como Raymond Aron o disse, num estudo em que analisa esta questão profundamente, “a diferença fundamental entre uma sociedade do tipo soviético e uma do tipo ocidental é que a primeira tem uma elite unificada e a segunda uma elite dividida”.¹⁵ Uma elite dividida é um grupo de pessoas de origens

¹³ Citado em R. Bendix e S. M. Lipset, *Class, Status and Power*, pp. 30-31.

¹⁴ G. Mosca, *The Ruling Class* (1939), p. 50.

¹⁵ R. Aron, “Social Structure and the Ruling Class”, em *The British Journal of Sociology*, Vol. I, 1950, p. 10.

sociais diferentes cujo poder pessoal é oriundo de fontes diversas; é a antítese de uma classe dominante pela simples razão de que não é uma classe. Mas seria muito precipitado generalizar sobre a tendência da mudança social nesse respeito. Pois, por um lado, os sistemas políticos diferem de país para país. Por outro lado, há algumas características conflitantes das tendências observáveis nos últimos anos. Embora David Butler, um especialista na análise das eleições na Inglaterra, possa dizer que “o interesse de classe por si só não é convincente como uma explicação do comportamento do eleitorado”,¹⁶ não é, de nenhum modo, certo que a correlação entre classe e voto se esteja enfraquecendo; pode, até mesmo, estar aumentando, especialmente nas classes empresariais e profissionais liberais.¹⁷ Se isto acontecesse no futuro, e um partido viesse obter, para si próprio ou por coalizão, uma licença permanente para governar, isto equivaleria a um retorno à situação de classe dominante. Tem-se observado, também, que os dirigentes dos partidos e os membros do Parlamento geralmente são oriundos de um escalão social mais restrito do que aquele de seus eleitores; há uma tendência para a concentração nas amplas áreas médias da escala social. Mosca, convém lembrar, disse que deve sempre haver um “segundo estrato” da classe dominante, mais numeroso do que o primeiro, e contendo “todos os talentos da liderança no país”. A burocracia, Mosca sustentava, mesmo se nominalmente aberta a todos, “será sempre recrutada do segundo estrato da classe dominante”.¹⁸ A concentração de candidatos para cargos políticos e administrativos nos escalões médios da sociedade pode ser um fato; mas a descrição dessa seção média como parte da classe dominante não corresponde à verdade. Várias autoridades assinalam que, em muitos países, a classe média tem-se expandido a ponto de compreender quase toda a população; não há quase nada que reste para ela governar. Também, quando as oportunidades educacionais são iguais, seria tão verdadeiro afirmar-se que a classe média é recrutada através da burocracia quanto dizer-se que a burocracia é recrutada da classe média. Entretanto, valeria a pena considerar se há quaisquer indícios de que a seleção social através de um sistema educacional aberto pode condicionar o aparecimento de uma nova espécie de “elite unificada” em socie-

¹⁶ “Voting Behaviour and its Study in Britain”, em *The British Journal of Sociology*, Vol. VI, n.º 2, p. 102.

¹⁷ Ver Berelson, *Voting*, p. 57, e John Bombam, *The Middle Class Vote*, capítulo 7.

¹⁸ *The Ruling Class*, pp. 404, 408.

dades democráticas e talvez, com o tempo, um novo tipo de classe dominante. Poderia a estratificação com base na educação vir a dominar e expulsar do palco a estratificação com base em outras dimensões?

O Professor Eisenstadt, que trata da estratificação numa sociedade que, faz pouco, conquistou sua independência política ou passou por uma revolução importante, apresenta causas diferentes para a emergência de uma classe dominante. O sistema neste caso, sugere o Professor Eisenstadt, com muita probabilidade será "monolítico" e dominado por um fator político. A "variável poder", diz êle, "tem uma autonomia própria", e em certas circunstâncias "os que retêm o poder tentam estabelecê-lo como o critério mais importante de estratificação ao qual todos os outros critérios e recompensas deveriam estar subordinados". Se aceitarmos êste ponto de vista como razoável e se inferirmos que a tendência para uma estratificação de caráter mais multidimensional é característica das sociedades interdependentes e bem estabelecidas, que deveremos esperar encontrar num país que se estabeleceu após uma revolução, por exemplo, na União Soviética? Pode-se aventar que a "ditadura do proletariado", operando através da ala militante do Partido, seja um exemplo de estratificação "monolítica" ou unidimensional dominada pelo fator político. Mas haverá qualquer tendência para o desenvolvimento duma estratificação multidimensional uma vez que a nova ordem social se consolide? Está claro que há uma hierarquia de poder político no Partido, mesmo que possa ser discutido se o Partido como um todo é um "estrato" no sentido em que êste termo pode ser aplicado às aristocracias hereditárias ou às "classes dominantes" feudais do passado. O Professor Ossowski sustenta que existem classes econômicas baseadas, por exemplo, na divisão entre a agricultura e a indústria, mas essas nada têm a ver com estratificação. Uma vez que aceitamos êste emprêgo do termo "classe", a conclusão pode ser aceita. Se todo poder, em última análise, é político, não pode haver estratificação com base no poder econômico como uma dimensão à parte. Mas a questão intrigante é se há uma dimensão do "status social" na estratificação oriunda de uma combinação de prestígio na hierarquia política, de estima individual originária de serviços excepcionais e de uma desigualdade institucionalizada de rendas. Quanto a isso, o Professor Ossowski diz que se trata de um "esquema de gradação simples" que não pode condicionar a estratificação quando não há propriedade privada dos meios de produção. Isto pode ser verdade se se concebe classe em termos de poder, mas não

responde à pergunta se se pensa em estratificação em termos de status social. Quanto a êste ponto, talvez fôsse mais proveitoso comparar a situação na União Soviética com um exemplo da livre propriedade privada dos meios de produção numa forma extrema tal como o Norte dos Estados Unidos nos dias de rápida expansão econômica. Pode-se argumentar que, neste último, havia um "esquema de gradação simples" baseado na renda e que, apesar das grandes desigualdades dêste tipo, todos os homens eram tratados como de igual valor como homens e cidadãos, e todos deveriam ter as mesmas oportunidades de subir ou descer na escala da renda. Temos, neste caso, talvez, dois exemplos um tanto diferentes da irrelevância das desigualdades de renda com relação ao status social.

Podemos, ainda, mencionar duas outras referências ao fator político encontradas nos ensaios submetidos a esta subseção. A primeira é a afirmação do Professor Heberle de que, no Sul dos Estados Unidos, no qual se tem verificado a existência de uma classe dominante de latifundiários (embora, segundo êle, esta não foi originariamente uma aristocracia hereditária), ocorreu, no princípio do século XX, "o crescimento de uma nova classe dominante econômica composta de altos executivos e gerentes muitos dos quais não são nativos do Sul". Essa classe exerceu uma grande e, muitas vezes, decisiva influência sobre o Governo estadual e municipal, embora seus membros tenham raramente ocupado cargos públicos. Isto parece vir de encontro à profecia de Burnham, e seria interessante discutir se êste fato é um fenômeno isolado no contexto da mudança social do século XX.

A segunda referência se encontra no ensaio do Professor Raymond Aron sobre o caso particular da França. O Professor Aron descreve como, no período de pós-guerra, a forma clássica de conflito de classe entre empregadores e empregados cedeu lugar a uma luta permanente na qual os vários grupos sociais em conflito ou concorrência desviaram sua ação principalmente contra o Estado, uma luta "*qui différait essentiellement des notions traditionnelles de lutte de classes*". Tão logo o Estado deixou de regulamentar os salários, "*le conflit employeurs-employés est redevenu réel*". Mas nunca o Governo, que estava no centro dêsse conflito, apareceu como representante de uma determinada classe.

Dêsse breve apanhado tiro duas proposições sobre a estratificação unidimensional ou monolítica no período pós-estado. Primeira, que há maior probabilidade de existir uma classe dominante baseada no fator político: a) após uma mudança

revolucionária e b) quando o poder político é centralizado e a ação do Estado é globalizante, i. e., numa sociedade planificada. Segunda, que há maior probabilidade da existência de uma classe dominante baseada no fator econômico: a) quando o princípio político dominante é do tipo do *laissez faire* de modo que a ação do Estado não afeta profundamente a vida do povo e b) quando o Governo é descentralizado, ou federal, e o fator econômico pode sobrepor-se ao político na área dos Governos estaduais e municipais. A primeira pode ser um tanto insípida ou vazia, mas a segunda pode ter algum valor para uma interpretação dos últimos cinquenta anos à luz do século precedente.

O que estive dizendo até o momento se refere a possíveis formas de convergência nas quais a dimensão política desempenha um papel crucial. Devo, então, considerar o mesmo tema com relação às duas dimensões de classe e *status* social e, ao mesmo tempo, retornar às três questões mencionadas acima quando perguntei se a importância da classe vinha decrescendo, se o *status* social aumentava em importância e se classe não mais está intimamente associada com estratificação. É com problemas dêsse tipo que a maioria dos ensaios se ocupam e, por isso, poderei lidar com eles com maior brevidade e, em geral, por referências ao que se pode ler nos documentos que foram distribuídos.

O tratamento mais geral dêsse tema é aquele da Professora Jessie Bernard. Ela compara a moderna economia da abundância com sistemas anteriores baseados na escassez. Pela simples razão de que, nas civilizações mecanizadas modernas, a prosperidade das massas é necessária como a base do mercado através do qual uns poucos se tornam ricos (ou relativamente mais ricos), a profecia de Marx sobre a crescente desigualdade entre os "que têm" e os "que não têm" é falsa, e a força da consciência de classe e do conflito de classe fenece. O resultado não é uma sociedade homogênea ou totalmente igualitária, mas uma em que o *status* social conta mais do que o interesse de classe como uma base da estratificação. O Professor Aron segue uma linha de pensamento semelhante quando afirma que a tendência geral do progresso nas sociedades capitalistas tem seguido mais o princípio de Colin Clark do que o de Karl Marx; com o desenvolvimento, por sua vez, dos setores secundário e terciário da economia, o padrão de vida se tem elevado e o vazio central da ordem social tem sido preenchido por uma nova e variada coleção de ocupações da classe média. O objetivo do Professor Aron é provar que, em virtude dêsse desenvolvimento

não ocorrido na França, a sociedade francesa é marcada por conflitos e extremismo político, ao passo que outras sociedades são caracterizadas pela paz e moderação política. O Professor Girod analisa a história suíça através do uso dos mesmos conceitos e o Sr. Brennan, ao escrever sobre a classe operária inglesa, ressalta o fato (mencionado também por outros) de que a classe operária, em virtude de ser "considerada como uma das matérias-primas da indústria", tem sido admitida a participar por completo na sociedade tanto em termos de cultura quanto de poder real ou em potencial. Da mesma maneira, o Professor Ossowski admite que a previsão de Marx se tornou inaplicável após o aparecimento da nova classe média e do "Estado do Bem-Estar Social".

Podemos distinguir três elementos neste contexto. Há, inicialmente, o aspecto do consumo — o aumento no nível de consumo como um todo e a compressão da escala que se torna, ao mesmo tempo, mais curta e contínua; há menos probabilidade de que as diferenças no padrão de vida produzirão grupos sociais autoconscientes e antagônicos. Há, em segundo lugar, o aspecto que se refere aos direitos da cidadania — a admissão de todos a uma participação integral na sociedade que traz consigo os direitos à liberdade, ao poder político e ao bem-estar. E, finalmente, há a mudança estrutural na economia que torna a distribuição de propriedade um elemento menos decisivo na determinação da distribuição de poder e menos importante do que a distribuição das forças de produção entre os setores primário, secundário e terciário.

Dever-se-ia ter em mente que o princípio de análise de Colin Clark não conduz, de maneira alguma, a qualquer generalização simplista das tendências em tôdas as economias em desenvolvimento durante o último meio século e que pode não ser tão valioso para a compreensão do período de mudança com o qual o mundo de hoje se defronta. Mas, deixando êstes comentários de lado, o importante é considerar se as tendências de mudança, sobre as quais parece haver um grau considerável de acôrdo, conduzem, e se poderia esperar que tal o fizesse, à diminuição do poder da classe como uma força social. A posição no sistema de produção é algo que não pode ser identificado, por um estranho ao assunto, por testes objetivos simples; não é definível em termos da função técnica desempenhada, a habilidade empregada ou o bem produzido. É um conceito social, como Marx percebeu claramente, que depende das relações relevantes entre homens no sistema de produção e dos valores que lhes são atribuídos; encerra um elemento psicológico. Algum fator

ou fatores têm de operar para decidir se a multiplicidade de cargos e ocupações se dividirá em três classes ou trezentas ou três mil. Entre os possíveis fatores estão a comparação antagônica e o conflito de interesses básicos. Como Marx escreveu em *The German Ideology* (1938, pág. 49):* "Os indivíduos como tal formam uma classe somente enquanto têm de manter uma luta comum contra outra classe; de outro modo, estão em relações hostis um com o outro como concorrentes". Isto pode servir de base para o argumento segundo o qual, à medida que a miséria extrema, a exploração e a "alienação" diminuem, a motivação para a luta decresce. Poder-se-ia, então, esperar que as classes se subdividissem em grupos funcionais menores que agiriam como unidades em busca de seus interesses muito mais especializados. Mas não parece que isso é o que está ocorrendo. Ao menos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha a tendência um tanto recente tem sido em prol de um amálgama ainda maior dos sindicatos. Pode ter havido alguma pressão noutro sentido, mas foi obstada. E isto ocorreu a despeito da força do fator ao qual o Professor Aron se referiu — a posição central do Estado como diretor do planejamento econômico e sua entrada em relações diretas com cada grupo funcional relacionado com a operação de seus planos. Aron atribui a este fator o declínio temporário, ao menos na França, da forma clássica do conflito de classe. Uma tendência semelhante pode ser verificada em outros lugares, mas parece ter sido obstada.

Sugiro que seria precipitado concluir-se que a classe esteja perdendo sua importância; mas pode ser verdade que esteja mudando seu caráter. E pode ser que esta mudança consista num afastamento da estratificação social no velho sentido. Comparemos os dois quadros seguintes: 1) A estrutura econômica da sociedade coloca um grande número de pessoas em essencialmente as mesmas posições no que toca às relações sociais oriundas de suas funções produtivas. Este fato, e os interesses comuns que derivam dele, conduzem à formação de um grupo social ou quase-grupo que se torna consciente de si próprio tanto em termos desses interesses quanto de seu nível na hierarquia social; torna-se uma classe social. Certas formas de comportamento derivam desse grupo, tanto individuais quanto coletivas. 2) Há, na estrutura econômica da sociedade, muitos grupos funcionalmente distintos, cada qual com base em seu papel no sistema de produção e

* Ver a edição resumida publicada em português por Zahar Editores sob o título *A Ideologia Alemã*, 1964, Rio.

nas condições em que aquêle é desempenhado. Em alguns casos, os interesses desses grupos diferem; em outros, são os mesmos. Surgem associações, e estas se espalham, em busca desses interesses comuns quando quer que apareçam e num grau tal de combinação de grupo que a situação exija. Os membros desses grupos em combinação diferem grandemente em nível social, e as organizações são para eles nada mais do que instrumentos racionalmente criados para a obtenção de certos fins específicos e limitados, embora sejam muito importantes. Neste último caso, não há necessidade de postular-se a existência do termo médio, a "classe social", que induz a certos tipos de comportamento. E as associações não penetram necessariamente na vida de seus membros, como as classes sociais o fazem, nem estão sempre em ação; e, em certas ocasiões, os subgrupos componentes podem ser mais importantes do que o agregado maior. Talvez tenha havido uma tendência do 1) para o 2) que poderia ser descrita não exatamente como um enfraquecimento da classe, mas como um afastamento da classe da estratificação — ou classe social — no velho sentido. Isto poderia ser descrito como um enfraquecimento da classe no sentido marxista, com base no fato de que os grupos de interesses operativos não são mais determinados pelas relações sociais no sistema de produção, isto é, primordialmente pela propriedade. Esta, de uma maneira geral, é a posição assumida pelo finado Theodor Geiger em seu penetrante ensaio *Die Klassengesellschaft im Schmelztiegel* (especialmente págs. 133-36). Poder-se-ia sustentar que os grupos de interesse econômico, situados numa relação de um para com o outro de superioridade e inferioridade em função da localização normal do poder institucionalizado e da cadeia de comando do dia-a-dia, ainda são elementos importantes da estrutura social, mas que não refletem as desigualdades mais profundas e mais generalizadas que determinam o sistema de estratificação social. Ou, para sermos claros, as diferenças de nível social entre tais grupos podem não ser muito maiores do que aquelas no interior de cada grupo.

Pode-se adicionar um pequeno detalhe tirado do ensaio do Professor van Doorn sobre a mão-de-obra não-especializada nos Países Baixos. Podia-se imaginar que essas influências suavizantes não atingiriam os trabalhadores não-especializados e que a classe continuaria a ser para eles uma influência profunda e duradoura intimamente associada com sua posição geral inferior, isto é, com a estratificação. A evidência sugere que isto seria verdade, ao menos no caso de alguns deles, porque permanecem fora do *continuum* de cidadãos econô-

micos que se estende desde o assalariado semi-especializado até o gerente, não constituíssem eles um grupo de pessoas heterogêneo, flutuante e instável com nenhuma base para a consciência comum ou a ação comum. São tudo o que restou do proletariado. São, como o Professor van Doorn assinala, "grupos residuais" fazendo parte de "uma camada social inferior um tanto isolada, vivendo na fronteira do desajustamento social". Num estudo sobre a classe operária inglesa, o Dr. Dahrendorf usa o mesmo termo, "*un groupe résiduel*",¹⁹ mas aplica-o aos trabalhadores não-especializados como um todo, ao passo que o Professor van Doorn se refere somente aos elementos mais baixos dentre eles; mas a diferença na aplicação pode, em grande parte, ser devida à definição do termo "não-especializado".

Devemos, então, examinar a questão se a dimensão de *status* social tem aumentado em importância, quer de modo absoluto, quer relativo, à dimensão de classe. Neste ponto, seria de se esperar que houvesse alguma diferença entre os países europeus, cuja estrutura anterior era baseada em estados, os quais, por um processo de desinstitucionalização, transmitiram um sistema de *status* social ao presente (o qual, por sua vez, está sendo abalado pela crescente igualdade de oportunidades e bem-estar) e aqueles países, especialmente os Estados Unidos, que nunca tiveram estados e nos quais o *status* social pode ser um desenvolvimento relativamente recente à medida que as desigualdades econômicas se estabeleceram e foram associadas a valores culturais.

Com referência ao primeiro tipo, a evidência indica uma importância real decrescente do *status* social nos últimos anos. Mas essa avaliação merece algumas ressalvas sob dois aspectos. Primeiro, deve-se ter em mente que nosso período inclui a época na qual a nova classe média estava em expansão, e procurando consolidar sua posição entre o proletariado e os escalões mais altos da *bourgeoisie* e estava, no correr desse processo, adquirindo, pela imitação de seus superiores, uma forte e mesmo exagerada preocupação com os símbolos do *status* social. Segundo, à medida que a verdadeira importância das diferenças em *status* social diminui, alguns setores da sociedade podem ater-se ao que resta delas, agarrando-se desesperadamente à silhueta porque o real parece estar desaparecendo.

¹⁹ R. Dahrendorf, "La situation de la classe ouvrière en Angleterre" em *La Revue Socialiste*, n.º 89, julho de 1955.

Difícilmente se pode duvidar que algo como isto esteja ocorrendo. Poder-se-ia referir, no que diz respeito a pontos de vista sobre o desaparecimento das diferenças de *status*, ao trabalho de Geiger sobre a Dinamarca²⁰ (provavelmente aplicável, de maneira geral, à sociedade escandinava como um todo) e, para outras opiniões sobre essa matéria e sobre a sobrevivência das ansiedades de *status*, ao ensaio do Professor Schelsky sobre a Alemanha Ocidental apresentado no Congresso de Liège²¹ e à contribuição do Professor Bernard a este Congresso. Pode-se, ainda, assinalar a observação feita pelo Professor Hofstee a respeito dos pequenos fazendeiros e trabalhadores agrícolas nos Países Baixos. À medida que os salários destes últimos se elevam acima dos ganhos do pequeno fazendeiro, "o complexo ou sentimento de inferioridade com relação ao pequeno fazendeiro começa a desaparecer". E os filhos dos pequenos fazendeiros abandonam a terra, mas não se tornam trabalhadores na indústria; procuram posições nos artesanatos, comércio e administração. "A posição social e um certo sentido de liberdade e independência parecem contar mais para eles do que a renda".²² Isto nos serve de advertência para não exagerar a mudança. Quando algumas diferenças em *status* social são extintas, outras podem substituí-las na vida das pessoas afetadas. Do mesmo modo, à medida que o prestígio ligado à hierarquia ou *status* social imputado declina, pode surgir maior número de oportunidades para a obtenção de *status* social — embora seja importante lembrar que isto em si envolve uma mudança considerável na estrutura da estratificação. Parece segura a conclusão de que, nos países da Europa ocidental nos últimos cinquenta anos tomados como um todo, a verdadeira importância da dimensão do *status* social não tem aumentado.

A situação nos E. U. A. parece, à primeira vista, um tanto diferente. Um povo, cuja grande maioria não foi afetada pelo orgulho *snoob* há cerca de cinquenta anos, agora responde prontamente e com uma compreensão aparente a uma avalanche de questionários sobre *status* social, como se este fenômeno se tivesse transformado numa questão de familiaridade e importância. Mas aqui, uma vez mais, deve-se ter cuidado com

²⁰ T. Geiger, *Soziale Umschichtungen in einer dänischen Mittelstadt*, especialmente pp. 110-112.

²¹ H. Schelsky, "Die Bedeutung des Schichtbegriffes für die Analyse der gegenwärtigen deutschen Gesellschaft", em *Transactions of the Second World Congress of Sociology*, Vol. II, Parte 6.

²² E. W. Hofstee, "Changes in Rural Social Stratification in the Netherlands", em *Transactions*, Vol. II, Parte 2, pp. 78-79.

o exagero. As respostas, embora prontas, não são inteiramente consistentes, o que pode insinuar que os sentimentos por trás delas não são muito profundos. E parte do que se encontra pode ser devido, como na Europa, ao crescimento tardio da "ansiedade de *status*" nas mentes da nova classe média. O Professor Mayer assinala que "a imagem da América como uma sociedade na qual 'todo mundo é classe média' persistiu por muito tempo depois que ela deixou de estar de acordo com a realidade econômica e social" e que, nos últimos anos, a mudança econômica tem feito com que a imagem corresponda mais aos fatos. E acrescenta que "a maioria dos americanos tende a perceber e interpretar as diferenças econômicas objetivas como diferenças individuais e não como de classe". Seria de se esperar que qualquer fortalecimento considerável da dimensão do *status* social teria efeito contrário em ambos os casos.

Isto me conduz à minha observação final que é, em certo sentido, um amálgama de duas ou três questões mencionadas acima. Terá o *status* social se tornado mais local, individual e autônomo nos últimos anos? Para poupar tempo e espaço, lançarei mão, uma vez mais, do método de exposição que consiste na apresentação de uma hipótese corajosa. Suponhamos que a dimensão de *status* social, como um fator que cria grupos sociais estratificados num âmbito nacional, intimamente relacionados a classes econômicas e, portanto, a interesses fundamentalmente econômicos, esteja diminuindo em força, mas que a posição do indivíduo na hierarquia social de sua comunidade local permaneça sendo um assunto de interesse e preocupação dele e na qual seu interesse é compartilhado pelos membros de um grupo um tanto nebuloso e amorfo reunido ao redor do ponto da escala social na qual o referido indivíduo se situa. Sugiramos, então, que isto resolveria o problema de conciliar a evidência do declínio da verdadeira importância do *status* social com os sinais das contínuas e difundidas ansiedades com o *status*. Explicaria, também, a finalidade daqueles estudos "estáticos" sobre "hierarquias de *status* em várias comunidades locais" aos quais o Professor Mayer se referiu. Podemos, então, acrescentar a proposição de que a classe, no sentido marxista weberiano, se tem transformado numa estrutura de grupos de interesse funcionais não exatamente condicionada pela estratificação e que, em termos dos fatos objetivos da renda e padrão (possivelmente, também, estilo) de vida, uma enorme classe média (com relativamente pouco acima e abaixo dela) se tem desenvolvido nas sociedades ocidentais e que as hierarquias de *status*

social há pouco descritas não correspondem exatamente, nem podem fazê-lo, a qualquer delas. Neste sentido, talvez, o *status* social se tornou mais local, individual e autônomo.

Se revertermos ao método proposto no começo deste ensaio para a procura de indícios na boa ou má aplicação dos conceitos, pode-se encontrar alguma confirmação. O termo "classe social" (em oposição a "classe" puramente e "*status* social") começa a soar fora de moda. Implica grupos possuidores de interesses econômicos comuns tanto reais como vitais e de uma consciência grupal de sua posição geral na escala social. Em outras palavras, refere-se a um produto de dimensões convergentes e a um sistema de grupos "multiligados". "*Status* social", por outro lado, não implica necessariamente a existência de grupos; poderia ser empregado com referência a uma escala contínua de posições de valorização comparativa. Nem implica um sistema determinado inteiramente por interesse econômico derivado da posição no sistema de produção; outros fatores podem entrar em cena e valores tradicionais podem sobrepujar as circunstâncias econômicas às quais se referiam originariamente. "Prestígio" é outro termo popular que é menos institucionalizado que "*status* social" e que torna possível a inclusão das qualidades pessoais de um indivíduo bem como do consenso quanto à avaliação social da posição que ocupa. Poderia incluir aquilo que, em outro lugar, chamei de "*status* social pessoal" em oposição a "*status* social posicional".²³ E, finalmente, se essa fosse a tendência geral da mudança social então, sem dúvida, as características peculiares das comunidades locais aumentariam de importância em comparação com as características gerais da sociedade total, uma vez que somente por referência a elas podem os fatores pessoais, na maioria dos casos, ser pesados e avaliados.

Concluindo, eu gostaria de dizer que muito do que escrevi é altamente especulativo; representa uma tentativa deliberada de oferecer material para discussão. Além disso, tentei sugerir a direção seguida pela mudança social no último meio século (quase toda na Europa e América do Norte), mas não tentei medir sua extensão. Não sugiro que essas mudanças progrediram a ponto de provocarem o aparecimento de uma nova sociedade; longe disso. Nem é, de maneira alguma, certo que a direção da mudança não se altere antes que uma revolução como tal se tenha processado.

²³ Ver Capítulo VI.

CAPÍTULO V

A NATUREZA DO CONFLITO DE CLASSE

Se o assunto desta Conferência¹ possui qualquer significado, devemos assumir que se oferece uma interpretação da palavra "classe" que subentende que nem todos os conflitos de grupo são conflitos de classe. Estamos tratando de um tipo particular de grupo cuja natureza é indicada pela expressão "estratificação social". Isto significa que os grupos se situam uns sobre os outros em camadas ou estratos. O objetivo desta Conferência é descobrir se tais grupos existem e, caso existam, como se comportam. Minha função consiste em diferenciar e classificar as diferentes formas de conflito que ocorrem entre os referidos grupos. O conflito entre duas empresas ou duas nações não faz parte da classificação, embora possa desempenhar um papel no sentido de nos auxiliar a compreender — ou, talvez, a abandonar como uma ilusão — o conflito entre os estratos sociais.

Concebemos uma "classe" como um grupo de indivíduos. Mas, também, podemos considerar uma "classe" como uma força ou mecanismo que opera para produzir determinadas atitudes sociais. Gosto de iniciar minha definição de classe neste segundo sentido dizendo que se trata de uma força que une, em grupos, indivíduos que diferem uns dos outros, ao superar as diferenças entre tais indivíduos. Pode parecer paradoxal acentuar, dessa maneira, as diferenças intraclasses ao invés daquelas entre classes. Mas acredito que se trata de um método salutar. Se considerarmos, por sua vez, os critérios de classe que já discutimos — renda, propriedade, educação e ocupação — verificaremos que toda classe contém em si elementos diferentemente dotados com respeito a cada um

¹ Sobre "Conflito de Classe e Estratificação Social" realizada sob os auspícios do Instituto de Sociologia em setembro de 1937.

dêsses critérios. Mas a instituição da classe ensina os membros de uma sociedade a notar algumas diferenças e ignorar outras quando arranjam os indivíduos em ordem de mérito social. Em resumo, as classes sociais não poderiam existir a não ser que certas desigualdades fôssem consideradas irrelevantes para a determinação do *status* social. Depreende-se que haja dois caminhos principais para uma sociedade sem classe. Um prega a abolição (tanto quanto possível) das diferenças sociais entre indivíduos — o que é, *grosso modo*, o caminho do comunismo — e o outro tenta tornar tôdas as diferenças irrelevantes com relação ao *status* social — o que é, *grosso modo*, o caminho da democracia.

É igualmente verdade que um sistema de classes nota e mesmo dá ênfase a certas formas de desigualdade e as usa como uma barreira para dividir as classes. Com relação aos aspectos assim selecionados para exame, membros da mesma classe são — ou pensam que são — idênticos. Mas é importante ter-se em mente que sempre diferem em outros aspectos. Não faz sentido argumentar que, porque os grupos dentro de uma classe são dessemelhantes em suas circunstâncias ou seus interesses, que a classe em si é um "grupo artificial", ou que porque haja conflito no seio de uma classe, por conseguinte o conflito entre classes seja "irreal".²

O antagonismo, como Delevsky mostrou alongando-se desnecessariamente, é relativo.³ Aquêles que são antagonistas em busca de determinado fim podem ser aliados em busca de outro objetivo. Nossa primeira tarefa, então, consiste em classificar as principais formas de antagonismos a fim de vermos quais delas são mais compatíveis com a cooperação em outros campos. A análise se limitará aos tipos mais importantes para o estudo do conflito de classe.

Inicialmente, temos a concorrência no qual duas ou mais pessoas oferecem o mesmo serviço ou desejam o mesmo objeto. Isto nos mostra que não podemos agrupar indivíduos de acordo com a semelhança entre um e outro. No caso da concorrência, a semelhança é que divide. Em segundo lugar, há o conflito que se origina da divisão do trabalho, isto é, dos termos que regerão a cooperação, como é o caso de uma disputa sobre salário entre o empregador e o empregado. A divisão neste

² Tais palavras têm apenas um significado relativo. Tôdas as atitudes de grupo devem assentar-se não somente em fatos, mas também no significado social que se lhes empresta. Uma atitude só é "irreal" se o significado é excessivamente forçado, não-natural ou se, como em alguns tipos de propaganda, se baseia numa falsificação deliberada.

³ J. Delevsky, *Antagonismes Sociaux et Antagonismes Prolétariens*.

caso é o produto secundário de uma unidade de interesse baseada na diferença. Finalmente, há o conflito sobre o sistema em si no qual a atribuição de funções e a distribuição de benefícios se baseiam, como quando uma barganha sobre salários se converte numa revolta contra o sistema capitalista.

O antagonismo entre competidores não é, sem dúvida, incompatível com uma comunidade de interesse entre eles. Na verdade, tal comunidade de interesse se acha subentendida no termo "competição". Pois a competição é um processo social que se realiza por meio das instituições que são igualmente indispensáveis a ambos os concorrentes. A existência mesma de serviço que se oferece e o seu valor de troca são devidos ao sistema social e à civilização que são um bem comum. O poder desse interesse comum de produzir uma ação comum varia de acordo com as circunstâncias, mas o interesse sempre existe. No segundo tipo de antagonismo, a cooperação entre os antagonistas faz parte da definição. Há quem sugira que a coexistência das duas relações é ilusória, com base no fato de que o antagonismo não é real e que os verdadeiros interesses das partes são idênticos. Mas isso é absurdo. É verdade que aquele que muito exige numa barganha pode prejudicar a si próprio ao arruinar seu adversário. Não obstante, uma barganha é, em essência, uma disputa dentro de limites estabelecidos pela necessidade de continuar a oferecer o serviço pelo qual se barganha. Não é difícil admitir-se que comprador e vendedor sejam, ao mesmo tempo, amigos e inimigos, como o jogador da defesa e o do ataque, da mesma equipe, que possuem um interesse comum em se ajudar a jogar, embora suas missões no jogo sejam diametralmente opostas. Mais importante é o problema sobre até que ponto a cooperação entre, digamos, empregador e empregado constitui um obstáculo à solidariedade do trabalho *vis-à-vis* capital. Que ela é um obstáculo é óbvio, mas isto não significa que seja o maior interesse real dos dois. Aqui, uma vez mais, temos o fato de que o trabalho está unido por sua posição comum em relação às instituições através das quais a barganha de cooperação ocorre. E a isso eu acrescentaria que, enquanto a função cooperativa da produção pela divisão do trabalho é setorial e especializada, o antagonismo que é inerente em toda barganha se expressa em termos que são gerais para a classe, em termos de salários e horas de trabalho e das condições básicas do poder de barganha.

Resumindo: a competição dentro dos quadros do trabalho (ou capital) não torna impossível ou artificial uma unidade consciente do trabalho (ou capital), e a cooperação setorial

entre o trabalho e o capital não torna impossível ou artificial um antagonismo geral entre capital e trabalho.⁴

É somente no terceiro tipo de conflito que o interesse comum compartilhado pelos rivais diminui até desaparecer. Em casos extremos, conflitos desse tipo degeneram em guerra civil a qual não é um processo social e na qual, como o mundo sabe muito bem, nem mesmo as convenções de guerra são levadas a sério. Sugiro que reservemos o termo "conflito" para casos nos quais se possa detestar a presença desse terceiro tipo de antagonismo. Nem a concorrência nem a barganha podem ser consideradas conflitos nesse exato sentido, mas, quando qualquer das partes sente que o processo da concorrência ou barganha não mais deveria existir, ou que necessariamente ocorre sob condições de injustiça, então surge o conflito e pode descambar para a revolução. O conflito, portanto, implica não apenas desacordo com o que deve ser feito a seguir, mas descontentamento com o que já existe. Dois partidos no Parlamento discordam quanto às diretrizes e política, mas só há conflito quando um deles denuncia o Governo parlamentar. Pai e mãe podem discordar quanto à educação do filho, mas o conflito aparece quando o pai se arroga o direito de decidir sobre o assunto e a mãe replica, "Quem dera que eu nunca tivesse casado com você". Sentimentos dessa espécie podem agir silenciosamente como a base da discórdia por muito tempo até que surja o conflito, como aconteceu mais de uma vez na história do sindicalismo.⁵

Até o momento, não falei sobre classes sociais, mas sobre grupos econômicos. Não acho que os dois sejam a mesma coisa. Acredito firmemente na realidade daqueles níveis sociais diferenciados pelas respectivas culturas e padrões de vida que discutimos nas nossas duas primeiras reuniões. Mas é menos provável que diferenças de nível levem ao conflito do que diferenças de interesse de grupo. Neste sentido, aceito a análise marxista da natureza do conflito de classe (embora não aceite a teoria do papel histórico do referido conflito), mas nego que ela esgote o assunto da estratificação social. Simplificando, eu diria que o conflito de classe ocorre quando um interesse comum une estratos sociais adjacentes em oposição a estratos sociais mais distantes. Quando os estratos sociais unidos por um interesse comum não são adjacentes, como

⁴ Sobre um ponto de vista contrário, ver L. von Mises, *Socialism*, Parte III, Seção I, capítulo 4.

⁵ A Greve Geral mostrou bem a confusão mental que ocorre quando se usam as formas de barganha com finalidades de conflito.

numa guerra entre nações, o conflito não é um conflito de classe. A fusão de estratos se torna mais fácil quando as divisões entre eles são de amplitude desigual, quando, por exemplo, os intervalos entre os estratos um e quatro são menores do que aquêle entre os estratos quatro e cinco. Há outra causa de fusão. O conflito de classe se origina das instituições sociais. Muitas vêzes a mesma instituição rege a divisão em estratos. Suponho que este foi o caso da sociedade feudal. É discutível que seja menos verdade em nossos dias. O assalariado com economias acha que seu nível social exige que ele defenda o direito de propriedade enquanto seus interesses de assalariado o inclinam a invadi-lo. A questão depende, em parte, da natureza do conflito de interesses e, neste ponto, pode-se levar a análise um passo adiante.

Esse ressentimento contra a desigualdade, que é característico do antagonismo de classe, pode originar-se de três processos que chamarei de comparação, frustração e opressão. A comparação não faz contatos, ela os destrói. Leva ao isolamento do rico em relação à "grande massa de sujos" quanto o ressentimento do pobre contra o "rico ocioso". Tais sentimentos podem ser compartilhados por qualquer número de pessoas, desde um único indivíduo até uma nação inteira. São a principal força criadora de estratos sociais e os criam não tanto pelo condicionamento de antagonismos como pelo fato de aperfeiçoar a autoconsciência do indivíduo e a consciência do grupo de seu caráter próprio. São as fundações da auto-estima. Talvez esta seja a razão pela qual os homens parecem preferir comparar-se com seus inferiores. Diz-se que não há casta tão baixa na Índia que não possa encontrar outra abaixo dela. A comparação não faz contatos, ela os destrói. Leva ao isolamento ao invés do conflito. Mas se o conflito está em efervescência, as atitudes nascidas da comparação estimularão o mesmo e, quando amadurecido, advirá o rancor, e tais atitudes estão sempre presentes, prontas a transformar num conflito de classe uma disputa que é, em essência, nada mais do que um desentendimento sobre os termos de cooperação.⁶

A frustração acrescenta à comparação uma motivação mais forte para o conflito ao atribuir, de maneira definitiva, à classe superior a responsabilidade pela injustiça que se abate sobre a inferior. Origina-se, é lógico, quando quer que o privilégio crie uma desigualdade de oportunidade. Porém mais importante, porque mais característico, é o caso no qual duas classes

⁶ Sujelta, é lógico, às ressalvas quanto ao efeito dos níveis ou estratos sociais sobre a unidade de classe.

representam, por assim dizer, dois sistemas econômicos diferentes ou duas concepções incompatíveis de vida social. Pirenne insinuou que este seria o caminho normal do progresso econômico. Os criadores da nova ordem surgem ao lado de, e não entre, os campeões decadentes da velha ordem.⁷ O resultado é um conflito lateral no qual a velha ordem aparece mais como um obstáculo do que como um déspota. Nada ilustra melhor o processo do que a história da *bourgeoisie* do início da queda do feudalismo ao amadurecimento do capitalismo no século XIX e especialmente na França. Nos primórdios, diz Pirenne, os *bourgeois* "desejavam simplesmente um lugar ao sol e suas exigências se limitavam a suas necessidades mais indispensáveis".⁸ Posteriormente, tornou-se claro que as concessões ao *bourgeois* acarretavam prejuízos ao aristocrata. Mais tarde, afirma Henri Sée, a *bourgeoisie* "a intérêt au nouvel ordre de choses, à une organisation plus régulière, à la destruction des privilèges des deux premiers ordres, à la reconnaissance de l'égalité civile".⁹ O privilégio era um obstáculo porque constituía a causa da ineficiência administrativa e da má gerência financeira. Quão confusas eram as idéias no tempo da França no que concerne às relações entre estratos sociais se depreende do fato de que o primeiro ato do Governo, quando percebeu o perigo de distúrbios, foi apelar para que a milícia burguesa entrasse de prontidão, enquanto a *bourgeoisie* revolucionária organizava um exército mercenário de *compagnons* para aliviar seus ilustres egos do encargo de manejar e carregar armas.¹⁰

Poder-se-ia alegar que a posição hoje é a mesma. A nova classe média, composta principalmente dos assalariados e das profissões liberais, não está sofrendo aos pés de um déspota, mas está, de maneira inquieta, consciente de que a realização de seu grande ideal de uma vida sossegada vivida com segurança e com o gozo completo das artes da civilização está sendo impedida pelas incessantes lutas entre o capital e o trabalho que lhe parece ser uma parte essencial do sistema social do século passado, e pela obsessão da mente humana por um desejo inquieto de especular e barganhar numa procura interminável de lucros. Seria preferível um dos dois só-

⁷ H. Pirenne, *Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme*.

⁸ H. Pirenne, *Economic and Social History of Medieval Europe*, p. 51.

⁹ H. Sée, *La vie économique au XVIII^e siècle*, p. 173.

¹⁰ Charles Normand, *La bourgeoisie française au XVII^e siècle*, p. 349. Sobre o assunto em geral, ver Joseph Aynard, *La bourgeoisie française*, capítulos 8 e 9.

zinho, ou o capitalismo ou socialismo, porque ambos têm de se valer dos serviços dessa classe média de maneira muito semelhante. Mas o conflito entre os dois é bastante para arrastá-la a uma revolução com o resultado natural, embora não desejado por completo, da ditadura fascista. Quase sempre, o conflito contra a frustração inclui a caracterização moral da velha ordem como corrupta, pervertida ou decadente. O moderno movimento da classe média mostra esse traço ou estilo. Denuncia o materialismo e a falta de um sentimento de fraternidade social e, talvez, o fracasso em apreciar o valor dos artistas e intelectuais. O fascismo oferece uma nova visão e um novo espírito. "O Estado fascista... é uma força, mais uma força espiritual, que abrange em si mesmo todas as formas da vida moral e intelectual do homem... Seu princípio... enraíza-se no coração do homem de ação, do pensador, do artista bem como do cientista — é a alma da alma".¹¹ Isto não é exatamente o que se pediu, mas pode servir por algum tempo.

A opressão descreve um conflito entre dois partidos empenhados numa cooperação desigual, desigualdade esta que é um produto das instituições de uma sociedade estratificada. A expressão não é empregada para definir a motivação ou os métodos da classe alta, mas somente a situação como aparece aos olhos das classes baixas. Enquanto a comparação destrói os contatos e a frustração produz contato por colisão, a opressão subentende contato como um processo orgânico. Exemplos óbvios são as relações entre servo e senhor ou trabalho e capital. Quando o conflito estoura, ataca-se um grupo de pessoas que manipula o poder. Podem ser designadas como "a classe governante". Esta expressão é usada de maneira vaga. A aristocracia feudal foi literalmente uma classe governante. Os capitalistas modernos não o são. E, ainda assim, as palavras exprimem uma verdade. A implicação é que o capitalista faz uso, no campo econômico, de um poder que é parcialmente político no sentido que é candidato das leis e instituições da sociedade. Se uma classe é suficientemente forte para assegurar e preservar essas instituições que favorecem suas atividades, pode ser designada como "governante" nesse sentido. Mas, como vimos, no mundo moderno, o interesse nas instituições essenciais não se limita aos capitalistas que se defrontam com o trabalho como empregadores. Talvez esta seja a razão pela qual o ataque não se dirija tanto a um grupo de pessoas, mas a um sistema pessoal. As relações entre

¹¹ B. Mussolini, *La dottrina del Fascismo*, seção 12.

os grupos cooperadores recaem na barganha. O conflito diz respeito a teorias. Seria de se esperar que isso resultasse num declínio na influência dos líderes sindicais que barganham, como representantes da classe trabalhadora, em favor dos comunistas que, por sua vez, formulam teorias. Uma consequência alternativa pode ser um aumento do que se poderia denominar de "consciência de nível" em comparação com "consciência de classe". Isto parece ser o que ocorre na Inglaterra.

Há espaço para apenas mais uma questão. Pode-se perguntar onde há maior possibilidade do aparecimento de conflito — numa sociedade estática ou dinâmica? Isto envolve o contraste entre estado e classe, *status* e contrato. Numa sociedade estratificada em estados, a desigualdade se assenta num esquema aceito de *status* diferencial e padrões de vida diferenciais. Uma classe é utilizada para o benefício da outra, mas dentro dos limites de um plano de cooperação aprovado pelo costume. Um desentendimento sobre os termos da cooperação dificilmente pode surgir, pois tais termos não estão sujeitos a discussão. Onde o *status* reina, a barganha, que pertence ao contrato, não pode prevalecer. O antagonismo não pode achar nenhuma expressão senão o conflito.¹² Não há meio-térmo entre acomodação e rebelião. Em virtude disso, pode-se argumentar que essa situação traz maiores possibilidades de conflito porque não há outra alternativa mais suave. Mas pode-se alegar, do mesmo modo, que a gravidade da ação agirá como uma barreira do conflito. É mais fácil escorregar-se para o perigo do que pular para o mesmo. Além disso, a própria natureza de uma sociedade assentada em estados é tal que favorece o desenvolvimento, em cada grupo, do tipo de mentalidade adequado a sua posição. A revolta é paralisada no interior do grupo mesmo.

Numa sociedade contratual livre, o desentendimento quanto aos termos da cooperação é normal e crônico. Está implícito no processo da barganha do qual nascem os contratos. Nota-se, também, que a idéia de que cada posição na vida possui seu padrão próprio, que cada classe tem sua cultura, mal sobrevive. A acomodação é, sem sombra de dúvida, desestimulada pela crença dominante na virtude da ambição social. A democracia professa acreditar na igualdade e o capitalismo exalta a concorrência. Um padrão uniforme para todos mata a concorrência, enquanto padrões diferenciais negam a igualdade. A democracia capitalista, portanto, inicialmente não acata

¹² Cf. K. Bauer-Mengelberg, "Stand und Klasse", em *Könerl Vierteljahrshefte für Soziologie* (1923).

nenhum padrão, aceitando o que lhe é dado pelo livre jogo das forças econômicas. O pobre inglês não devia ser alimentado de acôrdo com as necessidades do organismo humano, mas de acôrdo com o que podia ser comprado com um pouco menos de dinheiro do que o capitalismo condescendia em dar ao trabalhador livre. Quando o padrão se introduz uma vez mais, como o fez no final do século XIX, desempenha um papel mínimo. Espera-se e permite-se uma variação infinita em relação ao padrão. Na democracia capitalista, então, encontra-se um perpétuo estado de atrito entre classes combinado com a destruição das forças psicológicas que estimulam a acomodação. Haverá alguma força positiva transformando antagonismo em conflito que esteja ausente da sociedade estática? Vislumbro uma possível resposta na idéia de exploração.

Em ambos os tipos de sociedade, parece haver a utilização de uma classe por outra em benefício desta última. Mas enquanto na sociedade de estados isto se dá de acôrdo com um plano, na sociedade contratual está sujeita apenas ao livre arbítrio. Para fazer-se uma distinção entre êsses processos, podemos dizer que o segundo é exploração e o primeiro, não. Os benefícios que advinham para o senhor e o servo sob o regime feudal não podem ser comparados porque são diferentes em espécie. Aquêles que advêm para o capital e trabalho parecem ser mensurados pelas suas rendas monetárias e são de modo manifesto desiguais. Um contrato, idealmente, é um acôrdo de cooperação para obter-se igual vantagem. Quando habitualmente produz vantagem desigual, suspeita-se de exploração. A idéia é atraente para os explorados que, rapidamente, concluem que o poder que os esmaga reside não na superioridade pessoal de seu opressor, mas nas vantagens injustas que êle auctere do sistema. Se o sistema faz do contrato uma falsidade, deve-se mudar o sistema.

Há aquêles que sustentam que a mobilidade social age como uma válvula de escape e que ajuda a impedir a eclosão do conflito. Embora isto seja verdade até certo ponto, sua importância pode ser facilmente exagerada. Quando a mobilidade individual é automática, a lealdade de classe se desenvolve com dificuldade. Se todo aprendiz tiver uma esperança razoável de tornar-se um mestre, êle formará suas associações com base no seu ramo de negócio ou profissão ao invés de seu nível social. Assim também, quando um grupo como um todo pode elevar-se em estima social e valor econômico, não deixando indivíduos extraviados, a aliança de grupos em classes se torna mais difícil. Mas quando a mobilidade é individual e não automática, mas depende dos resultados de

esfôrço competitivo, duvido que os resultados sejam os mesmos. Quando a corrida é para os velozes, os vagarosos, que foram sempre uma maioria, se cansam de seus eternos fracassos e se tornam mais descontentes do que se não houvesse nenhuma corrida. Começam a encarar os louros da vitória como algo a que têm direito e que se lhes nega injustamente. Declaram que nenhum homem deveria ter de correr em busca de seu "pão de cada dia", e o argumento não deixa de ter certa razão. Isso é especialmente verdadeiro quando a sociedade se mostra indiferente com a condição dos vencidos sob a alegação de que o caminho para coisas melhores está sempre aberto para êles.¹³ O uso da mobilidade como uma desculpa para a desigualdade está usualmente associado com uma dose de auto-ilusão. Mas, se eu enveredasse por êste tema, estaria invadindo o assunto a ser discutido na próxima sessão desta Conferência.

¹³ Cf. C. H. Cooley, *Social Organization*, capítulo 27.

CAPÍTULO VI

A NATUREZA E OS DETERMINANTES
DO STATUS SOCIAL

Nos últimos anos, tem havido um verdadeiro emaranhado de argumentos e discussões, nos lares, universidades e periódicos científicos, sobre a verdadeira natureza da classe social e do *status* social. Embora um progresso considerável se tenha feito sentir, não se pode alegar que o problema esteja resolvido ou que se tenha alcançado um acôrdo completo. A disputa se relaciona tanto com palavras quanto com fatos, tendo como resultado, especialmente em discussões informais, a freqüente impossibilidade de se ultrapassar o estágio "depende do que você quer dizer por *status* social". Isso é muito cansativo e frustrante. A pessoa está sujeita a se deixar prender por argumentos sobre a definição dos termos e a se afastar, cada vez mais, do estudo dos fatos reais da situação. Tudo o que se necessita para começar se resume numa aproximação que seja suficiente para indicar de que se fala; a descrição mais completa e exata surgirá adiante à medida que a investigação progredir. Mas, para o sociólogo, é difícil oferecer mesmo essa aproximação inicial, quando as palavras à sua disposição significam uma coisa para certas pessoas e outra para outros indivíduos. No entanto, não se pode fugir à tarefa.

«O *status* social se refere a um aspecto do fenômeno da estratificação numa sociedade, e será melhor nos ocuparmos do conceito mais geral antes de passarmos ao mais restrito. Estratificação, como o nome indica, significa a divisão de uma sociedade em estratos ou camadas, situados uns sobre os outros. É um conceito que pertence ao estudo das estruturas sociais, e determinamos a existência da estratificação pela identificação daquelas partes da estrutura que possuem êsse caráter de camadas sobrepostas e ao ver como se relacionam entre si e com o funcionamento do sistema social como um todo.

Cada parte ou estrato se compõe de um grande número de pessoas que ocupam as mesmas, ou aproximadamente as mesmas, posições na estrutura social.

Há, e tem havido, vários tipos diferentes de estratificação nas sociedades humanas, e há um consenso quase que geral entre os sociólogos quanto à sua classificação em três categorias ou tipos principais: Casta, Estado e Classe.

O exemplo mais perfeito de Casta é encontrado na Índia — não em nossos dias, mas em algum ponto do passado quando o sistema de castas estava no seu auge. Suas principais características podem ser resumidas rapidamente. Só há casamento entre membros da mesma casta, e os filhos pertencem à casta dos pais — êstes são os princípios da endogamia e hereditariedade. Normalmente, o membro de uma casta o é por tôda a vida; não há, em outras palavras, praticamente nenhuma mobilidade social. Os membros da casta estão unidos por costumes sociais que lhes são peculiares e separados de outras castas por regras que limitam o contato ou que impõem o afastamento. Tais regras incluem as restrições quanto ao casamento entre castas e também limitações quanto ao comer em comum, aceitar alimento e bebida de membros de outras castas e até mesmo (em alguns casos) impedem que um de seus membros venha a se aproximar de membros de outras castas. Estas são as expressões exteriores de distância social. As castas formam uma hierarquia e são dispostas numa ordem de superioridade e inferioridade que se associa com idéias sobre a pureza e impureza. Cada casta, também, se relaciona com um campo limitado de ocupações permitidas (em alguns casos somente com uma) e a classificação de ocupações também está ligada à idéia de pureza ou impureza, especialmente nos extremos da escala. A ordem de prestígio das classes não se baseia na riqueza.

Sem dúvida, êste é um sistema muito rígido. É também do tipo que penetra profundamente na vida dos membros da sociedade. Não há possibilidade de nenhum outro princípio de estratificação ou escalonamento social existir lado a lado com êle ou de contestar sua supremacia. Se o sistema de casta vigora por completo, o ser membro de uma casta é um fato indisputável e inalterável pelo qual se determina a posição de uma pessoa na estrutura social. E, além disso, o sistema como um todo não é considerado como algo inventado livremente e construído pelo homem que possa ser mudado por êle, homem, ou que possa ser feito de outra forma através da disseminação de idéias diferentes. Afirmam-se as crenças fundamentais não porque sejam tradicionais, mas por serem

a expressão da verdade. Como uma autoridade moderna no assunto disse: "O sentimento geral do hindu quanto ao sistema de casta é que o mesmo foi 'estabelecido pela lei divina' ou, pelo menos, com a aprovação divina".¹ Encontra-se arraigado no plano divino, na natureza do homem e no universo. Percebe-se isto claramente na doutrina do *Carma* segundo a qual "a condição de um homem nesta vida é o resultado de sua conduta na última encarnação; sua casta alta ou baixa representa, portanto, a recompensa ou punição de seu comportamento no passado", isto é, de suas ações numa vida anterior na Terra.²

O sistema de estado também é caracterizado pela rigidez, mas menos completa e de um tipo diverso. É mais difícil encontrar-se um exemplo perfeito de um sistema de estado, mas se pode reconhecer seus princípios no período médio do feudalismo e nas sociedades aristocráticas da Europa nos séculos XVII e XVIII. Um estado pode ser definido como um grupo de pessoas que têm o mesmo *status* no sentido em que este termo é empregado pelos juristas. Um *status*, nesse sentido, é uma posição à qual se atribui um conjunto de direitos e deveres, privilégios e obrigações, capacidades ou incapacidades legais que são publicamente reconhecidos e que podem ser definidos e sustentados pela autoridade pública e, em muitos casos, pelos tribunais de justiça. Atualmente, os sociólogos têm feito tanto uso da palavra com um sentido mais amplo e menos exato,³ que, a fim de se evitar confusão, é melhor falar-se de "*status legal*" quando nos referimos a *status* em seu sentido original — o sentido cuja definição acabamos de dar acima. Devemos acrescentar, também, que muitos *status* legais pouco têm a ver com estratificação como, por exemplo, *status* tais como aquêles de menor, doutor, hoteleiro ou mulher casada. Ocupamo-nos, aqui, somente com aquêles que diferenciam um estrato social ou, ao menos, uma parte substancial dêle.

A mais importante distinção de *status* desse tipo na sociedade medieval foi aquela entre os livres e não-livres. Pode-se dizer que os servos constituíam um estado porque o *status legal* dos mesmos era caracterizado por uma negação de direitos, especialmente o direito à liberdade pessoal e o direito a possuir propriedade. Pode-se também dizer que, na Inglaterra, os barões mais poderosos que firmaram seu direito de serem con-

¹ J. H. Hutton, *Caste in India*, p. 164.

² *ibid.*, p. 109.

³ Ver adiante, pág. 151.

vidados pessoalmente a aparecerem no Conselho Real, e que se transformaram num grupo hereditário de pares com assento na Câmara dos Lordes, tinham um *status legal* peculiar. Na França pré-revolucionária, a nobreza se distinguia não somente pelo uso de títulos, mas também pelo gozo de certos direitos e privilégios legalmente reconhecidos particularmente com respeito à taxação e à propriedade da terra, e pela representação, à parte, como um estado na assembléia nacional. Podemos, também, reconhecer o poder do sistema de estado na Alemanha onde "membros de estados diferentes não podiam, de maneira alguma, casar-se entre si e, posteriormente, podiam, quando muito, contrair casamento sem todos os efeitos legais", e no qual "a vida militar, o trabalho urbano e o trabalho rústico do campo eram ocupações mutuamente exclusivas perante a lei de *status*".⁴

As castas, como vimos, eram endógamas e hereditárias. Nos estados, a endogamia constituía a prática normal, mas era mais sustentada pelo costume (que podia ser contestado) do que pela lei. Os aristocratas franceses, como os ingleses, não eram rigorosamente endógamos; um dêles cenicamente assinou que "casar com alguém que esteja abaixo de si equivale simplesmente a tomar excremento para fertilizar suas terras".⁵ Os filhos herdavam as posições dos pais, exceto na medida em que a primogenitura restringia o direito absoluto à herança ao filho mais velho. Mas a mobilidade era possível, embora controlada. Sendo o *status* de caráter legal ou oficial, uma mudança de *status* deve ser consequência de um ato oficial ou legal, como quando um servo era libertado ou um comum elevado à nobreza. O sentimento de distância social era bem acentuado, e cada estado se relacionava com um número limitado de ocupações permitidas ou, ao menos, adequadas. Embora, nos níveis mais baixos, isto pudesse operar como uma incapacidade, nos níveis mais elevados representava um monopólio valioso. O sistema de estado revela, então, uma estratificação precisa e razoavelmente rígida, mas, em caso algum, podemos dizer que nos apresenta o quadro completo. Os direitos oriundos do *status legal* não penetraram o todo da vida social, e uma descrição da estratificação em termos desses direitos apenas é vazia e artificial. Nossa finalidade aqui se resume em explicar a natureza do princípio.

A Classe constitui a terceira categoria de estratificação, e sua base é econômica. O conceito tem sido amplamente em-

⁴ R. Huebner, *A History of Germanic Private Law*, pp. 91-3.

⁵ L. Ducros, *French Social Life in the Eighteenth Century*, p. 61.

pregado, especialmente por Karl Marx, e com várias nuances de significado. Não é, na verdade, e nunca pode ser um termo muito preciso, mas é indispensável. "Classes", diz Max Weber numa de suas obras, "são grupos de pessoas que, do ponto de vista de interesses específicos, têm a mesma posição no sistema econômico".⁶ A combinação dos termos "posição" e "interesses" subentende que as posições devem ser consideradas como as mesmas se a vida daquelas que as ocupam é condicionada pelas mesmas forças e influenciada, de modo semelhante, pelas mesmas circunstâncias — se tais pessoas têm, na fraseologia de Weber, as mesmas oportunidades de vida no sistema econômico. Um sistema de classes é uma estrutura social na qual este princípio rege a estratificação. É bastante para nossos objetivos reconhecer que a sociedade capitalista é um exemplo de tal estrutura. Que certas posições numa sociedade capitalista possuem um caráter hierárquico, é óbvio. Há uma hierarquia de poder na empresa desde a gerência até o trabalhador assalariado, e a hierarquia de grupos correspondentes na sociedade em geral na qual o poder traz consigo a riqueza e a riqueza compra poder. Mas, embora o traçado da estrutura esteja claro, os detalhes não estão. É, embora possamos estar certos de que as posições econômicas avaliam a si mesmas em termos de riqueza, poder e oportunidades em algo que parece um sistema de camadas ou estratos sobrepostos, achamos difícil afirmar com exatidão quais são essas camadas e quem pertence a elas. Neste caso, também, o quadro está incompleto, e para preenchê-lo talvez tenhamos de lançar mão de algum princípio que não seja o teste objetivo da posição no sistema econômico.

Todos os três sistemas possuem uma certa objetividade, embora o emprêgo desta palavra esteja ameaçado pelo perigo da incompreensão. Pertencer a uma casta é um fato indiscutível e inalterável que não deixa motivo para divergências de opinião. O estado, em sua forma pura, é igualmente fatural — um homem possui ou não possui os direitos. Se há dúvida quanto ao assunto, é resolvida pela autoridade pública, não pela opinião pública. Diferenças de classe, no sentido técnico em que usamos o termo, são também fatais. Que certas pessoas ocupam a mesma posição em termos de riqueza, poder econômico e oportunidade é algo que um observador de fora poderia descobrir, embora as próprias pessoas não tivessem consciência disso. É isto que teremos em mente, e nada mais do que isso, se nos referirmos aos fatos objetivos da estra-

⁶ H. H. Gerth e C. W. Mills, *From Max Weber*, p. 405.

tificação no decurso da discussão sobre *status* social que empreenderemos a partir de agora.

Devemos relembra que, quando discutíamos os sistemas de estado, mencionamos que os sociólogos, em nossos dias, fazem uso freqüente de termo "*status*" (sem nenhum adjetivo qualificativo) e que não lhe emprestam o mesmo sentido que o jurista lhe dá quando emprega o termo. O *status* legal é uma posição caracterizada por direitos e obrigações, capacidades ou incapacidades, publicamente reconhecidos que são relevantes para a posição e suas funções na sociedade. *Status*, como os sociólogos o entendem, é algo semelhante, mas é ampliado para incluir as características da posição que não são determinadas por meios legais. Abrange todo comportamento que a sociedade espera de uma pessoa na sua capacidade de ocupante da posição e, também, todo comportamento recíproco adequado dos outros para com ela. Ao afirmar isto, estamos, em verdade, descrevendo *status* em termo daquilo que muitos sociólogos denominam de seu "papel", isto é, seu aspecto dinâmico. E, de fato, é muito difícil conceber-se o *status* a não ser em termos de ação. Os direitos e obrigações do *status* legal são direitos e obrigações de fazer ou não fazer alguma coisa — são, na realidade, o comportamento legalmente sancionado. Quando ampliamos o conceito para além da esfera jurídica, a noção correspondente é aquela de comportamento socialmente esperado e/ou aprovado. Um pai, em sua capacidade como tal, é portador de certos direitos e obrigações legalmente reconhecidos com relação à sua família que constituem o *status* legal de pai, mas há, também, muitas outras formas de ação importantes para seu *status* que, embora não sejam prescritas legalmente, são socialmente esperadas. Mas *status* nesse sentido amplo, como *status* legal, não se relaciona necessariamente com estratificação. Somente quando se refere a uma posição na hierarquia social ou ao fato de pertencer a um estrato social, é que o denominamos "*status* social".

* Por *status* social, então, entendemos a posição geral de um indivíduo com relação aos outros membros da sociedade ou de algum setor dela. A expressão "geral" é inserida para indicar que nos referimos a algo mais globalizante do que uma posição especializada, como a de um especialista em alguma coisa, tal como mecânica de automóvel, embora tal especialidade possa contribuir de algum modo para o *status* social. Em segundo lugar, o *status* social, como a estratificação, traz consigo a idéia de superior e inferior. Se compararmos o *status* social de duas pessoas, perguntamos se são iguais ou desiguais e, caso desiguais, qual o mais alto e qual

o mais baixo. E, em tal comparação, nos preocupamos não somente com os fatos objetivos, tais como direito, renda ou educação, mas também com o modo pelo qual as duas pessoas se consideram, isto é, com atitudes recíprocas expressas por comportamento recíproco. As atitudes se originam de uma valoração ou avaliação de posições relativas que é alcançada pela avaliação ou julgamento dos fatos objetivos relevantes que são conhecidos ou podem ser observados. Os fatos relevantes podem ser denominados a evidência, os índices ou os símbolos do *status* social e, naquele sentido, seus determinantes. Constituem a causa imediata das atitudes e do comportamento resultante. Mas, além destes, há determinantes num sentido diferente, principalmente os fatores que determinam como esses fatos relevantes vêm a aparecer onde o fazem. Se a renda é um dos determinantes no primeiro sentido, então as forças que controlam a distribuição da renda o são no segundo sentido. Há, ainda, um terceiro nível que é o mais difícil de ser explorado. Talvez quiséssemos descobrir o que determina os valores que a sociedade atribui aos vários tipos de fato relevante. Os determinantes no primeiro sentido são os que mais nos interessam nesse artigo.

A referência à sociedade acarreta uma observação importante. O *status* social, como dissemos, é a localização ou posição na sociedade, e pode ser falso descrevê-lo em termos da relação entre dois indivíduos. Pois o *status* social descansa num julgamento coletivo ou, melhor ainda, num consenso de opinião no grupo. Ninguém pode por si mesmo conferir *status* social a alguém, e se a posição de um indivíduo fôsse avaliada de maneira diferente por cada um daqueles com quem o referido indivíduo interage, então não haveria absolutamente nenhum *status* social. Em outras palavras, o *status* social é a posição em função dos valores sociais correntes na sociedade. Tem, pode-se dizer, um caráter convencional. É uma posição que tem relevância para certas atitudes e formas de comportamento, não para todas. É tão difícil a ponto de ser quase impossível descrever quais são elas. Podemos, apenas, dar exemplos rudimentares. Um médico, por exemplo, pode tratar de todos os seus pacientes com o mesmo cuidado, a despeito das posições sociais deles sem convidar a todos indiscriminadamente para jantar. Ou, considerando a questão por outro ângulo, a avaliação da posição social não é a mesma da personalidade. Ambas influenciam as atitudes e comportamento recíprocos e é muito difícil separá-las. Poder-se-ia sugerir que a melhor indicação de *status* social, em sua forma pura e não diluída, é o julgamento preliminar e provisório da posição

social baseado na evidência dos "documentos" (tal como família, educação, renda, ocupação) e na impressão oriunda de um contato breve no qual se podem observar índices exteriores tais como o modo de falar e as maneiras. Com base nisto, pode-se reconhecer um indivíduo como representante de um determinado grupo ou classe social. É óbvio que somente em função desses fatores é que se pode falar do *status* social de um grupo como, por exemplo, dos professores. Mas um professor isolado pode, devido a sua personalidade e outros atributos não-característicos do grupo, obter um *status* social um tanto diferente numa comunidade em que seja bem conhecido. Pode-se chamar o primeiro "*status* social posicional" e o segundo, "*status* social pessoal".

Identificamos, então, três níveis diferentes. Primeiro, a posição social real determinada pelas atitudes e comportamento daqueles entre os quais o indivíduo vive e se movimenta — o *status* social pessoal. Segundo, a posição social atribuída pelos valores convencionais corrente na sociedade ao grupo ou categoria do qual o indivíduo é um representante — *status* social posicional. Terceiro, a posição no sistema de estratificação que é um aspecto da estrutura da sociedade — o qual fomos suficientemente precipitados para denominar um fato objetivo. Esses três níveis nos apresentam duas questões de inter-relação. Primeira, qual o grau de liberdade para o estabelecimento de um *status* social pessoal diferente daquele indicado pelo *status* social posicional? E, ao fazer esta pergunta, devemos ter em mente que, se o *status* social pessoal fôsse completamente independente, o *status* social posicional seria um conceito sem sentido. Este, deve-se admitir, é um problema da maior dificuldade e complexidade, e pouco mais podemos fazer do que chamar a atenção para o problema. Segunda, qual o grau de associação entre o *status* social posicional e o sistema de estratificação? Observar-se-á que essa questão, da maneira pela qual foi formulada, subentende que há um alto grau de associação, mas que pode haver uma certa medida de autonomia.

Não há necessidade de se perder muito tempo para classificar este caso no sistema de casta. Já foi sugerido que um sistema tão penetrante, poderoso e rígido não pode deixar dúvida quanto ao princípio de estratificação. "Em qualquer parte da Índia", afirma um intelectual hindu, "há um esquema definido de precedência social entre as castas, com os brâmanes ocupando o ápice da hierarquia".⁷ "Precedência social"

⁷ G. S. Churye, *Caste and Race in India*, p. 6.

significa nada mais do que "status social". Quanto ao profundo condicionamento da vida dos indivíduos pela casta, eis o que uma autoridade tem a dizer: "Do ponto de vista do membro de uma casta, o sistema lhe dá um meio social fixo do qual nem a riqueza nem a pobreza, nem o sucesso nem o desastre pode removê-lo... Ele é dotado dessa maneira com um corpo permanente de associações que controla quase todos os seus contatos e comportamento".⁸ Podemos concluir que, para todos os fins, o status social é um mero reflexo do fato de ser membro de uma casta, exceto, talvez, pelas distinções de status social pessoal num grupo de casta local.

O sistema de estado merece mais atenção, em parte pelo seu interesse intrínseco e, em parte, porque certos traços do referido sistema persistiram na era da classe. Já foi assinalado que os direitos de estado, no sentido rigorosamente legal, possuíam uma significância limitada e que as linhas traçadas através de uma sociedade pelas diferenças de estado eram, em geral, poucas, de modo que cada estado constituía um enorme grupo de uma subdivisão. Três desenvolvimentos exigem nossa atenção.

Em primeiro lugar, quando um estado se encontrava firmemente enraizado, os direitos legais eram ampliados por uma série de privilégios tão fortemente arraigados no costume social a ponto de terem força de lei ou, pode-se dizer, de serem oficiais, e não de caráter meramente convencional. O status social estava intimamente associado com o status de estado. O prestígio de um nobre alemão, por exemplo, era, em todos os aspectos, tão imutável quanto seus direitos legais. Em segundo lugar, verificamos que havia a subdivisão dos estados mesmos em subestados baseada não estritamente em direitos legais distintos, mas na posição oficial. Neste caso, poderíamos citar, como exemplo, a divisão, na França do século XVII, entre as antigas famílias nobres de cavalheiros, a *noblesse de l'épée*, os ingressantes recentes à nobreza através do cargo, a *noblesse de la robe*, e a subdivisão da última em *grande*, *moyenne* e *petite robe*.⁹ Finalmente, achamos, também na França, distinções dentro do Terceiro Estado que revelam aquilo que pode ser melhor descrito como grupos culturais. A *bourgeoisie* urbana continha não apenas oligarquias de cargo, mas também estratos unidos por uma posição econômica comum, ou seja, aquela do comércio em oposição ao trabalho manual (poderíamos chamar isto de uma classe den-

⁸ Hutton, *op. cit.*, p. 97.

⁹ C. Normand, *La Bourgeoisie française au XVII^e siècle*.

tro de um estado) e também por uma cultura conscientemente cultivada que, em alguns casos mas não em todos, resultava numa imitação ridícula da cultura da aristocracia. Tais grupos lutaram para criar um status social baseado não inteiramente em estado ou classe, mas assentado em julgamentos de valor que esperavam que se tornassem parte das convenções da sociedade.¹⁰

Mas o melhor exemplo vem da Inglaterra, um país no qual os traços do sistema de estado não foram tão acentuados quanto os do continente europeu. Como o Professor Namier disse do sistema de classes na Inglaterra: "As classes são mais acentuadas na Inglaterra porque não há nenhum teste para elas com exceção do resultado final, incontestável; e há mais conduta *snoob* do que em qualquer outro país porque qualquer um pode atravessar o portão que permanece, no entanto, para aqueles que desejam atravessá-lo, um portão misterioso, inspirador da contemplação do sublime".¹¹ O "resultado final, incontestável" é a aceitação ou rejeição pela estima comum do grupo. É "misterioso" porque não é regido por regras, não está sujeito a seguir o modelo de qualquer outro sistema de status oficial ou objetivo e não pode, portanto, ser condenado por pronunciar um veredicto falso. O status social é julgado em termos de status social apenas.

A ilustração mais perfeita é a figura tipicamente inglesa do cavalheiro. Não há, neste caso, nenhuma base de status político-legal; não há direitos peculiares sustentados por lei, nenhum título, nenhum cargo — nada a não ser o "resultado final, incontestável" de um número de fatores. A palavra "cavalheiro" e seus derivados tiveram, em algum tempo, um certo ar de estado porque se referiam àqueles autorizados a portar armas. Mas "cavalheiro" também denotava um modo de viver associado com as idéias do cavalheirismo. Na época pós-feudal, a "gentry" formava um grupo abaixo da nobreza, mas acima ou, ao menos, diferente da *bourgeoisie*, mas a palavra "cavalheiro" podia ser aplicado à nobreza e "gentry" combinadas. E este setor da população nunca chegara a constituir um estado. Continha o todo do estado superior e uma parte do médio. Nem poderia ser inteiramente identificado com uma classe, pois continha os proprietários rurais, grandes e pequenos, os membros das profissões tradicionais e alguns membros selecionados da comunidade empresarial. O surpre-

¹⁰ J. Aynard, *La Bourgeoisie française*, capítulos 8 e 9.

¹¹ L. B. Namier, *England in the Age of the American Revolution*, p. 15.

endente é não tanto que esse *status* social particular fôsse tão autônomo e não rigidamente associado a qualquer sistema de estratificação, mas que sua avaliação fôsse tão definitiva e não deixasse dúvida que os cavalheiros formavam um grupo ou uma classe social cujos membros gozavam, num sentido real, de igualdade de *status* social, embora desigualdades importantes se sobrepusessem à igualdade fundamental. Na Inglaterra do século XIX, podia-se, após ouvir uma longa descrição de um homem, perguntar: "Sim, mas é ele um cavalheiro?" e esperar, e receber, a resposta sim ou não. O mesmo se aplicava ao título de "dama" como pode ser visto na descrição que Trollope faz da Sr.^a Dale, a viúva empobrecida cujo avô tinha sido quase que "um zé-ninguém".

Que ela era uma dama, por fora e por dentro, da cabeça aos pés, na razão, coração e mente, uma dama pela educação e uma dama por natureza, uma dama também por nascimento, a despeito daquela deficiência com respeito a seu avô, afirmo como um fato — *meo periculo*. E o cavalheiro, embora não tivesse nenhum amor especial por ela, tinha reconhecido isto e, sob todos os aspectos, a tratava como igual a ele.¹²

Os fatores que figuravam como determinantes desse *status* social do cavalheiro são fáceis de serem reconhecidos, sendo considerados "determinantes" por denotar aqueles atributos cuja presença acarretou o reconhecimento do *status*. Os atributos necessários mais óbvios eram nascimento e cultura. Os dois eram facilmente reconciliados como critérios enquanto se pudesse sustentar que o segundo era transmitido pelo primeiro. A transmissão podia-se dar por hereditariedade biológica ou influência de família, e há indícios de que ambos eram merecedores de fé. Mas o nascimento e a atmosfera de família não eram suficientes. Deviam ser reforçados pela educação. O autor do século XVII de *The Gentleman's Calling* chegou a ponto de afirmar que as mentes humanas são, por natureza, do mesmo barro; a educação é "o ceramista que as modela em repositórios de honra ou desonra".¹³ Trata-se de um ponto de vista extremo. Mais típico, provavelmente, é aquele expresso na cena inicial de *As You Like It*. Orlando está denunciando o tratamento que tem recebido de seu irmão mais velho. Inicialmente, reivindica igualdade por nascimento e sangue:

¹² A. Trollope, *The Small House at Allington*, capítulo 3.

¹³ R. B. Schlatter, *The Social Ideas of Religious Leaders, 1860-1868*, p. 50.

"Tenho tanto de meu pai em mim quanto você". Então, diz ele: "Meu pai o encarregou, em seu testamento, de dar-me uma boa educação: você me tem educado como um camponês, obscurecendo e escondendo de mim tôdas as qualidades dignas de um cavalheiro". Um cavalheiro era reconhecido, então, por sua família e sua educação com essa diferença — que uma "boa" família contava, mesmo se sua influência não fôsse manifesta no seu produto, mas a educação (antes das universidades e escolas se tornarem um campo para exibicionismo competitivo) era avaliada por seus resultados. A estes, devemos acrescentar dinheiro bastante para levar a vida de cavalheiro e ter uma ocupação compatível com o *ethos* daquela vida ou absolutamente nenhuma ocupação.

Neste ponto, surge uma questão de alguma importância geral. Podia-se dizer que, no caso do cavalheiro, o nascimento determinava o *status* social, e o *status* social, por sua vez, determinava a cultura; criava um direito à cultura adequada e era, normalmente, acompanhado dos meios para obtê-la. Mas havia exceções a essa correlação perfeita entre nascimento e o modo de vida apropriado. Surge, então, a pergunta: Poderá ocorrer o processo inverso? Pode o modo de vida, adotado sem a vantagem do nascimento, determinar o *status* social? Esta questão tem sido debatida na Inglaterra por, pelo menos, quatro séculos. O "x" do problema, entretanto, não se limita a se a simples resposta deveria ser sim ou não — sem dúvida, deve ser sim. A discussão gira em torno do tempo necessário para completar uma mudança de *status* por esses meios — se em uma, duas ou três gerações — e o grau de assimilação cultural necessário para confirmá-lo. Houve uma onda de protestos contra a mobilidade vertical de muitos e sua imediata aceitação na boa sociedade na Inglaterra elisabetiana, como demonstra esta passagem bem conhecida de Sir Thomas Smith:

Quanto aos cavalheiros, estes há aos montes na Inglaterra. Pois quem quer que estude as leis do reino, quem frequente as universidades, quem professe as Ciências Liberais e, em resumo, quem possa viver folgadoamente e sem trabalho manual e quem mantenha o porte e a aparência de um cavalheiro... este será considerado um cavalheiro.¹⁴

A sátira é a arma favorita de uma aristocracia incapaz de conter a invasão daqueles de classe inferior, e ataques satíricos ao *bourgeois gentilhomme* são encontrados na Ingla-

¹⁴ Ver A. L. Rowse, *The England of Elizabeth*, capítulo 8.

terra bem como na França. As palavras iniciais de Sogliardo, o *nouveau riche* na obra *Every Man Out of His Humour* de Ben Jonson são: "Não olhe aqui, Carlo; êste é o meu estado de espírito de agora. Tenho terra e dinheiro, meus amigos me deixaram bem e serei um cavalheiro a despeito de qualquer custo". Mais sutil, talvez, apesar de sua aparente rudeza, é o ataque de Shakespeare em *The Winter's Tale* que parece dirigir-se tanto à ambição cômica quanto ao exagerado orgulho do berço. O pastor, que adotou Perdita, e o palhaço, seu filho, foram homenageados por seus serviços e saudados como "irmão" pelo rei e seu filho: êles se encontram com Autolycus:

Palhaço: Vós vos negastes a lutar comigo no outro dia porque eu não era um cavalheiro de nascimento... menti para mim e experimentarai se não sou agora um cavalheiro de nascimento.

Autolycus: Eu sei que agora sois, senhor, um cavalheiro de nascimento.

Palhaço: Fui e tenho sido em qualquer tempo nessas quatro horas.

Observemos o teste do *status* de cavalheiro — o direito de se vangloriar de um insulto. O tema se estende ao século XIX e até mesmo ao século atual, como se pode perceber através das fortunas e do destino do personagem criado por Meredith — Evan Harrington, o culto filho de um alfaiate — e das páginas de *Punch* que nos fazem rir com os solecismos dos novos-ricos no campo da caça e com o lamento sobre os gestos grotescos do aproveitador de guerra em seu castelo escocês. O tom oscila entre o cômico ou hilariante e o rancor à medida que as defesas da aristocracia cedem ao invasor.

Esse fenômeno peculiar sobreviveu no sistema de classes da Inglaterra de nossos dias, e o cavalheiro inglês é, muitas vezes, o objeto da atenção curiosa dos estrangeiros. Ele é o símbolo da consciência de classe e do esnobismo do inglês. Mas isso não é tudo. Um grupo de *status* social semelhante se formou no nível logo abaixo do cavalheiro, a classe média inferior, com seus casacos prêtos e colarinhos brancos, mansões suburbanas, círculos sociais fechados e clubes elegantes. Há os que poderiam ser tentados a considerar êsse fenômeno como resultado da imitação, não fôsse o fato de que algo muito semelhante parece ter ocorrido nos Estados Unidos, onde o cavalheiro nunca existiu. Num certo tempo, a preocupação com *status* social como algo distinto, embora não independente, da posição na hierarquia de estado ou classe foi considerada como peculiarmente inglesa. Mas, hoje, êsse conceito

é amplamente empregado em pesquisas sociológicas na América, e é em alguns dos países escandinavos, ao invés de nos Estados Unidos, que se encontrarão aqueles que olham com surpresa para a idéia inglesa segundo a qual o *status* social seria um anacronismo singular. O Professor Geiger, que recentemente estudou estratificação numa cidade holandesa, sustentou que a preocupação com hierarquia e prestígio era "um vestígio ideológico da sociedade de estados e adequado a uma sociedade de classes apenas na medida em que esta continue a manifestar resíduos de estado".¹⁵ Isso se pode aplicar à Inglaterra, mas não aos Estados Unidos.

O exame da fase inicial da sociedade capitalista na América, a idade de ouro dos *entrepreneurs* independentes, aqueles inflexíveis individualistas que deram origem à atual "classe média tradicional", pode levar-nos à solução do problema. No último quarto do século XIX, êles constituíam cerca de um terço da população ativa, mas possuíam um valor simbólico desproporcional à sua percentagem na população ativa. O *entrepreneur* independente era o tipo ideal do cidadão americano numa economia capitalista de livre empresa, tendo uma posição à qual todo cidadão aspirava e que, segundo a crença, todo cidadão que fizesse por merecer podia alcançar. Esse quadro idealista de um mundo aberto ao talento e à capacidade se apoiava na crença na igualdade social fundamental em acentuada oposição ao *ethos* do esnobismo de casta, estado ou classe. E as relações sociais se conformavam com essa crença e seus valores e normas. As únicas diferenças significativas eram aquelas mensuradas pelo sucesso e o fato simples, óbvio e incontroverso da riqueza. Não havia lugar, em tal sociedade, para um conjunto de valores sociais independentes e autônomos afirmar-se. A desigualdade econômica era aceita pelo que valia — não por mais; não continha nenhum significado místico no sentido de fazer com que pobres e ricos aparecessem como espécies diferentes da humanidade.

Mas a situação mudou. A proporção de *entrepreneurs* independentes diminuiu, as oportunidades de alcançar a independência, ainda mais de conservá-la, decresceram, e as fortunas daqueles que pertenciam a êsse setor da economia foram, cada vez mais, controladas pelo poder e políticas dos grandes capitalistas e sindicatos. Mas o ideal persistiu, débil mas ainda vivo, e se diz que, em nossos dias, o *entrepreneur* independente "se tornou o homem através do qual a ideologia do capitalismo

¹⁵ J. Floud, "Social Stratification in Denmark", em *The British Journal of Sociology*, junho de 1952, p. 174.

utópico é, ainda, ativamente transmitida a muitos de nossos contemporâneos".¹⁶ Nesse ínterim, houve um crescimento constante da "nova classe média", composta principalmente pelos profissionais liberais de menor categoria e assalariados que ocupavam uma posição média permanente na hierarquia capitalista. E nos quadros dessa classe que se verifica a evidência mais nítida de preocupação com *status* social semelhante àquela que, por muito tempo, tinha sido típica da Inglaterra.

Um estudo cuidadoso desses dois quadros, o inglês e o norte-americano, conduz à conclusão aparentemente paradoxal de que a preocupação com *status* social pode ser estimulada tanto pela fluidez quanto pela rigidez no sistema social. Quando um setor da sociedade é ameaçado de invasão por indivíduos situados abaixo dele, como os cavalheiros ingleses o foram em graus diversos a partir do século XVI, protege-se a si mesmo pela edificação de barreiras à custa daqueles atributos e símbolos representativos de diferenças sociais que são os mais difíceis de se adquirir. Gastos excessivos podem ser imitados por aqueles que enriquecem rápido, mas boas maneiras, o sotaque correto e o "o nó de gravata típico da boa escola" são mistérios esotéricos e monopólios guardados cuidadosamente. E foi no século XIX que esses símbolos assumiram sua maior importância na sociedade inglesa. Da mesma maneira, aqueles que foram bem sucedidos em sua ascensão tentam, pelos mesmos meios, proclamar e consolidar sua posição, ao passo que os que foram em parte bem sucedidos podem criar métodos comparáveis de identificar a "casa do meio da subida" que conseguiram alcançar.

Mas, nos Estados Unidos, se sente, em geral, que a estrutura social se enrijeceu e que a consciência de *status* nos escalões médios se origina de um sentimento de frustração. O caminho para cima foi bloqueado, isto é, o caminho que conduz de uma posição no sistema econômico a outra bem diferente (e. g., de trabalhador a gerente) e, também, o caminho que leva à riqueza. Pode-se, por conseguinte, atribuir importância exagerada àquelas mudanças e distinções insignificantes que ainda são possíveis dentro do mesmo estrato da estrutura econômica — tal como a mudança que traz o escriturário para a órbita do supervisor ou a vendedora em contato com clientes de classe mais alta. Assim, a fluidez e a rigidez podem oferecer, neste aspecto, o mesmo resultado. Podem, também, coexistir na mesma estrutura social — como,

¹⁶ C. Wright Mills, *White Collar*, p. 34.

em verdade, ocorre na sociedade contemporânea. A oportunidade para ascender a um nível diferente daquele de nascimento se concentra principalmente nos anos de educação e treinamento. É nesta época que todos os possuidores de ambição média encontram sua oportunidade, e é por este processo que conseguem penetrar nas camadas médias e superiores com consciência de *status*. Mas logo após, uma vez que se achou o ponto inicial da vida pública fora do lar e da escola, o caminho normal está claramente delineado, e o seu término é visível não muito longe. Um cético poderia ressaltar que o homem moderno, tendo lutado durante a infância e juventude pelas realidades da vida, passa a lutar pelas sombras e símbolos que atingiu os anos da prudência e do bom senso. Mas isto seria exagerar o papel da consciência de *status* na sociedade de nossos dias.

Um grande número de estudos foram realizados recentemente, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, numa tentativa de se determinar o papel da consciência de *status* e o que o homem contemporâneo entende por classe social. Os resultados, até o momento, não são muito conclusivos, em parte porque os investigadores nem sempre estavam bem seguros do que estavam pesquisando. Com o fim de evitar mal-entendido, uma distinção foi feita entre o "*status* subjetivo", ou o *status* de um indivíduo avaliando por si mesmo, e o "*status* atribuído", ou o *status* de um indivíduo em função da avaliação por outros.¹⁷ Mas "*status* subjetivo" é um termo infeliz. Em seu sentido original, *status* é algo que nenhum indivíduo pode arrogar-se a si mesmo; é sempre "atribuído" pela sociedade da qual faz parte. Não há dúvida de que a estimativa que um indivíduo faz de sua própria posição é um fato social importante que condicionará suas opiniões e seu comportamento, mas o uso da palavra "*status*" para descrevê-lo gera confusão. Quando as pessoas são interrogadas a respeito de "*status* subjetivo", torna-se difícil interpretar as respostas. Algumas delas podem exprimir o que acreditam que seja seu valor próprio último e absoluto, avaliado por algum padrão pessoal próprio; outras podem descrever a posição que supõem que deveriam ter, avaliada pelos padrões correntes em sua sociedade; outras podem responder que acham que é a posição que ocupam aos olhos dos outros — podem expressar, por assim dizer, o ponto de vista subjetivo

¹⁷ H. H. Hyman, "The Psychology of Status," *Archives of Psychology*, n.º 269, 1942.

do que é o *status* atribuído. É totalmente impossível separar esses elementos nas respostas.

Isso pode ser ilustrado por dois exemplos. O primeiro, bem conhecido, se refere à autonegação para um grupo ou classe. Em duas pesquisas de opinião realizadas nos Estados Unidos em 1939 e 1940, nas quais se solicitava às pessoas que se atribuíssem a classe alta, média ou baixa, 88 e 79%¹⁸ escolheram a classe média. Mas numa pesquisa posterior em 1945, que oferecia a "classe trabalhadora" como uma opção adicional, a percentagem de classe média caiu para 43 e numa pesquisa de controle, no ano seguinte, para 36.¹⁹ Aconteceu assim que as entrevistas para essa pesquisa de opinião estavam sendo realizadas à época das eleições gerais na Inglaterra, e as notícias da vitória do Partido Trabalhista eclodiram no dia 26 de julho. As percentagens daqueles que escolheram as classes baixa e trabalhadora flutuaram de acordo com a data da entrevista como segue:

Antes de 26 de julho: 51%

No dia 26 de julho: 67%

Depois de 26 de julho: 54%.²⁰

Esses dados fazem supor que para algumas pessoas o "*status* subjetivo" é uma questão de simpatia ou previsão política, e a simpatia delas pela classe trabalhadora foi despertada ou fortalecida pela vitória do Partido Trabalhista. E, de fato, quando as pessoas eram interrogadas sobre qual era, além da ocupação, o fator mais importante na atribuição de um indivíduo a uma determinada classe social — família, renda, educação ou crenças e atitudes — 47,4% escolheram "crenças e atitudes" e somente 39,4% educação, com os outros fatores obtendo percentagens ainda menores.²¹ Mas isto pode significar um sem-número de coisas diversas. Se um filho socialista de uma família de profissionais liberais escolhe a classe trabalhadora, ele nos dirá muito pouco a respeito de seu *status* social, quer subjetivo, quer atribuído.

O segundo exemplo se encontra no estudo de H. H. Hyman. Hyman definiu *status* como sendo "a posição do indivíduo em relação a outros indivíduos", e ele empregou o

¹⁸ Com referência a esta e outras investigações semelhantes, ver G. D. H. Cole, "The Conception of the Middle Class", em *The British Journal of Sociology*, dezembro de 1950, p. 276.

¹⁹ R. Centers, *The Psychology of Social Class*, p. 77.

²⁰ *ibid.*, p. 139.

²¹ *ibid.*, p. 91.

térmo de posições em várias "dimensões", isto é, relacionado a vários atributos ou atividades diferentes — tais como intelecto, cultura, atletismo, posição social, aparência pessoal etc. Hyman pediu que seus informantes avaliassem a si próprios numa escala de prestígio em relação a essas dimensões, e Hyman naturalmente verificou que eles usavam escalas diferentes ou derivavam seus padrões de diferentes "grupos de referência". O "*status* subjetivo" de um indivíduo como atleta podia apoiar-se numa comparação com o clube da vila e o de outro, com os heróis do atletismo (isto, é lógico, não é um exemplo real). Verificou-se que a prática mais comum consistia em avaliar o *status* tomando os amigos como referência, e padrões derivados da população total eram empregados num menor número de vezes. Mas quando o eram, eram mais válidos em testes repetidos do que a avaliação com relação a amigos. Isto pode indicar que a avaliação tomando a estrutura social total como referência é menos pessoal, em verdade menos "subjetiva" no verdadeiro sentido da palavra, e introduz o fator da estimativa comum ou, em outras palavras, de *status* atribuído. O caso extremo da avaliação pessoal residiu na mulher que "descreve seu *status* em comparação com ela mesma. Tem sua idéia própria de onde deveria estar e pergunta a si mesma se está indo tão bem quanto pode". Todo o estudo, embora apenas explanatório, é da maior utilidade e muito esclarecedor.

Poder-se-ia supor que as idiosincrasias do julgamento pessoal diminuiriam ou mesmo desapareceriam quando, ao se pedir aos indivíduos que escolhessem um determinado grupo social ao qual supostamente pertenciam, lhes dássemos um padrão externo e independente que servisse de referência para suas avaliações. Poderíamos ir além e sugerir que o primeiro exemplo mencionado acima sustenta este ponto de vista. Quando se introduziu o termo "classe trabalhadora" na questão, a distribuição de classe autodeterminada correspondeu num grau elevado ao que se poderia esperar com base na premissa de que classe social está ao menos relacionada com ocupação e renda, mesmo que não exatamente determinada por essas variáveis. Em outras palavras, se as perguntas fazem sentido, as pessoas responderão de maneira lógica. Infelizmente, este quadro não se verifica em outras partes da investigação. Pediram aos componentes da amostra que classificassem ocupações por classe social. Verificou-se que apenas um pouco mais da metade (53%) dos auto-apontados membros da classe média afirmaram que empregados de escritório pertenciam à classe média, ao passo que aproximadamente metade dos auto-apontados membros da classe trabalhadora ale-

garam que eles faziam parte da classe trabalhadora.²² E, devemos ressaltar, "empregado de escritório", neste contexto, excluía os executivos das grandes emprêsas, gerentes de lojas e fábricas, e pequenos comerciantes; era praticamente equivalente ao "white collar", um grupo ocupacional que, segundo se supunha, é mais inequivocamente classe média do que qualquer outro.

Há dois modos de se estudar o *status* atribuído por meio de perguntas. Um consiste em pedir a indivíduos para classificar pessoas que conhecem pessoalmente. Este método tem sido empregado da maneira mais detalhada e elaborada por Lloyd Warner e seus colaboradores.²³ A objeção a esse método é que cada informante conhece somente um círculo limitado, e não conhece igualmente bem todos aqueles que fazem parte do círculo. A informação não possui valor uniforme e pode ser afetada por simpatias e antipatias pessoais e julgamentos de moral. Tem-se criticado Lloyd Warner pela confiança indevida que coloca na informação a qual pode ser inconstante ou atípica e, também, pelo modo arbitrário pelo qual converteu uma multidão de avaliações individuais num padrão de seis classes sociais distintas.²⁴

O segundo método, o qual tem sido muito mais empregado, consiste em pedir aos informantes que avaliem o *status* social de certos grupos ou tipos de pessoas nitidamente definidos como, por exemplo, ocupações. Um grande número de estudos sobre prestígio ocupacional foi realizado recentemente.²⁵ Os resultados mostram que, quando se seleciona uma grande variedade de ocupações para serem classificadas, há um alto grau de consistência e uniformidade nas respostas. Isto significa que os resultados não variam muito de uma investigação para outra e que o escalonamento é essencialmente o mesmo, quer os informantes sejam homens ou mulheres, velhos ou jovens, membros dos estratos altos ou baixos da sociedade. Mas também se observa que há um maior acôrdo sobre as ocupações situadas nas duas extremidades da escala do que sobre aquelas localizadas no meio da referida escala, e que o acôrdo em termos de opinião média esconde uma boa dose de discordância individual. Isso é exatamente o que deveria-

²² *op. cit.*, pp. 82-3.

²³ Ver seu livro *Social Class in America*.

²⁴ S. M. Lipset e R. Bendix, "Social Status and Social Structure", *The British Journal of Sociology*, junho-de 1951.

²⁵ Para um exame desse tipo de estudo ver A. F. Davies, "Prestige of Occupations", *The British Journal of Sociology*, junho de 1952.

mos esperar. Há um julgamento social genuíno, ou estimativa comum, da relação superficial entre ocupações e estratificação social, mas o consenso de opinião desaparece quando tentamos efetuar comparações detalhadas. Isso é, algumas vezes, devido à ignorância das informantes sobre a natureza de algumas das ocupações que fazem parte da lista. Em outros casos, a causa pode ser justamente o contrário. A avaliação feita por um indivíduo de ocupações intimamente associadas com a sua própria pode ser influenciada por lealdades ou rivalidades pessoais. Numa investigação, por exemplo, na qual se pedia a estudantes de Medicina, Direito e Engenharia que classifikassem 20 profissões e ocupações auxiliares, cada grupo colocou sua própria profissão no alto da escala e, enquanto os estudantes de Medicina colocavam a enfermeira em quinto lugar, os de Direito lhe atribuíam o décimo nono.²⁶

O peso da evidência demonstra que a ocupação é, em geral, considerada como um índice de *status* social, provavelmente o mais importante, embora não infalível. A discordância, a que nos referimos acima, entre a atribuição de uma classe social aos empregados de escritório não implica necessariamente um desacôrdo quanto à posição deles numa escala de *status* social. Isso foi provavelmente devido a diferenças de opinião quanto aos pontos nessa escala nos quais traçar as linhas divisórias entre as classes sociais. Mas não se pode estabelecer um escalonamento ocupacional pelo simples reconhecimento de fatos objetivos como no caso do escalonamento por renda. Deve haver um julgamento de valor, e este se apóia nos valores convencionais correntes na sociedade. Em sociedades que apresentam ocupações muito semelhantes, mas ideologias diferentes, o escalonamento diferirá. Isto foi o que mostrou um estudo modesto realizado na Rússia em 1927. Havia três grupos de informantes — crianças mais novas, crianças mais velhas e trabalhadores na indústria têxtil. Todos colocaram os ministros religiosos próximo ao último lugar com os banqueiros e empresários; a lição negativa fôra bem assimilada. Mas o limpador de rua se situava também próximo do último lugar, o que insinua uma sobrevivência da ideologia *bourgeois*. Mas o mais notável foi o desacôrdo no que toca às posições do alto da escala. As crianças mais novas colocaram o trabalhador agrícola em primeiro lugar seguido pelo aviador e membro do Executivo Central; mas as crianças mais velhas

²⁶ W. Coutu, "The Relative Prestige of Twenty Professions as judged by Three Groups of Professional Students", *Social Forces*, Vol. XIV, maio de 1936.

deram o primeiro lugar a este último e o quinto ao trabalhador agrícola. Os trabalhadores têxteis situaram os mecânicos e engenheiros bem alto, o membro do Executivo Central em décimo e o trabalhador agrícola em décimo sétimo. Pareceria que, por volta de 1927, a revolução de idéias ainda não estava acabada e a estimativa comum se encontrava num estado de fluxo.²⁷

Entretanto, mesmo na avaliação de ocupações há lugar para a expressão de idiosincrasias pessoais. Isso se torna particularmente óbvio quando as questões são colocadas em termos que parecem exigir quase que um julgamento moral. Encontramos, algumas vezes, na introdução ao questionário frases como as seguintes: tendemos a "prestigiar" certas ocupações e a "subestimar" outras: podemos até "ter vergonha ou orgulho de nossos parentes por causa da ocupação deles", e assim por diante. Na investigação entre os estudantes de profissões liberais mencionada acima, todos os informantes colocaram o osteopata num dos últimos lugares presumivelmente porque esta profissão não era considerada como liberal. Utiliza-se, algumas vezes, outro tipo de investigação que oferece uma acentuada probabilidade de se revelarem sentimentos pessoais. Tenta medir a "distância social" através de perguntas pelas quais os informantes classificam certos tipos ocupacionais como habilitados à admissão ao casamento, clube, rua, igreja, país (como cidadão), país (como visitante). Numa dessas pesquisas de opinião, verificou-se que estudantes que se preparavam para serem professores ou ministros religiosos classificaram atores de cinema, artistas de "vaudeville" e músicos de jazz nos últimos lugares, ao passo que estudantes de Comércio e Odontologia lhes deram uma avaliação alta porque eles "proporcionam animação à vida".²⁸ Numa investigação semelhante realizada entre 861 estudantes, a maior soma de pontos com respeito à preferência para casamento (obtida pelo professor) foi 691, seguida pela do médico com 647, enquanto doze estudantes votavam pela expulsão dos ministros religiosos do país.²⁹ Em tais casos, parece haver alguma mistura ou confusão dos dois conceitos de *status* social posicional (o *status* atribuído à ocupação pela sociedade) e *status* social

pessoal (o *status* atribuído a representantes típicos da ocupação por informantes individuais). Os efeitos dessa confusão de conceitos são ressaltados por outro investigador que afirma o seguinte a respeito do *status* de professores nos Estados Unidos: "Por um lado, o professor representa um grupo bem acima do cidadão médio em inteligência, cultura e conduta socialmente desejável... Junto com isso, entretanto, segue uma reputação de incompetência econômica, futilidade pessoal e inadequação aos afazeres da comunidade".³⁰

A renda constitui o segundo teste objetivo óbvio de posição social. Há, sem dúvida, um grau de correspondência entre renda e ocupação pois o prestígio de uma ocupação depende, até certo ponto, da renda que ela produz. Mas a correspondência não é exata. A análise feita pelo Professor Hadley Cantril dos resultados de uma investigação realizada pelo *Office of Public Opinion Research*³¹ esclarece essa questão em alguns pontos. Os informantes deviam responder a que grupo de renda e classe social eles supunham que pertenciam. Verifica-se que 15,4% acham que pertencem à classe social alta ou média-superior, mas apenas 8,3% ao grupo de renda alto ou médio-superior, e que 50,6% se classificam no grupo de renda baixo ou médio-inferior, mas somente 18,8% na classe social baixa ou média-inferior. O Professor Cantril faz o seguinte comentário:

Quanto mais alta a classe social, tanto maior é a probabilidade de se basear em critérios não-econômicos... As pessoas da classe social baixa nela se encontram em grande parte porque são pobres com tudo o que a pobreza acarreta, ao passo que pessoas que supõem que estão situadas na classe social alta não estão necessariamente lá porque acham que são ricas.

Podemos resumir os resultados de outro modo dizendo que 54,3% avaliaram classe social e grupo de renda no mesmo nível, 42,5% julgaram classe social mais importante que grupo de renda e apenas 3,2% consideraram que a classe social está abaixo do grupo de renda.

Neste ponto, torna-se necessária uma tentativa de resumir as conclusões alcançadas por este estudo. Trata-se de uma tarefa difícil porque a situação está repleta de confusão e con-

²⁷ Jerome Lavis, "Testing the Social Attitudes of Children in the Government Schools of Russia", *American Journal of Sociology*, Vol. XXXII, maio de 1927.

²⁸ E. S. Bogardus: "Occupational Distance", *Sociology and Social Research*, Vol. XIII, 1928.

²⁹ Forrest Wilkinson, "Social Distance between Occupations", *Sociology and Social Research*, Vol. XIII, 1929.

³⁰ George W. Hartmann, "The Prestige of Occupations", *The Personnel Journal*, Vol. XIII, 1934-5.

³¹ "Identification with Social and Economic Class", *Journal of Abnormal and Social Psychology*, Vol. 38, 1943.

tradição, e não é regida por nenhum princípio claro e irrefutável.

Na sociedade ocidental contemporânea, o *status* social se relaciona com o padrão amplo de estratificação, o que quer dizer com a estrutura de classe no sentido técnico descrito acima. Os elementos dominantes na estrutura de classes são: renda, ocupação (ou função) e poder, entendendo-se que "poder" inclui não apenas o domínio sobre a vida de outras pessoas, mas também o domínio sobre a própria vida, isto é, independência. Mas o *status* social não está rigidamente associado à estrutura de classes. Anomalias freqüentes ocorrem, e há espaço para muita diferenciação de *status* social em cada estrato econômico amplo. O *status* social possui uma medida de autonomia, e esta constitui a razão pela qual é, em nossos dias, um assunto que desperta um interesse intenso, tanto da parte dos cientistas sociais quanto da do público em geral.

Essa autonomia deriva do fato de que o *status* social é, em essência, um conceito cultural, de modo que um grupo de *status* social pode ser considerado como um subgrupo cultural nacional total. Os três fatores mais importantes que contribuem para a formação de grupos de *status* social são a influência da família, a educação formal e a qualidade cultural de uma ocupação considerada como um modo de vida. Mas a autonomia é apenas parcial, pois a cultura depende, em grande parte, dos recursos materiais disponíveis, ao passo que a qualidade cultural de uma ocupação constitui um aspecto de seu papel na estrutura de classes da sociedade.

Devido à parte desempenhada pela influência da família e pela influência do círculo ao qual a família dá acesso, há um elemento hereditário no *status* social. E esse elemento é particularmente poderoso porque a influência da família começa no nascimento e aquilo que não foi obtido desse modo só o será com muita dificuldade, se é que o será, mais tarde na vida. Portanto, a filiação paterna continua a ser um determinante importante do *status* social.

O papel da educação tem sofrido grandes mudanças no decurso da história. Há duas maneiras de aferir o valor social da educação — primeiro, pelos resultados reais, isto é, as habilidades e os conhecimentos adquiridos, e, segundo, pelo valor simbólico das instituições onde se adquiriu a educação. Na Inglaterra medieval, a educação era avaliada essencialmente por seus resultados. O homem que sabia ler e escrever era avaliado pelos serviços que podia prestar e tomava seu lugar na estrutura social na Igreja, na administração ou, posterior-

mente, nas outras profissões. E, enquanto a estrutura do sistema de estado sobreviveu, ele não contestou seriamente a posição daqueles de cima. Mas no século XVIII e, ainda mais, no XIX, quando as posições do topo da hierarquia já não mais eram asseguradas por direitos legais, mas dependiam do privilégio social, e quando o homem educado das classes médias podia contestar a supremacia das classes mais altas, deu-se uma nova ênfase à significância social de determinados centros de educação, os quais foram convertidos pela aristocracia em recintos fechados de sua propriedade, frustrando, assim, a finalidade para a qual foram fundados. Bastava que se tivesse freqüentado uma das melhores escolas e universidades, não importando quão pouco se tivesse aproveitado da instrução dada por elas. Dêsse modo, o "valor-snob" das universidades e escolas públicas funcionou como uma defesa poderosa de um precário *status* social. Com o movimento em favor da oportunidade educacional para todos (uma meta que, de maneira alguma, ainda não foi atingida), a posição se alterou novamente. Uma vez mais eram os resultados que importavam, a aprovação nos exames e diplomas conquistados. Mas, na medida em que o material humano é efetivamente selecionado de acordo com suas habilidades naturais e na medida em que essas habilidades são desenvolvidas de maneira adequada em instituições especializadas, os resultados obtidos deveriam correlacionar estreitamente com as escolas e outras instituições de educação que foram freqüentadas. Se, em tais circunstâncias, classificarmos os indivíduos como do nível da "escola secundária", "escola primária", "escola técnica" ou "universitário", estamos, na verdade, nos referindo aos resultados esperados em termos de habilidade e conhecimento adquiridos, embora façamos isso indicando as partes do sistema educacional nas quais esses resultados foram, ou deveriam ter sido, obtidos. Isto é, classificação em grupos ao invés de avaliação individual numa escala.

Com relação ao aspecto cultural da ocupação, já foi assinalado que este se baseia em julgamentos de valor que são condicionados pelas idéias correntes na sociedade. Podia-se elaborar uma longa lista de elementos relevantes para esses julgamentos — a contribuição proporcionada pela ocupação para os fins da sociedade, o total de habilidade necessária e, em consequência, a educação exigida, as condições físicas de trabalho tais como sujeira ou sua ausência, a participação relativa do intelecto, o grau de liberdade permitido em planejar as tarefas em comparação com a rotina rígida, a segurança da estabilidade, a consideração por parte dos superiores, benefi-

Em
15/11/1971

cios auferidos, e, naturalmente, o salário. Wright Mills assinala que a posição social dos trabalhadores "de gravata" nos Estados Unidos, a qual descansava em distinções deste tipo, está sendo ameaçada por mudanças econômicas que Mills resume como segue:

Ausência de diferenças entre o salário do horista e mensalista; desemprego entre os trabalhadores "de gravata", como durante a década dos 30; o fim do monopólio da educação secundária pelos trabalhadores de "gravata", a redução inevitável das reivindicações dos trabalhadores "de gravata" no que toca a prestígio baseado no fato de não serem "trabalhadores imigrantes"; a concentração destes em grandes empresas e a desvalorização e rotinização de suas funções; o simples aumento no número total de trabalhadores "de gravata".³²

Mills também indica que, à medida que o emprego oferece, cada vez menos, um índice satisfatório de *status* social em si, surge uma "ética do tempo livre", ou a tendência de avaliar o cargo pelo tipo de atividades de recreação que o referido cargo possibilita.³³ E, assim, retornamos à idéia de sub-grupos culturais condicionados por esses três fatores — a influência da família e de seu círculo social imediato, a educação e o caráter total da ocupação. Quando falamos de classes sociais hoje em dia, temos quase sempre em mente tais sub-grupos culturais. Pois podemos reivindicar, com alguma razão, que somos capazes de reconhecer, ao menos como tipos, um modo de viver médio-superior, médio-inferior e de classe trabalhadora, cada um com seu padrão de consumo característico. E os padrões de consumo podem conservar traços diferentes, mesmo quando as rendas reais se igualam. O delinear do quadro apresentado não pode ser claro, pois a estrutura da estratificação muda como também o fazem as idéias sobre as quais se assentam os julgamentos de valor. Algumas ocupações aumentam seu prestígio social pelo desenvolvimento de novas habilidades técnicas que exigem um nível mais alto de educação e treinamento, enquanto outras, que não se desenvolvem nesta direção, perdem prestígio em comparação com aquelas. Funções comerciais se transformam em profissões liberais, ao passo que técnicas anteriormente prestigiadas caem em obsolescência. Quando isto acontece, há um intercâmbio entre o caráter em transição da função e a mudança no tipo

³² C. Wright Mills: *White Collar*, p. 312.

³³ *ibid.*, p. 236.

de pessoa, avaliado em função da família e educação, que ocupa tal função. Nos dias de Florence Nightingale, a enfermagem era uma ocupação humilhante desempenhada por mulheres sem treinamento e de origem baixa, as ordens religiosas constituindo uma exceção a esse aspecto geral. A introdução de um sistema de treinamento e de melhores condições de emprego gradativamente transformou a enfermagem numa ocupação de caráter profissional que começou a atrair candidatas de melhores níveis sociais. Essas, então, reivindicaram e foram julgadas merecedoras de condições ainda melhores — e assim o processo pode continuar. Um desenvolvimento semelhante ajudou a elevar o *status* dos professores. Sendo assim, é possível, por meio de ação deliberada, elevar-se o *status* social de um grupo ocupacional, em parte pela mudança do caráter objetivo da função e, em parte, pela mudança da atitude com relação a tal função.

Finalmente, quando o delinear da estrutura social se resente de precisão e quando as categorias nas quais os indivíduos podem mais facilmente ser classificados não são, de fato, homogêneas, as avaliações preliminares do *status* social posicional perdem muito de sua força e podem, mais prontamente, ser modificadas pela consideração de atributos individuais. Em outras palavras, o *status* social pessoal adquire um grau de autonomia em relação ao *status* social posicional, ao menos nas pequenas comunidades nas quais os indivíduos podem ser julgados pelo que realmente são. Pode, por exemplo, haver um julgamento geral grosseiro, ou estimativa comum, do *status* social dos professores, mas, num círculo mais estreito, faz-se a distinção entre professores de cursos diferentes e diversas escolas; e, também, entre professores de personalidade e cultura excepcionais que exercem grande influência numa comunidade local e professores que se ressentem de qualificações necessárias para que não sejam finalmente classificados como representantes de um tipo ocupacional.

Ao finalizar, eu gostaria de assinalar que, quando a estrutura social se encontra num estado de fluxo, quando os elementos essenciais da civilização estão sendo distribuídos de maneira mais equitativa e quando a mobilidade dos grupos e indivíduos atravessa uma fase de crescimento, é natural que deve haver uma grande preocupação com o *status* social, preocupação esta aumentada pelo enigma de sua natureza, embora a importância real do *status* social e da *mystique* da desigualdade social possa estar em decadência.

CAPÍTULO VII

UMA NOTA SOBRE STATUS

O objetivo desta nota, além do de associar o autor a um tributo a um ilustre acadêmico, é protestar contra o crescente abuso de uma palavra potencialmente muito valiosa. Digo "abuso" ao invés de "mau uso", porque êste último implicaria o desrespeito a um cânone lingüístico, e eu não alegaria que tais cânones existem hoje. Mas "abuso" se refere a uma manipulação do tipo que causa dano e, eventualmente, destrói. Podemos reconhecê-lo pelos seus resultados, sem ter de estabelecer a lei que indique qual uso é correto e qual incorreto. Se se emprega uma palavra de maneira tão irresponsável que não deixa haver sentido consistente e que causa a perda de seu valor como um instrumento de pensamento exato, então, obviamente, há algo de errado.

A falha não se encontra no conceito em si, pois êste é algo de que não nos podemos desfazer. Precisa ser refinado e subdividido, mas não pode ser abandonado. Tem um importante papel a desempenhar na teoria social, e esta é a razão pela qual o abuso do termo, que ameaça torná-lo imprestável, é tão sério. O *status* fornece o elo entre o estudo estrutural dos sistemas sociais e o estudo psicológico da personalidade e motivação. O desejo de explicar a relação entre sistemas sociais e processos mentais é tão antigo quanto a Sociologia mesma; mas, à medida que a Ciência Social se desenvolve, a síntese exige novas categorias de pensamento e novos métodos de pesquisa e exposição cujo aperfeiçoamento constitui uma das tarefas mais importantes da Sociologia em nossos dias. Os conceitos gêmeos de *status* e papel foram oferecidos como um meio de encurtar a distância — muitas vezes por demais ampla — entre a Sociologia e a Psicologia. Como Mi-

chael Argyle frisou num artigo recente,¹ a grande popularidade do conceito do papel na literatura recente pode ser devido ao fato de que êle liga a Psicologia no seu estudo do comportamento individual com a Sociologia e a Antropologia no seu estudo dos determinantes posicional e situacional do comportamento".

Percebemos a mesma idéia em ação na perspectiva "situacional" de W. T. Thomas e, sobretudo, na *General Theory of Action* de Talcott Parsons. A unidade básica dos sistemas sociais, diz Parsons, é o ato. A unidade seguinte de ordem mais alta é o papel do *status*. O *status* de uma pessoa é "seu lugar no sistema de relações considerado como uma estrutura, isto é, um sistema padronizado de partes". Em terceiro lugar, o ator em si mesmo é uma unidade do sistema social. Nesse sentido, êle é "um embrulho composto de *status* e papéis. Mas êsse ator social deve ser diferenciado da personalidade como um sistema de ação".² A personalidade não pode ser classificada sob o *status*, mas o *status* é, por assim dizer, o mínimo denominador comum na análise tanto da estrutura quanto da personalidade. No livro composto de vários ensaios, *A General Theory of Action*, Samuel A. Stouffer ressalta êsse elo de ligação quando escreve: "Uma das idéias significativas no sistema resumido neste volume é o conceito de papel. Êste não é um conceito novo, mas sua possível utilidade na unificação da teoria da personalidade com a da sociedade talvez não tenha sido percebida anteriormente de maneira tão clara" (p. 480).

Mas Stouffer, neste trecho, se refere a papel mais do que a *status*, assim como Henry A. Murray numa passagem semelhante porém mais elaborada (e muito confusa) em páginas anteriores do mesmo volume (p. 450). Êsse fato pode servir para demonstrar o primeiro perigo ao qual o termo "*status*" está exposto — o perigo de ser engolido pelo "papel" e tragado pelos psicólogos que consideram o "papel" como de sua propriedade privada. T. M. Newcomb não está incluído entre êstes; êle é muito escrupuloso em manter a distinção entre o estrutural e o pessoal. Ao empregar a palavra "posição" em vez de "*status*", êle escreve: "As maneiras de comportar-se que se espera de qualquer indivíduo que ocupe uma certa posição constituem o papel associado com aquela posição";³ e então "papéis e papéis prescritos, portanto, não são conceitos que se referem ao comportamento real de qualquer indivíduo considera-

¹ *Sociological Review*, Vol. XLIV, 1952, seção 3, p. 1.

² T. Parsons, *The Social System*, pp. 24-28.

³ T. M. Newcomb, *Social Psychology*, p. 280.

do. O comportamento do papel, por outro lado, se refere ao comportamento real de indivíduos específicos na medida em que assumem os papéis.⁴ E, muito naturalmente, o comportamento do papel e o assumir e desempenhar papéis por indivíduos em determinadas circunstâncias são do maior interesse para os psicólogos sociais. Há, conseqüentemente, uma tendência para esquecer o ponto inicial; "papel" vem a ser empregado por "comportamento do papel"; desse aspecto, que ainda se relaciona com o comportamento ajustado a um papel específico, pode-se facilmente passar para o comportamento total de um indivíduo enquanto ocupando um papel. Por exemplo, se consideramos o *status* de pai, podemos perceber três níveis aos quais se poderia aplicar o termo papel: 1) O comportamento que se espera dos pais numa determinada sociedade; 2) o comportamento adotado pelo senhor X (consciente ou inconscientemente) ao desempenhar o papel de pai; 3) o comportamento total do senhor X na medida em que participa de suas relações como pai. Por exemplo, o senhor X pode ter desenvolvido várias formas excêntricas de comportamento antes de casar — peculiaridades pessoais no falar, vestir ou maneiras que persistem e se tornam para seus filhos símbolos de "pai" e elementos importantes na relação filho-pai. Mas tal ação não faz parte do papel nem do comportamento do papel e não tem nenhuma referência imediata à estrutura social. Se, por conseguinte, o "papel" é arrastado para essa área de exploração de problemas singulares de personalidade e arrasta o *status* com ele, então o *status* perderá seu valor como uma ponte entre os estudos de estrutura social e personalidade porque terá sido completamente arrancado do solo da estrutura.

Embora, sem dúvida, se deva condenar a confusão entre papel, comportamento do papel e comportamento total, é possível defender-se a fusão de *status* com papel. Dever-se-á ter em mente que Linton, que é considerado pela maioria dos autores como o pai da terminologia moderna, disse que o papel

⁴ T. M. Newcomb, *op. cit.*, p. 330. Kingsley Davis adota um ponto de vista contrário a este e define "papel" como "o modo pelo qual um indivíduo realmente desempenha as tarefas de sua posição", e alega (sem razão, como acredito) que, com esta definição, segue Linton. ("A Conceptual Analysis of Stratification", em *American Sociological Review*, Vol. VII, junho de 1942, p. 311). Marion Levy (*The Structure of Society*, p. 158) sustenta que esta definição é aceita não apenas por Linton, mas, também, por Parsons. Decididamente, isto não é o caso. Levy se propõe substituir os termos "*status*" e "papel", segundo o suposto entendimento de Linton e Parsons, por "papel ideal" e "papel real", mas isto seria inútil e confuso.

"representa o aspecto dinâmico de um *status*" e que a distinção era "apenas de interesse acadêmico".⁵ E Parsons, como vimos, une os dois com um hífen. O principal argumento a favor da fusão é que o *status*, concebido como uma posição num sistema social, somente pode ser imaginado em termos de relações, e a substância das relações sociais é o comportamento esperado — ou nas famosas palavras de Max Weber (tradução de Parsons) uma "relação social consiste, inteira e exclusivamente, na existência de uma probabilidade de que haverá, em algum sentido compreensível de maneira significativa, um curso de ação social".⁶ Pode-se argumentar, então, que se se remove o aspecto dinâmico do *status*, nada resta a não ser a concepção falaciosa de uma posição num sistema social como uma coisa objetiva estática. Certamente, a tentação da reificação falaciosa está presente; mas está presente quando quer que se pense em estrutura social, e deveria ser possível resistir à ela. O *status* tende para a análise estrutural, e um alto nível de abstração, e o papel para o comportamento individual e situações concretas. Se isto for deixado claro, então o "papel" pode, com adjetivos qualificativos adequados, ser empregado no estudo de problemas singulares da personalidade, contanto que se mantenha firmemente agarrado à mão do *status* que deve permanecer plantado do outro lado da cerca. Resumidamente, o *status* ressalta a posição, como concebida pelo grupo ou sociedade que a mantém, e o papel dá ênfase à pessoa que ocupa a posição. O *status* enfatiza o fato de que expectativas (de um tipo normativo) existem nos grupos sociais relevantes, ao passo que o papel ressalta os elementos que compõem o comportamento que é esperado. O *status* é a idéia que se faz da semente que se está plantando, e o papel é o rótulo do pacote de sementes.

Deve-se admitir que a necessidade evidente de ambos os termos é, algumas vezes, devida a um pensamento confuso. Podemos dizer, por exemplo, que sabemos o que um policial é (*status*), mas que temos uma idéia muito imperfeita do que ele faz (papel). Esta distinção não é legítima porque o *status* deveria ser um conceito tão preciso quanto o papel. Deveria abranger tudo o que distingue a posição como um elemento na estrutura social, não importando se os fatos são conhecidos do público em geral ou não. O emprêgo negligente descrito acima conduzirá, caso seja permitido, a um conceito de *status*

⁵ R. Linton, *The Study of Man*, p. 114.

⁶ R. Linton, *The Theory of Social and Economic Organization*, p. 107.

como o significado atribuído a uma posição por outros membros da sociedade em geral; isto, então, é traduzido por algo como "o julgamento popular" da posição e, logo, *status* é (como veremos) confundido com "*status* social", "gradação" e "avaliação".

O que se acabou de dizer não significa que "*status*" não pode ser empregado em diferentes níveis de generalização e, portanto, de atributos ou conteúdos. Por exemplo, podemos discutir o *status* de pai nas classes médias superiores da Inglaterra do século XX ou podemos falar do *status* de pai como algo encontrado em todas as sociedades humanas. Neste último caso, a amplitude da generalização se torna possível pela insuficiência de atributos incluídos na definição do conceito. Mas, em cada nível de generalização, há um papel correspondente ao *status*. Entretanto, em virtude do papel (como mencionamos acima) tender para o comportamento individual e situações concretas, podemos encontrar-nos afirmando, por exemplo, que "o *status* de pai é encontrado tanto na sociedade X como Y, mas o papel de pai difere nas duas". Se a derradeira parte da sentença fôr verdadeira, então o *status* de pai, num nível de generalização mais restrito, tem também de ser diferente.

Não há dúvida de que a preservação dos dois conceitos tem suas vantagens. Mas as vantagens são consideráveis e, penso, sobrepujam aquelas. Já me referi à maior vantagem, de que "*status*" está menos sujeito do que "papel" a se afastar do aspecto estrutural e ser levado para o campo dos estudos de personalidade. Outra vantagem é que o uso dos dois termos nos torna capazes de distinguir entre o papel e um dos significados de "função". Em virtude do *status* permanecer como um elo entre a estrutura e o indivíduo, tem dois aspectos dinâmicos, um relacionado com a estrutura e o outro, com o indivíduo. A função de um *status* é a parte que êle desempenha no sistema de estrutura social, seu papel é a ação por parte do seu ocupante individual que permite que se desempenhe tal função. Essa distinção é importante e não foi percebida por Murray na passagem citada acima na qual êle, inicialmente, identifica "grupo" com "sistema social" e "papel" com "função" e depois se refere à respiração e excreção como papéis da "personalidade e do corpo" e à organização hierárquica e ao recrutamento e treinamento de novos membros como "papéis sociais" do grupo.⁷ A retenção de "*status*" e a

⁷ A *General Theory of Action*, p. 450.

ligação de "papel" a êle poderiam ajudar a evitar confusões dessa espécie.

Reservemos, então, o conceito de *status* para denotar uma posição num sistema social. Parsons o chama de "um lugar no sistema de relações"; Linton, após empregar uma frase semelhante, acrescenta que se trata simplesmente de "um conjunto de direitos e obrigações".⁸ Isto conduz à minha segunda observação, i.e., que a ênfase popular sobre o papel e o comportamento esperado (sem ser especificado quem "espera") fêz com que um dos significados primitivos da palavra "*status*" caísse paulatinamente em desuso. Refiro-me ao uso que dela fazia o jurista, ilustrado pelo famoso dizer de Maine sobre o movimento das sociedades progressistas "de *Status* para Contrato".⁹ A rejeição mais positiva desse uso partiu de Benoit-Smullyan que o denomina "um uso mais antigo" que não "é mais popular", e é "falho" porque pressupõe uma sociedade complexa.¹⁰ Não ficou clara a razão pela qual se deveria rejeitar um uso por que é antigo ou considerado falho porque se aplica a sociedades relativamente complexas. Na realidade, o uso é valioso e mesmo necessário. C. K. Allen define *status* como "a condição de pertencer a uma determinada classe de pessoas às quais a lei concede capacidades ou incapacidades legais peculiares ou ambas".¹¹ O conceito é legal, e os sociólogos estão certos em estendê-lo, mas a extensão não tem necessidade de fazer com que abandonemos o sentido antigo nem mesmo que percamos de vista a diferença significante entre o antigo e o sentido ampliado. A passagem de capacidades e incapacidades legalmente estabelecidas para direitos e deveres socialmente reconhecidos e, assim, para comportamento socialmente esperado dentro do contexto de relações especificadas é perfeitamente natural e própria. Mas não há necessidade de se descartar do conceito de *status* legal nem de se ignorar a distinção entre aquêle e o que os sociólogos denominam de puro "*status*". É uma questão de grande importância saber-se se o poder de uma classe alta se baseia em direitos legalmente garantidos ou não, e se os trabalhadores têm o *status* legal de escravos ou não. Torna-se impossível realizar estudos comparativos sobre a família se não se presta atenção à fronteira incerta entre os direitos legais e a conduta social-

⁸ R. Linton, *op. cit.*, p. 113.

⁹ H. S. Maine, *Ancient Law* (1878), p. 170.

¹⁰ A. Benoit-Smullyan, "Status, Status Types and Status Interrelations", em *American Sociological Review*, Vol. IX, abril de 1944.

¹¹ C. K. Allen, *Legal Duties and other Essays in Jurisprudence*, p. 42.

mente aprovada e esperada do marido-pai ou da esposa-mãe. Guardemos, então, o "uso mais antigo", mas nos sujeitemos à necessidade e juntemos o adjetivo "legal" à palavra "status" quando desejarmos fazer uso dêle.

Minha terceira e última observação se relaciona com a confusão entre *status*, de um lado, e *status* social e escalonamento, do outro. O "status", da maneira em que é usado por Linton, Parsons e outros, não faz nenhuma referência necessária ou direta à posição numa escala ou numa hierarquia. Inclui tôdas as relações, não apenas aquelas de superioridade e inferioridade. Mas o "status social" está, atualmente, em uso geral para indicar posição na hierarquia de prestígio social. Com efeito, aproxima-se muito daquilo que Linton chamou de "status" de um indivíduo (diferente do "status" ocupado por muitos indivíduos) e foi por êle descrito como "a soma total de todos os *status* que êle ocupa".¹² A hipótese de que há um "status geral" que é a soma total de todos os *status* especiais foi investigada por Hyman, e os resultados de tal investigação pareceram comprovar a hipótese.¹³ Acho impossível efetuar a soma exigida. Como se pode adicionar, por exemplo, médico, pai, conselheiro, sacristão e marido para se obter um resultado unitário? Mas, embora êsses *status* não possam ser somados, todos êles contribuem para a determinação do *status* social que é a posição do indivíduo (considerado em sua totalidade) na comunidade (concebida como um todo social). A especialização funcional é, neste caso, esquecida, e é razoável considerar-se a dimensão superioridade-inferioridade como que autorizada a apropriar-se do uso do conceito de *status* neste contexto.

Mas essa anexação do "status social" pela escala de prestígio deveria deixar o "status" inalterado. Infelizmente, êste não tem sido o caso. Podemos, uma vez mais, mencionar Benoit-Smullyan que afirma categoricamente que *status* significa posição numa hierarquia — econômica, política ou de prestígio.¹⁴ E quando M. Sherif cita e adota êste ponto de vista sem ter consciência de que difere nitidamente do de Linton (o qual êle também professa aceitar), os resultados são desastrosos.¹⁵ Pois Sherif dá a maior ênfase às posições hierárquicas nos grupos tais como sindicatos, *gangs*, associações profissionais, universidades etc., e, portanto, ignora o conceito primá-

¹² R. Linton, *op cit.*, p. 113.

¹³ H. H. Hyman, "The Psychology of Status", em *Archives of Psychology*, n.º 269, 1942.

¹⁴ Benoit-Smullyan, *op. cit.*, pp. 151-152.

¹⁵ M. Sherif, *An Outline of Social Psychology*, p. 207.

rio de *status* como o fato da participação mesma. A diferença (na Inglaterra) entre um especialista de Harley Street e o praticante geral da zona rural é importante, embora não apenas em termos de hierarquia. Mas devemos ignorar a significância do *status* de categorias mais amplas de profissionais e doutôres (que pode incluir elementos de *status* legal), e uma vez mais não apenas em termos de hierarquia. Então, tendo dado essa direção ao argumento e indicado que "a escala de posições de *status* é um estímulo para o membro em potencial", Sherif procede para considerar os papéis relativos atribuídos aos *status* de pai e mãe. Mas, obviamente, isto não é uma questão simplesmente de posição numa hierarquia, e dificilmente podemos imaginar um indivíduo sendo estimulado por aspirações a *status* a tornar-se pai ao invés de mãe.

H. H. Hyman, no seu importante estudo sobre a psicologia do *status* definiu *status* como "a posição do indivíduo relativa a outros indivíduos", mas limitou sua investigação à relação particular de mais alto ou mais baixo numa escala. E quando a avaliação que uma jovem faz de sua beleza numa escala, digamos de um a dez, é descrita como o "status subjetivo", é óbvio que nos afastamos muito do conceito do modo que é usado por Linton e Parsons. Na verdade, torna-se claro que a "posição relativa àquela de outros indivíduos" implica uma comparação apenas, ao passo que o "lugar no sistema de relações" subentende interação.

A conclusão a esta nota está sujeita a não ser satisfatória. Pois a comparação é importante, bem como a interação, e a estrutura hierárquica não é apenas de interesse no caso de comunidades totais às quais se pode aplicar o termo "status social" e, embora a distinção entre direitos legais e sociais seja necessária, não devemos sacrificar distinções igualmente necessárias a fim de encontrar palavras com as quais falar dela. Nossa terminologia se encontra num embaraço, e muito tempo será necessário para tirá-la dessa situação. Minha preferência pessoal é pela manutenção do termo "status" com o sentido que lhe é dado por Linton e Parsons, isto é, sem nenhuma referência necessária à posição hierárquica. A principal objeção se resume no fato de que a conotação hierárquica já se acha tão firmemente associada à palavra que pode ser impossível separá-la dela. Mas, em oposição a êste, há argumentos segundo os quais, se a mantemos, podemos: 1) também conservar "status legal" e continuar discutindo o dizer de Maine; 2) manter a associação do *status* com o papel, a qual poderá evitar que o "papel" se degrade do ponto de vista dos sociólogos. Se seguirmos Newcomb e substituirmos "status" por

"posição", receio que o conceito perderá seu poder e valor. Eu aceitaria "status social" como posição hierárquica numa comunidade total — mas somente numa comunidade. E a restringiria a posições que são, em sua maioria, não-estruturadas. As posições hierárquicas estruturadas são tratadas melhor como "escalões". E pode-se, também, empregar "escalonamento" para associações — e.g., o exército, o funcionalismo público, a universidade, etc. A principal dificuldade reside em se achar uma expressão para posições hierárquicas que não sejam suficientemente estruturadas a ponto de serem consideradas escalões e que existem em associações (o que impede o uso de "status social"). Eu poderia dizer de um homem: "Ele gosta de seu trabalho, mas se preocupa com seu status". O status, neste caso, é local, pois diz respeito à organização, e não constitui seu status social, embora possa influenciá-lo ou ser influenciado por ele. Não é totalmente estruturado como uma posição num estabelecimento, mas inclui elementos de prestígio que são um tanto fluidos. A sociedade de nossos dias está cheia de indivíduos que se preocupam com seu status nesse sentido no escritório, na cidade ou no clube e assim por diante. Pessoalmente, eu preferiria a palavra "posição" a fim de preservar o significado mais preciso e técnico de status. E quando não quisesse indicar mais do que o valor comparativo em função de um suposto atributo mensurável tal como inteligência, aparência ou habilidade no jogar tênis, eu empregaria "avaliação".

Tomemos, como exemplo sumário, o bibliotecário de uma universidade ou um alto funcionário administrativo, tal como o tesoureiro ou chefe de secretaria. Seu status difere daquele de um professor porque seu papel e as funções de seu cargo são diferentes das de um professor. Mas seu escalonamento no quadro da universidade pode ser o mesmo. Pode, entretanto, ter um "status social" mais baixo na comunidade em geral do que aquele da maioria dos professores (talvez devido às origens de sua família), e uma avaliação um tanto baixa no que toca a inteligência, cultural geral ou facilidade no trato social. Em consequência de todos esses fatores sua posição na universidade não é aquela que ele gostaria que fosse.

Mas não desejo impor uma terminologia a ninguém. A questão fundamental se resume entre eles. Se podemos fazer isso então, talvez, entremos num acôrdo, eventualmente, no que toca a seus nomes.

PARTE III

BEM-ESTAR SOCIAL

CAPÍTULO VIII

O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL — UM ESTUDO COMPARATIVO

A função dos sociólogos consiste em classificar fenômenos e grupá-los em categorias. Eles baseiam suas operações em conceitos que têm sido rigorosamente definidos e purificados a um ponto tal que se assemelham a números primos. Como seria de se esperar, tal prática ainda não se espalhou àquela área intermediária da literatura que pode ser chamada de Sociologia popular ou jornalismo intelectual, dependendo do gosto. Mas, neste campo, é utilizada para pregar rótulos em sistemas sociais altamente complexos — como “Estado do Bem-Estar Social”, “Sociedade Afluente” e “Meritocracia”. Isto, com toda a probabilidade, é de arrepiar o purista. Todas as generalizações são perigosas, e as expressas, de modo habilidoso, em forma de tablóide são as mais perigosas de todas. Passam a fazer parte da linguagem do falar diário como verdades familiares, ao invés de serem citadas como proposições oferecidas à discussão. Dificilmente se pode deixar de usar um termo como o “Estado do Bem-Estar Social”, e não se pode, ao usá-lo, introduzir um parêntese qualificativo, desde que não há vez para parênteses numa palavra mágica. Deve-se aceitá-la ou rejeitá-la.

Seria uma pena rejeitá-la. Qualquer palavra mágica de que o povo se utiliza em grande escala ao se referir à própria sociedade deve encerrar algo de verdade sobre a referida sociedade, pois as crenças correntes sobre o mundo contemporâneo são parte da situação a qual se referem como o auto-retrato de um artista. É lógico que devem ser tratadas com cuidado e não se lhes deve atribuir a posse da verdade absoluta e última. Isto não deve ser muito difícil. Mais sutil é o problema de determinar-se exatamente aquilo a que se referem. Quando alguém aponta para uma paisagem e exclama “que bonita”, sabe-se que

êste alguém está expressando uma experiência genuína e compreende-se o que quer dizer, mas talvez não se tenha tanta certeza do que se aponta. Será a forma das colinas, a cor dos campos ou o efeito dos raios do sol através das nuvens? E êste alguém mesmo pode não estar ciente. Assim se dá com o Estado do Bem-Estar Social. Sabemos que aquêles que criaram o termo, e aquêles que o adotaram prontamente, estavam expressando uma experiência genuína, e podemos compreender que tentavam transmitir, mas podemos ainda estar em dúvida quanto à exata combinação de circunstâncias na Inglaterra na década de 1940 que evocaram aquela exclamação de "Eureca!" e onde queriam chegar quando a emitiram. E isso é um problema sério porque os fenômenos sociais, diferentemente de peças de museu, não conservam imutável o caráter que possuíam quando receberam o rótulo inicial, e há uma possibilidade de que o rótulo permaneça mesmo quando já não seja apropriado.

O Professor Briggs, em seu excelente ensaio histórico,¹ se preocupa tanto com o problema de identificar o objeto de que se fala quanto em avaliar a significância a ser juntada ao mesmo. Briggs explica — e com razão — que o Estado do Bem-Estar Social não foi o resultado culminante dos esforços isolados do Partido Trabalhista inglês nem simplesmente o resultado das provocações da consciência liberal. Encontra sua origem em muitas correntes que começaram a fluir no século XIX e se transformaram em rios caudalosos nos primeiros anos do século XX. E Briggs pergunta se o produto final, qualquer que êste seja, ainda permanece conosco ou foi apenas projetado rapidamente na tela de nossa consciência na década de 1940 e princípios de 1950 e já está desaparecendo ou se transformando em algo mais. Não há dúvida de que mudanças importantes ocorreram na década passada, mas não podemos saber exatamente o que perdemos até que tenhamos determinado o que se aclamou anteriormente. O panorama se alterou, mas ainda pode ser bonito.

A certa altura do ensaio, o Professor Briggs afirma que os reformadores sociais conservadores como Ashley e Oastler teriam considerado o rompimento do século XX com o *laissez faire* mais significativo do que o rompimento do capitalismo com o passado na Revolução Industrial. Do ponto de vista dêles, "o Estado do Bem-Estar Social era o verdadeiro Estado histórico". E os fabianos teriam concordado com êles. Isto

¹ As citações dos Professores Briggs, Boettcher e Reynaud se referem às contribuições dêsses autores para o número do *The European Journal of Sociology* no qual êste artigo apareceu em sua forma original.

acarreta duas questões muito importantes. A primeira é a questão fundamental de se estamos justificados em falar de sistemas sociais de alguma maneira e, caso afirmativo, em que sentido. A segunda se refere à natureza do aspecto vital pelo qual a sociedade britânica anterior à Revolução Industrial, segundo se sustenta, assemelha-se à sociedade britânica do pós-guerra.

Obviamente, a primeira dessas questões é por demais ampla para ser seriamente tratada aqui, e tudo o que farei é estabelecer uma distinção entre três proposições que lhe dizem respeito. A primeira é que, em tôdas as sociedades que não se achem num estado de caos ou dissolução, interações ocorrem que são suficientemente repetitivas e previsíveis para serem consideradas como que constituindo um sistema social. Isto não quer dizer que tôdas as partes do sistema interagem nem que nada aconteça que não seja repetitivo ou previsível nem que conflito e atrito não estejam perpétuamente presentes em algum lugar, nem mesmo que a mudança não ocorra no padrão do sistema todo o tempo. Acredito que esta proposição, ou algo semelhante a ela, deva ser aceita se professamos estudar as sociedades humanas e não simplesmente o comportamento individual. A segunda proposição é que podemos identificar determinados sistemas sociais à medida que surgem na história humana, e que êste é um meio legítimo e útil de interpretar fatos históricos. Subentende não apenas que a vida social é normalmente sistemática, mas que determinados sistemas se amoldam e se tornam reconhecíveis na vida das sociedades do mesmo modo que determinadas situações sociais assumem certa forma e são reconhecidas na vida dos indivíduos. Se nossa finalidade é analisar o Estado do Bem-Estar Social, devemos aceitar esta segunda proposição ou como uma verdade que pretendemos ilustrar ou como uma hipótese que tencionamos testar. A terceira proposição se trata de uma sobre a qual podemos ter dúvidas mais sérias. É a de que, quando tenhamos identificado determinados sistemas sociais em seus contextos históricos concretos, podemos, a partir dêstes, elaborar conceitos que são apropriados para aplicação geral a tôda e qualquer sociedade. É muito duvidoso se, ou em que circunstâncias precisas, se pode fazer isso de modo seguro, uma vez que os sistemas sociais estão profundamente impregnados das influências únicas do tempo e espaço de suas existências. É mais seguro se falar de "feudalismo" ou "sociedade feudal" do que de "sistema feudal". Podemos, então, conceptualizar os elementos do feudalismo e aplicar êsses conceitos na comparação, suponhamos, do sistema feudal francês com o inglês em

períodos específicos. Da mesma maneira, podemos encontrar conceitos úteis para a análise das políticas de bem-estar social, suas medidas e instituições, e aplicá-los ao estudo do "Estado do Bem-Estar Social britânico" do pós-guerra, e comparar este com os sistemas de bem-estar social de outros países. Podemos deixar o problema do "Estado do Bem-Estar Social" como um conceito geral válido para mais adiante.

A finalidade deste ensaio é sugerir algumas diretrizes com base nas quais se poderia tentar tal análise e comparação, especialmente com referência à Inglaterra, França e Alemanha. Eu começaria pela sugestão de que se deveria empreender a investigação em dois níveis. O primeiro é o nível da experiência real, dos fatos objetivos do mecanismo social e o modo pelo qual funciona. O segundo é o nível da percepção subjetiva do sistema por parte dos indivíduos que o criaram e planejaram, que operam o referido sistema ou que simplesmente vivem com ele. Envolve o difícil problema do consenso. Se postulamos a existência de sistemas sociais, devemos, também, admitir que há um grau razoável de conformidade com as normas do sistema no comportamento exteriorizado. Temos, também, consciência de que esse grau de conformidade dificilmente seria possível a não ser que houvesse, também, um certo grau de acomodação às normas no reino dos valores e idéias. O segundo nível se relaciona com essa conformidade de idéias ou consenso. As questões que me interessam de modo particular são: haverá pontos-chaves num sistema social com relação aos quais o consenso, caso este exista, tenha um efeito particularmente profundo que se pode espalhar como uma influência no sentido de conformidade em áreas onde o consenso, em outros aspectos, seja fraco ou, pelo menos, não-explicito? E haverá períodos na história de uma sociedade durante os quais o consenso quanto a estes pontos-chaves seja particularmente forte? Estou empregando "consenso" para significar algo mais do que simples aquiescência passiva no que toca à legitimidade de uma ordem social. Refiro-me a um acordo quanto ao significado das medidas e instituições que nos interessam juntamente com a aprovação definitiva delas como elementos vitais no sistema social.

O tratamento separado desses dois níveis será, provavelmente, útil porque a comparação internacional é consideravelmente mais fácil no primeiro nível do que no segundo, e deveríamos tirar o máximo proveito do primeiro antes que tenhamos de enfrentar as complexidades do segundo tipo de comparação. Mas a investigação não estará encerrada até que se tenham combinado os dois resultados, uma vez que nenhum

dos dois pode ser compreendido completamente sem o outro. Ai então poderemos enfrentar o problema de se há, em qualquer das sociedades sendo comparadas, um sistema social que tenha, por assim dizer, uma personalidade distinta, globalizante ou integrada. Pois esta é a combinação dos fatores que presumimos estar presente quando fazemos uso de um rótulo como o "Estado do Bem-Estar Social". Provavelmente, esta só será encontrada, se é que o será, quando um mecanismo excepcionalmente bem integrado é combinado com um consenso excepcionalmente forte no que toca aos pontos-chaves, num contexto histórico que favoreça o desenvolvimento da autoconsciência coletiva ou — para empregar o termo que, repetidas vezes, aparece na história francesa — solidariedade. Mas devemos começar pelo início e não pelo fim.

Se, como foi sugerido, o sistema social inglês do período seguinte à Segunda Grande Guerra se assemelhava, em algum aspecto vital, ao sistema social anterior à Revolução Industrial, qual é o indício dessa semelhança? Os Professores Briggs e Boettcher oferecem uma resposta que é essencialmente a mesma, embora com uma diferença na fraseologia. É a relação entre a política social e o mercado livre. O Professor Briggs define o Estado do Bem-Estar Social como aquele "no qual o poder organizado é deliberadamente empregado... num esforço para modificar o jogo das forças do mercado em, pelo menos, três direções" que podem ser brevemente descritas como subsistência, segurança e "uma determinada gama de serviços sociais". As duas primeiras, afirma Briggs, poderiam ser empreendidas pelo Estado do Serviço Social, mas a terceira é diferente porque almeja não a um mínimo, mas a um ótimo. O Professor Boettcher emprega a terminologia corrente na política alemã desde a guerra e distingue nitidamente entre a Economia de Mercado Social e o Estado do Bem-Estar Social. A primeira se refere à política de combinar um sistema de mercado essencialmente livre com medidas destinadas a preservar um equilíbrio social aceitável. Alega evitar as falhas tanto do *laissez faire* em sua forma pura quanto as do planejamento socialista pela preservação das forças impulsoras e direcionais do mercado enquanto as fazem operar num contexto social. O Estado do Bem-Estar Social, por outro lado, usa mecanismos que ultrapassam o mercado. Essa distinção nos daria uma concepção por demais estreita do Estado do Bem-Estar Social para ajustar-se ao modelo britânico, ao passo que a frase do Professor Briggs — "esforço para modificar" — parece muito fraca para cobrir todas as medidas que teremos de considerar. Se pretendemos comparar os sistemas de bem-estar de diferen-

tes países na busca de um significado para o termo "Estado do Bem-Estar Social", devemos incluir tôdas as medidas que êles têm adotado para influenciar, interferir ou ultrapassar o livre jôgo das forças do mercado no interêsse do bem-estar social. Penso que podemos admitir que o Estado do Bem-Estar Social deve lançar mão de todos êsses métodos.

Retornando, então, ao meu primeiro nível de investigação, relacionado com o mecanismo real da política social, podemos começar com as medidas que atingem o coração mesmo do mercado do consumidor em si sem, entretanto, suprimi-lo; quero dizer medidas tais como racionamento, controle de preços, regulamentação dos aluguéis e os subsídios que os acompanham. Todos os países têm feito uso extensivo dessas medidas em tempos de guerra e em períodos de reconstrução seguintes à guerra, mas, logo após, as abandonam gradativamente. Algumas delas, porém, sobrevivem por bastante tempo e podem até ter deixado uma marca permanente na economia. Na Inglaterra, os subsídios ainda desempenham um papel importante no sistema econômico, mas um tanto obscuro no sentido de que a maioria das pessoas conhece muito pouco sobre êles, e que tais subsídios não são admirados como um feito do Estado do Bem-Estar Social. Os subsídios para moradia e a regulamentação dos aluguéis já ocupam um lugar diferente. A política social do século XX colocou a família e o lar no centro das atenções e aceitou a responsabilidade de prover casas para o povo como algo de urgência especial. E é difícil livrar-se dessa responsabilidade. Os aluguéis se comportam de modo caprichoso quando deixados ao jôgo do mercado e podem absorver uma porcentagem exagerada do orçamento familiar, ao passo que o ramo imobiliário é um terreno no qual o contraste entre o comportamento do mercado e os interêsses do público é, em geral, tido pelo cidadão comum como algo maior do que em qualquer outra coisa. Não obstante, é difícil dizer-se que medidas específicas para enfrentar êsse problema foram incorporadas, de maneira permanente, ao mecanismo da política social. A regulamentação geral dos aluguéis poderia, com o tempo, ser substituída por ajudas de custo especiais do tipo concedido na Inglaterra pela Assistência Nacional. Mas a ação para estimular a construção de casas provavelmente continuará a fazer parte da política econômica geral ou social. Não possuo o conhecimento necessário para fazer uma comparação entre os três países neste setor, mas arriscaria um palpite de que o sistema britânico de moradia subsidiada pelas *Local Authorities*, seguido pela locação a aluguéis não-econômicos para os locatários, escolhidos em função de suas neces-

sidades e não de seus meios, se inclina mais numa direção de não apenas uma simples interferência no mercado livre, mas de suprimi-lo, do que medidas semelhantes em outros países. E estou certo de que é debatida mais calorosamente e aclamada mais entusiasticamente pelos seus defensores como um serviço social essencial e uma questão de princípio do que em qualquer outro país.

Como minha segunda ilustração, utilizarei a área do seguro social que, em algumas de suas formas, opera através da inclusão compulsória de condições e cláusulas em contratos de trabalho, uma invasão na liberdade do mercado com a qual Dacey se alarmou de modo especial. Medidas dêste tipo são empregadas em tôda parte, mas nem sempre da mesma maneira nem exatamente com as mesmas finalidades. Sugiro que se façam três observações com respeito a êsse campo da política social. Primeira, quanto à finalidade do seguro social; segunda, quanto ao grau de semelhança da cópia que o seguro público faz do modelo do seguro privado; e, terceira, até que ponto o seguro social é controlado e financiado pelo Estado.

Com respeito ao uso que se faz do seguro ou financiamento por contribuições compulsórias, podemos notar que os salários-família na França e o plano mais limitado na Alemanha são financiados dessa maneira, ao passo que na Inglaterra a tributação geral é que arca com o custo. Isso é interessante. Os salários-família podem ser considerados como uma forma de salário suplementar, ganho pelos trabalhadores e pago pelos empregadores. Êste foi o primeiro método empregado na França, e houve quem sugerisse que êles representavam uma liberalidade da parte dos empregadores e não uma obrigação dêstes. Mas a França se preocupava com sua taxa de natalidade decrescente e contava com tais benefícios como um meio de frear essa tendência. Tal objetivo político deu aos benefícios o caráter de um tributo extra-orçamentário ou o que tem sido denominado de *taxe parafiscale*. Finalmente, deu-se maior ênfase à simples questão das necessidades da família, e os salários-família assumiram a forma de *une aide sociale à la famille* ou uma medida para a redistribuição da renda a fim de maximizar o bem-estar social.² Nessa seqüência de eventos, o método de seguro se tornou cada vez menos adequado. Era algo estranho tratar-se crianças como um risco a ser incluído na conta dos empregadores no momento em que eram bem-vindas como uma bênção nacional, e a cobertura do plano devia ser estendida para muito além dos limites da popula-

² A. Rouast e P. Durand, *Sécurité Sociale* (1960), pg. 417-423.

ção empregada. Mas a França não quis substituir a forma de seguro pela de um serviço de bem-estar geral, uma espécie de assistência nacional. A Inglaterra não teve esse tipo de inibição.

O segundo caso no qual se observa uma diferença no uso do seguro compulsório diz respeito ao desemprego. O contraste mais nítido é aquele entre a antiga política da França (seguida pela Bélgica e países escandinavos) de depender principalmente de subsídios a planos de seguro voluntário, suplementados, quando necessário, por assistência não-contributiva, e a política adotada pela Inglaterra e, eventualmente pela Alemanha, de estabelecer um plano estadual de seguro contributivo compulsório. Supondo que os planos voluntários subsidiados auxiliam o mercado, o seguro compulsório interfere no mesmo e a assistência não-contributiva o substitui, poderíamos dizer que o método francês levou mais em consideração os mecanismos de mercado normais do que o inglês. Mas isto deixou de ser verdade à medida que o elemento assistencial sobrepujou a ajuda a agências voluntárias até que, no fim de 1958, um acordo coletivo maciço entre organizações de empregadores e empregados para estabelecer um plano de contribuição para toda a indústria e comércio, endossado e incentivado pelo Governo, colocou o elemento voluntário em evidência de novo. A terceira diferença de padrão é que os serviços médicos na França e Alemanha são parte integrante do seguro-doença ao passo que, na Inglaterra, são administrados separadamente. Esse aspecto pode ser discutido de maneira mais conveniente posteriormente.

Quanto à questão do grau de fidelidade ao modelo de seguro privado, devo limitar-me a dois ou três aspectos apenas. Na França e Alemanha, dá-se grande ênfase ao princípio segundo o qual o seguro social é um acordo mútuo entre empregadores e empregados, e é administrado por órgãos autônomos (e.g., os *Caissees e Krankenkassen*) eleitos pelos partidos, embora os órgãos correspondentes sejam nomeados no caso do seguro contra desemprego na Alemanha. Esse princípio implica a limitação dos beneficiários a pessoas empregadas e, embora a cobertura tenha, algumas vezes, sido ampliada, especialmente na Alemanha, a outras pessoas ocupadas em atividades remuneradas, as extensões são claramente definidas e limitadas. A adesão voluntária pode ser permitida além desses limites. Por exemplo, no seguro-doença da Alemanha, um homem com negócio próprio pode aderir ao plano contan-

to que não empregue mais de dois empregados segurados.³ Num esquema bilateral, presumivelmente, indivíduos que são primordialmente empregadores não podem sentar em ambos os lados da mesa. No plano triplice inglês de cobertura universal, ao contrário, um empregador, ao mesmo tempo que contribui para o seguro de seus empregados, deve também preencher seu próprio cartão como uma pessoa que trabalha por conta própria.

Outro exemplo é a relação das contribuições e benefícios com o valor dos salários. Na França e Alemanha (e em muitos outros países), basear o seguro numa relação de porcentagem com os salários é considerado como um princípio de importância fundamental e não apenas de expediente político. É expresso no seguinte comentário de uma autoridade alemã sobre o plano de aposentadoria de 1957:

A pensão será justa porque será avaliada individualmente. Será avaliada com base nos méritos individuais de cada caso, refletindo, por assim dizer, o desenvolvimento variável do salário da pessoa em toda a sua vida de trabalho, e os períodos variáveis contra os quais possa querer segurar.⁴

O mesmo princípio é elogiado por uma autoridade francesa não apenas porque seja justo, mas porque oferece um incentivo a uma atividade maior no mercado de trabalho:

Este sistema tem, ademais, a vantagem de estimular os trabalhadores a atingirem um alto nível de subsistência durante sua vida ativa através da garantia que, se incapacitados para o trabalho, continuarão a receber uma renda comparável a seus rendimentos anteriores.⁵

A recente reforma das pensões de aposentadoria da Inglaterra constitui um passo inicial modesto nessa direção, e uma aplicação mais ampla desse princípio figura no programa do Partido Trabalhista.

Meu terceiro e último exemplo é o seguinte: o seguro privado, da maneira em que é conduzido no mercado, está normalmente ligado a um risco determinado, e as contribuições e benefícios são calculados em relação a esse risco. O seguro social, concentrando sua atenção nas necessidades do cidadão

³ Paul Caesar, *Sozialversicherung* (1958), p. 85.

⁴ *Ibid.*, p. 91.

⁵ Rouast e Durand, *op. cit.*, p. 65.

individual e sua família, facilmente se traduz por planos de seguro globalizantes ou ao menos compostos que cobrem uma variedade de riscos. O sistema inglês é integrado em alto grau e o francês marcadamente fragmentado tanto em termos de riscos quanto de classes ocupacionais, sendo que o alemão ocupa um lugar intermediário entre os dois. Tanto na França quanto na Alemanha, reconhece-se que a insistência em assentar a política no conceito de bem-estar social como o objetivo final é acompanhada de um movimento pela integração de planos de proteção contra riscos sociais. Na terminologia francesa, *l'assurance sociale* cobre certos riscos especificados, ao passo que *la politique de sécurité sociale* oferece uma garantia geral contra todos os riscos.⁶ Na terminologia alemã, a unificação de diferentes tipos de *Versicherung* num plano é um passo adiante em direção de uma política de *Versorgung*, ou cuidado direto por parte do Estado com aqueles a quem o Estado deve uma obrigação especial.⁷ Como veremos, *Staatsbürgerversorgung*, ou o tratamento de todos os cidadãos como merecendo a assistência anteriormente concedida pelo Governo apenas aos militares e funcionários públicos, é, muitas vezes, considerado como o novo elemento significativo na política social do Estado do Bem-Estar Social.

Minha última observação no que toca ao seguro social se relaciona com as funções administrativas e financeiras do Estado. Já assinala-se que, na França e Alemanha, as agências operadoras são autônomas e auto-administradas, dentro dos limites estabelecidos pelo Governo, ao passo que, na Inglaterra, o Estado administra, no momento, os planos diretamente através de seus próprios órgãos. Em certa época, houve, na França e Alemanha, variações locais consideráveis nos serviços prestados, assim como houve na Inglaterra sob o regime das *Approved Societies*, mas uma uniformidade básica de tratamento, com suplementos opcionais, tem sido imposta gradativamente. Com relação à contribuição financeira do Estado, pode-se notar que, na França e Alemanha, o Estado não é um verdadeiro sócio no plano de seguro, mas fica de fora e dá ajuda financeira na forma de doação de taxas cobradas com um fim determinado. O sistema tríplice inglês reduz tanto a semelhança com o seguro comercial que, muitas vezes, se argumenta que uma transferência do ônus total para o fisco não faria nenhuma diferença fundamental. Estimou-se que, em meados da década de 1950, a percentagem da quantia total destinada pelo

⁶ *Ibid.*, p. 29.

⁷ Hans Achinger, *Soziale Sicherheit*, p. 43.

Estado ao seguro social e salários-famílias foi de 26,5% na Inglaterra, 15,6% na Alemanha e 2,7% na França.⁸

Examinei, brevemente, as medidas que visam o controle de preços de mercado e o seguro social. Há espaço para considerar apenas outro tipo de ação, principalmente a provisão de um serviço social público, tal como educação ou serviço médico. O povo britânico tem consciência de que não eliminou, de modo algum, as forças do mercado de seu sistema educacional, especialmente das escolas secundárias, mas tem orgulho do fato de que seu *National Health Service*,* ao contrário, se aproxima mais do princípio do bem-estar social do que qualquer outro. Está a serviço de todos, sendo, na maioria dos casos, grátis para todos, e oferece o melhor serviço que se pode desejar tendo em vista os recursos a seu dispor. É quase que inteiramente financiado pelos impostos e é, assim, algo que a comunidade como um todo oferece a si mesma. Na França e Alemanha, como já foi assinalado, o serviço médico é o principal benefício oferecido pelo plano de seguro-doença como sempre foi costume das Sociedades Benéficas e clubes de assistência mútua semelhantes. Isto significa que o serviço, em princípio, se limita ao segurado e suas famílias, e que os médicos estão menos sujeitos à subordinação aos órgãos da administração pública do que na Inglaterra. Na Alemanha, são pagos com base em honorários de capitação, a quantia total devida pelos pacientes numa região que era paga à associação local de médicos para distribuição entre seus membros. Na França, o pagamento é efetuado a cada serviço prestado, o que se assemelha mais ao que ocorre na prática privada, e o paciente deve arcar com uma proporção do custo conhecido como o *ticket modérateur*. Ou o paciente paga os honorários totais e recobra o saldo ou paga o valor do *ticket* e a *Caisse* paga o resto. Os médicos preferem o primeiro método, mas o segundo se torna cada vez mais popular. O valor do *ticket* é calculado com base numa tabela de honorários, mas, usualmente, os preços de tabela são inferiores aos honorários realmente cobrados, de modo que o paciente tem de pagar mais do que o total do *ticket*.⁹ Dêsse modo, o "mercado" prevalece contra o princípio do "bem-estar".

Tentei mostrar alguns dos aspectos segundo os quais se pode empreender uma comparação dos verdadeiros mecanis-

⁸ J. H. Richardson, *Economic and Financial Aspects of Social Security*, p. 67.

* Serviço Nacional de Saúde (N. do T.).

⁹ Rouast e Durand, *op. cit.*, pp. 262-268.

mos de política social em países diferentes e devo, agora, retornar a meu segundo tema, a interpretação do sistema nas mentes do Governo e do povo e o grau de consenso quanto aos pontos-chaves no sistema social. Praticamente não pode haver dúvida de que, na Inglaterra, os primeiros passos que levaram ao novo caminho da política social datam da primeira década deste século, e as idéias que os inspiraram se desenvolveram cerca de 25 anos antes. O fato crucial na história inglesa é que os serviços de bem-estar social, no século XIX, se destinavam a auxiliar não aos pobres, mas aos indigentes, não aos necessitados, mas aos destituídos. O indigente era distinguido de seus vizinhos por um *status* nitidamente definido pelo qual perdia sua liberdade pessoal e seu direito ao voto. Uma doutrina sagrada do período preconizava que a assistência aos pobres deveria ter lugar fora do mercado e de maneira que não interferisse no seu funcionamento. O Estado do Bem-Estar Social britânico representa a própria antítese dessa concepção, e é por causa dessa antítese, que figurou explicitamente nas controvérsias dos primórdios, que sua personalidade se tornou tão marcante. A tradição na França foi, acredito, diferente, talvez devido ao papel mais proeminente desempenhado pelas Igrejas e fundações religiosas para as quais assistência aos pobres significava assistência aos vizinhos e paroquianos. O Prefeito, como Presidente do *bureau de bienfaisance*, era oficialmente designado como "representante" dos pobres e distribuía os rendimentos da caridade privada bem como as doações municipais de menor monta. Um investigador na década de 1890 observou que havia "um horror tradicional a qualquer coisa que lembrasse o sistema inglês".¹⁰ A tradição alemã se aproximava mais da inglesa. A assistência aos pobres se incluía na categoria de *Fürsorge* e era diferenciada, como assinala o Professor Boettcher, das outras formas de política social e levava consigo um estigma e a perda do direito ao sufrágio.¹¹ Mas em nenhum dos dois países houve a reação intensa contra o espírito da lei de proteção aos pobres que marcou os primórdios da reforma social do século XX na Inglaterra. Em ambos os países, na verdade, a assistência ao indigente ainda possuía algo do caráter de multifinalidade que distinguia a lei dos pobres inglesa antes de sua fragmentação em 1929, mas sem seu rigorismo. A *aide sociale* francesa oferece muito mais do que auxílio em dinheiro ou em espécie àqueles cujas neces-

sidades não são atendidas por outros meios. Inclui serviços prestados aos doentes, velhos, alienados mentais e aos sem moradia por autoridades administrativas especiais. E a nova *Bundessozialhilfegesetz* alemã, que revoga a antiga legislação federal que dispunha sobre a *Fürsorge*, é igualmente globalizante em seu escopo. Os resultados quase se assemelham a uma espécie de sistema de categorias sociais de três níveis composto daqueles acima do nível de seguro, os segurados, e aqueles abaixo do seguro, embora não se deva equiparar esta última categoria com o antigo conceito inglês de indigente. No sistema inglês, houve quase que uma fusão completa em virtude do princípio de cobertura universal de Beveridge que se seguiu à fragmentação da *Poor Law* em 1929. Atualmente, todos contribuem e todos se beneficiam num plano nacional de ajuda mútua, com a *National Assistance* como um suplemento e não como uma alternativa. O sistema apresenta muito em comum com o conceito alemão de *Staatsbürgerversorgung* ao qual nos referimos acima. Isto significa que os serviços prestados, em vida, pelo cidadão comum à comunidade são semelhantes àqueles prestados pelo soldado ou funcionário público ao Estado, o que dá origem a reivindicações de proteção e assistência semelhantes. A idéia emerge, como explicam os autores alemães, quando o seguro social se afasta tanto dos princípios atuais que tanto faria se fosse transferido para a área fiscal, e quando a assistência social se libertou de mácula ou estigma ao ponto de se poder utilizar dela quando quer que necessária como uma fonte suplementar de auxílio, não limitada a qualquer categoria específica de pessoa.¹² Neste momento, ocorre a fusão ou integração. Essa tendência é visível, na Alemanha, no caso dos refugiados e, na França, no caso dos salários-família. Na Inglaterra, tem-se observado um avanço significativo nesta direção. Por estranho que possa parecer, Lloyd George, no momento em que elaborava suas diretrizes de seguro social em 1911, previu o tempo em que estas seriam superadas e dariam lugar a uma concepção diferente dos direitos do cidadão. Ele escreveu num memorando:

Seguro necessariamente expediente temporário. Num futuro não muito distante, espero que o Estado assumira inteira responsabilidade pelo auxílio-doença e desemprego... Pouco a pouco, ter-se-á consciência da obrigação do Estado de fornecer emprêgo

¹⁰ E. Greene Balch, *Public Assistance of the Poor in France* (1893), p. 79.

¹¹ Hans Richter et alii, *Die Sozialfürsorgerecht*, p. 9.

¹² Peter Quante, "Grundsätze der Versorgung, Versicherung und Fürsorge", em Erik Boettcher (ed.), *Sozialpolitik und Sozialreform*, pp. 229-236.

ou sustento e esta será aceita de modo honroso. O seguro, então, será desnecessário.¹³

Somente o *National Health Service* tem tornado esta esperança realidade até o momento.

É nessa concepção das reivindicações de todos os cidadãos, dirigidas não ao Estado, mas a cada um, que encontro o consenso no que toca ao ponto-chave do Estado do Bem-Estar Social britânico. Pertence mais à democracia do que ao socialismo, mas a indicação de sua natureza pode ser encontrada na história das idéias socialistas e na reação a elas. A expressão foi empregada de maneira ampla na Inglaterra na passagem do século. Poderia referir-se a um movimento revolucionário de classe operária inspirado pelo marxismo. Em seu livro monumental, *The Condition of England* (1909), Masterman disse da classe alta, ou "conquistadores", que "o medo dela, hoje em dia, é o socialismo; socialismo que ela não entende, mas que apresenta como uma revolta dos ignorantes invadindo, súbitamente, suas casas".¹⁴

Mas a ameaça não foi tão séria a ponto de fazer do socialismo uma idéia intocável. Era um rótulo que se ligava a reformadores ou era muitas vezes aceito por estes como os socialistas *Tories*, socialistas cristãos, socialistas radicais e mesmo, em certas ocasiões, os socialistas liberais. Joseph Chamberlain, tendo resumido o programa radical de 1885, afirmou:

Diz-me-ão amanhã que isso é socialismo... Naturalmente que é socialismo; a *Poor Law* é socialismo; a *Education Act* é socialismo; a maior parte das realizações municipais é socialismo; e cada ato de legislação pelo qual a comunidade cumpre com suas responsabilidades e obrigações para com os pobres é socialismo, mas não é por isso que será ruim.¹⁵

Esta é uma forma rude e primitiva do novo método cuja essência foi abandonar a noção de assistência social como algo na fronteira da política lidando com um pequeno grupo de párias e substituir pela idéia segundo a qual a política social era uma parte integrante da política total e se ocupava das necessidades normais de todos, ou quase todos, os membros da sociedade. Como um meio-térmo entre o novo e o velho, encontramos frases como aquela proferida por Bismarck quando

falou do "direito que os homens têm à proteção quando, não por culpa própria, se tornam incapazes para o trabalho".¹⁶ Com isto, insinua-se que, na maioria dos casos, os pobres devem ser culpados de sua pobreza, mas que há aqueles que não têm motivo de estarem envergonhados de seu estado vergonhoso.

A próxima etapa no avanço introduz a idéia de solidariedade ou integração política e social e solicita o reconhecimento das reivindicações com base numa vida inteira de trabalho útil dedicado à sociedade. Podemos escutar o eco dessas aspirações nas palavras de Millerand em 1901, quando se referiu ao "débito social" para com os velhos e afirmou: "Não é possível... que os velhos que cumpriram seu dever ao trabalhar toda a vida sejam abandonados pela sociedade a quem serviram tão fielmente no momento em que não sejam mais capazes de trabalhar".¹⁷

É isto conduz à afirmação do Ministro do Trabalho francês em 1922 ao comentar uma lei sobre seguro social: "O ponto essencial é que a sociedade como um todo deveria, num espírito de solidariedade, auxiliar os trabalhadores assalariados a se defenderem contra os perigos que os ameaçam constantemente".¹⁸

Invoca-se a solidariedade para proteger uma classe na sociedade contra os perigos que ameaçam aquela classe apenas, os quais são inerentes à ordem social e não podem, aparentemente, ser eliminados dela. Isto nos lembra um exemplo mais remoto de uma atitude semelhante encontrada entre os "Socialistas de Cátedra" (*Kathedersozialisten*) na Alemanha e externada na literatura clássica da *Sozialpolitik*. Esta, como assinala o Professor Boettcher, era um cruzamento entre uma disciplina acadêmica e uma política social que objetivava não qualquer mudança fundamental, mas apenas uma correção das falhas do sistema capitalista contemporâneo. Originou-se de uma concepção de sociedade dividida em grupos ou classes e buscava meios de fortalecer a classe mais fraca, os trabalhadores assalariados, em sua luta contra a classe mais forte dos empregadores.¹⁹ Mas os *Kathedersozialisten* eram também pela solidariedade. Gustav Schmoller, o principal porta-voz do grupo, afirmou que a função do Governo do século XIX consistia em "resolver o conflito entre o quarto estado e as classes aci-

¹⁶ B. E. Shenfield, *Social Policies for Old Age*, p. 103.

¹⁷ C. W. Pipkin, *Social Politics and Modern Democracies*, Vol. II, p. 174.

¹⁸ *Ibid.*, p. 196.

¹⁹ Erik Boettcher, *Sozialpolitik und Sozialreform*, cap. I.

¹³ W. J. Braithwaite, *Lloyd George's Ambulance Wagon*, pp. 121-122.

¹⁴ C. F. G. Masterman, *The Condition of England*, p. 64.

¹⁵ S. Maccoby, *The English Radical Tradition, 1763-1914*, p. 201.

ma dêle e reincorporar, harmoniosamente, o quarto estado ao organismo do Estado e da sociedade".²⁰

Será que atingimos o ponto em que podemos dizer que o sistema social britânico da década de 1940 conseguiu um grau ainda maior de integração, que isto se combinou com um consenso excepcionalmente forte no que se refere ao significado do sistema e que esta é a explicação do fenômeno que chamamos de "Estado do Bem-Estar Social"? Esta é uma questão por demais ampla para ser respondida aqui em detalhe, e tudo o que posso fazer é indicar parte da evidência que, segundo se afirma, poderia justificar uma resposta afirmativa. Em primeiro lugar, a legislação da década de 1940 finalmente pôs fim ao antigo sistema de três níveis dos independentes, segurados e indigentes e foi saudada com entusiasmo por fazê-lo. Tal não ocorrera ainda em outros países. Em segundo lugar, a inspiração que despertou a opinião pública quando se leu o Relatório Beveridge se baseava nos princípios da generalidade e universalidade ao invés do princípio de uma subsistência garantida. Hubert Henderson sustentava que êstes eram princípios bem diferentes e que, em verdade, não havia nenhuma relação entre êles "a não ser uma relação contraditória".²¹ A subsistência ou abolição da necessidade era o objetivo do antigo sistema a ser atingido através do seguro complementado pela *Poor Law*, mas a universalidade era bem recente. E, como sabemos, a garantia de subsistência nunca se consubstanciou, de modo claro, na legislação e menos ainda na administração, mas a popularidade do Estado do Bem-Estar Social sobreviveu. Em terceiro lugar, o verdadeiro símbolo do Estado do Bem-Estar Social foi muito mais o *National Health Service* do que o seguro-social ou mesmo os salários-família. Numa pesquisa recente, verificou-se que 92% das famílias entrevistadas afirmaram que o *Health Service* tinha sido de grande valia, e 82% declararam que tinha sido de maior valia do que qualquer outro serviço.²² O *Health Service* nada tem a ver com relações de classe, pobreza, subsistência ou com os defeitos do sistema capitalista. Caracteriza a humanidade em luta contra os males naturais, como a medicina sempre o fez, suprime o mercado econômico e o substitui por um cálculo de necessidades, e aqueles que não se distinguem daqueles que recebem não por uma sabedoria superior, uma moral mais

²⁰ Gustav Schmoller, "Die Soziale Frage und der preussische Staat", *Preussische Jahrbücher*, XXXII (1873), p. 342.

²¹ H. D. Henderson, *The Inter-War Years*, p. 207.

²² P. E. P., *Family Needs and the Social Services*, pp. 35-36.

pura ou maior riqueza, mas por conhecimento e habilidade profissional. Isto, acredito, é o que êle representa na mente do público.

Em quarto lugar, o Estado do Bem-Estar Social da década de 1940 foi acompanhado pelo que se costumou denominar um "período de contenção de salários" durante o qual "o T. U. C. fez o possível para tentar angariar o apoio do movimento sindical"²³ e por uma incidência muito baixa de disputas. Isto sugere que, no momento, o padrão de desigualdade na distribuição de renda podia ser aceito como inteligível e legítimo, dadas as condições econômicas e sociais que resultaram do período de esforço comum e perseverança comum durante a guerra. Mas, se isso é significativo, deve ser igualmente significativo o fato de que a trégua foi de pouca duração e logo cedeu lugar ao padrão familiar de reivindicação salarial anual e greves frequentes.

A menção da guerra nos faz lembrar a importante questão do contexto histórico dos vários sistemas nacionais de bem-estar social. As experiências dos três países foram bem diferentes. A França, segundo o Professor Reynaud, emergiu das provações da guerra com uma nova solidariedade oriunda da resistência e adotou a política social quase que por unanimidade; foi um *élan* e não um compromisso. Desde então, o cenário político tem sido muito conturbado e a confiança na sabedoria dos Governos abalada. Mais de uma medida tem sido derrubada por oposições populares ou profissionais. Agora, diz o Professor Reynaud, o período do debate ideológico está encerrado, e os tópicos que provocam discussão são técnicos e não questões de princípio. Mas isto mais parece ser devido não ao fato de se ter alcançado um consenso sólido, mas a uma aceitação apática do próprio mecanismo de previdência social, embora êste não seja bem entendido. Talvez isto seja devido, em parte, ao interesse cada vez mais crescente pelos problemas de desenvolvimento econômico tanto nas áreas mais avançadas da França quanto nas mais atrasadas. A Alemanha, afirma o Professor Boettcher, reagiu fortemente contra sua experiência de Governo totalitário e, na verdade, contra quase toda interferência governamental nos afazeres privados dos cidadãos. O estado de espírito era o de um liberalismo político e econômico e, naturalmente, social também. A Economia de Mercado Social era aceitável, mas qualquer movimento na direção do Estado do Bem-Estar Social era encarado com suspeita. Entretanto, não se podia resistir à pressão

²³ *The Times*, 26 de janeiro de 1961.

naquele sentido, associado, de modo particular, com a necessidade de prover às vítimas de guerra e aos refugiados. Disso resultaram, segundo Boettcher, uma confusão teórica e uma incoerência na prática. E a Alemanha também, como a França, concentrou seu esforço máximo no desenvolvimento econômico.

Na Inglaterra, a história foi muito diferente. A solidariedade cresceu, sem uma solução de continuidade, durante a guerra e os primeiros anos de paz. O Relatório Beveridge foi um sucesso porque ofereceu, enquanto a guerra continuava, os motivos pelos quais a nação estava em luta. Os objetivos de guerra britânicos eram expressos em termos de justiça social. O Estado do Bem-Estar Social podia gozar de um consenso criado rapidamente. Mas o ponto crucial é, segundo penso, que o Estado do Bem-Estar Social nasceu num mundo de austeridade — de racionamento, controle de preços, aluguéis tabelados e casas requisitadas para dar abrigo aos desabrigados. Não que essas restrições ao mercado livre fôssem consideradas boas em si mesmas e elementos desejáveis na nova ordem social. Algumas talvez e outras não. Mas elas ofereciam, como uma base para a legislação do bem-estar social, uma sociedade comprometida com a "participação justa" e com uma distribuição de renda real que se podia justificar racionalmente e não era o resultado imprevisível das forças supostamente cegas de um mercado competitivo no qual cada um tinha o direito de tomar para si tanto quando pudesse. Foi como parte desse sistema de consumo controlado que os sindicatos se abstiveram de reivindicações salariais.

Pelos meados da década de 1950, a Sociedade de Austeridade tinha desaparecido e a Sociedade Afluente tomava seu lugar. Removeram-se as restrições ao auto-enriquecimento e ao consumo competitivo, e contaram-se histórias sensacionais de salários astronômicos, ajudas de custo ilimitadas e ganhos especulativos fabulosos no ramo imobiliário e outros. Os preços subiram, as reivindicações salariais se tornaram um acontecimento anual e a inflação privou alguns dos benefícios do bem-estar de seu valor original; o vazio foi preenchido pela *National Assistance*. Foi nessas circunstâncias que os princípios fundamentais do Estado do Bem-Estar Social ficaram sujeitos a ataques. Os principais objetivos do ataque eram o princípio da universalidade no seguro social e as disposições de determinados serviços assistenciais grátis para todos. Argumentou-se que a distribuição de um volume considerável de renda real e monetária através de um sistema de administra-

ção pública complicada poderia ser justificada em tempos de escassez, mas, em época de prosperidade, a produtividade crescente deveria capacitar quase todos a atender suas necessidades de seu próprio bolso e através do mecanismo do mercado, reduzindo, assim, os serviços de bem-estar social grátis ou subsidiados uma vez mais ao nível de uma atividade periférica. "Continuar aplicando-o (o princípio de Beveridge) em 1960", disse um parlamentar conservador, "é tomar o remédio depois de curada a doença", e Lord Hailsham perguntou se um sistema de serviços sociais "condicionado pelo espetáculo da pobreza vitoriana e do desemprego entre as duas guerras" era o sistema ideal "para uma sociedade gozando de emprego total nas condições da metade do século XX". "Não somos uma nação de pobres", disse o Sr. Butler, "somos uma nação próspera".²⁴

Assim, parece que o Estado do Bem-Estar Social como o conhecemos por volta de 1940 ou, ao menos, o consenso que o sustentava, foi sufocado pela Sociedade Afluente. E talvez pudéssemos concluir que a França e a Alemanha ingressaram na Sociedade Afluente sem jamais fazerem uma pausa para estabelecer um Estado do Bem-Estar Social. Mas isto não quer dizer que as diretrizes britânicas do bem-estar social serão abandonadas. Fêz-se muito que, sem dúvida, resistirá ao tempo. Mas há necessidade de um novo modelo. Talvez uma característica desse modelo possa ser prevista pelo plano de pensões progressivas do Partido Trabalhista. Talvez alguns dos serviços sociais públicos se assemelhem mais a indústrias nacionalizadas, tentando equilibrar seus orçamentos por meio das contribuições de seus clientes. Ou, talvez, o fracasso em conter a inflação causará um retorno a algumas das medidas restritivas próprias do período de austeridade. Ou talvez, finalmente, entremos num daqueles interlúdios que ocorrem entre períodos nos quais sistemas sociais rigidamente definidos aparecem com personalidades próprias reconhecíveis.

²⁴ *Crossbow*, outono de 1960, p. 25, e verão de 1959, pp. 57-58.

CAPÍTULO IX

A SOCIEDADE AFLUENTE EM PERSPECTIVA

Adam Smith, como é do conhecimento de todos, assinalou que a "China tem, por muito tempo, sido um dos mais ricos... países do mundo", mas "a pobreza das classes menos favorecidas da China ultrapassa em muito aquela das nações mais miseráveis da Europa".¹ A riqueza, neste sentido, nada tem a ver com a afluência que nos interessa. A afluência a que nos referimos deve ser amplamente difundida através da sociedade e ser um atributo da grande maioria do povo. Mas isso não é tudo. O conceito de "Sociedade Afluente" do modo pelo qual foi desenvolvido (nem sempre sob aquela denominação) pelos historiadores, economistas e sociólogos subentende não apenas que a afluência deve estar presente, mas que deve haver uma certa atitude comum para com ela. O conceito se refere à motivação bem como à realização, a valores éticos bem como materiais.

Afirmei, entre parênteses, que esse conceito aparece sob vários nomes diferentes. O que isto significa é que, a despeito de algumas diferenças quanto à ênfase, a "Sociedade Afluente" de Galbraith corresponde à "Idade de Abundância" de Jessie Bernard, ao "Estágio de Alto Consumo em Massa" de Rostow, ao "Povo da Partura" de David Potter e à "Fase de Declínio Incipiente" de Riesman; e os primeiros traços das mesmas idéias aparecem na conhecida obra dos Lynds. Assim, vemos que nosso conceito tem gozado de companhia muito respeitável. Todos concordam que a característica central da Sociedade Afluente é o sistema de produção em massa sustentado por uma procura em massa num alto e sempre crescente nível. Como Jessie Bernard nota: "Numa época de escassez, a existência de uma classe de possuidores depende da existên-

cia de uma enorme classe de não-possuidores... Numa era de abundância, por outro lado, a existência de uma classe de possuidores depende não de uma enorme classe desfavorecida, mas de uma classe de possuidores em expansão". A abundância "cria possuidores e possuidores de mais, ao invés de possuidores e não-possuidores".² Poder-se-ia criticar a fraseologia, mas ninguém tem dúvida quanto ao sentido. Todos concordam também que uma ênfase extraordinária (no sentido literal da palavra) no consumo caracteriza a Sociedade Afluente. Segundo Porter, com o advento da abundância, "imediatamente a natureza vital da mudança se torna aparente; o ponto mais crítico no funcionamento da sociedade se transfere da produção para o consumo".³ Rostow emprega quase as mesmas palavras: "O equilíbrio da atenção da sociedade, quando esta atingiu e ultrapassou a maturidade, se transferiu da oferta para a procura, dos problemas de produção para os de consumo e do bem-estar social no sentido mais amplo".⁴ Riesman naturalmente expressou o mesmo pensamento em seus próprios termos peculiares: "Enquanto o tremendo jorrar de energia da pessoa voltada-para-outra é canalizado para as fronteiras sempre em expansão do consumo, a energia da pessoa voltada-para-si foi canalizada incessantemente para a produção".⁵ A pessoa voltada-para-outra é, obviamente, o habitante típico da sociedade afluente.

Galbraith, entretanto, chega à ênfase no consumo por um caminho diferente. Ele a concebe como um fenômeno secundário derivado do fenômeno básico da glorificação da produção. Segundo Galbraith, a produção eficiente veio a ser o índice universalmente aceito de realização econômica. Progresso significava apenas produzir mais — e sempre mais e mais. "A produção", é Galbraith quem escreve, "permanece o centro de nossos pensamentos".⁶ Mas não se pode tratar a produção inteiramente como um fim em si mesmo; o produto deve ser consumido. Dêsse modo, o consumo se transforma, num deslocamento do epicentro, na principal preocupação imediata daqueles que dirigem o sistema econômico. É a preocupação principal deles porque, com a capacidade de produção cons-

² Terceiro Congresso Mundial de Sociologia, *Transactions*, Vol. III, p. 27.

³ D. M. Potter, *People of Plenty*, p. 173.

⁴ W. W. Rostow, *The Stages of Economic Growth*, p. 73. (N. do E.: traduzido para o português e publicado sob o título *Etapas do Desenvolvimento Econômico* por Zahar Editores, Rio, 3.^a ed., 1966.)

⁵ D. Riesman, *The Lonely Crowd*, p. 78.

⁶ J. K. Galbraith, *The Affluent Society*, p. 97.

¹ Adam Smith, *The Wealth of Nations* (1880), p. 55.

tantemente acima do nível de *output*, é mais fácil aumentar a produção do que estimular o consumo. Assim, chegamos à situação na qual, segundo Galbraith, "necessidades crescentes são criadas pelo processo pelo qual são satisfeitas", o que equivale a dizer que novos produtos, à medida que ingressam no padrão de vida social, se tornam objetos de desejo daqueles que lutam para imitar seus vizinhos, e o processo como um todo é imensamente fortalecido pela propaganda, campanhas de relações públicas e sistemas de compra a crédito.⁷ Percival e Paul Goodman, ao escreverem alguns anos antes de Galbraith, foram ainda mais explícitos no que toca às consequências dessa situação. "Ao lado de uma produção em expansão planejada", afirmam, "deve haver uma procura em expansão planejada"; não bastava deixar isto nas mãos dos propagandistas. A produção sofrera porque os anseios de "emulação, ostentação e prodigalidade" não eram suficientemente fortes até que as exigências de guerra restabeleceram o equilíbrio. "Então, invertamos a análise e sugiramos como, mesmo em tempo de paz, os homens podem ser tão eficientemente esbanjadores quanto possível".⁸ Essa apresentação um tanto excêntrica do problema concorda, no que toca à seqüência histórica dos eventos, com o quadro apresentado por Rostow. As primeiras tentativas de consumo em massa nos Estados Unidos datam da grande prosperidade da década dos vinte, tentativas estas que esbarraram na depressão. As enormes exigências de guerra provocaram um reinício do movimento, e este continuou no período de pós-guerra, acumulando energia todo o tempo. Os primórdios foram observados pelos Lynds, em Middletown. "Hoje em dia", escrevem os Lynds, "Middletown vive à custa de uma economia de crédito que está ao alcance, de alguma forma ou de outra, de quase toda família da comunidade". E os Lynds chamaram a atenção para o efeito sutil que isto exercia sobre a maneira de viver da classe empresarial, induzindo-os "a votar nos republicanos, a adotar o golfe como recreação, e a abster-se de 'excentricidades', isto é, de qualquer comportamento atípico". Já em 1890, a imprensa local anunciara que a "propaganda é para o comércio o que o fertilizante é para a agricultura", mas a transformação da função da propaganda de atrair procura para a de criar procura ainda era coisa do futuro. Mas há um tom indubitavelmente galbraithiano na afirmação do principal jornal local em 1925 segundo o qual "a maior importância do cidadão norte-americano não é mais

⁷ *Ibid.*, p. 124.

⁸ *Communitas*, pp. 61-62.

a de cidadão, mas a de consumidor. O consumo é uma necessidade nova".⁹ Isto não implica que alteremos nossa opinião de que a Sociedade Afluente, na sua maturidade completa, é um fenômeno do pós-guerra.

Chegaremos à mesma conclusão se examinarmos mais de perto o problema dos motivos que inspiram o consumo. Veremos logo que há uma distinção nítida a ser feita entre o consumo conspicuo de Veblen e o consumo em massa de Rostow ou o quadro semelhante traçado por Galbraith. É a diferença entre o atributo específico de poucos e o comportamento típico das massas. Poder-se-ia, de fato, quase dizer que o que prevalece na Sociedade Afluente é o consumo não-conspicuo, isto é, que o esforço de consumir deriva de um desejo de ser igual aos nossos vizinhos e não conspicuamente diferente deles. Há, no mínimo, razão suficiente nesta idéia para fazer com que duvidemos do ponto de vista comumente expresso de que a moderna sociedade norte-americana — e a inglesa também — é de natureza essencialmente competitiva. É lógico que o ato de vender, operando através de propaganda de alta pressão, é competitivo. Mas será o consumo competitivo também? Potter, tenho certeza, insinuou que sim quando afirmou que o "caráter norte-americano é, em grande parte, um grupo de respostas a uma situação especialmente competitiva".¹⁰ Mas ele tinha em mente influências a longo prazo e não apenas a sociedade do pós-guerra. Riesman, profundamente preocupado em determinar, com exatidão, a significância da passagem do domínio da personalidade voltada-para-si para o da personalidade voltada-para-outra, estabelece diferenciações sutis no que toca à propensão a consumir. "O consumidor conspicuo", afirma Riesman, "se lança a um tipo externalizado de rivalidade, indicada pelo uso que Veblen fez de termos tais como "ostentivo", "emulativo", "conspicuo" e o resto de seu vocabulário irônico. O consumidor voltado-para-outra *pode* competir de um modo que parece ser o mesmo, mas somente até o ponto em que seus iguais o impelem a fazê-lo." Seu desejo de sobressair, como seria de se esperar devido ao seu modo de socialização pelo grupo de iguais, é muito atenuado".¹¹

Entretanto, como Riesman faz questão de admitir, isso não elimina completamente o elemento de rivalidade competitiva da situação. Há uma área fronteiriça de "inovação marginal" na qual um mínimo de consumo diferenciado não é somente

⁹ R. S. e H. M. Lynd, *Middletown*, pp. 46, 47 e 88.

¹⁰ Potter, *op. cit.*, p. 60.

¹¹ Riesman, *op. cit.*, p. 123.

permitido, mas recompensado com popularidade crescente. De modo geral, também, pode-se dizer que há um desejo ardente de estar na moda, de possuir todos os símbolos visíveis e externos de participação no grupo, e também de elevar o próprio nível de consumo quando os outros o fazem, embora na origem seja uma motivação produzida em massa, quando em operação se trata de uma motivação individual. Pode evocar um egoísmo mercenário e um espírito de rivalidade ao tentar obter tudo antes que outros o façam. E não se deve esquecer que a Sociedade Afluente é uma sociedade que encerra um alto grau de mobilidade social, e que mesmo seus habitantes do tipo voltado-para-outro estão, quase sempre, determinados a não apenas manter-se em pé de igualdade com os Jones, mas a igualar-se aos Robinsons.

Em nossa sociedade, as rendas são extensivamente padronizadas por meio de escalas de salários estabelecidas pelo Governo central e local para suas hordas de empregados, ou fixados por acôrdo coletivo entre empregadores e sindicatos; seria surpreendente se esta ênfase em ganho pessoal não estimulasse uma disposição de procurar meios de conseguir acréscimos ao que os sistemas de remuneração padronizados prescrevem. Um dos meios de se fazer isso é através das bonificações de trabalho em turnos e horas extras. Ferdynand Zweig, em seu recente estudo, *The Worker in an Affluent Society*, nota que a atitude para com horas extras é a resultante de duas forças contraditórias, representadas pelas seguintes afirmações: "Todo mundo aprecia horas extras; as horas extras é que fazem a diferença"; e "Ninguém realmente gosta de horas extras; é um mal social". Ambas as afirmações são verdadeiras, mas a primeira se refere a "dinheiro extra" e a segunda, a "trabalho extra". E, em página anterior, Zweig havia observado que em nossos dias "é dinheiro, dinheiro todo o tempo".¹² Outros, e talvez ainda mais populares, meios de alcançar o mesmo resultado são a especulação e o jôgo, incluindo títulos da dívida pública do Governo e das empresas sólidas e palpites de futebol, ou várias formas de apostas, algumas dentro e outras fora da fronteira da legalidade.

Encontra-se evidência dêsse modo de adquirir bens em todos os níveis da hierarquia social. Douglas Jay, num capítulo intitulado "The Windfall State",¹³ descreve os meios pelos quais os membros do mundo de negócios esperam receber maná do céu em forma de ganhos de capital e outras bonificações

¹² F. Zweig, *op. cit.*, p. 70.

¹³ *Socialism in the New Society*, capítulo 21.

que caem, hoje em dia, tão indiscriminadamente em suas mãos que não podem ser consideradas como recompensas por serviços excepcionais. Isto fez com que pelo menos um membro da extrema direita do Partido *Tory* se batesse contra expedientes que são utilizados "para alcançar um padrão de vida que não possui nenhuma relação com a renda sobre a qual o imposto é pago", graças a "ganhos de capital; ajuda de custos; carros e combustíveis grátis; casas financiadas; membros da família em empregos fictícios desde diretores até escriturários; casas residenciais pagas pela empresa; telefones grátis; viagens comerciais espúrias ao exterior — a lista não tem fim e até os anúncios já trazem "...além de condução própria grátis e os benefícios usuais".¹⁴ E numa recente pesquisa sobre poupança e investimento, verificou-se que aqueles a quem se perguntou porque compravam ações raramente mencionaram os dividendos como atração. Citavam "ganhos de capital", "lucros isentos de impostos", "fazer dinheiro" ou apenas "pelo risco".¹⁵

Ferdynand Zweig, ao analisar um nível inferior na escala social, afirma que "a tendência mais surpreendente é o crescimento dos instintos aquisitivos da maneira pela qual são expressos pelo comportamento na loja. O valor dado ao dinheiro desempenha um papel cada vez mais crescente na atitude do homem para com seu trabalho". Este é o resultado da "revolução das expectativas crescentes" com seu foco sobre os bens de consumo duráveis. E Zweig conclui com a seguinte passagem: "A sociedade aquisitiva conseguiu expandir suas fronteiras e converter seus antagonistas naturais ao seu credo. Parece que somente agora a sociedade aquisitiva amadureceu, alcançando uma uniformidade e regularidade que dificilmente poderiam ter sido previstas há uma geração passada".¹⁶ Finalmente, Fyvel, em seu estudo fascinante *The Insecure Offenders*, pisando fora das fronteiras da sociedade respeitável, acha entre os delinquentes e seus sucessores o mesmo espírito aquisitivo. É o consumo que os incita, caracterizado por suas vestimentas caras e sempre renovadas, uma forma de consumo que, embora convencional para o grupo, é suficientemente conspícua para o elemento estranho.

Será que êsses pesquisadores estão exagerando? Estarão tendo uma idéia deformada da realidade? Pode ser que sim, mas não se deve deixar de lado suas observações por motivos de somenos importância. Não é somente nos trabalhos dos

¹⁴ Carta de H. J. Hickey em *the Times*, 27 de março de 1962.

¹⁵ *The Times*, 21 de março de 1962.

¹⁶ Zweig, *op. cit.*, pp. 68, 206 e 212.

autores ingleses que se encontram essas referências a uma questão de moral. Nos Estados Unidos, na década de 1950, o Conselho Federal das Igrejas patrocinou uma série de estudos sobre o tema "A Ética e a Vida Econômica". Um deles, editado e apresentado por Elizabeth Hoyt, se inicia com a sentença: "Os norte-americanos se defrontam com um novo tipo de problema — o rápido aumento da renda", e é evidente que o assunto da série acima mencionada (e) os perigos éticos da afluência. Não desejo sugerir que a Sociedade Afluente seja um alegre campo de caçada para o demônio no qual os homens caem vítimas da tentação assim como as frutas maduras caem das árvores. Mas acredito que seja errado subestimar este problema ético. Anthony Crosland disse recentemente que os socialistas "podem", de modo justo, atacar o preconceito vulgar favorável ao interesse privado não-regulado que é uma das características de nossa sociedade em prosperidade. Não devem, entretanto, atacar esta sociedade em todos os seus aspectos... Qualquer socialista normal se regozijará com a difusão da afluência material". Até este ponto, posso concordar com ele. Mas quando afirma que essa afluência favorece a liberdade pessoal, justiça social, uma sociedade igualitária, um antipaternalismo democrático,¹⁷ acho que devo fazer ressalvas. Essas bênçãos não decorrerão automaticamente da afluência. Na verdade, acredito que o conflito ético entre a diretriz pública e a aquisitividade privada permeia alguns dos mais importantes problemas sociais de nossa época.

Até agora estive contemplando a Sociedade Afluente sob a perspectiva de parte da literatura — na sua maior parte norte-americana — à qual o conceito deve sua existência. Antes de analisá-la sob uma perspectiva diferente, quero que gravem em suas mentes três aspectos que derivam daquilo que eu disse que terá um papel importante a desempenhar quando aplicarmos o conceito ao assunto que mais nos interessa nesta Conferência, principalmente os problemas sociais de nosso próprio país.

O primeiro se origina da suposta concentração da Sociedade Afluente na satisfação de necessidades as quais, por definição, não são básicas, uma vez que tais necessidades são, em grande parte, criadas pelo processo de produção em si, auxiliado pela propaganda de alta pressão. Esse estado de coisas, com o estado de espírito que o acompanha, deve ser comparado e contrastado com a preocupação com a pobreza, subsistência básica e o padrão mínimo que dominou muito de nosso

¹⁷ C. A. R. Crosland, "The Future of the Left", em *Encounter*, março de 1960, p. 12.

pensamento sobre a política social desde os dias de Booth e Rowntree e dos primeiros fabianos até a época do relatório Beveridge e o Estado do Bem-Estar Social. Essa perspectiva parece agora estar ultrapassada, e há o perigo de que possamos, ao abandoná-la, repudiar, ao mesmo tempo, o aparato total do qual foi a fundação original ao invés de procurar adaptá-la às novas circunstâncias. Há também, é lógico, maneiras sutis pelas quais a mudança de ênfase afeta o sistema de prioridades que guia o nosso julgamento e nosso modo geral de olhar para as coisas. Notei recentemente, em afirmações que sustentavam uma reivindicação por melhores salários, que o que se ressalta não é tanto a parcela miserável recebida por aqueles das classes menos favorecidas quanto o baixo teto que marca a altura máxima à qual aqueles situados no topo podem ascender. E como se alguém primeiro determinasse o dado mais elevado e calculasse o resto da escala a partir daquele ponto.

O segundo aspecto se origina no evangelho segundo Galbraith. Galbraith argumenta, como expliquei, que a produção permanece o centro de nossos pensamentos na Sociedade Afluente, e que a necessidade de estimular o consumo surge quando a capacidade de produção supera a procura efetiva. Esse ponto de vista é apresentado como uma observação histórica, não como uma dedução teórica. Descreve o que ocorreu nos Estados Unidos. Naquele livro um tanto curioso que citei acima, Percival e Paul Goodman mantêm que, na década anterior à guerra, "a instalação industrial americana funcionou, muitas vezes, a menos de 50% de sua produtividade; não obstante, a produção excedia até mesmo os generosos padrões mínimos de consumo".¹⁸ Acho um pouco difícil aceitar-se essa estimativa, mas o fato persiste que, na cena norte-americana da origem da Sociedade Afluente, a produção é vista como superior ao consumo, ao passo que nós, ingleses, ouvimos, repetidas vezes, que estamos prestes a enfrentar um sério problema porque, em nossa Sociedade Afluente, o consumo, de modo constante, supera a produção.

A terceira observação encerra um aspecto ético. Alega-se que, à medida que a afluência nacional aumenta, os valores que governam os pensamentos e as ações se tornam mais materialistas; além disso, muitas pessoas se tornam presa do egoísmo e da aquisitividade. Não é minha intenção julgar as virtudes ou defeitos morais de meus semelhantes. Meu interesse pelo

¹⁸ *Communitas*, p. 60.

assunto é um tanto diferente e mais preciso. É uma questão de legitimidade *versus* uma forma suave de *anomie*. Se, por um momento, fizermos uso de modo rudimentar da técnica do "tipo ideal", podemos entrever uma sociedade na qual tôdas as recompensas recebidas pelo trabalho realizado, serviços prestados ou dinheiro investido são determinadas pela referência a princípios geralmente aceitos. Conseqüentemente, as diferenças de renda são também reguladas dessa maneira. Em tais circunstâncias, tôdas as reivindicações a riqueza ou bem-estar teriam de estabelecer sua legitimidade antes que pudessem ser atendidas. Eclosões súbitas de consumo conspicuo, indicativas de aumentos repentinos da renda ou propriedade, seriam olhadas não com admiração invejosa, mas com profunda suspeita. Talvez, algumas fortunas inesperadas fôsem permitidas como legítimas, mas estas seriam em pequeno número e da menor importância. Sem dúvida, tal sistema — tenho em mente uma sociedade democrática e não totalitária — acarretaria alguma redistribuição da renda pelo Estado e uma generosa provisão de serviços assistenciais. Somando tudo isto, e passando sorrateiramente do "tipo ideal" ao programa do Partido, poderíamos chamá-lo um sistema de participação justa e ajuda mútua.

Agora, comparemos esse quadro com o outro, o quadro da *anomie* econômica suave. Neste, encontramos uma ordem social baseada na premissa maior de que a livre concorrência e a iniciativa individual são os bens mais estimados e que, desde que não haja uma quebra da lei clara e demonstrável, o direito a tudo ganho por esses meios é legítimo. Os motos de tal sociedade são: "achar é manter para si", "o que tenho, guardo para mim", "posso fazer o que bem entender com o que é meu", e assim por diante, todos subentendendo que o simples fato da aquisição (uma vez mais, assumindo a legalidade formal) é prova tanto de mérito quanto de direito. O que falta é o conceito de legitimidade baseado num princípio de justiça social. Eclosões súbitas de consumo conspicuo são não somente admiradas do ponto de vista individual, mas coletivamente consideradas como índices seguros de prosperidade nacional. Chamo a isto de *anomie* econômica porque, em suas formas mais extravagantes, a distribuição de riqueza desafia a análise lógica, não faz sentido e não se ajusta a nenhum padrão desejável. É "suave" porque a vida social, em sua essência, prossegue de modo ordeiro, e o grosso da população pode estar "aproveitando a vida".

Tendo indicado o contraste, deixem-me agora destruir uma parte substancial dêle. Uma vez que o primeiro tipo de socie-

dade é uma sociedade democrática livre, com uma ampla diferenciação de rendas e uma hierarquia de *status* social, ao passo que a segunda é, de modo geral, ordeira e cumpridora da lei e atende, através de serviços públicos, às necessidades dos economicamente frustrados ou necessitados, as diferenças externas e visíveis entre suas respectivas condições de vida podem parecer diminutas. Mas, acredito, as diferenças entre suas filosofias de vida são grandes e significativas. E são estas as diferenças entre as filosofias do Estado do Bem-Estar Social e da Sociedade Afluente. Não quero dizer que o Estado do Bem-Estar Social jamais possa ser afluente ou que a Sociedade Afluente não ofereça serviços previdenciários. O que há é que muitos problemas difíceis surgem quando se tenta casar as duas filosofias sociais que se contrastam numa sociedade que é considerada por metade de seus habitantes como um Estado do Bem-Estar Social e pela outra metade como uma Sociedade Afluente quando, na verdade, não é nenhuma das duas coisas.

E com esse pensamento em formação, mas um tanto enganador, permitam-me voltar a minha segunda perspectiva — a exemplificada pela história inglesa. Iniciarei por um retorno de cem anos ao passado, isto é, à época dos vitorianos. Este foi um período que, segundo Asa Briggs, possuiu uma "real unidade própria". Seu estado de espírito, afirma Briggs, foi condicionado por cinco fatores principais: prosperidade — "os céus raramente estavam nublados"; segurança nacional — "a Inglaterra dominava os mares"; confiança nas instituições — "nunca abalada seriamente"; um código moral comum — "baseado no dever e autocontrole"; e a crença na investigação e discussão livres.¹⁹ Em função das categorias que estou empregando, tal sociedade podia ser classificada como uma sociedade que acreditava ser uma Sociedade Afluente, mas que estava enganada. O país era rico e poderoso em relação aos padrões da época, embora não houvesse a ampla distribuição da riqueza e os hábitos pródigos do período atual. Era a oficina do mundo, o lar da liberdade e da democracia e um paraíso de paz interna. É lógico que havia os pobres, mas sabemos, com a maior das certezas, que estavam do nosso lado. Havia, também, os miseráveis, mas estes representavam para o povo daqueles dias apenas um problema periférico e, segundo se esperava, temporário. A maioria dêles era considerada como vítima do próprio fracasso, e não havia motivo para crer que este seria transmitido à próxima geração. Uma

¹⁹ A. S. Briggs, *Victorian People*, pp. 16-17.

rigorosa *Poor Law*, pensavam, e hábitos de poupança difundidos, auxiliados pelas oportunidades que a prosperidade oferece, deviam evitar aquilo.

Mas o que mais impressiona é a resistência obstinada deles ao crescente volume de revelações sobre a miséria, crueldade, falta de higiene e pobreza gerais que existiam no porão de seu edifício grandioso e luxuoso. Somente uma crença de que esta sociedade pertencia a um tipo novo, no qual estas coisas constituíam uma angústia passageira e diminuta, poderia ter sustentado sua confiança por tanto tempo em face da evidência que negava suas premissas básicas. Eles tremiam à medida que cada nova revelação os chocava, classificavam a situação de "intolerável", nomeavam comissões de inquérito e até aprovavam algumas leis usualmente ineficientes, mas não faziam nenhuma tentativa séria de incorporar elementos novos na textura do sistema social com o qual estavam tão satisfeitos ou de modificar a crença que servia de base a seus pensamentos. Quando digo "eles", refiro-me ao grosso do público e aos políticos. Como Oliver MacDonagh assinalou num artigo importante, uma "revolução no Governo" ocorria em face de uma oposição considerável dentro do sistema administrativo que finalmente ocasionou a substituição da crença de que os males sociais podiam ser sanados pela legislação apenas pela percepção que se deve ter de uma ação a longo prazo, continua através de um corpo profissional executivo permanente. MacDonagh denomina isto "um novo e mais ou menos consciente fabianismo" e afirma que este já havia dado origem a um mínimo de coletivismo antes do "colapso geral e catastrófico do individualismo político no último quartel do século XIX".²⁰ Asa Briggs expressa a mesma opinião em geral quando afirma que a unidade do período médio vitoriano é ilusória. Escondia falhas e atritos que, no devido tempo, destruiriam o sentimento de confiança. Finalmente, revelações de repercussão ampla e incidentes que encerravam ameaças mais sérias à paz de consciência deles abalaram a complacência dos vitorianos e abriram caminho para os reformadores radicais. Revendo a perspectiva da história, podemos ver que a política que entrou em ação após 1906, inspirada pelas idéias que se formaram no quarto de século anterior, iniciou o movimento que levou eventualmente à legislação da década de 1940. Assim, a primeira Sociedade Pseudo-Afluente feneceu antes dos ataques do Estado do Bem-Estar Social que agora, por sua vez, está

²⁰ O. MacDonagh, "The Nineteenth Century Revolution in Government", em *The Historical Journal*, 1958, pp. 60-83.

enfrentando os ataques da segunda, menos pseudo, mas ainda não tão genuína Sociedade Afluente das décadas de 1950 e 1960.

Uma característica notável dessa história é a vigorosa oscilação do pêndulo de um lado para outro. A auto-satisfação dos vitorianos nos choca hoje em dia como cabotina. Mas os gritos triunfantes dos arquitetos do Estado do Bem-Estar Social eram também um tanto imoderados. Tomemos, por exemplo, este trecho de um discurso de Lloyd George pronunciado logo após a aprovação do *National Insurance Act*. Ele estava, evidentemente, falando no País de Gales. "Posso ver o *Old Age Pension Act*, o *National Insurance Act* e muitas outras leis em seu caminho, descendo como brisas das colinas de meu torrão natal, varrendo os vales cheios de orvalho, e soprando as nuvens para longe até que os raios do sol de Deus tenham penetrado a janela mais estreita".²¹ Isto soa um tanto cômico para nós, e o deixamos de lado como algo típico da oratória de uma época passada. Mas quando passamos para o Relatório Beveridge e para o estabelecimento final do Estado do Bem-Estar Social, devemos ficar igualmente surpresos, embora não do mesmo modo, com a dramática apresentação do programa e com as emoções profundas que despertou. O Relatório é, sem dúvida, uma obra-prima técnica, mas isto em si não pode explicar por que foi saudado como o manifesto de uma nova ordem social. Tornou-se um *best-seller* tanto aqui quanto no continente europeu, foi oferecido às tropas para mostrar aquilo pelo qual lutavam e apreendido apressadamente por ordens do Ministério da Guerra (o que, segundo Beveridge, selou o destino de Churchill na eleição geral) e, como nos diz Lady Beveridge, foi descrito pelo Arcebispo de Cantuária como "a primeira vez que alguém se tinha decidido a corporificar o espírito total da ética cristã numa Lei do Parlamento".²² Mas o que continha o Relatório além de planos para pôr ordem na selva da administração social? Um cético poderia responder que o Relatório prometia a cada homem, mulher e criança do país que, se por qualquer motivo tivessem de enfrentar dias amargos, o Estado lhes daria a ajuda suficiente para que continuassem a equilibrar-se na corda bamba da pobreza até que a situação melhorasse. Mas, é lógico, o Relatório prometia muito mais do que isso.

Sem dúvida, a sinceridade e o entusiasmo do próprio Beveridge e sua linguagem figurada sobre o ataque aos cinco

²¹ Herbert du Parcq, *Life of David Lloyd George*, Vol. IV, p. 80.

²² W. H. Beveridge, *Power and Influence*, p. 332, e Janet Beveridge, *Beveridge and his Plan*, p. 135.

gigantes da Necessidade, Doença, Ignorância, Falta de Higiene e Ociosidade, explicam, em grande parte, o tremendo impacto do Relatório. Mas isso é apenas parte da explicação. Inicialmente, devemos acrescentar às medidas de seguro social elaboradas por completo no Relatório as três premissas sobre as quais se assentaram as propostas de maneira explícita, principalmente o salário-família, um serviço de assistência médica nacional e o emprêgo total da mão-de-obra ativa. E, devíamos, por boa medida, acrescentar também o *Education Act*. Adicionemos tudo isto ao salário mínimo universal e teremos algo realmente muito substancial, algo que poderia, de modo legítimo, ser considerado como o precursor de uma nova fase de nossa história social. Mas, acima de tudo isto, devemos reconhecer que a impressão de uma nova aventura foi alimentada pelas experiências comuns de uma nação unida num esforço de guerra supremo e convencida de que este esforço não seria em vão. Não importa o que acontecesse, a paz iniciaria uma nova fase de alguma espécie. E, além disso, devemos lembrar que as medidas descritas ou previstas no Relatório Beveridge foram postas em vigor durante um período de escassez quando melhor se poderia descrever a Inglaterra como uma *Sociedade de Austeridade*. Utilizo este termo para caracterizar uma sociedade que, quando face à escassez, impõe a si mesma um regime que exige auto-sacrifício no interesse comum. Se administrada de maneira adequada, transforma-se numa sociedade regida pelos princípios da participação justa e ajuda mútua e pelo que denominei de legitimidade das recompensas econômicas. Não quero dizer que estes princípios possam ser aplicados somente numa Sociedade de Austeridade, mas que *devem* ser aplicados nela, se a sociedade em questão é democrática, unida e fiel à lei. Assim, podemos afirmar que a linguagem de Beveridge foi justificada porque ele estava a anunciar a passagem para um Estado do Bem-Estar Social composto de seus próprios planos de seguro e assistência, de todas as outras medidas que mencionei mais o espírito nacional excepcional fomentado pela guerra e a situação que se seguiu. O estado de espírito popular foi tão importante na década de 1940 quanto tinha sido na de 1850.)

E o pêndulo oscila uma vez mais e vozes clamam para que joguemos fora os fragmentos. É óbvio que nossos problemas sociais de hoje devem muito de sua natureza a essas oscilações de um lado para o outro — da auto-satisfação inflacionada dos vitorianos à exagerada glorificação da reforma social radical e do mecanismo do Estado do Bem-Estar Social e dêsse ponto de novo à crença infundada de que finalmente

nos tornamos um representante genuíno da Sociedade Afluente na qual a pobreza é realmente apenas um fenômeno periférico. Erigimos o Estado do Bem-Estar Social em um ídolo a ser adorado — ou alguns de nós o fizemos — como um monumento mostrando os cinco gigantes de Beveridge sendo derubados de seu pedestal. E, agora, alguns dentre nós começaram a adorar outro monumento coroado por um objeto que começa a assemelhar-se a um bezerro de ouro. A antítese entre os dois objetos de adoração foi certamente acentuada pela associação do primeiro com o período de austeridade — o qual poderia ser considerado um acidente histórico — e nosso salto abrupto para segurar o segundo. Mas o choque entre os princípios que regem os dois sistemas, entre legitimidade e aquisitividade, é, segundo acredito, real. E, ainda assim, a situação não pode de modo algum ser resolvida pela vitória de um sobre o outro. Não retornaremos à austeridade nem abandonaremos o bem-estar social. O azeite e o vinagre para nossa salada política têm de se combinar para formar um molho apetecível, e espero que esta Conferência²³ nos possa auxiliar a encontrar uma batedeira apropriada para essa finalidade.

Analisei a Sociedade Afluente sob duas perspectivas diferentes — aquela oferecida pela literatura, na sua maior parte norte-americana, na qual o conceito foi desenvolvido, e a outra que nos é dada pelo panorama da história inglesa. Concluirei fazendo umas poucas observações consequentes sobre os problemas com os quais esta Conferência se ocupa, tendo sempre em mente que minha tarefa, nesta altura dos trabalhos, consiste em lançar perguntas e não em tornar o problema mais confuso ao tentar responder a tais perguntas antecipadamente.

Mencionei uma circunstância que provavelmente afetará todos, ou quase todos, os nossos problemas sociais quando afirmei que a nossa não é uma Sociedade Afluente genuína. Isto se deve, como expliquei, ao fato de ter ela tomado um atalho e deixado escapar uma das fases preparatórias importantes. Como Alan Peacock assinalou numa Conferência anterior desta Associação, os economistas, durante a guerra, deram grande ênfase à "manutenção da procura efetiva como o principal problema do pós-guerra" e consideraram as medidas progressistas de previdência social como um meio de atingir aquele objetivo. Mas o resultado disso foi a retração do investimento

²³ Uma conferência da British Sociological Association realizada em Brighton em março de 1962.

na indústria necessário para acelerar a produção.²⁴ Resultado: temos muitas das características típicas da Sociedade Afluente, utilização completa da mão-de-obra ativa, o que maximiza a procura efetiva, propaganda de alta pressão para incentivá-la, forças sociais exigindo um consumo cada vez maior em competição com nossos vizinhos ou em imitação dos mesmos, com o resultado familiar de repetidas reivindicações por salários mais altos. Isto tudo é muito bom se, como no modelo de Galbraith, é uma capacidade de produção alta ou mesmo em excesso que produz a centelha que faz as rodas girarem, mas mas este não é o nosso caso. Parece que nos decidimos comportar como uma Sociedade Afluente no que toca ao consumidor — sentimos que merecemos isto devido a nosso esforço de guerra — mas não nos preocupamos em fazer o mesmo com relação ao produtor. Disto resulta uma situação de inflação crônica, e é dever dos Governos tentarem diminuir o ritmo dela através de apelos, redução de salários e medidas semelhantes, ao passo que os contribuintes clamam por uma redução na despesa pública, incluindo educação, saúde e serviços sociais. O desenvolvimento mais recente consiste numa tentativa corajosa de reintroduzir o princípio da legitimidade em nossa sociedade aquisitiva através das operações de um *National Economic Development Council* misto.

Tudo isso é do conhecimento de todos, e não devo entrar em detalhes. As perguntas que nos interessam no caso são: Quão profundos são os efeitos dessa situação nas atividades e atitudes políticas das várias classes da população? O fato de o Governo pode ser levado a intervir, ou ao menos a criticar fará com que este se torne, ao invés do capital, o alvo dos ataques do trabalhismo sindicalizado? E o caráter das posições de classe, em oposição a grupos de *status*, será de alguma maneira afetado pelo fato de que o bombardeio ao Governo por causa de reivindicações de melhores salários é feito por todas as camadas da sociedade, por professores universitários, funcionários públicos, professores secundários, engenheiros, ferroviários — enfim, por todo mundo? Parece que embarcamos todos na mesma canoa, e esta não é o transatlântico de luxo que imaginávamos. Haverá uma tendência da parte dos grupos de interesse econômico, aos quais hesitamos em chamar de classes, de se afastarem cada vez mais, tanto em composição quanto em espírito, das camadas estratificadas do sistema

²⁴ Peacock, "Economic Aspects of Contemporary Social Policy", em *Report of the Conference of the British Sociological Association*, 1953, p. 4.

de *status*? No artigo ao qual já fiz referência, Jessie Bernard cita uma observação de Richard Hofstadter que se relaciona intimamente com esta questão:

Assistimos, em todos os tempos, a dois tipos de processos funcionando em ligação inextricável um com o outro: a *política de interesse*, o choque de objetivos e necessidades materiais entre vários grupos e blocos; e a *política de "status"*, o choque de várias racionalizações projetivas oriundas de aspirações a *status* e outros motivos pessoais. Em períodos de depressão e descontentamento econômico... a política é mais uma questão de interesses... Em períodos de prosperidade geral e bem-estar no plano material, as considerações de *status* entre as massas, si podem tornar muito mais influentes.²⁵

Em nossa situação um tanto estranha, temos as aspirações a *status* da afluência e alguns dos conflitos econômicos associados com a depressão. Assim, qual será o efeito de todos esses fatores em nosso comportamento político?

E, por outro lado, qual o efeito da afluência ou de um padrão afluente de consumo sobre o sistema de *status* em si? Citei as conclusões de Ferdynand Zweig no que toca à nova sociedade aquisitiva. Elas podem ser contestadas. São baseadas numa amostra pequena e não-representativa oriunda de cinco empresas gigantescas e bem administradas e que pertencem, no todo, a indústrias prósperas e em expansão. Mas as observações de Zweig são interessantes e valiosas, desde que sejam tratadas como hipóteses e não como afirmações de fato comprovado. Zweig acha que a poupança entre trabalhadores assalariados é generalizada, mas é ainda um fato excepcional. Quando ocorre, a quantia em questão pode ser alta. A compra de uma casa oferece um dos incentivos mais poderosos e, caso realizada, exerce uma profunda influência nas atitudes sociais. Penso que ele diria que há agora um modelo reconhecível de família da classe trabalhadora que efetua a poupança, família esta que exerce uma influência no clima das zonas das classes trabalhadoras. "O termo classe", segundo Zweig, "estêve invariavelmente ligado a esnobismo, mas raramente, se é que o estêve, à luta de classes". E, em geral, a consciência de classe e a subconsciência de classe estavam em declínio. De especial interesse é sua observação de que a classe era, muitas vezes, considerada como algo que pertencia ao interior da fábrica apenas. "Sou da classe operária somente quando em

²⁵ Jessie Bernard, *The Age of Abundance*, p. 38.

minha funções aqui, mas fora daqui sou como qualquer outro", disse um informante. "Aqui, sou um trabalhador, mas lá fora sou um ser humano", disse outro.²⁶ Não é de todo fácil combinar êsses vários comentários e retirar deles um quadro geral consistente. Mas talvez uma consciência do *status* de classe operária na fábrica, no sentido do reconhecimento de um interesse comum derivado de uma função comum, mas que esta raramente está relacionada com a idéia da luta de classes — é mais localizada e menos amarga do que aquela. No mundo externo há bastante aspiração a *status*, mas, geralmente, não se cristaliza numa consciência de pertencer a um determinado grupo social. Qual o grau de verdade nisso? E será uma faceta da dissociação entre os grupos de interesse econômico e posições de *status* social? Vale a pena responder a estas perguntas.

O caráter imperfeito de nossa Sociedade Afluente também afeta os problemas de pobreza e os serviços sociais. Dois exemplos óbvios são o dano causado ao seguro social pela inflação e a rápida expansão de planos de bem-estar ocupacionais e privados, especialmente com respeito a aposentadorias. A questão de como equilibrar ou integrar êstes com os projetos públicos é crucial e urgente e figura, bem claramente, em plataformas políticas recentes. Há necessidade de muita educação popular no que se refere ao assunto de gastos em serviços como saúde e educação. Quando eu estava lecionando recentemente em Berlim, um jovem norte-americano me perguntou se não seria melhor transferir os gastos com uso improdutivo no *National Health Service* para uso produtivo na fabricação de armamentos. Seguiu-se um debate, mas êle foi incapaz de perceber que ou os serviços médicos têm de ser abolidos por completo ou o custo simplesmente transferido dos impostos pagos pelos contribuintes para os honorários pagos pelo cidadão, o que, em si mesmo, não alteraria diretamente a distribuição dos recursos nacionais. Numa carta recente publicada em *The Times* que preconizava cortes nas verbas para educação e saúde, o autor afirmou explicitamente que isto daria mais tempo aos médicos para trabalhos de real importância e evitaria que se desperdiçasse tempo de educação com aquêles alunos que seriam incapazes de fazer uso dela.²⁷ Há muito pensamento confuso sobre esta questão, e falhas em distinguir entre propostas para alterar o meio de arrecadar o dinheiro para pagar por um serviço e propostas para aplicar

²⁶ Zweig, *op. cit.*, pp. 134-135.

²⁷ Carta em *The Times*, de C. Beattie, 21 de março de 1962.

uma contenção discriminante (espera-se) para se evitar o desperdício do mesmo.

Há, também, um pensamento nebuloso sobre a suposta abolição da pobreza pela Sociedade Afluente — ou, para ser razoável, eu deveria dizer a quase completa abolição da pobreza primária. A utilização do adjetivo "primário" tem um grande efeito que não é fácil de ser interpretado. Os resultados da distinção de Rowntree entre pobreza primária e secundária não têm sido inteiramente felizes; e tenho dúvida quanto à validade desses conceitos nos dias de hoje. Se usarmos um padrão extravagantemente alto de gastos criteriosos, então muito do que seria classificado como pobreza secundária será, por padrões humanos comuns, primárias. Se fixarmos um padrão baixo, então a pobreza secundária se funde com famílias-problemas — os administradores realmente incapazes se confundem com os administradores desesperados. E talvez pudéssemos criar um novo conceito de pobreza terciária para a situação na qual tanto a renda necessária quanto a boa administração estão presentes, mas simplesmente não se obtêm os bens e serviços por não estarem disponíveis. Tenho em mente, é lógico, particularmente o caso da moradia, mas também dos serviços necessitados pelos velhos, doentes, deficientes de todo o tipo e aquêles sobrecarregados com famílias extensas. Finalmente, quando realizando a análise minuciosa dos tipos e causas da pobreza de que tanto necessitamos hoje, deveremos obviamente diferenciar cuidadosamente entre pobreza causada por rendimentos insuficientes e pobreza causada por benefícios sociais inadequados. Mas temos, também, de considerar aquela espécie diferente de pobreza que poderia ser denominada *privação comparativa*. Está sujeita a aumentar numa situação em que os projetos privados cobrem uma parte da população apenas, embora uma grande parte desta, ao passo que muitos indivíduos, tendo sido incluídos neles em algum momento do passado, posteriormente, por uma ou outra razão, caíram fora.

Penso que eu disse o suficiente para ilustrar como minhas duas perspectivas podem auxiliar-nos a reconhecer os problemas de hoje. Mas, antes de concluir, farei uma breve referência a outro assunto que pode ocupar um lugar no fundo de nossos pensamentos. Quando eu vivia em Paris recentemente, fiquei surpreso ao descobrir que, no contexto do transporte público daquela cidade, a palavra *affluence* significa a hora de maior movimento — a hora em que correntes de homens e mulheres se movimentam juntos para criar uma multidão ou massa que é empurrada, sem piedade, através da rede de passagens destinada ao uso dela. Será isto simbólico

da afluência que estamos discutindo? Será que esta também ajunta seres humanos numa massa? Faz algum tempo que afirmei categoricamente que o princípio do Estado do Bem-Estar Social era o princípio do individualismo; os benefícios monetários que oferece são reivindicados por direito individual, e em seus serviços de educação e saúde faz o possível para dar a cada um o que cada um necessita para atender a suas necessidades individuais. Naturalmente, qualquer sistema que serve a uma nação inteira está sujeito a conter muito daquilo que se inclina para a outra direção, isto é, a uniformidade de massa, mas o princípio deveria ser suficientemente forte para superar esta inclinação. Na Sociedade Afluente, percebemos, uma vez mais, duas tendências opostas. Há comunicação de massa e propaganda em massa arregimentando milhões de almas voltadas-para-outra para a estrada que elas querem que trilhem. Mas há, também, aspirações individuais e familiares de se igualar ou ultrapassar os vizinhos e elevar-se ao cume o qual, segundo pensam, se alargou, devido à afluência, para dar espaço para todos. E talvez haja, também, a consciência de responsabilidades individuais para com família, os vizinhos e mesmo para com a comunidade, responsabilidades estas que exigem cada vez mais atenção à medida que a afluência começa a oferecer os meios com que enfrentá-las. Qual será o equilíbrio final entre essas forças diferentes? Este pode, muito bem, ser um dos mais importantes problemas para uma sociedade democrática nos meados do século XX.

9

Este livro
foi composto
e impresso na
GRÁFICA
URUPÊS

Rua Fries do Rio, 338
Fone 92-3807
São Paulo - Brasil
1967